



VOL. 41  
(1-2)

PORTO  
SOCIÉDÁDE PORTUGUESÁ DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA  
2001

**SPA.E**  
S O C I E D A D E  
P O R T U G U E S A D E  
A N T R O P O L O G I A  
E E T N O L O G I A



**SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA**

Fundada em 1918.

Instituição Colectiva de Utilidade Pública

(D. R. nº 89, 2ª série, de 16/04/1987)

Inscrita na Cons. do Registo Com. do Porto sob o nº 49

Pessoa Colectiva nº 501 663 614



**Sede:** Faculdade de Ciências do Porto

Praça Gomes Teixeira

4050 Porto - Portugal

**Órgãos sociais**

**Mesa da Assembleia Geral:** *Presidente* – Susana Oliveira Jorge; *Secretários* – Mário Jorge Barroca; Ana Bettencourt.

**Direcção:** *Presidente* – Vítor Oliveira Jorge; *Vice-Presidente* – Henrique Gomes de Araújo; *Secretário* – Paulo Castro Seixas; *Tesoureira* – Ana Leite da Cunha; *Vogais* – Maria de Jesus Sanches; Paula Mota Santos; António Manuel Silva; Margarida Santos Silva; Leonor Sousa Pereira.

**Conselho Fiscal:** *Presidente* – Eduardo Jorge Silva; *Secretários* – Sérgio Monteiro Rodrigues; Carla Stockler Nunes.

## **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**

**S.P.A.E.**  
S O C I E D A D E  
P O R T U G U E S A • D E  
A N T R O P O L O G I A  
E • E T N O L O G I A



Departamento de Sociologia  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Via Passadissa s/n - 4150-564 Porto  
Telf. e Fax: 22 607 7190 - Email: [ds@letras.up.pt](mailto:ds@letras.up.pt)

**TRABALHOS  
DE  
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA**  
*Revista inter e transdisciplinar de Ciências Sociais e Humanas*

**VOL. XLI**  
**Fasc. 1-2**

PORTO  
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA  
2 0 0 1

## TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

publicação da  
Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia  
(Registada no Instituto da Comunicação Social sob o nº 112408)  
Vol. XLI fascs. 1-2 2001

### *Direcção*

Vítor Oliveira Jorge

### *Redacção*

Direcção da S.P.A.E.

### *Edição e Propriedade*

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia  
Faculdade de Ciências do Porto  
Praça Gomes Teixeira  
4050-290 PORTO (Portugal)  
E-mail: vojsoj@mail.telepac.pt

### *Composição, Impressão e Acabamento*

Litografia A.C.  
Rua Conselheiro Lobato, 179 – 4700-338 BRAGA  
Telefs. 253 272 967 / 253 616 540 – Fax 253 612 008  
E-mail: aclitografia@mail.telepac.pt

### *Distribuição:*

**gradiva publicações, lda.**  
Rua Almeida e Sousa, 21, r/c. Esq.  
1399-041 LISBOA  
Telefs. 21 397 4067/8 – Fax 21 395 3471  
E-mail: gradiva@ip.pt

Dezembro de 2000.

*Tiragem:* 1.000 exs.

Depósito legal nº 27405/89

ISSN: 0304 – 243 X

O volume 40 (fascs. 1-2 e fascs. 3-4) desta revista teve o apoio do IPLB - Instituto Português do Livro e das Bibliotecas ("Programa de Apoio a Revistas"), da Fundação para a Ciência e Tecnologia, da Fundação Calouste Gulbenkian, da Câmara Municipal do Porto e da Fund. Eng.º António de Almeida. Esperamos que essas e outras entidades continuem a possibilitar a obra cultural e científica que a SPAE regularmente recolhe e difunde através dos TAE.

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.  
Nous souhaitons établir l'échange avec d'autres publications.  
We wish to establish exchange with other publications.  
Tauchverkehr erwünscht. Sollicitiamo intercambio.

## SUMÁRIO

<i>Preâmbulo</i> .....	7
<i>Violência e risco na sociedade contemporânea</i> , por Angelina Peralva .....	9
<i>Os desafios da destruição e conservação do património cultural no Brasil</i> , por Pedro Paulo A. Funari .....	23
<i>“Socially alien women” in Bulgarian peasant communities, late 19<sup>th</sup> to mid 20<sup>th</sup> centuries</i> , by Mira Markova .....	33
<i>La mujer indígena en la conquista espiritual de Antonio Ruiz de Montoya.</i> <i>Ensayo de etnohistoria</i> , por Alicia Juliana Pioli .....	41
<i>Perspectivas antropológicas no Museu Archeologico do Carmo</i> , por Ana C. N. Martins .....	53
1.º Curso Elementar de Archeologia (Lisboa, 1885), por Ana C. N. Martins .....	77
<i>Arqueologia industrial do concelho de Matosinhos - I</i> , por José Manuel Lopes Cordeiro .....	119
<i>A relevância do património natural</i> , por Jorge Paiva .....	127
VÁRIA	
<i>João Manuel Bairrão Oleiro 1923-2000</i> , por Jorge de Alarcão .....	137
<i>A emergência das sociedades agro-pastoris: análise teórica do conceito de Neolítico</i> , por Alexandra Leite Velho .....	139

<i>Bibracte em Borgoña. Un yacimiento arqueológico europeo y catorce años de participación científica española</i> , por Juan Gran-Aymerich & Almudena Domínguez Arranz.....	157
<i>La mirada pétreo: imágenes de la gorgona en los monumentos funerarios hispanorromanos en forma de altar</i> , por Alicia Jiménez Díez .....	179
<i>Tomás Romero de Castilla en la crisis de la arqueología en Extremadura</i> , por Pablo Ortiz Romero .....	195
<i>El Servicio de Investigaciones Arqueológicas de Asturias (S.I.A.): F. Jordá Cerdá (1952-1964)</i> , por Gema E. Adán Álvarez .....	207
<i>Revestimentos e cores segundo o “De Architectura” de Vitruvius</i> , por M. Justino Maciel .....	225
<i>“A expedição esquecida”</i> , por Jorge Freitas Branco .....	229

## PREÂMBULO

Eis um volume dos “Trabalhos de Antropologia e Etnologia” que, interessando aos antropólogos e sociólogos, não deixará também de satisfazer os arqueólogos... (alguns dos quais, por vezes, se queixam de que a revista adquiriu um carácter demasiadamente “interdisciplinar”, ou “transdisciplinar”...).

Creemos que é um volume diversificado e rico, e agradecemos a todos quantos nele colaboram\*. Continuamos, no início deste novo ano associativo, na mesma atitude de abertura: aguardamos, em permanência, a proposta de novos textos para publicação, que nos podem ser remetidos por e-mail. Aqui, os autores estão certos de que não esperam mais de 6 meses pela publicação do seu original – escuso de comentar o valor que isso tem, acrescido do facto dos *TAE* oferecerem 25 separatas por artigo, de terem um bom distribuidor nacional e de – aspecto capital – serem uma revista que se pode considerar prestigiada, no contexto das publicações periódicas do seu âmbito em Portugal. E que, inclusivamente, graças ao apoio do IPLB – Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, vai anualmente integrar o acervo de cem bibliotecas municipais portuguesas (entre diversos outros destinos, naturalmente), o que significa que está na mão dos leitores de todo o país, para além de muitos estrangeiros da especialidade.

Apelamos aos novos doutores e mestres, aos jovens que estão agora a adquirir a sua “carta de alforria” científica, para que dêem conta, nestas páginas, das suas propostas, das suas aquisições, das suas interrogações. Na filosofia, na sociologia, na geografia humana, na antropologia, na arqueologia, na psicologia, etc., etc... Para que enviem a recensão crítica de um livro, a notícia de uma exposição ou congresso, para que ajudem, activamente, a fazer dos *TAE* um instrumento de trabalho sempre diversificado e útil, informativo e convidando à reflexão. E pedimos também aos “seniores”, aos nomes consagrados, que se juntem à nossa “equipa” de colaboradores, da qual nos orgulhamos, por ser extensa e de grande qualidade. É um acto cívico participar numa obra destas, construtiva, desinteressada e inteiramente disponível – a obra de uma equipa.

Estamos particularmente abertos aos nossos colegas das ciências sociais e humanas

---

\* Incluímos neste volume dois textos apresentados ao 3º Congresso de Arqueologia Peninsular (Vila Real, 1999) e que deveriam ter sido inseridos no respectivo Vol. I das *Actas* (Porto, ADECAP, 2000). Entretanto, no Vol. 25, de 2000, da revista *Arqueologia* (ed. pelo GEAP, Porto), foram inseridos dois outros textos do mesmo Congresso que, esses, deveriam ter figurado no Vol. II das mesmas *Actas* (Porto, ADECAP, 2000). Apesar de totalmente alheio a esta falha, aproveito aqui para pedir as minhas desculpas aos autores assim tão involuntariamente prejudicados.



de países de expressão portuguesa e espanhola – mas aceitamos, também, originais em francês, inglês, e italiano.

O mundo da experiência humana, da mão ao cérebro, dos comportamentos às emoções, dos indivíduos às grandes configurações culturais e civilizações, das condições materiais às crenças religiosas, dos objectos mais concretos aos conceitos mais abstractos – esse mundo cabe nas páginas desta revista, desde que seja tratado com rigor e seriedade científicos, e com uma perspectiva renovadora e estimulante.

Concluo com algumas notícias mais à mão – enquanto os colegas não enviam as que lhes dizem directamente respeito, e que, obviamente, teremos todo o gosto em divulgar aqui – mas que, penso, poderão interessar bastantes leitores:

– por iniciativa da SPAE, em Outubro de 2000 estive entre nós Alain Testart, do Laboratoire d' Anthropologie Sociale, de Paris, que veio falar ao Porto sobre a interpretação das práticas funerárias, em duas conferências, apoiadas pela Embaixada Francesa/ /Instituto Francês do Porto, Fac. de Letras da U. P., e Fundação para a Ciência e a Tecnologia;

– publicou-se recentemente mais um volume da série “Debates” (nº 3) dedicado à terceira “mesa-redonda de Primavera” (um evento cíclico que anualmente efectuamos no Porto), de Fevereiro de 1999. Intitulado “O Património e os *Media*”, cremos que é um volume importante, pelo frente-a-frente que reproduz entre jornalistas, cientistas, e consumidores do trabalho de uns e outros, que somos todos nós. Seguir-se-lhe-ão outros livros do mesmo tipo, resultantes das mesas-redondas de 2000 (sobre ambiente, cultura e desenvolvimento) e de 2001 (a efectuar em Março de 2001, sobre “Identidade, identidades”), organizadas em colaboração com outra associação portuense, a ADECAP;

– a Faculdade de Letras do Porto publicou em 2000 uma bela brochura relativa ao doutoramento “honoris causa” de Marie-Louise Bastin (Junho de 1999), pessoa que, entretanto, e muito lamentavelmente, nos abandonou. Foi uma criatura invulgar, nas suas qualidades humanas e científicas, e uma das grandes conhecedoras da África “negra” e da sua arte. Não é possível exprimir, em fórmula breve, a perda emotiva e científica que representou o desaparecimento desta mulher belga, casada com um cidadão português. Resta-nos a parca consolação de que contribuimos para lhe dar uma das suas últimas grandes alegrias;

– continuam em publicação as Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, efectuado pela ADECAP e pela UTAD em Setembro de 1999, em Vila Real, Portugal. Prepara-se já o vol. 5, e espera-se conseguir chegar até ao 10º e último, o que, para uma pequena associação como é a ADECAP (responsável pela edição) representa uma verdadeira proeza! Mas os leitores ajuizarão melhor o assunto do que o coordenador geral da dita edição, acompanhado, aliás, por uma enorme plêiade de autores de grande gabarito, alguns deles coordenadores dos volumes já editados ou em preparação.

E é tudo, por ora. Cá ficamos à espera dos contributos e sugestões dos nossos leitores, em [vojsoj@mail.telepac.pt](mailto:vojsoj@mail.telepac.pt)

Porto, Novembro de 2000.

Vitor Oliveira Jorge

# VIOLÊNCIA E RISCO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

por

**Angelina Peralva\***

## 1. INTRODUÇÃO

Quaisquer que sejam o grau e a intensidade da violência efetivamente vivida por cada um de nós, o sentimento de violência parece mais presente que nunca na experiência contemporânea. Minha tese principal no que se refere aos quadros possíveis de interpretação desse fenômeno apóia-se na associação entre violência e risco, e mais precisamente no sentimento de risco que hoje governa as relações entre os indivíduos e o mundo. Mais do que simples fato material, a violência é em parte também a maneira pela qual se designa o sentimento desse risco interiorizado.

Portugal certamente não escapa a essa lógica. Ainda que, considerado pelo olhar externo de uma franco-brasileira, o país apareça como uma democracia em sentido pleno, onde os conflitos sociais, culturais e políticos se expressam através de seus canais próprios, com uma coletividade nacional relativamente mais protegida de uma série de tensões vividas com maior intensidade por outros países da Europa. Se o desemprego, a exclusão, o racismo e a ameaça representada pela extrema direita, que continuam a constituir hoje em vários países a face sombria da integração européia, existem em Portugal, eles não têm aí, me parece, a mesma importância que em outros lugares.

Minha dupla referência cultural, e a dupla vida acadêmica que conduzi durante mais de dez anos, levaram-me a refletir sobre essas questões principal-

---

\* Socióloga, professora da Universidade de Toulouse II (Le Mirail), antiga professora da Universidade de São Paulo, pesquisadora do Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques (CADIS – CNRS/EHESS), Paris.

mente do ponto de vista de dois países muito diferentes, e talvez mesmo opostos, a França e o Brasil. Em ambos, não obstante, uma constatação comum iria ser formulada em fins dos anos oitenta: quanto aos limites da teoria que havia permitido *pensar* a realidade social como um produto da ação coletiva – produto de conflitos e negociações de atores sociais; e pensar a vida política a partir de um princípio de representação desses atores sociais – que é o próprio da democracia.

Na França, Alain Touraine havia elaborado a noção de “novos movimentos sociais”, pensados como o prolongamento na sociedade pós-industrial de um modelo de análise da ação coletiva próprio da sociedade industrial. Os “novos movimentos sociais”, formados por mulheres, ambientalistas e estudantes, deveriam ter a mesma importância na nova sociedade nascente, pensava ele, que teve o movimento operário na sociedade industrial.<sup>1</sup>

Em fins dos anos oitenta, o esgotamento do tema dos “novos movimentos sociais” tornou-se uma constatação evidente. Ao mesmo tempo, o objeto da análise sociológica se deslocou. Já não se tratava mais de considerar a face positiva da sociedade pós-industrial, escrutando o dinamismo de uma forma social emergente com seus conflitos próprios. Tratava-se, sim, de interrogar-lhe a face negativa que remetia à decomposição da sociedade industrial.

Em termos mais brutais: tratava-se de examinar a passagem de uma *société* industrial a uma “sociedade” de massa – que, tal como está sendo considerada aqui, é uma *não* sociedade, é um estado da vida coletiva onde, entre o indivíduo e as fontes de poder, não há estruturas autônomas de mediação, negociação e conflito.

Dois trabalhos podem ser referidos como expressão dessa nova tendência. Em seu estudo sobre o terrorismo, e tratando particularmente da experiência europeia italiana e basca, Michel Wieviorka<sup>2</sup> mostrava como, naquele caso, o terrorismo representava a cristalização no tempo de um processo inexorável de *esgotamento* da capacidade reivindicativa, e sobretudo da força contestadora e subversiva do movimento operário, da capacidade do sindicalismo operário de ser o portador de um projeto positivo de transformação social.<sup>3</sup>

O princípio através do qual seria explicada a *experiência* da juventude das periferias populares francesas é análogo. A noção de “galera” (expressão autócotone, que integrava o vocabulário usual dos jovens das periferias pobres) remete

---

<sup>1</sup> Especialmente em *La société post-industrielle*, Paris, Denoël, 1969; *Production de la société*, Paris, Seuil, 1973; *La voix et le regard*, Paris, Seuil, 1978 et *Le retour de l'acteur*, Paris, Fayard, 1984.

<sup>2</sup> Ver *Sociétés et terrorisme*, Paris, Fayard, 1988.

<sup>3</sup> Essa tese vem na esteira de uma ampla pesquisa sobre o sindicalismo operário na França, dirigida por Alain Touraine, e onde o declínio da capacidade propositiva do movimento operário já era constatado. Ver (com Michel Wieviorka e François Dubet), *Le mouvement ouvrier*, Paris, Fayard, 1984.

a um estado de in-ação, que François Dubet<sup>4</sup> explicaria como o resultado da *decomposição* dos mecanismos de integração da juventude operária. A noção de “galera”, de resto, remete muito diretamente à “sociedade de massa”, na acepção a que me referi anteriormente.

Insisto em que esses dois trabalhos definem de certa maneira um modelo de interpretação dos problemas sociais atuais e da vida social contemporânea, através da vertente da decomposição da sociedade industrial. O que implica uma ruptura importante com o tipo de reflexão anterior. Alain Touraine havia de início pensado a sociedade pós-industrial em termos fundamentalmente *positivos* – como a passagem de uma dinâmica de desenvolvimento fundada no progresso industrial a uma outra dinâmica de desenvolvimento, enraizada no campo cultural.<sup>5</sup>

Esse novo dinamismo teria, evidentemente, no desenvolvimento econômico, sua base própria de sustentação. Mas se definiria sobretudo pela força do desenvolvimento científico e tecnológico, bem como pelo papel dos meios de comunicação de massa do ponto de vista da integração cultural, etc. Os novos conflitos sociais se construiriam no interior desse campo cultural emergente.

Pensar a decomposição da sociedade industrial era algo muito diferente e, sobretudo, não se informava sobre o que estava nascendo. Ao mesmo tempo, o que levou a pensar a decomposição foi a própria *crise* da ação coletiva, o rápido esgotamento dos (novos) movimentos sociais que se haviam formado nos anos 70, na esteira das lutas estudantis da década anterior. Para uma corrente intelectual que se havia formado através da valorização da ação coletiva como instrumento central de análise da vida social, a crise da ação coletiva induziu também, de certa maneira, uma crise intelectual.

No caso do Brasil, uma coisa parecida se verifica, embora sob outras formas. Ao longo dos anos oitenta, o país ingressou em um processo de democratização paulatina. Simultaneamente ocorreu um esgotamento da reflexão intelectual que havia sustentado o processo de redemocratização, em simbiose com o renascimento de lutas coletivas – tanto no campo, quanto nas cidades, onde se formaram, desde fins dos anos 70, importantes movimentos urbanos e sindicais.

Três aspectos principais devem, neste caso, ser sublinhados. A reflexão intelectual se debilitou, no momento da entrada na democracia, em primeiro lugar por razões materiais. Em um país jovem, com elites frágeis, a separação entre o mundo acadêmico, onde a atividade intelectual é produzida, e o mundo da política, é uma separação precária. O deslocamento ao longo dos anos oitenta de quadros universitários e de centros de pesquisa para a política ocasionou um

---

<sup>4</sup> Ver *La Galère. Jeunes en survie*. Paris, Fayard, 1987.

<sup>5</sup> Ver *La société postindustrielle*, op cit.

empobrecimento da vida intelectual.

Por outro lado, a vida intelectual e a vida política, que haviam caminhado juntas durante a resistência à ditadura, separaram-se e de certa maneira entraram em conflito. Muitos intelectuais, ao passar à gestão da vida pública, assumiram a defesa incondicional dos interesses do Estado. Muitos movimentos se engajaram, por seu lado, em uma lógica corporativista, recusando-se a levar em consideração as possibilidades efetivas do Estado em satisfazer suas reivindicações. Ao mesmo tempo, observou-se o esgotamento progressivo de certas formas de ação coletiva que haviam sido gestadas no meio urbano no período anterior.

A “particularidade” brasileira, nesse contexto geral definido pelo debilitamento dos movimentos sociais, é a persistência, no campo, ao longo de todos esses anos, e mesmo o fortalecimento de um movimento social importante, fundamentalmente democrático do ponto de vista das suas reivindicações (em que pese a adoção ocasional de uma linguagem revolucionária): o movimento dos trabalhadores sem terra, MST.

A consolidação do MST, em um contexto mais geral definido pelo esgotamento do movimento sindical nas cidades e dos movimentos populares urbanos, é um fenômeno sugestivo. Ele informa, de certa maneira, sobre o que estava ocorrendo nas cidades. Ele permite formular a idéia de que, se a luta persiste no campo, é porque a natureza dos problemas no campo não mudou; ao passo que, se ela se esgotou na cidade, é porque a natureza dos problemas na cidade mudou. E, de fato, se a democracia permitiu ampliar a luta no campo e dar a ela uma maior visibilidade, na cidade, ao contrário, ela teve efeitos devastadores sobre a capacidade de ação coletiva e os movimentos sociais.

É preciso acrescentar um último elemento a esse quadro introdutório geral. Um tema forte é, portanto, durante os anos 80, tanto no caso da França quanto no do Brasil, o debilitamento dos movimentos sociais que induz, em certa medida, uma *crise* das categorias de análise da vida social. Mas há também, na virada dos anos 80/90, duas novidades importantes que é preciso assinalar. Primeiro, ganhou força a idéia de que se observa hoje uma mudança nas condições gerais de produção da individualidade. Segundo, num registro completamente diferente, que é o dos fenômenos empíricos observáveis, cresceu a importância do tema da violência que, de certa maneira, acabou por substituir o da ação coletiva e dos movimentos sociais.

Em julho de 1989, em um colóquio sobre movimentos sociais realizado na Universidade de São Paulo, Alain Touraine referiu-se pela primeira vez publicamente, eu creio, à idéia de que a categoria de análise *classes sociais* era para ele uma categoria sem mais nenhuma serventia; e que o problema da nova sociedade emergente era o das relações possíveis de serem estabelecidas entre um *sujeito pessoal* (categoria de análise da individualidade) e os *movimentos sociais* (categoria de análise da ação coletiva).

Todo o trabalho empreendido por Touraine nos anos 90 inscreveu-se nessa linha de preocupação. No entanto, para realizá-lo, ele de certa maneira se distanciou da sociologia e da análise dos problemas concretos da vida social, para situar-se num plano de grande generalidade, que era o dos debates sobre a modernidade – exatamente na medida em que a modernidade constitui, por oposição à tradição, o espaço próprio de produção da individualidade, o campo próprio de emergência do indivíduo enquanto categoria de análise da experiência humana.<sup>6</sup>

Em um registro mais diretamente sociológico, François Dubet publicou em 1994 um livro teórico sobre um tema latente em seus trabalhos anteriores, o da “experiência”.<sup>7</sup> A “experiência” era, para ele, a maneira como o indivíduo organizava sua relação com o mundo, através de três lógicas principais: uma lógica “estratégica”, de mobilização de recursos, tendo em vista determinados fins; uma lógica de “integração” a um grupo de referência, ou a uma coletividade determinada; e uma terceira lógica, auto-referencial, que era a aspiração a situar-se no mundo enquanto sujeito autônomo – e que Dubet designou através do termo de “subjetivação”. A subjetivação é, em outras palavras, o processo de produção, por um indivíduo qualquer, das condições da sua própria autonomia.

Trata-se aqui, evidentemente, não de fazer o balanço completo de uma história intelectual, mas de fixar os termos de uma problemática na qual se insere minha reflexão sobre a violência, preparando a apresentação de uma noção que fui levada a mobilizar em meu próprio trabalho nesses últimos anos, e que é a noção de *sociedade de risco*. Essa noção está intrinsecamente ligada ao problema das novas condições de produção da individualidade na sociedade contemporânea, e pertence a uma outra matriz teórica, que é a do grupo hoje liderado, na Inglaterra, por Anthony Giddens, o qual relançou no mercado de idéias, com muita força, a noção de *reflexividade* como atributo da experiência individual e coletiva.

A expressão *sociedade de risco* foi, na verdade, cunhada por Ulrich Beck, sociólogo alemão de sensibilidade ambientalista<sup>8</sup>. Mas todo o trabalho de Beck foi, em seguida, adotado e incorporado ao debate inglês, através de Giddens. E, embora Beck seja quase um desconhecido para os franceses, ele se tornou muito conhecido na Inglaterra, onde praticamente todos os seus livros foram traduzidos.

Mas, antes de entrar na discussão sobre a sociedade de risco, preciso voltar rapidamente àquilo que designei como a segunda grande “novidade” dos anos 90, que é a força com que, no âmbito dos fenômenos empíricos observáveis, o tema da violência entra no debate intelectual. Apesar das enormes diferenças entre os

---

<sup>6</sup> Ver *Critique de la modernité*, Paris, Fayard, 1992, primeiro de uma série de trabalhos nessa direção.

<sup>7</sup> Ver *Sociologie de l'expérience*, Paris, Seuil, 1994, para o qual há também edição portuguesa.

<sup>8</sup> Ver *Risk Society. Towards a New Modernity*. Londres, Sage Publications, 1994.

dois países, isso é verdade tanto na França quanto no Brasil. Nos dois países, também, é possível estabelecer um vínculo entre uma sociologia dos movimentos sociais e uma sociologia da violência contemporânea (sobretudo urbana e juvenil). Muitos antigos estudiosos dos movimentos sociais, nos dois países, tornaram-se estudiosos da violência: como se, de alguma maneira, intuitivamente até, acreditassem que havia, por trás da violência, significados não completamente decodificados e que esses significados tinham alguma coisa a ver com o problema da ação coletiva e dos movimentos sociais.<sup>9</sup>

## 2. SOCIEDADE DE RISCO E VIOLÊNCIA

Depois dessa longa introdução, fica mais fácil para mim falar sobre as relações possíveis entre um fenômeno empírico multiforme e uma noção polissêmica, como são o fenômeno e a noção de violência; e a idéia de *sociedade de risco*, que é uma das inúmeras designações possíveis de serem empregadas hoje para se referir a um tipo de sociedade emergente, ou a algumas características particulares de um tipo de sociedade emergente, cujos traços mais gerais não estão ainda totalmente definidos.

É possível falar de “sociedade de risco”, como se fala de “sociedade pós-industrial”, “programada”, ou de “sociedade de comunicação” ou “sociedade de massa” – cada um desses termos procurando indicar algumas características particulares de formas sociais emergentes. Nesse sentido, cada um dos termos a que me referi nos diz mais sobre a maneira como o sociólogo agarra o problema que pretende analisar, do que sobre traços definitivamente fixados de um tipo societal.

A noção de “sociedade de risco” tem um estatuto próximo daquilo que se designa como uma teoria de médio porte. As teorias de médio porte, de certo modo, marcam os limites da nossa reflexão teórica em um momento dado; mas elas refletem também um certo estado do desenvolvimento social, em momentos em que a rapidez dos processos de mudança impede que a vida social tenha uma legibilidade completa. Apesar dos seus limites, ela ajuda a compreender aspectos importantes da vida social.

---

<sup>9</sup> O exemplo mais significativo, no caso brasileiro, é sem dúvida o da antropóloga Alba Zaluar que, no começo dos anos oitenta quis estudar as formas de associação dos moradores de um conjunto habitacional da periferia pobre do Rio de Janeiro, *Cidade de Deus*, e viu-se a braços com a temática incontornável do crime, que nunca mais abandonou desde então. Ver *A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1985. (A «máquina» era localmente a expressão utilizada para designar o revolver.)

Vou começar pelo tema da violência. A violência pela qual eu me interessei mais particularmente foi a do jovem. Trabalhei com a noção de juventude a partir de uma concepção analítica muito pouco formalizada, menos descritiva do que definida em termos de oposições significativas: jovem, numa concepção desse tipo, é o que se opõe ao velho, é o emergente. É também aquilo que é culturalmente valorizado na nossa sociedade (onde todos queremos ser jovens); mas é também, hoje, quando se trata de problemas de violência, uma categoria social diabolizada. Em vários países do mundo, há uma espécie de consenso quanto ao fato de que a violência estaria se *juvenizando*: isto é, há um consenso quanto ao fato de que ela se refere cada vez mais a um grupo etário particular.

É possível arguir quanto aos limites dessa constatação: de um lado, nem todos os jovens comportam-se de maneira violenta; de outro, nem toda violência é cometida por jovens. Entretanto, apesar do peso desse argumento, a verdade é que, em muitos lugares, a sociedade se mostra especialmente sensível à violência cometida por jovens – menos talvez pelo significado intrínseco do próprio ato violento, e mais pelo fato de serem jovens os que o cometeram – o que remete, de certa maneira, a algumas modificações fundamentais no âmbito das relações entre adultos e jovens na sociedade contemporânea. Essa relação é às vezes tão estreita que a definição do que é “violência” e a definição do que é ser “jovem” terminam quase por confundir-se.

É o caso na França, penso, onde a oposição jovem x adulto, sem poder ser generalizada, adquiriu no entanto uma força considerável, sobretudo nos meios populares. “Adulto”, para um jovem das periferias urbanas francesas, não é uma categoria das relações intra-familiares ou privadas. É uma categoria que se refere ao espaço público, e uma definição institucional. O “adulto” é, por exemplo, aquele que, na escola, tem o poder de incluir ou de excluir. É também aquele que dispõe de recursos para consumir. Tem o poder de distribuir certos benefícios sociais, que são um atributo do Estado. Etc. A oposição adulto x jovem, nos meios populares franceses, tem hoje quase o estatuto de uma oposição de classes.

No caso do Brasil, a oposição é talvez menos acentuada, mas ela existe também: o adulto representa a ordem, e o jovem a desordem; mas, sobretudo, o jovem constrói sua experiência, ou sua relação com o mundo, em termos radicalmente diferentes daqueles que definiram a experiência do adulto.

Nos dois países, dois traços marcam sobretudo essa diferença: a relação com o trabalho e a relação com a escola. A entrada no mundo do trabalho é retardada, e deixa de ser funcional do ponto de vista da construção da identidade; a relação com a escola é prolongada – e isso tem uma incidência direta no prolongamento de uma identidade diretamente definida em termos de juventude.

A violência juvenil é no entanto muito diferente, em cada um dos casos considerados. O fato mais marcante, na experiência brasileira, foi o crescimento



exponencial, nos últimos 15 a 20 anos, das taxas de homicídio, que hoje situam-se entre as mais altas do mundo (23 por 100 mil habitantes) e os jovens são suas vítimas preferenciais. A França, ao contrário, tem índices de homicídio extremamente baixos, mas seus índices de suicídio, conforme estudos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa Médica (INSERM) situam-se em uma faixa comparável às taxas de homicídio brasileiras. Entretanto, embora as taxas de suicídio entre jovens venham crescendo, não é entre eles que são mais elevadas.

O grande tema, no que se refere à violência juvenil, na França, é o das *incivildades* – tema que marca de certo modo a ruptura, ou a inversão do processo de civilização dos costumes, tal como foi analisado por Norberto Elias. Trata-se de um tema muito sensível e surpreendente, em uma sociedade onde os indivíduos realmente se habituaram a interiorizar sua própria agressividade, mais do que a exteriorizá-la. No caso do Brasil, o grande tema é o do *crime* e da juvenização do crime – fenômeno que alcançou uma amplitude considerável, sobretudo em alguns grandes centros urbanos brasileiros.

Não vou pôder abordar detalhadamente essa questão da incivildade na França, e do crime no Brasil, porque gostaria de dedicar um certo tempo à análise do tema da *sociedade de risco*. Sobre a violência, direi então apenas duas coisas.

Primeiro: há relações estreitas entre a incivildade e o crime. No caso da França, muitos atos criminosos – inclusive homicídios, cujas taxas têm sofrido um crescimento importante entre os menores, desde o começo da década de 1990 – muitos atos criminosos constituem o prolongamento natural de condutas agressivas e “incivis”. No caso do Brasil, o crime muitas vezes encobre e sustenta manifestações de incivildade. Segundo – e essa é a minha principal hipótese de trabalho – a incivildade e o crime hoje em parte constituem os operacionalizadores de uma forma de revolta proto-política, que não consegue inscrever-se no espaço público sob formas propriamente políticas.

Considerada em termos históricos, essa hipótese nada tem de original. Na França, Louis Chevalier deu amplitude e repercussão à noção de “classes perigosas”, característica do começo do século 19<sup>10</sup>. As “classes perigosas” a que ele se refere são as antecessoras das classes laboriosas, definidas pela capacidade de estruturação de um conflito social – capacidade que falta às primeiras. Na experiência das “classes perigosas”, justamente, a revolta e o crime são inseparáveis.

Se considerarmos que essa hipótese tem alguma verosimilhança, se aplicada aos dias de hoje, o estudo da violência permitiria assim explicar as relações entre esse fenômeno, analisado na sua especificidade própria, e o declínio dos movimentos sociais. A violência aparece aqui como aquilo que as antigas formas

---

<sup>10</sup> Ver *Classes laborieuses et classes dangereuses*, Paris, Hachette, 1984.

políticas já não conseguem tratar; e também como prenunciadora de novos conflitos ainda não completamente explicitados em suas formas próprias – e isso em razão da indeterminação relativa em que ainda se encontra a vida social contemporânea. Ao dizer isso, não se trata de confundir conflito e crime, mas de constatar que essas duas dimensões da experiência humana são hoje, mais do que no passado, dificilmente separáveis.

Duas lógicas principais parecem combinar-se hoje na violência juvenil, mais além das formas particulares (da incivilidade ou do crime) que essa violência assume. Primeiro, a violência supõe, quase sempre, um engajamento individual em situações de risco, e o medo é uma categoria fundamental desse engajamento. A violência é aqui, em grande medida, de natureza reativa. O engajamento na violência é suscitado pelo medo – que é sobretudo um sentimento difuso e pode ser remetido a várias situações concretas, mas que, em última análise, expressa a contradição entre a responsabilidade cultural, interiorizada por cada indivíduo, de tornar-se um sujeito autônomo; e a indisponibilidade dos recursos materiais e culturais que lhe permitiriam assumir em termos concretos essa responsabilidade.

Um tema forte na experiência juvenil, vista nessa perspectiva, é o da *vergonha* – vergonha de não ser autônomo, de não ser responsável por si mesmo, ou de ser visto negativamente, como não autônomo, pelos demais. Esse medo difuso faz com que a violência seja também percebida como uma categoria geral e indeterminada. A violência é tudo que me impede de aparecer, diante de mim mesmo, e diante dos outros, como um sujeito autônomo. E a única resposta possível à violência é a própria violência.

Segundo, a violência se apóia, simultaneamente, em processos de sectarização, através dos quais é reconstituído, em bases infra-sociais, um princípio de ordem coletiva e social. Essas “seitas” – e estou utilizando a expressão em sentido amplo e indeterminado – constituem um espaço de proteção, que a sociedade enquanto tal já não consegue oferecer ao indivíduo. O que é interessante, com relação a elas, é que funcionam geralmente em bases fusionais e, nesse sentido, representam uma negação da autonomia individual, pleiteada pela via do engajamento em condutas de risco.

Ora, essas duas lógicas não estão ligadas apenas na violência juvenil. Elas apontam também para uma configuração geral da sociedade contemporânea, que a noção de *sociedade de risco*, originalmente formulada por Beck, ajuda a compreender. Nessa nova configuração, dois elementos importantes ressaltam: o primeiro é o da nova importância, enquanto elemento de formação de um conflito social, do tema da defesa da autonomia individual; o segundo é o do debilitamento da ordem social, que remete à necessidade da reconstituição, em bases infra-sociais, de um princípio de ordem.

Vou retomar aqui, de forma muito simplificada, o argumento de Beck, ao

formular a noção de *sociedade de risco*. Para ele, a sociedade de risco corresponde à etapa atual do nosso desenvolvimento e à forma atual da nossa modernidade. Ela pressupõe um modo de desenvolvimento definido pela autonomia crescente da racionalidade científica, tecnológica e econômica; e por uma individualização crescente da experiência social. De um lado, o processo de racionalização é produtor de riscos dificilmente controláveis – riscos para o meio ambiente, por exemplo; mas também riscos de desemprego, ligados à racionalização da produção econômica. De outro lado, a individualização crescente da vida social torna os indivíduos mais frágeis para resistir a esses riscos que os ameaçam e que supõem, evidentemente, uma capacidade de resistência coletiva. Entre essas duas lógicas, diz Beck, se inscreve o medo; e quando o medo suscita uma resistência coletiva, observa-se a formação do que ele chama de “a comunidade das vítimas”.

Essa representação geral da vida social contemporânea corresponde muito diretamente àquilo que é possível observar quando se estuda, como foi o meu caso, as lógicas de engajamento dos jovens na violência. O medo pode suscitar lutas políticas de resistência. Mas ele pode também suscitar o engajamento em condutas violentas, ali onde a polícia não aparece como um recurso possível.

Isso significa também que muitos temas novos e emergentes escapam hoje ao campo da política. Em parte, porque o medo de que falo aqui não se refere apenas a riscos objetivos, mas também àqueles que são diretamente derivados das novas condições de produção da individualidade na sociedade contemporânea. Nessas novas condições, o indivíduo é muito mais “livre” – mas ele é também muito mais desprotegido. Essa liberdade remete aos traços mais gerais do que estou chamando aqui, no prolongamento do pensamento de Beck, de “sociedade de risco” – e da qual destacarei três traços principais.

1) A sociedade de risco é uma sociedade onde o trabalho, pelo menos em sua forma assalariada clássica, deixa de ser o motor do desenvolvimento, para nela ocupar um lugar contingente e secundário. Nós já aprendemos o quanto o desenvolvimento científico e tecnológico são capazes de dispensar trabalho humano. Nas novas condições, o trabalho (assalariado) só subsiste, ou como uma referência negativa (como desemprego), ou como trabalho precário, que é uma outra expressão do seu lugar contingente no desenvolvimento social. Sob essa última forma, ele constitui uma relação particular entre o indivíduo e o mercado – isto é, passa a ser para o indivíduo uma forma de mobilização de recursos que lhe permite viabilizar certos projetos pessoais (inclusive, é certo, projetos criadores de trabalho). Mas deixa de ser um elemento central modelador da vida social. Seu significado deixa de ser fundamentalmente coletivo, no sentido de que ele deixa de ter implicações importantes do ponto de vista da constituição de uma identidade coletiva, como foi o caso do trabalho operário. Esse significado torna-se fundamentalmente individual.

2) A sociedade de risco é uma sociedade onde o mundo da moral e das normas, que foi um elemento fundamental de regulação das atitudes e comportamentos na sociedade moderna, se debilita, desaparece ou se transforma profundamente. A França comemorou com muita ênfase os trinta anos do movimento de maio de 68. Ora, a revolução de maio de 68 foi uma revolução cultural, que visou, em grande medida, a liberação dos costumes e a flexibilização das normas que regulavam os comportamentos. Ela começou em Nanterre, com uma reivindicação de que rapazes e moças pudessem circular livremente entre seus respectivos alojamentos. Até ali, na França, a maioria das escolas separavam meninos e meninas. Hoje essa revolução liberal, que atingiu os costumes, pode ser considerada como completamente vitoriosa – embora, sob vários aspectos ainda, ela se depare com resistências conservadoras. Mas, no essencial, é possível dizer que nós vivemos em sociedades definidas por um espectro muito mais amplo do que no passado, no que se refere aos comportamentos suscetíveis de serem socialmente aceitos como legítimos. Há muito menos modelos do que no passado, muito mais diversidade e muito mais tolerância também. A norma, estrito senso, é uma categoria que desapareceu – posto que por definição ela tem um sentido universal, e portanto incompatível com a diversidade contemporânea.

Essa revolução liberal contribuiu também para liquidar um outro princípio fundamental sobre o qual assentava a ordem moderna, a separação entre o “normal” e o “patológico”. Se não há mais norma, também não há mais “normalidade” (adequação à norma), nem tampouco “patologia” (desvio com relação à norma). Esse fenômeno tem uma incidência extremamente importante sobre as condições de produção da individualidade na sociedade contemporânea. Para a sociologia clássica, a de Durkheim, ou a de Parsons, um indivíduo é tanto mais autônomo quanto mais socializado – isto é, quanto mais houver interiorizado as regras da vida coletiva, que ele pode acatar ou delas ao contrário divergir. Hoje, o desaparecimento das normas transforma o significado da autonomia individual: autônomo é o indivíduo capaz de produzir o sentido da sua própria vida, em um tempo cuja finitude é inexorável, porque balizado pelo nascimento e pela morte.<sup>11</sup>

3) A sociedade de risco é, por fim, uma sociedade democrática. E eu evoco aqui a noção de democracia em dois dos seus significados principais: a democracia é um modelo político liberal. Na França, Claude Lefort evocou a imagem da cadeira vazia, para indicar o quanto a democracia pressupõe uma ruptura com o

---

<sup>11</sup> Gilles Lipovetsky chama a atenção sobre a importância da ótica liberal e auto-referencial, enquanto princípio de regulação das relações humanas na sociedade contemporânea: não faço mal ao outro, não tanto por referir-me a regras de moralidade, mas a um princípio ético que me obriga a não agir em contradição com a maneira como gostaria que agissem para comigo. Ver *Le crépuscule du devoir. L'éthique indolore des nouveaux temps démocratiques*. Paris, Gallimard, 1992.

voluntarismo de Estado.<sup>12</sup> Mas a democracia pressupõe também o crescimento da igualdade social, e essa é justamente uma característica da sociedade contemporânea, onde, não obstante a importância dos temas do desemprego e da precarização do trabalho, cresce simultaneamente a participação individual em todos os níveis da vida social – participação no consumo, mas também na educação ou na cultura, ao mesmo tempo em que os mecanismos de segmentação e hierarquização social se enfraquecem.

Os três aspectos aqui evocados são, de certo modo, positivos. Mas eles delineiam novos problemas e dificuldades do ponto de vista da construção da autonomia individual, e das relações entre demandas individuais e ação coletiva. E isso, me parece, por duas razões complementares.

A primeira é que, nessa nova sociedade, ordem e poder se separam e o poder se inscreve diretamente nos processos de mudança e nas lógicas de desenvolvimento. Na verdade, a modernidade sempre conteve um elemento de modernização, de mudança, e de abertura para o futuro e o desconhecido. Mas a esse elemento se combinava um princípio de ordem, definido em termos de racionalidade normativa, e pelo apelo ao passado e à continuidade de uma coletividade dada. A modernidade é, de certo modo (e isso é um problema central no pensamento de Hannah Arendt), uma relação instável de equilíbrio entre o passado e o futuro.<sup>13</sup> É pela abertura para o futuro que nós nos definimos como modernos (e Portugal teve nisso, historicamente, um papel central, na medida em que ampliou e redesenhou as fronteiras do mundo). Mas é também pela referência ao passado, diz Hannah Arendt, que nós asseguramos a continuidade do mundo, posto que a memória é um elemento central de ordenamento da vida coletiva.

A ordem moderna era, certamente, a expressão de um poder e o lugar de exercício de uma dominação; mas era também o lugar de formação de movimentos sociais e de movimentos de contestação. Eu estou convencida, depois de haver estudado essa questão de forma muito longa e detalhada, através de verdadeiras pesquisas empíricas, que uma parte considerável da violência contemporânea deriva do fato de que a ordem deixou de ser necessária para o exercício do poder. E esse fato não apenas alarga o espaço da violência, mas torna mais difícil a construção dos conflitos sociais, que emergem em um espaço aberto, e não mais, como no passado, em um espaço de fronteiras delimitadas.

A segunda dificuldade está ligada à própria experiência democrática e ao crescimento da participação individual, ou à redução das desigualdades sociais, que são inerentes à democracia. Norberto Bobbio disse em um de seus ensaios,

---

<sup>12</sup> Ver *L'invention démocratique*, Paris, Fayard, 1994.

<sup>13</sup> Ver por exemplo *La crise de la culture*, Paris, Gallimard, 1972.

sobre a direita e a esquerda, que a esquerda se definia classicamente pela defesa da igualdade e a direita, pela defesa das diferenças<sup>14</sup>. Creio que essa questão precisa pelo menos ser repensada. Porque hoje, é através da democratização do acesso ao consumo, à cultura e à escolarização longa que, nas nossas sociedades, se exerce a influência dos grandes aparelhos do desenvolvimento científico, tecnológico e econômico sobre a vida social. O crescimento da participação se inscreve assim em uma lógica geral do funcionamento social. Em contrapartida, produzir-se enquanto indivíduo é produzir uma diferença, fundada em uma historicidade individual – a memória dos indivíduos no que se refere às suas origens, que é um dos materiais mais importantes com que eles construirão a sua relação com o futuro.

A dificuldade na estruturação de novos conflitos sociais expressos sob formas propriamente políticas é reveladora das dificuldades a que antes me referi, de articulação entre demandas individuais e ação coletiva. Nessas condições, muitas demandas individuais passam a ser objeto de escolhas de tipo puramente estratégico, inclusive aquelas que desembocam em condutas violentas. A produção da autonomia individual é vista como o resultado do engajamento em uma situação de risco e assumir o risco torna-se legítimo, do ponto de vista de um valor fundamental, que é a defesa da autonomia individual.

Vou concluir dizendo o seguinte. Pretendi afirmar aqui que certas expressões da violência contemporânea são inerentes ao estado de desenvolvimento da nossa vida social atual, e que elas ajudam a pensar certas características da nossa sociedade onde a importância do risco, enquanto elemento de estruturação da experiência individual, torna-se muito maior do que no passado. O risco deriva das novas formas de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico; mas ele deriva também do abandono dos princípios de ordem que constituíram o fundamento da modernidade. Acredito que reduzir a violência e construir novos princípios de ordem, pautados no respeito da liberdade e da diversidade individual, são duas faces do mesmo problema. Isso significa também favorecer a autonomia dos indivíduos e a expressão das suas diferenças.

---

<sup>14</sup> Ver *Droite et gauche. Essai sur une distinction politique*. Paris, Seuil, 1996.

# OS DESAFIOS DA DESTRUIÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL NO BRASIL

por

Pedro Paulo A. Funari\*

**Resumo:** O artigo trata da destruição e conservação do património cultural no Brasil, a começar pela própria definição dos termos em questão. Menciona-se a preservação e a destruição dos edifícios coloniais, o descaso na manutenção de cultura material histórica, o que se relaciona à sociedade brasileira e sua clivagens. Preservam-se mais os vestígios da elite, mas mesmo estes sofrem pelo descaso. Os vestígios indígenas, afro-brasileiros e humildes, em geral, são pouco valorizados. A comunicação entre os arqueólogos e o público é exemplificada com o caso da Arqueologia de um estado rebelde, Palmares. O artigo conclui-se com a proposta de maior atenção dos arqueólogos para com a preservação cultural.

**Palavras-chave:** Património cultural; vestígios materiais; preservação.

Os desafios da destruição e conservação do património cultural no Brasil são, provavelmente, pouco conhecidos do público académico português e este artigo visa apresentar alguns aspectos dessas questões aos estudiosos lusitanos. Antes de discutir a experiência brasileira, cabe explorar os diferentes sentidos ligados ao conceito mesmo de “património cultural”. As línguas românicas usam termos derivadas do latim *patrimonium* para se referir à “propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança”. Os alemães usam *Denkmalpflege*, “o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar”, enquanto o inglês adotou *heritage*, na origem restrito “aquilo que foi ou pode ser herdado” mas que, pelo mesmo processo de generalização que afectou as línguas românicas e seu uso dos derivados de *patrimonium*, também passou a ser usado como uma referência aos monumentos herdados das gerações anteriores. Em todas estas expressões, há sempre uma referência à lembrança, *moneo* (em latim, “levar a pensar”, presente tanto em *patrimonium* como em *monumentum*), *Denkmal* (em alemão, *denken*

---

\* Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, C. Postal 6100, Campinas, 13081-970, SP, Brasil, fax 55 19 289 33 27, pedrofunari@sti.com.br.

significa “pensar”) e aos antepassados, implícitos na “herança”. Ao lado destes termos subjectivos e afectivos, que ligam as pessoas aos seus reais ou supostos precursores, há, também, uma definição mais económica e jurídica, “propriedade cultural”, comum nas línguas românicas (cf. em italiano, *beni culturali*), o que implica um liame menos pessoal entre o monumento e a sociedade, de tal forma que pode ser considerada uma “propriedade”. Como a própria definição de “propriedade” é política, “a propriedade cultural é sempre uma questão política, não teórica”, ressaltava Carandini (1979: 234).

Há não muito tempo, Joachim Hermann (1989: 36) sugeriu que “uma consciência histórica é estreitamente relacionada com os monumentos arqueológicos e arquitectónicos e que tais monumentos constituem importantes marcos na transmissão do conhecimento, da compreensão e da consciência históricos”. Não há identidade sem memória, como diz uma canção catalã: “aqueles que perdem suas origens, perdem sua identidade também”(Ballart 1997: 43). Os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens e, por sua própria natureza como cultura material, são usados pelos actores sociais para produzir significado, em especial ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica. Deveríamos, entretanto, procurar encarar estes artefactos como socialmente construídos e contestados, em termos culturais, antes que como portadores de significados inerentes e ahistóricos, inspiradores, pois, de reflexões, mais do que de admiração (Potter s.d.). Uma abordagem antropológica do próprio património cultural ajuda a desmascarar a manipulação do passado (Haas 1996). A experiência brasileira, a esse respeito, é muito clara: a manipulação oficial do passado, incluindo-se o gerenciamento do património, é, de forma constante, reinterpretada pelo povo. Como resumiu António Augusto Arantes (1990: 4): “o património brasileiro preservado oficialmente mostra um país distante e estrangeiro, apenas acessível por um lado, não fosse o fato de que os grupos sociais o reelaboram de maneira simbólica”. Esses estratos são os excluídos do poder e, assim, da preservação do património.

No Brasil, houve, sempre, uma falta de interesse, por parte dos arqueólogos, em interagir com a sociedade em geral – como é o caso, na verdade, alhures na América Latina, como nota Gnecco (1995: 19) – e o património foi deixado para “escritores, arquitectos e artistas, os verdadeiros descobridores do património cultural no Brasil, não historiadores ou arqueólogos” (Munari 1995). A preservação dos edifícios de igrejas coloniais poderia ser considerado, no Brasil e no resto da América Latina (García 1995: 42), como o mais antigo manejo patrimonial. É interessante notar que a importância da Igreja Católica na colonização ibérica do Novo Mundo explica a escolha estratégica de se preservar esses edifícios, sejam templos construídos sobre os restos de estruturas indígenas (cf. o exemplo maia, em Alfonso & García s.d.: 5), sejam as igrejas nas colinas que dominavam a



paisagem, como foi o caso na América portuguesa. Contudo, nem mesmo as igrejas foram bem preservadas no Brasil, com importantes exceções, e isto pode ser explicado pelo anseio das elites, nos últimos cem anos, de “progresso”, não por acaso um dos dois termos na bandeira nacional surgida da Proclamação da República, em 1889, “ordem e progresso”. Desde então, o país tem buscado a modernidade e qualquer edifício moderno é considerado melhor do que um antigo. Houve muitas razões para mudar-se a capital do Rio de Janeiro para uma cidade criada *ex nouo*, Brasília, em 1961, mas, quaisquer que tenham sido os motivos económicos, sociais ou geopolíticos, apenas foi possível porque havia um estado d’alma favorável à modernidade. A melhor imagem da sociedade brasileira não deveria ser os edifícios históricos do Rio de Janeiro, mas uma cidade moderníssima e mesmo os mais humildes sertanejos deveriam preferir seu património, em benefício de uma cidade sem passado (Funari, a sair).

Talvez o exemplo mais claro dessa luta contra a lembrança materializada seja São Paulo, essa megalópolis, cujo crescimento não encontra paralelos. Ainda que fundada em 1554, continuou a ser uma cidadezinha até fins do século XIX, até tornar-se, nestes últimos cem anos, a maior cidade do hemisfério sul. Nesse processo, restos antigos sofreram constantes degradações ideológicas e físicas, sendo construídos novos edifícios para criar uma cidade completamente nova. Os edifícios históricos, se assim se pode falar, são a Catedral e o Parque Modernista do Ibirapuera, planejado por Niemeyer, ambos inaugurados em 1954 para comemorar os quatrocentos anos da cidade. Os principais prédios públicos, como o Palácio dos Bandeirantes, sede do governo do Estado de São Paulo ou o Palácio Nove de Julho, que abriga a Assembléia Legislativa do Estado, são, também, muito recentes e a mais importante avenida, a Paulista, fundada em fins do século XIX como um bastião de mansões aristocráticas, foi totalmente remodelada na década de 1970. Mesmo em cidades coloniais, algumas delas bem conhecidas no exterior, como Ouro Preto, declarada Património da Humanidade, a modernidade está sempre presente, por desejo de seus habitantes. Guiomar de Grammont (1998: 3) descreve esta situação com palavras fortes:

“A distância entre as autoridades e o povo é a mesma daquela entre a sociedade civil e o passado, devido à falta de informação, ainda que os habitantes das cidades coloniais dependam do turismo para sua própria sobrevivência. Quem são os maiores inimigos da preservação dessas cidades coloniais? Em primeiro lugar, a própria administração municipal, não afectada pelos problemas sociais e ignorante das questões culturais em geral mas, às vezes, os moradores também, inconscientes da importância dos monumentos, contribuem para a deformação do quadro urbano. Novas janelas, antenas parabólicas, garagens, telhados e casas inteiras bastam para transformar uma cidade colonial em uma cidade moderna, uma mera sombra de uma antiga cidade colonial, como é o caso de tantas delas”.

É fácil entender que as pessoas estejam interessadas em ter acesso à infraestrutura moderna mas, como notam os europeus quando visitam as cidades coloniais, se os edifícios medievais podem ser completamente reaparelhados, sem danificar os prédios, não haveria porque não fazê-lo no Brasil. Outra ameaça ao patrimônio arqueológico das cidades coloniais é o roubo, já que os ladrões são muito atuantes, havendo mais de quinhentas igrejas e museus locais coloniais (Rocha, 1997; cf. um caso semelhante na República Tcheca, Calabresi, 1998). Um problema mais prosaico é a deterioração dos monumentos devido à falta de manutenção e abrigo, mesmo no interior de edifícios (Lira, 1997; Sebastião, 1998). Estes três perigos para a manutenção dos bens culturais, aparentemente não relacionados, revelam uma causa subjacente comum: a alienação da população, o divórcio entre o povo e as autoridades, a distância que separa as preocupações corriqueiras e o *ethos* e políticas oficiais. Houve uma “política de patrimônio que preservou a casa-grande, as igrejas barrocas, os fortes militares, as câmaras e cadeias como as referências para a construção de nossa identidade histórica e cultural e que relegou ao esquecimento as senzalas, as favelas e os bairros operários” (Fernandes, 1993: 275).

Para o povo, há, pois, um sentimento de alienação, como se sua própria cultura não fosse, de modo algum, relevante ou digna de atenção. Tradicionalmente, havia dois tipos de casa no Brasil: as moradas de dois ou mais andares, chamados de “sobrados”, onde vivia a elite, e todas as outras formas de habitação, como as “casas” e “casebres”, “mocambos” (derivado do quimbundo, *mukambu*, “fileira”), “senzalas” (locais da escravaria), “favelas” (tugúrios) (Reis Filho, 1978: 28). O resultado de uma sociedade baseada na escravidão, desde o início houve sempre dois grupos de pessoas no país, os poderosos, com sua cultura material esplendorosa, cuja memória e monumentos são dignos de reverência e preservação e os vestígios esqueléticos dos subalternos, dignos de desdém e desprezo. Como enfatizou o grande sociólogo brasileiro, Octávio Ianni (1988: 83), o que se considera patrimônio é a Arquitetura, a música, os quadros, a pintura e tudo o mais associado às famílias aristocráticas e à camada superior em geral. A Catedral, frequentada pela “gente de bem”, deve ser preservada, enquanto a Igreja de São Benedito, dos “pretos da terra”, não é protegida e é, com frequência, abandonada. Os monumentos considerados como patrimônio pelas instituições oficiais, de acordo com Eunice Durham (1984: 33), são aqueles relacionados à “história das classes dominantes, os monumentos preservados são aqueles associados aos feitos e à produção cultural dessas classes dominantes. A História dos dominados é raramente preservada”.

Devemos concordar com Byrne (1991: 275) quando afirma que é comum que os grupos dominantes usem seu poder para promover seu próprio patrimônio, minimizando ou mesmo negando a importância dos grupos subordinados, ao for-

jar uma identidade nacional à sua própria imagem, mas o grau de separação entre os setores superiores e inferiores da sociedade não é, em geral, tão marcado quanto no Brasil. Neste contexto, não é de surpreender que o povo não preste muita atenção à protecção cultural, sentida como se fora estrangeira, não relacionada à sua realidade. Há uma expressão no português do Brasil que demonstra, com clareza, esta alienação das classes: “eles, que são brancos, que se entendam”. Note-se que esta frase é usada também por brancos para se referirem às autoridades em geral. A mesma distância afecta o património, pois os edifícios coloniais são considerados como “problema deles, não nosso”. Poderíamos dizer, assim, que a busca da modernidade, mesmo sem levar em conta a destruição dos bens culturais, poderia bem ser interpretada como um tipo de luta não apenas por melhores condições de vida, mas contra a própria lembrança do sofrimento secular dos subalternos.

O património arqueológico *stricto sensu* poderia deixar de ser afectado por esta falta de interesse na preservação da cultura material da elite, na medida em que a Arqueologia produz evidência de indígenas e dos humildes em geral (cf. Trigger, 1998: 16). Entretanto, há muitos factores que inibem um engajamento activo da gente comum na protecção patrimonial. Em primeiro lugar, há falta de informação e de educação formal sobre o tema. Indígenas, africanos e pobres são raramente mencionados nas lições de História e, na maioria das vezes, as poucas referências são negativas, ao serem representados como preguiçosos, uma massa de servos atrasados incapazes de alcançar a civilização. Os índios eram considerados ferozes inimigos, dominados por séculos e isso *pleno iure*. Em famoso debate, no início do século XX, Von Ihering, então diretor do Museu Paulista, propôs o extermínio dos índios Kaingangs que, segundo ele, estavam a atrapalhar o progresso do país (Schwarcz, 1989: 59) e, mesmo que tenha sido desafiado por outros intelectuais, principalmente do Museu Nacional do Rio de Janeiro, sua atitude era e ainda é muito sintomática da baixa estima dos indígenas, mesmo na academia. Basta lembrar que o material indígena proveniente do oeste do Estado de São Paulo, coletado há oitenta anos, à época de Von Ihering, apenas agora está sendo exposto, graças a um projecto inovador da Universidade de São Paulo (Cruz, 1997): antes tarde do que nunca!

Os negros, por sua parte, foram considerados como bárbaros ameaçadores ou, como disse, há pouco, um eminente e renomado historiador brasileiro, Evaldo Cabral de Mello (Leite, 1996): “Não é possível negar o que era o Quilombo dos Palmares: era uma república negra, foi destruída e eu prefiro, para ser franco, que assim tenha sido. Por uma razão muito simples. Se Palmares tivesse sobrevivido, teríamos no Brasil um Bantustão, um Estado independente e sem sentido”. Assim, um importante historiador ainda se sente ameaçado pelos negros e parece mirar-se em Catão: *delenda Palmares!* Ser capaz de dizer tais disparates *ex cathedra*

revela muito sobre a doutrinação, cheia de preconceitos que, de uma outra ou de outra maneira, acaba por atingir o próprio povo (Funari, 1996<sup>a</sup>: 150 *et passim*).

Por fim, mas não menos importante, há uma falta de comunicação entre o mundo acadêmico, em particular a comunidade arqueológica, e o povo. Os arqueólogos deveriam agir *com* a comunidade, não para ela (Rússio, 1984: 60), dando ao povo uma melhor compreensão do passado e do mundo (Hudson, 1994: 55). Para atingir esses objectivos, pesquisas de largo fôlego não deveriam levar à diversão (Durrans, 1992: 13), mas à integração de processos, como é o resgate de edifícios históricos e a escavação de sítios arqueológicos, e produtos, como a publicização do trabalho científico por meio de diferentes *media* (Merriman, 1996: 382). Um bom exemplo é o destino de um sítio arqueológico particularmente importante no Brasil: o quilombo do século XVII, conhecido como Palmares. Desde a década de 1970, começou-se a suspeitar que o famoso quilombo, que resistiu por quase um século ao sistema escravista, se localizava no interior do Estado de Alagoas, na Serra da Barriga. Ativistas negros encontraram restos de superfície na colina e conseguiram, depois de uma campanha sem precedentes, fazer com que as autoridades declarassem a área património nacional, em 1985. Contudo, devido ao pouco caso do *establishment* arqueológico, controlado por forças conservadoras ligados ao regime militar (Funari, 1995b: 238-245), o sítio ficou nas mãos das autoridades locais. O resultado foi o uso de tractores para nivelar uma parte importante do sítio, o que permitiu que as autoridades promovessem festas e, desta forma, conseguissem o apoio eleitoral.

No início da década de 1990, quando o trabalho arqueológico começou na Serra, um dos principais objectivos foi actuar com a comunidade local e com os activistas negros, de modo que se pudesse compreender o sítio e sua importância e se pudesse almejar, para o lugar, mais do que o destino de local de festas. O poder obtido por aqueles que estão, normalmente, excluídos dos processos de decisão (Jones, 1993: 203) seria apenas possível por meio da divulgação científica e na mídia da pesquisa arqueológica. Nos últimos anos, os arqueólogos encarregados do estudo do sítio, Charles E. Orser, Jr. (1992; 1993; 1994; 1996) e este autor (Funari, 1991; 1994a; 1995a; 1995c; 1996a; 1996b; 1996c; 1996e; 1996f; Orser e Funari, 1992) publicaram três livros, integral ou parcialmente, dedicados a Palmares, mais de dez artigos científicos em revistas académicas brasileiras e estrangeiras, assim como Scott Allen (1997; 1999) produziu um mestrado e um doutorado sobre o sítio, além de estudo de Michael Rowlands (1999), a partir do mesmo sítio. Além disso, diversos artigos em revistas e jornais, tanto no Brasil como no exterior, foram publicados. É provável que isto não seja suficiente para mudar, de forma radical, a atitude subjectiva dos brasileiros comuns para com essas evidências humildes de um quilombo, pois o contexto mais amplo no Brasil não seria alterado por uma actividade académica isolada, mas, mesmo assim,

muito mais gente, agora, sabe da existência do sítio e de sua possível importância.

De facto, quinze anos atrás, no final do regime militar, Olympio Serra (1984: 108) propôs uma interpretação ousada de Palmares, como um possível modelo de sociedade não-autoritária: “deveria ser possível recriar a experiência de uma sociedade pluralista, como era a República de Palmares. E se você olha esta mais atraente fase da História do Brasil, vai ver que, em Palmares, não havia apenas negros, mas também índios, judeus, em outras palavras, todos os discriminados pela ordem colonial, todos que eram diferentes”. Alguns anos depois, o trabalho arqueológico na Serra da Barriga produziu evidência material que pode substanciar esta abordagem humanista. Palmares deve seu crescimento, sobrevivência e destruição ao papel que teve no comércio entre a costa e o interior, pois os interesses mercantis e Palmares se opunham àqueles da nobreza e dos latifundiários, que triunfaram, ao fim, devido à força dos grupos nobiliárquicos, em Portugal e na colônia. A destruição desta tendência pluralista explica a persistência de um discurso racista e elitista, já mencionado, e o trabalho arqueológico de resgate da cultura material do quilombo, assim como sua preservação como património cultural, passa a ter um papel não desprezável na promoção de uma consciência crítica, dentro e fora do mundo académico.

No Brasil, o cuidado do património sempre esteve a cargo da elite, cujas prioridades têm sido tanto míopes como ineficazes. Edifícios de alto estilo arquitectónico, protegidos por lei, são deixados nas mãos do mercado e o comércio ilegal de obras de arte é amplamente tolerado. Recentemente, Christie's vendeu uma obra-prima de Aleijadinho (Blanco, 1998a; 1998b). A imprensa está sempre a noticiar a respeito, sem que se faça algo a respeito (cf. Leal, 1998; Verzignasse, 1998; Werneck, 1998). Arqueólogos de boa cepa não escondem sua ligação com antiquários (e.g. Lima, 1995). A gente comum sente-se alienada tanto em relação ao património erudito quanto aos humildes vestígios arqueológicos, já que são ensinados a desprezar índios, negros, mestiços, pobres, em outras palavras, a si próprios e a seus antepassados. Neste contexto, a tarefa académica a confrontar os arqueólogos e aqueles encarregados do património, no Brasil, é particularmente complexa e contraditória. Devemos lutar para preservar tanto o património erudito, como popular, a fim de democratizar a informação e a educação, em geral. Acima de tudo, devemos lutar para que o povo assuma seu destino, para que tenha acesso ao conhecimento, para que possamos trabalhar, como académicos e como cidadãos, com o povo e em seu interesse. Como cientistas, em primeiro lugar, deveríamos buscar o conhecimento crítico sobre nosso património comum. E isto não é uma tarefa fácil.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a diversos colegas, que contribuíram de diferentes maneiras, para que este artigo fosse escrito: Scott Allen, Joep Ballart, Brian Durrans, Juan Manuel García, Siân Jones, Vítor Oliveira Jorge, Robert Layton, Charles E. Orser, Jr., Parker Potter, Michael Rowlands, Bruce G. Trigger, Peter Ucko. A responsabilidade pelas idéias restringe-se ao autor. Devo mencionar, ainda, os apoios institucionais do Congresso Mundial de Arqueologia, Instituto de Arqueologia (Londres), CNPq, Universidade de Barcelona e Universidade Estadual de Campinas.

## REFERÊNCIAS

- ALLEN, S. J. (1999) – Africanisms, mosaics, and creativity: the historical archaeology of Palmares. In *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. P.P.A. Funari (ed.), pp. 141-178. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- ALLEN, S. J. (1997) – The ethnogenesis of the Palmarino: preliminary directions in the historical archaeology of a seventeenth-century Brazilian quilombo. *Revista de História da Arte e Arqueologia* 3, forthcoming.
- ARANTES, A. A. (1990) – *La Preservación del Patrimonio como Práctica Social*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.
- BALLART, JOSEP (1997) – *El Patrimonio Histórico y Arqueológico: valor y uso*. Barcelona: Ariel.
- BYRNE, D. (1991) – Western hegemony in archaeological heritage management. *History and Anthropology* 5: 269-276.
- CARANDINI, A. (1979) – *Archeologia e Cultura Materiale. Dai 'lavori senza gloria' nell'antichità a una politica dei beni culturali*. Bari: De Donato.
- CRUZ, M. (1997) – Após 80 anos, achado comporá acervo de museu; guardados por décadas em armário, fragmentos arqueológicos ficarão expostos em Chavantes. *O Estado de São Paulo*, November the 11th, A, p. 22.
- DURHAM, E. (1984) – Texto II. In *Produzindo o Passado, Estratégias de construção do patrimônio cultural*, A.A. Arantes (Ed.), 23-58. São Paulo: Brasiliense.
- DURRANS, B. (1992) – Behind the scenes. Museums and selective criticism. *Anthropology Today*, 8, 4, 11-15.
- FERNANDES, J. R. O. (1993) – Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História. *Revista Brasileira de História* 13 (25/26), 265-276.
- FUNARI, P. P. A. (1991) – A Arqueologia e a cultura africana nas Américas. *Estudos Ibero-Americanos* 17, 61-71.
- FUNARI, P. P. A. (1994a) – La cultura material y la Arqueología en el estudio de la cultura africana en las Américas. *América Negra* 8: 33-47.
- FUNARI, P. P. A. (1994b) – Rescuing ordinary people's culture: museums, material culture and education in Brazil. In *The Presented Past, Heritage, museums and education*, P.G. Stone & B.L. Molineaux (eds), 120-136. London: Routledge.
- FUNARI, P. P. A. (1995a) – A cultura material de Palmares: o estudo das relações sociais de um quilombo pela Arqueologia. *Idéias* 27, 37-42.
- FUNARI, P. P. A. (1995b) – Mixed features of archaeological theory in Brazil. In *Theory in Archaeology, A world perspective*, P. Ucko (ed.), 236-250. London: Routledge.

- FUNARI, P. P. A. (1995c) – The archaeology of Palmares and its contribution to the understanding of the history of African-American culture. *Historical Archaeology in Latin America* 7, 1-41.
- FUNARI, P. P. A. (1996a) – Novas perspectivas abertas pela Arqueologia na Serra da Barriga. In *Negras Imagens*, L.M. Schwarcz and L.V.S. Reis (eds), 139-152. São Paulo: Edusp.
- FUNARI, P. P. A. (1996b) – A ‘República de Palmares’ e a Arqueologia da Serra da Barriga. *Revista USP* 28, 6-13.
- FUNARI, P. P. A. (1996c) – A Arqueologia de Palmares, sua contribuição para o conhecimento da História da cultura afro-americana. In *Liberdade por um Fio, História dos quilombos no Brasil*, J. J. Reis & F. S. Gomes (eds), 26-51. São Paulo: Companhia das Letras.
- FUNARI, P.P.A. (1996d) – Historical archaeology in Brazil, Uruguay, and Argentina. *World Archaeological Bulletin* 7, 51-62.
- FUNARI, P.P.A. (1996e) – A Arqueologia e a cultura africana nas Américas. In *Raízes da América Latina*, F.L.N. de Azevedo & J.M. Monteiro (eds), 535-546. São Paulo: Expressão e Cultura/Edusp.
- FUNARI, P. P. A. (1996f) – Archaeological theory in Brazil: ethnicity and politics at stake. *Historical Archaeology in Latin America* 12, 1-13.
- FUNARI, P. P. A. forthcoming. Historical Archaeology in South America. In *International Handbook of Historical Archaeology*, T. Majewski & C.E. Orser, Jr. (eds.). New York: Plenum Press.
- GARCÍA, J. (1995) – Arqueología colonial en el área maya. Aspectos generales y modelos de estudio. *Revista Española de Antropología Americana* 25, 41-69.
- GNECCO, C. (1995) – Práxis científica en la periferia: notas para una historia social de la Arqueología colombiana. *Revista Española de Antropología Americana* 25, 9-22.
- GRAMMONT, G. (1998) – Reflexões à beira de uma cratera. *Estado de Minas, Pensar*, January 10th, 3-4.
- GUSSYER, J. & GARCÍA, J. n.d. *Los primeros templos cristianos en el área maya: 1545-1585*. Barcelona, unpublished typescript.
- HAAS, J. (1996) – Power, objects, and a voice for anthropology. *Current Anthropology* 37, supplement, S1-S22.
- HERMANN, J. (1989) – World Archaeology – The world’s cultural heritage. In *Archaeological Heritage Management in the Modern World*, H.F. Cleere (ed.), 30-37. London: Unwin Hyman.
- HUDSON, K. (1994) – The Great European Museum: the museum one cannot avoid and does not need to enter. *Institute of Archaeology Bulletin* 31, 53-60.
- IANNI, O. (1988) – *Uma Cidade Antiga*. Campinas: Editora da Unicamp.
- JONES, A. L. (1993) – Exploding canons: the anthropology of Museum. *Annual Review of Anthropology* 22, 201-220.
- LEITE, P. M. (1996) – No túnel da História. *Veja*, January 31st, 102-104.
- LIRA, A. (1997) – Museu tem cara nova e acervo comprometido. *Estado de Minas*, June the 22nd, p. 42.
- MERRIMAN, N. (1996) – Understanding heritage. *Journal of Material Culture* 1, 3, 377-386.
- MUNARI, L. A. S. (1995) – Surpresas de ‘Óculum’. *Folha de São Paulo, Jornal de Resenhas*, September 4th, p. 2.

- ORSER, C. E. (1992) – *In Search of Zumbi. Preliminary Archaeological Research at the Serra da Barriga, State of Alagoas, Brazil*. Normal: Illinois State University.
- ORSER, C. E. (1993) – *In Search of Zumbi. The 1993 Season*. Normal: Illinois State University.
- ORSER, C. E. (1994) – Toward a global historical archaeology: an example from Brazil. *Historical Archaeology* 28, 5-22.
- ORSER, C. E. (1996) – *A Historical Archaeology of the Modern World*. New York: Plenum.
- ORSER, C. E. & FUNARI, P. P. A. (1992) – Pesquisa arqueológica inicial em Palmares. *Estudos Ibero-Americanos* 18, 53-69.
- POTTER, JR. P. B. n.d. *Appropriating the victor by addressing the second person*. Unpublished typescript.
- REIS FILHO, N. G. (1978) – *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.
- ROCHA, P. (1997) – Saqueadores do Patrimônio, Roubo de arte sacra mobiliza Iphan, Polícia Federal e Interpol para inibir ação dos 'coleccionadores'. *Estado de Minas*, August 3rd, p. 40.
- ROWLANDS, M. (1999) – Black identity and sense of past in Brazilian national culture. *Archaeology in History: Back from the edge*, P.P.A. Funari, M. Hall, S. Jones (eds), pp. 328-344. Londres, Routledge.
- RÚSSIO, W. (1984) – Texto III. In *Produzindo o Passado*, A.A. Arantes (ed.), 59-95. São Paulo: Brasiliense.
- SCHWARCZ, L. M. (1989) – O nascimento dos museus brasileiros, 1870-1910. In *História das Ciências Sociais no Brasil*, volume 1, S. Miceli (ed.), 20-71. São Paulo: Ideps.
- SERRA, O. (1984) – Questões de identidade cultural. In *Produzindo o Passado*, A.A. Arantes (ed.), 97-123. São Paulo: Brasiliense.



# “SOCIALLY ALIEN WOMEN” IN BULGARIAN PEASANT COMMUNITIES, LATE 19<sup>TH</sup> TO MID 20<sup>TH</sup> CENTURIES

by

**Mira Markova\***

The village, in its stability, expresses much of the history of human knowledge. In its functions we can see the processes whereby nature has been controlled and domesticated. The village's borders, its toponymy and inner organisation, express in physical terms a basic human order and view of the world.

In Bulgaria, a living space exploited for countless generations, people have adjusted their labour, knowledge, calendar and customs to the characteristics of the land, and so created their own culture. Within this process the Bulgarian village has a special role. Up to the middle of the 20<sup>th</sup> century the majority of Bulgarians were peasants, and it was in the peasant environment that ethnic and cultural identity was formed. Over the ages, it was the village that transmitted the codes of cultural memory, which, along with modern ideas, have formed current mentalities.

The philosophical system of the Bulgarian village is a specific mix of Christian and pre-Christian complexes and notions. One of the most important is that of the social order, the basic stable form for secure interaction between man, nature and society. In the village, personality survives through the collective body. The formation of a person like other people is one of the most important tasks of peasant society: according to the established norms and laws in the village community, only this person is fit for group life.

In the traditionally established stages of the life cycle everyone becomes part of the social structures, gradually and inevitably. They accept the work and the material and moral values of the community. Only then can they be given a

---

\* The author is a Ph D student at the university's Centre for Ethnology. St Ohridsky University, Sofia, Bulgaria.

definite social role and responsibilities, and take their place in the community hierarchy. The social organisation of the village is defined by the categories 'our' and 'alien': 'our' world is the community, organised according to a stable model which defines peasant life – family, social institutions, human activity etc. By socialisation individuals participate in the formation of this model, at the same time receiving protection against the 'alien' – the world of the unknown, of destruction and chaos.

It is in this philosophical context that we find certain women who have been allotted a peculiar status, making them to some extent 'aliens'. The term 'alien' is elastic: it signals the individual who is unlike others, and reflects the defensive reaction of the community against those who could threaten the established order.

One practice showing a woman as different from others is the **bride from another village**. Endogamy is one of the most essential elements in the formation of individual and community life, and when a girl leaves her home village to marry elsewhere, it is a personal drama. Her feelings are illustrated in a popular song:

There is a willow, there isn't a willow  
My mother had me  
But better she never had me  
For she has given me far away  
Far away, across three villages

Obviously here the problem is not the girl's personal choice, nor is it simply a matter of obeying her mother. Up till the 1930s there was a popular belief that a girl's leaving her village would cause a lengthy and disastrous drought there. Why then does a girl leave?, or rather, which girls have the right to leave? Up till the mid 20<sup>th</sup> century it was said that "the most and the least beautiful marry away"<sup>1</sup> – in other words, women who are not like others. The belief was that such women could not be given a place in the community, and so threatened established structures.

On the other hand there are some characteristics of the bride from another village that make her nearer the status of female demigods. Very beautiful girls are seen as a kind of half-sisters of the revered wood-nymphs and elves. The names of several Bulgarian villages reflect these popular beliefs. For example, in Cherni Osam, in the central Stara Planina mountain area, there is a region called Momina Mogila – Maiden's Hill. An old legend recounts that a very beautiful girl had once lived there, who had enticed shepherds into the woods and killed them.

---

<sup>1</sup> Author's information from the central Stara Planina mountain region.

Also, at the foot of Maragidik peak there is a place known as Rusalskata Pateka – Elf’s Way, where, it is said, wood-nymphs come at Whitsun in the form of beautiful maidens.

Connected with this notional weird power of the woman who is different is the popular practice of ‘immuring’ a bride’s shadow in the foundations of a house or bridge. Here we see the reverse of the process above – the conversion into ‘alien’ for the benefit of the community.

Another woman with ‘alien’ status in the group order is the **childless woman**. A woman’s reproductive role is one of the most important marks of her social status, a qualification giving her the right to participate in the life of the village community. The childless woman on the other hand is commonly seen as an evil for home and village, her ailment being potentially transferable to the earth, to animals or to other people<sup>2</sup>. According to Dimitar Marinov, an early twentieth century ethnographer, the whole village attacks the childless woman, using contemptuous terms such as *jalovitza* or *stiritza*, barren<sup>3</sup>. She has no right to become a sponsor or a godmother; to meet her on the first day of sowing is bad luck. Her social status is incomplete, which is a danger to the whole village community, so the other members take extra precautions against her. Usually this has no personal motivation: the peasant community never confuses social isolation with the individual personality. The childless woman is isolated from traditional customs and relations, but at the same time her personal problem meets with some sympathy. On the other hand, her husband has the right to a divorce on account of her infertility: in a village in Cherni Osam region between 1939 and 1944, 5 divorces were granted for this reason.

From society’s point of view giving birth to a child is a required condition for social maturity. It is only after a child is born in a family that the parents gain certain rights and responsibilities: not having children means that family members cannot go through the traditionally established stages of social recognition. It is not only the childless woman who is prohibited from being a godparent, sponsor and grandparent – her husband shares this isolation and is similarly barred from these roles, as well as from his ritual duty as the father-in-law at a traditional wedding.

Therefore, although child-bearing is popularly believed to be in the hands of God, infertile women must nevertheless receive treatment<sup>4</sup>, usually from a woman healer. Many common practices ritually repeat the act of conception. For example,

---

<sup>2</sup> Vodenicharov, A. Rodilnata obrednost na balgarite kato forma na socializacija. In: *Ethnographic problems of the traditional spirit culture*, vol. 2, Sofia, 1994, p. 107-108.

<sup>3</sup> Marinov, D. *Narodna vjara i religiozni narodni obichai*. Sofia 1994, p. 234.

<sup>4</sup> Vodenicharova, A. Obichai i obredi svarzani s bremennostta, ragdaneto i rannata socializacija na deteto. In: *Lovech region*, Sofia 2000, p. 354.

in the Trojan region of central Bulgaria, the healer gives the woman tea made from the herb *lonicera caprifoleum*, which she must drink under a plum tree which has produced fruit for the first time. In the same region, some old women still remember a treatment involving drinking a hundred or more raw eggs. An interesting practice is the custom called *Jalova Ponuda*, recorded in Gostilniza, a village in the Gabrovo region of central Bulgaria<sup>5</sup>. Here, on 15<sup>th</sup> February, the village midwife or 'grandmother' takes a loaf of rye bread, put some glowing embers and the herb calamint balm on it, and waves this 'incense' under the skirts of childless women, to drive away the devil and enable the women to conceive.

Usually infertility is attributed to a disease of the wife, but in some villages in the region both partners are treated. However, male sterility is seen as temporary, caused by evil magic and lasting until the magic spell is broken, whereas in a woman it is thought to be a punishment for mortal sins, so that she brings disgrace to her parents or to the whole village. One way to end the disgrace is for her to adopt a child, usually a relative, since it is believed that this will cause her to conceive.

In traditional Bulgarian culture it is women who are responsible for health care, and every woman masters a certain amount of medical knowledge during her life. But when a serious disease appears people call on a **healer**. She is an old woman (*baba* or grandmother) – if a younger woman ever becomes famous as a healer she too is known as 'grandmother'. The practice of healing is long-established and conservative, and is transmitted by inheritance between alternate generations: it is believed that healing abilities that are learnt rather than inherited are weaker and less effective against disease. Recent studies show that the healer remains an essential element in Bulgarian peasant society.

Initiation into the healer's knowledge is through a special ritual, in which the old healer, towards the end of her life, lets her heir into her secrets, blesses her and reveals the sacred texts. The initiate is usually a pre-pubertal girl, the first-born of the family, though if there is no girl, a boy can be initiated. The ceremony normally takes place at sunset, under a tree with two crowns, though it can also be performed in a church. Only the immediate participants may attend, since if an outsider hears the sacred texts these would lose their power. The old woman whispers the sacred information and the girl repeats it once aloud. This is quite enough, for when the 'right time' comes, the young woman will be blessed and helped by god to become a real healer. The initiate tries her powers first on a green tree – if it withers, she has mastered her teacher's abilities. But

---

<sup>5</sup> Chuhovski, J. Obichajat 'Jalova Ponuda' v selo Gostilniza. In: *Problems of Bulgarian folklore*, vol. 7, Sofia, 1987, p. 282-290.

experimenting on a person is forbidden: since the healer's natural talent and energy is not yet fully controlled, the person might die.

The healer actively uses her knowledge and abilities only after the menopause, by which time she is already considered old. Traditionally, old age is close to the border between human life and eternity, and this boundary state permits the healer to mediate between life and the country beyond. Diseases are seen as inhabitants of this further realm, warning of danger for nature and for mankind: to preserve the status quo they must be driven back into their mysterious country. In this the healer, as mistress of rituals and controller of supernatural forces, acts as mediator, the ceremonial figure who reconciles the contradiction between chaos and (disturbed) order and thus keeps the community secure.

Within the village, where every life is in effect public property, the healer is given a certain independence. She lives behind the high walls of her house: no-one drops in for a chat, or visits her without a reason. This distance between her and the rest of the village comes from the idea that each treatment is a kind of border crossing to the supernatural, dangerous for ordinary people. So, despite her undoubted prestige – she is often given more respect than the priest or the teacher – her specific status drives her into isolation.

A similar social status is seen in the **village midwife**, known as *baba*, *babka* or *babuvachka* (grandmother)<sup>6</sup>. Her presence signals successful completion of pregnancy and childbirth. Maternity is seen as a universal act, bringing fertility in all its forms into the human world and embodying it at its highest level. It is the midwife who can contact this universal power and welcome new life into the world.

She is an old woman, often a widow, who has no sexual contact with men, and who has never had a stillborn child. She is expected to live a pious life, regularly receiving Communion and visiting monasteries. The medical knowledge she masters is taboo: no-one else must know the herbs or the spells she uses<sup>7</sup>. She is thus a mysterious figure: no-one asks about her personal life, about where she goes or whom she meets, and she is never to be disturbed without good reason.

A period of 40 days from the time of a birth is thought to be a time of imbalance in the stability of nature, and is a time of crisis for the mother, the baby, relatives and for the community as a whole. Only the midwife is not threatened. Although as a maternity nurse she knows how to deal with puerperal fever, her functions are to a great extent sacerdotal – it is said that she 'helps but does not

---

<sup>6</sup> Genchev, S. Obichai i obredi svarzani s bremennostta, ragdane i otgledane na deteto. In: *Bulgarian Ethnography*, vol. 3, Sofia, 1985, p. 163.

<sup>7</sup> Sike, Y. de. La nouvelle sagesse des femmes. *Civilisations*, vol. 36 no. 1-2, 1986, p. 140.

touch', not healing so much as 'expelling evil spirits'. She protects the mother and baby against *lausi*, malign ghosts<sup>8</sup>, and propitiates the *oristnitz* or 'weird sisters'<sup>9</sup> who come on the third day after the birth to determine the child's destiny.

The midwife helps in 'dividing' the so-called 'one-months'. These are children of the same mother who were born in the same phase of the moon. People believe that such children are supernaturally linked, and if one of them falls ill or dies, the same will happen to the other. The midwife helps to break this link at an early age: she picks a fruit from a tree, divides it into two halves and gives each child a half to eat, murmuring a particular holy text as they do so<sup>10</sup>.

In popular belief the next child born in a family after a stillborn child is extremely vulnerable. To protect its life the midwife pierces its ear and inserts an earring made from a gold or silver coin, which is worn for the rest of the person's life. There is also a practice of wrapping the baby in a diaper intended for the dead infant.

In eastern Bulgaria there is a ceremony called 'setting children'. When a boy is one year old, on the first Thursday after Easter, before sunrise, the mother takes the child to the village tavern, where they meet the midwife. She puts the boy on a wine barrel, ties basil and flax round his head, gives him the spatula used for mixing bread dough and makes him hit the bottom of the barrel three times. Then she gives him some wine and blesses him, wishing him a good marriage. The basil and flax are put under a plum tree.

We can conclude from such rituals that the midwife is seen as different, with a specific status in the social organisation of the peasant community. On one hand she has completed the obligatory female social cycle, giving her the traditionally established roles and rights in this world. But on the other hand she stands at the border of the next social cycle, preparing for the world of the ancestors. This middle state defines her role as a mediator, bringing fertility from the universal to the human dimension.

This supernatural status is reflected in the custom of *Babinden* or Grandmother's Day<sup>11</sup>, dedicated to the village midwife and celebrated on 8 January. This is the day commemorating Mary's purification after the so-called 'dirty

---

<sup>8</sup> According to popular belief, these spirits are born in the souls of young mothers who died in childbirth and were buried without holy objects; they haunt houses where a baby is due, trying to grab the woman at the moment of birth. See: Georgieva, I. *Balgarska narodna mitologija*, Sofia, p. 165.

<sup>9</sup> An ancient south-Slavic belief with links to Greek mythology. See: Georgieva, *op. cit.* p. 137-145; De Runz, I. La sage-femme: les demones de la naissance et les petits pains des morts. *Civilisations*, vol. 36 no. 1-2, 1986, p. 104, 108.

<sup>10</sup> Author's information from the village of Konstantin, northern Bulgaria.

<sup>11</sup> The same celebration is known in Greece and Serbia. The day is also known as 'Women's Day'. See: Sike, Y. de. *op. cit.*, p. 143.

days’, the period of her lying-in, from 24 December to 7 January, though ancient pagan notions lie behind the Christian meaning. It is associated with fertility and the renewal of nature: the midwife’s abilities to cure infertility and to help the maternity process are linked to bringing fertility in all its forms. Through her connection with young mothers she is linked to all women in the village, but the rituals expressing this connection indicate more than simple gratitude – rather they hint at the need to obtain the midwife’s good will. She is to some extent a sanctified figure – for example, it is said that ‘whoever doesn’t wash her hands at *Babinden* will lick them in the other world’; it may be because of this belief that in many places in Bulgaria midwives are buried wearing gloves.

As we have seen, except for the rituals which she herself conducts, the midwife is quite isolated from her village community. At once respected and avoided, she resembles the image of the priestess and enchantress of ancient times.

Collective survival is a necessity in the traditional village, and it is this that directs social behaviour. The formalism of peasant life does not allow any deviations from the established lifestyle, and anyone who breaks the rules is immediately classed as an ‘alien’, a potential threat to the common harmony. Both the ugliest and the most beautiful girls are sent away to another village. The childless woman is a burden to her family and the entire community. Even healing ability can evoke powers which are dangerous if uncontrolled. In all this, peasant society is encouraging not the individual but rather the traditionally established rules which adjust the individual to life and communication within the framework of the community.

Peasant culture traditionally associates women with the powers of chaos<sup>12</sup>, considering that she carries the powers of inchoate fertility. Women’s nature is controlled by the community by means of the obligatory stages of female socialisation. Those women who are isolated from community life are usually those who are mobile and can pose a threat to the social status quo.

The problem of socially alien women is closely related to the characteristic features of traditional Bulgarian culture. Its study presupposes a reconstruction of a model of traditional life, including popular ideas about nature, society and the community itself: the model which has provided the indispensable codex of meanings by which individuals in a traditional society have interpreted their experience and given direction to their acts<sup>13</sup>. The existence of such a model is a

---

<sup>12</sup> Civjan, T. La femme aux Balkans – conservatrice de l’information sacrée. In: *Die Stellung der Frau auf der Balkans*. Berlin, 1987, p. 99.

<sup>13</sup> Geertz, C. Ritual and social change: a Javanese example. *American Anthropologist*, 59, 1975, p. 32-54.

condition for the existence of a peasant community; it can and does however change over time, to the extent that social developments move the borders of knowledge.

Traditional customs and social organisation are regulated and reproduced by the idea of collaboration between nature and society<sup>14</sup>. In the period we have looked at – late 19<sup>th</sup> to mid 20<sup>th</sup> centuries – this idea was motivated by the Christian myth: man and nature are created as equal and interdependent partners in a God-given universe. The rules for living and for interaction are established as part of God's plan<sup>15</sup>, and any change in the divine order is a danger for world stability and human existence. The social life of the Bulgarian peasant is fixed within this philosophical framework – ideas of good and evil, sin and virtue, the sense of human life. It is this that accounts for the attitude towards tradition, since everything that God ordained has necessarily to be handed down, from one generation to the next.

---

<sup>14</sup> Bajburin, A. Mjastoto i roljata na rituala v narodnata kultura. *Bulgarian Ethnology*, 3-4, 1990, p. 32-54

<sup>15</sup> Genesis, 2: 3-7.



# LA MUJER INDÍGENA EN LA CONQUISTA ESPIRITUAL DEL PADRE ANTONIO RUIZ DE MONTOYA. ENSAYO DE ETNOHISTORIA\*

por

Alicia Juliana Pioli\*\*

**Resumen:** La función de la mujer guaraní es analizada con metodología etnohistórica desde la *Conquista Espiritual* de Antonio Ruiz de Montoya. No obstante por su interés etnográfico también fue utilizada la *Carta de 1628* (MCA I: 1951).

Otros estudios basados en las experiencias vividas por aquellos que fueron admitidos en las moradas guaraní, se utilizan para encontrar puntos comunes. Son ellos los trabajos de Cadogan y Melià que observan e interpretan la función de la mujer en la organización social de los guaraní. (Cadogan y Melià: 1971; Melià: 1988).

Establecidas las fuentes, se parte de la imagen de una figura femenina que encarna la resistencia, elevándose con gran fuerza como gobernante de la luz (Montoya, 1892: 271).

La mujer llora, canta y grita a la llegada de un visitante; el hombre cubre su rostro y murmura. La mujer guarda el fuego; el hombre lo produce. La mujer espera que la palabra-alma se asiente en su seno; el hombre ayuna. La mujer masca mazamorra para dar el nombre a su niño; el hombre trae el cautivo para iniciar la fiesta.

Reducida y colonizada, pasa a ser comunicadora, nexo entre el mundo terrenal y el divino en el ámbito de la misión; prostituida y hacinada en el ámbito de la conquista.

**Palabras-clave:** Gobernante de la luz; mascadora de mazamorra; pieza de servicio.

---

\* Ensayo elaborado para la cátedra Missões Religiosas na Iberoamérica, Mestrado em História, Universidad del Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – São Leopoldo, Rio Grande del Sur, Brasil que dictara Bartomeu Melià (S.J.) en julio de 1989, siendo aprobado en esa oportunidad. Revisado y actualizado, se le incorporaron sugerencias del profesor.

\*\* Profesora de Historia. Titular de la Cátedra de Historia de la América Colonial en el Colegio Universitario “Profesor Agustín Gómez” y de Historia Económica y Social en la Licenciatura en Comercio Exterior, Universidad Nacional del Nordeste, Paso de los Libres, Corrientes, Argentina. Especialización en Historia Iberoamericana en el Mestrado em História – UNISINOS, Sao Leopoldo R.S. Brasil. [apioli@sicnet.com.ar](mailto:apioli@sicnet.com.ar)

## INTRODUCCIÓN

Reconstruir la historia guaraní previa a los contactos coloniales es ir al encuentro de la memoria auténtica de ese pueblo a través de las historias escritas por otros, para permitir a la sociedad indígena escribir su propia historia. Los documentos de viajeros, clérigos, misioneros y demarcadores constituyen fuentes inagotables para recuperar esa memoria perdida.

La documentación jesuítica es fundamental para el conocimiento etnográfico de los Guaraní porque reúne una mayor cantidad de datos. Bartomeu Melià dice al respecto: “Lo mejor de la documentación etnográfica de los jesuitas respecto de los Guaraní se concentra de hecho entre los años 1594 y 1639, tomando como referencia límite dos documentos importantes: la *Carta del padre Alonso de Barzana a Juan Sebastián* (1594) y la *Conquista Espiritual* del padre Antonio Ruiz de Montoya (1639)” (Melià, 1988: 94)

La lectura de esta última obra en su edición de 1892<sup>1</sup>, como fuente etnográfica para la cátedra *Missões Religiosas na Iberoamérica – Mestrado em História*, Unisinos, São Leopoldo, RS, Brasil, 1989 – dio pie para que el mismo Melià rescatara, entre otros aspectos culturales, una imagen muy particular que originó el presente ensayo. Se trata de una figura femenina que, en medio del conflicto cultural que se desata entre chamanes y sacerdotes reductores, se eleva con gran fuerza, encarnando la resistencia y asumiendo un papel que ejercía en aquel “modo de ser” – ñande reko – que se defendía de la agresión colonial.

Dice Montoya:

“Agregóse a esta congregación una mujer que su estatura extraordinaria de gigante le dio atrevimiento a hacerse diosa del sol y de la luna y de los demás planetas, cuya luz estaba a su gobierno. Instaba a que se destruyesen los pueblos de cristianos, ofreciendo ellas quitarles la luz en el conflicto...” (Montoya, 1892: 271)

¿Cuál era el papel de la mujer guaraní que aparece aquí como portadora de la luz? ¿Es posible descubrirla a través de los testimonios de aquellos que, como Montoya, tuvieron los primeros contactos con el mundo guaraní?

---

<sup>1</sup> *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús en las provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay, y Tape, escrita por el P. Antonio Ruiz de Montoya, de la misma Compañía*. Bilbao, Imprenta del corazón de Jesús, 1892.

El P. Montoya fue Superior de los jesuitas en el Guairá (entre los ríos Paranapané, Paraná e Iguazú – Brasil) entre 1622 y 1631.

## FUENTES DOCUMENTALES

La bibliografía etnográfica de Bartomeu Melià (1987) es particularmente útil para localizar a través de su índice temático, el “sujeto” de nuestra búsqueda: la mujer guaraní. En la misma obra, Melià establece cinco categorías para las obras de etnología guaraní, de las cuales ubicaremos sólo aquellas cuyos autores fueron consultados y que son:

1. Etnología misionera
2. Etnología antropológica
3. Bibliografía etnohistórica.

### 1. Etnología Misionera

Es la *Conquista Espiritual* de Antonio Ruiz de Montoya – consultada en su versión de 1982 y en la brasileña de 1985 – donde se refleja con intensidad el mundo guaraní y donde la mujer aparece con una fuerza inusitada tanto en la situación tribal como en su relación frente al mundo colonial, así también como cuando toma parte activa en la vida reduccional.

Otro documento importante del mismo Montoya es la *Carta Anua* que, siendo Superior de la Misión de Guayrá, dirigió al Provincial Durán. (MCA, Manuscritos de Coleção de Angellis, 1951: 259-299) Fechada en el tambo de Cuaracibere el 2 de julio de 1828, relata con su particular estilo todas las vicisitudes de las ocho reducciones que componen su misión. Para el tema que nos ocupa, interesa especialmente su visión de la mujer guaraní como madre.

### 2. Etnología Antropológica

León Cadogan es, a partir de 1946 la mayor autoridad en etnografía y etnología guaraní. “Escuchó la palabra guaraní, la estudió e hizo de esta palabra la forma misma de su pensamiento” (Melià B., De Almeida Saul M. y Muraro V, 1987: 38)

Después de *Ayvu Rapyta* (Cadogan, 1959 – Nueva edición 1992), recopilación de mitos, leyendas y tradiciones, es en *Ywyrá ñe'ery, fluye del árbol la palabra*, donde el autor reúne textos y notas etnológicas sobre los Mbyá. Bajo el título de *Che retambipe*, Cadogan y Melià nos explican la función de la mujer en la organización social de los guaraní (Cadogan, 1971: 114-121).

### 3. BIBLIOGRAFIA ETNOHISTÓRICA

En esta categoría, incluye Melià al estudio de Silvio Zavala, *Orígenes de la colonización en el Río de la Plata* que aborda el tema de la situación de las indias del Paraguay cuando se refiere al tratamiento de los indios por los pobladores en los inicios de la conquista. (Zabala, 1997: 129-149). Incluye documentos de los expedicionarios de donde es posible extraer informaciones etnológicas.

Dentro de los trabajos etnohistóricos referentes al tema que nos ocupa, cabe señalar el artículo “Para una historia de la mujer paraguaya” que es parte de una recopilación de publicaciones, la mayoría aparecidas en *Acción, revista paraguaya de reflexión y diálogo*, que fueron escritas por Melià entre 1969 y 1976. Allí analiza el trágico cambio de su identidad guaraní a mujer paraguaya. (Melià, 1988: 79-88)

### METODOLOGÍA ETNOHISTÓRICA

¿Pueden los documentos de Montoya acercarnos a la realidad de la mujer guaraní original? Las observaciones sobre ritos y costumbres familiares son evidentes, pero hay además una serie de circunstancias donde el “modo de ser” se manifiesta. Es en las reacciones frente a un sistema que se les impone donde pueden descubrirse aquellos rasgos propios. Las páginas de Montoya están colmadas de experiencias que, con el uso de una metodología adecuada, pueden servir como elementos para reconstruir una identidad perdida.

Dice Melià que “la clave hermenéutica más importante para abordar la lectura de la documentación jesuítica es la que tiene en cuenta su “reduccionismo” (Melià, 1988: 97-99) Bajo este aspecto, el de la reducción, toda la cultura es evaluada y juzgada tratando de provocar el cambio hacia “la vida política y humana”.

Es recomendable, por lo tanto, la lectura minuciosa, la comparación con otros textos, tratando de desligar los elementos propios de la mentalidad reductora del misionero, descubriendo el verdadero significado que ciertas prácticas culturales tenían dentro del modo que los indígenas tenían de vivir su propia cultura.

También es parte importante de este trabajo de búsqueda, los datos recogidos por aquellos que “se sentaron junto al fuego”, o sea quienes fueron bautizados y se les permitió escuchar los himnos sagrados de los guaraní ya en el siglo XX.

Por ello, también seguimos en este ensayo a Cadogan y a Melià, por sus vivencias y reflexiones sobre el papel de la mujer guaraní en estos tiempos actuales. Intentaremos encontrar en estos documentos, referencias comunes en la visión que jesuitas y etnólogos han recopilado, aunque en épocas diferentes, de la realidad guaraní.

Deliberadamente utilizaremos la expresión “los Guaraní”; el plural, Guaraníes, no es propio de ese idioma.

## LA MUJER GUARANI

Tomando como fuente la *Conquista Espiritual* y la *Carta de 1628* trataremos de descubrir como Montoya nos presenta a la mujer guaraní cuando ésta aún manifestaba su propia identidad.

A aquella de “diosa del sol y de la luna”, gobernante de la luz que origina este ensayo, se incorporarán otras relacionadas con la función social de la mujer. Una de ellas es la referida a la recepción que se hace a los huéspedes o a los viajeros que regresan. Un llanto de voces los acoge y, una vez que el caminante entra en la casa y se sienta junto al que lo recibe, aparecen las mujeres “y rodeando al huésped, sin haberse hablado palabra, levantan ellas un formado alarido”. (Montoya, 1892: 51-52) Es el canto femenino la memoria de un tiempo de ausencias ya que allí cuentan hazañas, hechos y la buena o mala fortuna que les correspondió a los deudos del visitante. Cuanto más importante es el recién llegado, mayor es el llanto ritualizado y de significación social ya que “... es desdichado el que así no es recibido”. Los varones, mientras tanto, sólo acompañan murmurando tristezas con el rostro oculto entre las manos.

Las expresiones de dolor adquieren visos trágicos cuando se trata de la muerte de algún familiar. Al fallecer el marido, las mujeres “se arrojan de estado y medio de alto, dando gritos y, a veces suelen morir de aquellos golpes o quedar lisiadas”. (Montoya, 1892: 52). En Natividad perduró una costumbre que los padres procuraron atenuar y que consistía en que la mujer desnuda, arrebatando un arco y saetas, salía a las calles a tirarlas al sol, “... seña de la seña que tienen con la muerte, a quien con el deseo intentan matarla...” (Montoya, 1892: 254). El grito, el canto, el alarido femenino, encierran una significación social y religiosa, además de la personal, determinante del papel nada pasivo de la mujer indígena.

La relación mujer-fuego aparece en dos oportunidades en la obra de Montoya. Junto al fuego del hogar y junto al fuego ritual: allí está la mujer.

La primera referencia trata de cuatro cuerpos de indios que después de su muerte, eran reverenciados en iglesias. Los padres dan con ellos y es allí cuando una “sacerdotisa” que los había seguido, “... tenía unos vasos grandes en que ponía brazas para mitigar la humedad y frío de aquel monte.” (Montoya, 1892: 119).

La segunda mención se refiere a otra reacción frente a la reducción, donde una mujer se agrega a los magos. Su gran estatura “... la dio atrevimiento a hacerse diosa del sol y de la luna y de los demás planetas, cuya luz está a su

gobierno. Instaba a que se destruyesen los pueblos de cristianos, ofreciendo ella quitarles la luz en el conflicto, quedando los suyos en luz clara...” (Montoya, 1892: 271-272).

Cadogan y Melià en su estudio sobre la función de la mujer en la sociedad guaraní, observan que en toda oportunidad que llegaron a una morada Mbyá había un fuego y una mujer a su lado. La frecuencia de esa escena hace que definan el papel de la mujer como “de estar junto al fuego” (Cadogan y Melià, 1971: 113). Lo mismo ocurre entre los Guayakis: el hombre produce el fuego pero la mujer será su guardiana. Si, como aparece en *Ayvu rapyta* el fuego viene de “Nuestro Padre” y la mujer es quien se encarga de que no se apague, según la versión que recoge Cadogan de un informante Mbyá (Cadogan y Melià, 1971: 113), podremos considerar que es esa mujer quien cumple un papel sagrado.

Esa propiedad del fuego fue observada por Montoya. En ambos tiempos, el de los comienzos de la reducción y en las moradas Mbyá del siglo XX, la mujer puede ser definida como *che retambipe*: la mujer junto al fuego. (Cadogan y Melià, 1971: 116).

El papel de la mujer como madre también adquiere un doble significado: uno que podríamos llamar hogareño y el otro ritual. Es ella la que dará asiento en su seno a una nueva “palabra – alma” y entonces ser objeto de un verdadero ritual en que se conjugan los dos significados.

Los ritos relacionados con el advenimiento de un niño son descriptos con minucia en la *Carta de 1628* (en MCA I, 1951: 273-274) y brindan una imagen de familia donde la espera del niño y el parto comprometen a todos sus integrantes.

Dentro de la estructura poligámica, hay evidencias de la preocupación del varón cuando cualquiera de sus mujeres se hallaba en esos trances y que se evidencian en un ayuno riguroso, gran recogimiento y clausura, limitación en sus actividades de caza durante el embarazo; más ayunos desde que el niño nace hasta que se le caiga el ombligo, prohibición de comer todo lo que nace bajo la tierra. Así lo describe la Carta de 1628 (MCA I, 1951: 273-274) cuando se refiere a un fantasma que anda de casa en casa:

“A este llaman Curupu, que corresponde al vocablo duende, que por otro nombre llaman mbae. Dicen que éste acude en tiempo de maíz verde (...) y causa dolores. Para evitarlos, las preñadas ayunan ellas y sus maridos, no comiendo carne algunos días, con lo cual nacerá bien la criatura. El marido, todo el tiempo que dura la preñez, no adereza sus flechas ni ata cosa ninguna, porque si ata algo no nacerá presto la criatura y, después de nacido tendrá dificultad en orinar”.

Todo este ritual indica una compenetración con un hecho al que no se le resta trascendencia y denota una valoración marcada dentro de una vida “bárbara” a los ojos europeos. Pero la preocupación no termina con la llegada del niño:

“Desde que el niño nace hasta que se le cae el ombligo, ha de ayunar el varón, porque si no ayuna, tendrá el niño dolores. En este tiempo, no ha de ir al río, ni ha de pisar lodo, ni ha de partir palo alguno, ni entrar en el lugar donde el niño nació. Si no hay quien lleve la leña a su mujer, él la lleva, pero arrójase la a la puerta; ella sale y la entra”.

El padre no hará ninguna cosa prohibida porque sino

“toda la casa padece dolores de la Carugua. En este tiempo, el padre del recién nacido, no come cosa que haya nacido debajo de la tierra, como raíces, etc.; ni cosa que se haya cubierto con ella, porque el niño estará enfermo”.

La madre puede estar segura que el padre del niño hará todo lo posible para que éste nazca, pues si no nace pronto:

“... el indio desencaja de las puntas de las flechas y la suegra u otra india, desata todo cuanto el indio ha atado en el tiempo de la preñez. Ha sucedido, deshacer toda la casa que había atado un indio. Los cestos que ha hecho, los queman y, si con todo esto no nace, sale el indio de donde está porque no se halle el parto y, tomando un hacha o cuña, va corriendo a buscar un árbol alto que llaman Yaracatiy, que es como nabo al cortar; lo echa en tierra, con lo cual nace la criatura. Si con todo esto no nace, acusan al pobre indio de que no debió ser diligente en cortar el árbol y hácenle derribar otro, en lo cual se ocupa el pobre, aquel tiempo”

Aparece toda la comunidad comprometida en el éxito del nacimiento del que la mujer es una pieza importante, pero también lo es dentro del engranaje social. Dice, al respecto, Bartomeu Melià:

“La mujer, en ninguna comunidad, en ninguna sociedad, es solamente mujer; dicho más directamente, nunca es sólo hembra; hasta cuando cumple la función biológica de ser madre, lo es ante todo como ser social; a veces, según lo afirman ciertas culturas, como intermediario de una acción divina que a través de ella crea un nuevo cuerpo para una nueva alma.” (en *Acción*, 1975: 11).

## **AQUELLOS DESVELOS, SE JUSTIFICAN...**

La ritualización continúa con el bautismo o ponerse el nombre, en el que la mujer cumple una función fundamental: la mascadura de mazamorra que dan a sus hijos de pecho implica, justamente, adquirir ese nombre. Montoya señala la celebridad de esta fiesta que presupone muchas ceremonias relacionadas con las prácticas antropofágicas. El cautivo es engordado y se le da libertad y mujeres a su gusto para que no muera disminuido; luego:

“lo matan con mucha solemnidad, y tocando todos á este cuerpo muerto con la mano, ó dándole algún golpe con un palo, se pone cada cual su nombre; por la comarca reparten pedazos de su cuerpo, el cual pedazo cocido en mucho agua, hacen unas gachas, de que tomando un bocado toma cada cual su nombre, las mujeres dan a sus hijos de teta un poquito de esta mazamorra, y con eso les ponen el nombre; es fiesta muy célebre para ellos, que hacen muchas ceremonias” (Montoya, 1892: 49)

Esta función de mascadora de mazamorra, que la diferencia de las funciones masculinas de armar trampas y recorrerlas, también es recogida en la visión actual por Cadogan y Melià (1971: 119-120). La mascadura de mazamorra tiene una intención religiosa complementaria al canto ritual que hace a la adquisición de fortaleza, valor y a la facultad de descubrir nombres.

¿La poligamia denigraba a la mujer? Montoya refiere verdaderas alegatos de los caciques en defensa de esa costumbre, informando además que era considerada una desgracia no abundar en mujeres, hijos y criadas. Otra era la idea de familia para el guaraní y no eran virtudes para él, las que sí lo eran para el padre: la virginidad, la castidad y el celibato.

La mujer era un “don”, dada y recibida como tal. No hay referencias a sus sentimientos en particular, más ese era “... el antiguo y buen modo de vivir de nuestros pasados...” (Montoya 1892: 57), según la defensa que hace un cacique y que recoge la *Conquista Espiritual*.

Lo que para Montoya era deshonestidad, para el guaraní era libertad. Melià define así esta actitud:

“No es extraño, pues,... que los Guaraní pretendan preservar la poligamia como un valor cultural que echa sus raíces en una tradición aceptada, respetable y nuclear para su sistema” (Melià, 1988 b: 112).

También al respecto, dice Susana Colazo:

“... categorías tales como primogénito y mancebas no son propias del pensamiento guaraní... ¿Acaso existió una principal o “legítima” y las otras fueron mancebas? Para el guaraní, todas fueron sus esposas” (Colazo, 1987: 139)

Mucho más que libertad sexual significó la poligamia en términos de alianzas, influencias, subsistencia o parentesco para la comunidad guaraní que Montoya no refleja claramente en su *Conquista Espiritual*, pero que puede inferirse de ciertas expresiones. Por ejemplo cuando relata que el modo de ennoblecerse que tenían los caciques fue agregar gente y vasallos que les servían para “... hacerles rozas, sembrar y coger las mieses, hacerles casas y darles sus hijas cuando ellos apetecen...” (Montoya 1892: 49).



También la cuestión jerárquica aparece en la expresión "... porque su autoridad y honra la tenían en tener muchas mujeres y criadas..." (Montoya, 1982: 55).

La mujer llora, canta y grita a la llegada de un visitante; el hombre se cubre el rostro y murmura apenas. La mujer guarda el fuego que el hombre produce. La mujer espera a su hijo; el hombre ayuna. La mujer masca la mazamorra para dar el nombre; el hombre trae el cautivo. Es tiempo de la complementariedad...

## LA MUJER GUARANÍ REDUCIDA

La reducción implicó un cambio totalizador para ese modo de ser "bueno" y "libre" y, dentro de este contexto, puede ubicarse la amenaza, ya referida, de la mujer gigantesca que formaba parte de una congregación de herederos del hechicero Yaguacaporú. En poder e influencias, parece estar a la altura de los que, con prácticas mágicas, encarnaban la resistencia.

Pero la mujer se integró también al modo de la vida de la reducción y abundan en Montoya referencias a aquellas que se arrepintieron, a las que se convirtieron en ejemplos de virtud, a las devotas, a las que se transformaron en predicadoras. Profunda religiosidad tuvieron aquellas mujeres como herencia de sus antepasados, para que, llegados estos padres, fueran capaces de captar el sentido espiritual del nuevo mensaje.

Expresiones de arrepentimiento se mencionan, por ejemplo, en las reducciones de San Ignacio del Paraná y Natividad que demuestran una actitud de verdadero regocijo que pueda llevarnos a presuponer una conversión gustosa.

Los ejemplos de fortaleza son conmovedores. En Encarnación, se dieron casos notables: varias mujeres resistieron al pecado: sus armas fueron la invocación a Dios, a la Virgen y el rosario. Allí también se dio el caso de un mancebo que vivió con su esposa en castidad. Al fallecer el esposo, la mujer se negó a volver a casarse ya que era su propósito mantener la pureza.

¿Dónde había adquirido la mujer fortaleza? ¿Tal vez en las jornadas de canto y llanto o en la espera de que la palabra alma haga morada en su seno? ¿En la preparación de las fiestas donde mascaba la chicha de maíz o en largas vigilias junto al fuego?

Aparece también la mujer como comunicadora, nexa e intercesora entre el mundo terrenal y el divino. Siempre pródiga en acontecimientos portentosos, la *Conquista Espiritual* pone en boca de mujeres la descripción de la vida ultraterrena. Si los sueños eran, en el mundo guaraní un instrumento profético, se tornan en los primeros tiempos reduccionales, en un recurso privilegiado para presentar la doctrina de la fe (Melià, 1988 c: 83). El relato de Montoya evidencia como la mujer fue integrada al nuevo orden y el papel que cumplían sus sueños en la prédica de la nueva doctrina.

La admiración que despiertan en el padre las visiones y las exhortaciones de las mujeres resucitadas, es tan intensa como el rechazo que le provoca la persistencia de la poligamia. Los relatos sobre la muerte de los pecadores y de sus hijos contrastan con la versión de la muerte en gracia de los arrepentidos. La visión de los caciques o hechiceros con sus mujeres hacen que Montoya se exprese en términos de una dureza inusitada, tales como: “tropa de mancebas”, “piaras de inmundo animales”, “piara de yeguas”.

## LA MUJER GUARANI Y LOS COLONIZADORES

Con la colonia, la mujer adquiere valor mercantil. Es el fin de la “reciprocidad” y el comienzo del “hurto”, del “comercio”, de la “herencia”. La mujer dada antes como “don”, es ahora pieza de servicio.

En la *Conquista Espiritual* hay referencias a los españoles que salían cargados de indias de Villa Rica. La poligamia tribal, nada tenía que ver con la practicada por el conquistador.

Mujeres arrastradas de los cabellos, hijos arrebatados de sus pechos, cargadas como mulas aunque estuviesen embarazadas: son estas imágenes del “nuevo orden” implantando.

Muy lejos está la carga compulsiva que implica beneficios ajenos, del anterior transporte de bienes familiares que presuponía el “antiguo modo de ser”. El acompañamiento de un cacique por mancebas que llevaban en sus manos “vasos y otras coas de su uso” descrito por Montoya (1892: 140), todos muy bien vestidos, no tiene correlación con las caravanas hacia la costa organizadas por los vecinos de la villa de San Pablo con mujeres cargadas de maíz, trigo, vino, carne de vaca y puerco. Hay un verdadero tráfico mercantil: hay mesas de cambio donde las mercancías son mujeres, niños, machetes, cuchillos, vestidos viejos, sombreros. Verdaderas casa de prostitución organizadas en las ciudades y villas generarán, sin duda, un nuevo comportamiento en la mujer guaraní.

El llanto, que otrora servía para recibir huéspedes, era el grito de impotencia frente al ataque de la reducción de Jesús María: mujeres y niños de rodillas pidiendo socorro a Dios, gritos y alaridos de los niños, llantos de mujeres.

No todo fue llanto, “una varonil mujer”, vistiéndose de varón con una lanza embistió al tupí que abría el camino a los invasores paulistas. La imagen que Montoya brinda en la *Conquista Espiritual* es por demás elocuente: infantes asidos a los pechos de sus madres, lastimeras voces de esas madres atravesadas por el dolor de ver despedazados a sus hijuelos.

¿Cómo no entender entonces que la mujer guaraní llegara “a tener odio a la función de ser madre”? (Melià, 1988a: 83) Ya no era “dueña del fuego junto al

fuego”, ya no transportaba su cesto, ya no podía prender a sus hijos a sus pechos... ya no quería ser madre...

Llega al Guairá el tiempo de la retirada. Pocas alternativas tienen Montoya y sus pueblos frente a las escenas relatadas. Hombres, mujeres, niños, jóvenes y ancianos emprenden el éxodo aguas bajo el río Paraná.

Otra vez aparece la mujer guaraní cargando víveres sobre sus espaldas, ahora en búsqueda de una tierra sin explotadores.

Una mujer que cae con sus gemelos al río muestra su regocijo por haberlos salvado con verdadero amor. Aquí, junto a los padres, la mujer no renunciaba a su maternidad.

La *Conquista Espiritual* del P. Montoya y la *Carta de 1628* contienen abundantes datos etnográficos esclarecedores, en este caso, del papel que desempeñaba la mujer en la sociedad guaraní y en las reducciones.

Parte activa de una estructura social, se la atisba ligada a los ritos antropofágicos y funerarios: guardiana del fuego, portadora de vida. Genera con su embarazo y parto, una serie de prácticas que proporcionan una imagen de familia donde su compañero es el que comparte el acontecimiento acompañando con ayunos, recogimiento y clausura.

Ya reducida, Montoya la presenta como comunicadora, colaboradora en la prédica, ejemplo de virtud en muchos casos, intercesora, de gran fortaleza. Encara también la resistencia frente a la nueva doctrina en defensa de su “modo de ser”, pero también hay ejemplos de sincera conversión.

Heroica figura contra el esclavista, grita y aúlla de dolor cuando ve sus hijos destrozados con una impotencia que le hará tornarse limitadora de la misma vida que era capaz de engendrar y defender.

Dada como “don”, es prostituída, hacinada en casas para el deleite del conquistador.

Muchos elementos quedan todavía por analizar para completar la imagen de aquella mujer guaraní. Sólo hemos tratado de acercarnos a su protagonismo. Quedará también por descubrir si existen en la actualidad rasgos de esa identidad en los grupos que hablan guaraní, por ejemplo, en la provincia de Corrientes. Es una tarea en la que estamos comprometidos.

## FUENTES

MONTOYA, ANTONIO RUIZ DE

(1892) *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús en las provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape, escrita por el P. Antonio Ruiz de Montoya, de la misma Compañía*. Bilbao, Imprenta del Corazón de Jesús. (Primera edición en Madrid 1639).

- (1985) *Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesús nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguay e Tape*. 1ª edição brasileira. Porto Alegre, Martins Livreiro Editor.
- (1951) Carta Anual do Padre Antonio Ruiz, Superior da Missão do Guairá, dirigida em 1628 ao Padre Nicolau Durán, Provincial da Companhia de Jesús. In *Manuscritos da Coleção De Angelis*, Jesuitas e bandeirantes no Guairá (1549-1640). Introdução, notas e glossário por Jaime CORTESÃO, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Divisão de obras raras e publicações, XL, pp. 259-298.

## BIBLIOGRAFÍA

- CADOGAN, LEÓN Y MELIÀ, BARTOMEU (1971) – Che retambipe. (Datos para el estudio de la función de la mujer en la organización social de los Guaraní). In: León CADOGAN. *Y wyra ñe'ery. Fluye del árbol la palabra. Sugestiones para el estudio de la cultura guaraní*. Con un prólogo e ilustraciones de Bartomeu Melià. Asunción del Paraguay. Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica “Nuestra Señora de Asunción”, pp. 113-127.
- CLASTRES, PIERRE (1978) – El arco y el cesto. In: Augusto ROA BASTOS (compl.). *Las culturas condenadas*. México, Siglo Veintiuno Editores, pp. 207-230.
- COLAZO, SUSANA (1987). – Los guaraníes. Panorama antropológico. In: *Teología. Revista de la Facultad de Teología de la Pontificia Universidad Católica Argentina*, t. XXIV, N° 50, 2º semestre, pp. 129-142.
- MELIÀ, BARTOMEU (1988a) – Para una historia de la mujer paraguaya. In: *Una nación, dos culturas*. Asunción del Paraguay, R P ediciones – CEPAG, pp. 79-88.
- (1988b) – El guaraní conquistado y reducido. *Ensayos de etnohistoria*. Biblioteca Paraguaya de Antropología, Vol. 5. Asunción, Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica.
- (1988c) – As Reduções Guaraníticas: Uma Missão no Paraguai Colonial. In: Paulo SUESS (organizador). *Queimada e Semeadura. Da conquista espiritual ao descobrimento de uma nova evangelização*. Segunda semana de estudos teológicos – CNBB/CIMI. Petrópolis, Vozes, pp. 76-88.
- RABUSKE, ARTHUR (1985) – Antonio Ruiz de Montoya: vida en obra en geral. In: *Anais do VI Simposio Nacional de Estudios Misioneros*. Montoya e as reduções num tempo de fronteiras. Santa Rosa, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco (01-04 de outubro), pp. 43-55.
- VARA, ALFREDO (1985) – Corrientes en el mundo guaraní. *Todo es Historia*, Buenos Aires, Capítulo 3, (serie de fascículos “Presencia de Corrientes en la Historia Argentina”).
- ZAVALA, SILVIO (1977) – *Orígenes de la colonización en el Río de la Plata*. México, Editorial de El Colegio Nacional, pp. 129-149.

# PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS NO MUSEU ARCHEOLOGICO DO CARMO

por

Ana C. N. Martins\*

“Dans l’Antiquité et au Moyen-Age, on divulgue;  
au XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles, on propage;  
au XIX<sup>e</sup> siècle on vulgarise”

(Georges Canguilhem, *Révue de l’Enseignement Supérieur*, 1962)

**Resumo:** Pouco tempo depois da inauguração do *Museu Archeologico*, na sede da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, na arruinada igreja do Carmo, em Lisboa, Possidónio da Silva, seu principal mentor e divulgador, envidaria todos os esforços no sentido de ser criada, no seu seio, uma pequena colecção antropológica. Necessidade essa que adviria, significativamente, da consciência que teria da relevância que uma tal colecção poderia assumir – a par da exposição de diversos conjuntos de artefactos arqueológicos –, na política educativa e de investigação científica, que o novo poder liberal tentaria desenvolver ao longo de oitocentos. Mais do que a descrição dos materiais antropológicos inseridos no Museu do Carmo, será nosso principal propósito compreender a origem do interesse manifestado por Possidónio da Silva pelos estudos antropológicos, sobretudo de Antropologia Pré-histórica, assim como, de uma forma generalizada, as concepções que estariam subjacentes a esse mesmo despertar.

**Palavras-chave:** Antropologia e arqueologia Pré-histórica; Exposição Universal de 1867; *Museu Archeologico do Carmo*.

## INTRODUÇÃO

O *Museu Archeologico do Carmo* seria inaugurado em meados dos anos sessenta, pouco tempo depois da fundação da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, cujo principal mentor, propugnador e director, seria o arquitecto português, Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896).

---

\* Associação dos Arqueólogos Portugueses. E-mail: anamartins@teleweb.pt

Inicialmente, o Museu seria concebido enquanto um espaço provisório, no interior do qual deveriam ser albergados, isto é, conservados, os mais diversos objectos de valor histórico, artístico e arqueológico, encontrados um pouco por todo o território português, abandonados, degradados e vilipendiados, em consequência de uma série de acontecimentos que assolariam o nosso solo desde, pelo menos, meados de setecentos. Seriam eles, o terremoto de 1755, as sucessivas invasões francesas, a fuga da Corte para o Rio de Janeiro, a presença das tropas britânicas, as lutas liberais, para já não referir a própria venda, em hasta pública, de parte significativa do espólio, móvel e imóvel, pertencente, até 1834, às ordens monásticas portuguesas, entretanto nacionalizadas.

Um pouco à semelhança do, que há muito, se praticaria na maioria dos países europeus da época, e, nomeadamente, após a Revolução Francesa de 1789, Possidónio da Silva perspectivaria a instituição daquele estabelecimento científico, entre nós, como um dos meios de perpetuar uma memória que, de outra forma, poderia perigar.

Rememoração essa que se revelava, então, absolutamente necessária ao, recentemente, instaurado poder liberal do nosso país, como forma de estabelecer uma ponte entre o presente e o passado recente, num processo *continuum*, no âmbito do qual o período medieval passaria a pontificar, porquanto a época da formação da nacionalidade portuguesa e da emergência de uma pretensa, e desejada, simbiose entre o poder monárquico e o popular. Seria, precisamente, no seio desta última camada popular, que o Liberalismo pretenderia encontrar a sua futura e incontestável plataforma de apoio.<sup>1</sup>

Incluindo, pouco a pouco, no seio das suas colecções museológicas, elementos representativos de épocas mais recuadas, nomeadamente pré-históricas, e, sobretudo, com exemplares provenientes, não apenas do nosso território, como de outras zonas geográficas, Possidónio da Silva perspectivaria numa altura em que se tornara evidente a impossibilidade de transferir as suas instalações para outras que, o próprio, consideraria mais apropriadas aos seus principais desígnios<sup>2</sup> incluir o Museu do Carmo na série de museus europeus que, já durante a primeira metade da centúria de oitocentos, apresentavam ao público, em geral, e mediante as suas elaboradas exposições, o processo evolutivo da Humanidade.

Modo de apresentação esse que pressupunha, à partida, a aplicação de uma determinada metodologia. Na senda das propostas biológicas lamarckianas, seria o arqueólogo dinamarquês, C. J. Thomsen (1788-1865), quem conceberia um

---

<sup>1</sup> Sobre esta questão, vide Ana C. N. Martins, *Possidónio da Silva e a Memória Histórica. Um Percorso na Arqueologia de Oitocentos*, Texto Policopiado, Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Lisboa, F.L.U.L., 2000, e, sobretudo, o seu segundo capítulo.

<sup>2</sup> *Ibidem*; Id., “Possidónio da Silva, a Conservação e Restauro dos Edifícios Religiosos Medievais. A Igreja do Carmo em Lisboa”, *Arqueologia e História*, n.º 52, Lisboa, A.A.P./Colibri, 2000. No prelo.

método de triagem dos objectos existentes no Museu de Antiguidades Nacionais de Copenhague, distribuindo-os, não apenas segundo o tipo de material, com o qual teriam sido realizados, como, ainda, mediante o princípio evolutivo, segundo o qual, a formas mais simples, deveriam corresponder épocas mais antigas.

A adaptação dessa premissa evolutiva aos artefactos incluídos no *Museu Archeologico do Carmo*, assim como à forma pela qual os mesmos seriam dispostos ao olhar público, evidenciava a actualização, compreensão, interiorização, e acatção, desses novos paradigmas teóricos, por parte de Possidónio.

## A EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PARIS (1867)

A inclusão dos mais variados géneros de objectos, de diversificadas proveniências cronológicas, geográficas e culturais, no interior do Museu do Carmo, demonstrava igualmente a preocupação que o seu principal mentor, Possidónio da Silva, teria em dar a conhecer aos seus visitantes, em geral, e a possibilidade de estudo aos investigadores nacionais, muito especificamente, uma ampla visão das realidades apresentadas.

Essa intencionalidade revelava-se particularmente importante numa época em que o número de viajantes seria notoriamente diminuto, sobretudo atendendo aos elevados custos que um tal empreendimento implicaria, em face das dificuldades dos existentes meios e vias de transporte, que tornavam – embora cada vez menos –, as distâncias geográficas particularmente longínquas.

Não podendo viajar por Portugal, visitando os locais, histórica, artística e arqueologicamente mais significativos, nem tão pouco outras capitais europeias, nas quais se encontrariam sediados os mais importantes museus de então, qualquer interessado poderia, no interior do Museu do Carmo, aceder a uma relativamente completa e ecléctica informação, exposta segundo o princípio tipológico e evolutivo que poderia, ademais, ser confirmado mediante a análise da proveniência estratigráfica de cada um dos artefactos expostos.

Mas, onde teria Possidónio embebido todo esse somatório conceptual que, ademais, implicaria a aquisição de conhecimentos mais alargados e profundos, não apenas da própria Filosofia Positivista, como de debates que se promoveriam em torno de diversas descobertas arqueológicas e paleontológicas, que iam tendo lugar um pouco por toda a Europa mas, sobretudo, em França e Inglaterra?

Certamente que, vivendo em Paris durante cerca de oito anos (1825-1833), com apenas dois de interregno, durante os quais estagiaria em Roma,<sup>3</sup> Possidónio

---

<sup>3</sup> Sobre o período italiano na formação académica de Possidónio da Silva, vide Ana C. N. Martins, “Possidónio da Silva e uma Experiência de *Grand Tour* na Europa Romântica”. No prelo.

não poderia, de modo algum, permanecer imune e indiferente a toda uma variedade de conferências, discussões, apresentações públicas e editoriais, que versariam, inevitavelmente, e sobretudo atendendo à novidade das temáticas envolvidas, todos esses assuntos, e que teriam lugar um pouco por toda a capital – cultural –, francesa.

A atestar essa mesma influência, temos o facto, entre muitos outros, de que, ao longo de toda a sua existência, se corresponderia com algumas das personalidades europeias mais marcantes nesses domínios do conhecimento humano. Para além disso, teria, muito possivelmente, presenciado alguns dos mais relevantes encontros científicos de perfil europeu, ou até mesmo internacional.<sup>4</sup>

Pensamos, contudo, que o evento científico que despertaria e consolidaria Possidónio, de uma forma mais convicta e definitiva, para a urgência da divulgação – e, sobretudo, vulgarização –, dos mais diversos conhecimentos inerentes às ciências arqueológica e antropológica, revelar-se-ia, precisamente, a Exposição Universal de Paris, ocorrida em 1867, e na qual tomaria parte activa, nomeadamente no Congresso Internacional de Arquitectos, que se realizaria no âmbito desse evento.

Com efeito, verificamos que, doravante, algo iria mudar, significativamente, o carácter interno do *Museu Archeologico do Carmo*. Alteração essa que, ademais, se tornaria bem visível, não apenas aos seus associados e mais assíduos visitantes, como, embora mais serenamente, ao público, de um modo geral. Percepção essa que se tornava mais facilitada, precisamente, por parte daqueles visitantes que, suficientemente alfabetizados e cultos, poderiam compreender as mensagens e códigos, tanto dos objectos, como da própria forma em que os mesmos seriam apresentados.

Até 1867, ou, antes, até aos inícios dos anos setenta, e precisamente numa altura em que Possidónio regressaria à presidência da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, após uma ausência (aparentemente voluntária) de cerca de três anos, durante a qual procederia a determinadas intervenções arquitectónicas, de algum relevo, e conceberia alguns projectos relacionados com a publicação das suas primeiras obras de fundo, sobre a História da Arquitectura, em geral, o Museu do Carmo evidenciaria uma postura mais consonante às de muitos outros espaços museológicos europeus da primeira metade de XIX.

Durante essa altura, e sobretudo ao longo do seu primeiro quartel, seriam essencialmente os vestígios clássicos e medievais a serem procurados, estudados e quase sublimados. Facto que se poderia explicar pela necessidade sentida por

---

<sup>4</sup> Vide Ana C. N. Martins, *Possidónio da Silva e a Memória...*, e, nomeadamente, o seu terceiro capítulo.



grande parte dos poderes europeus de demonstrar, não apenas a antiguidade das suas fronteiras, geográficas e políticas, como ainda a própria validade do seu pretenso estatuto de herdeiros – embora indirectos mas, sempre, de pleno direito –, da Antiguidade Clássica, sobretudo Romana, face às crescentes pretensões hegemónicas demonstradas pelo Império Napoleónico.

Assim sendo, seria compreensível que se revisitasse, conservasse e divulgasse todo o tipo de artefactos que evidenciasse essas mesmas pretensões nacionalistas, e se transformasse numa das temáticas preferenciais dos estudiosos dos seus respectivos países. Na verdade, essa, revelar-se-ia, uma das muitas formas encontradas para incutir, no mais vasto espectro populacional possível, a ideia de unidade, de verdadeira cumplicidade, entre a noção de nacionalidade e nação.<sup>5</sup>

E, essa, constituiria igualmente a principal característica do *Museu Archeologico do Carmo*, pelo menos até finais dos anos sessenta, com uma preocupação evidente em salvaguardar todo o género de resquício material que pudesse, de alguma forma, exaltar essa mesmas evidências, em território nacional.

Seria, sobretudo a partir dos inícios da década de setenta, que se constataria a entrada, no espaço da igreja arruinada do Carmo – sede da *Real Associação* e respectivo Museu –, de objectos reportáveis a outras épocas e realidades geográficas, temporais, históricas e culturais.

Assim, passariam a ser incluídos nas suas colecções alguns objectos móveis, com a designação, algo vaga e generalizada, *d'archeologia da idade da pedra*, para os quais, no entanto, não seria efectuado qualquer tipo de memória descritiva.<sup>6</sup> De entre os primeiros desses artefactos, a serem ofertados ao Museu no ano de 1877, figurariam “dois machados de bronze da epocha prehistorica”,<sup>7</sup> sem, contudo, referir-se a sua proveniência geográfica.

Interessante será verificar que Possidónio não faria incluir, no primeiro levantamento que realizaria, ainda em finais dos anos cinquenta, de monumentos históricos edificados existentes no território português, precisamente os de características pré-históricas e proto-históricas.<sup>8</sup> Omissão essa que poderia tornar-se tanto mais surpreendente, se pensarmos que, pelo menos desde o início da edição do órgão impresso oficial da *Real Associação*, o *Boletim de Architectura e Archeologia*, logo em meados de sessenta, seriam publicadas notícias de descobertas de artefactos,

---

<sup>5</sup> Paul J. J. Sinclair, “Nationalism”, *The Oxford Companion to Archaeology*, Oxford, Oxford University Press, 1996, pp. 487-88.

<sup>6</sup> “Synopsis”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.ª série, t. I, n.º 1, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères, 1876, p. 4

<sup>7</sup> “Chronica”, *Boletim de Architectura...*, 2.ª série, t. II, n.º 4, 1877, p. 61.

<sup>8</sup> Sobre os pormenores subjacentes a esse primeiro levantamento, *vide*, Ana C. N. Martins, *Possidónio da Silva e a Memória Histórica...*, e, nomeadamente, o seu primeiro capítulo, para além do artigo, Ana C. N. Martins, “Vicissitudes de um Levantamento de Monumentos Históricos”. No prelo.

imputáveis àquela época, e ocorridas, essencialmente, no estrangeiro.

Deveremos, no entanto, relembrar que, na altura, ainda parte significativa dos arqueólogos continuaria a atribuir aos celtas os vestígios materiais mais antigos encontrados na Europa Central. Situação essa que perduraria, pelo menos, até ao, historiograficamente considerado, *annus mirabilis* (1859), quando, científica e oficialmente, se instituiria a existência do homem primitivo, e sobre cujas investigações Possidónio certamente se encontraria a par, nomeadamente através da vasta bibliografia que ia adquirindo, além-fronteiras, e que faria parte da sua própria biblioteca pessoal.<sup>9</sup>

Entre aqueles investigadores, pontificaria, entre outros, o arqueólogo francês, Arcisse de Caumont (1802-1873), quem, relativamente ao território galês, consideraria os vestígios mais antigos de ocupação humana, como reportáveis, precisamente, à actividade celta. Concepção que incluiria, por exemplo, na sua obra, *Cours d'Antiquités Monumentales*, embora, posteriormente no, *Abécédaire*, já introduzisse a noção de homem quaternário, o que evidenciava uma notória apreensão dos estudos que, entretanto, tinham sido efectuados.<sup>10</sup>

Possidónio, por seu lado, negaria, já nas suas *Noções Elementares de Archeologia*, publicado em meados dos anos setenta, a atribuição dos monumentos megalíticos aos celtas.<sup>11</sup> Se, em Portugal durante a década de quarenta, estes seriam ainda considerados representantes da época mais antiga das actividades humanas,<sup>12</sup> os principais investigadores nacionais concordariam, já nos anos setenta, com a existência do homem primitivo, enquanto tal.<sup>13</sup> Seria, doravante, que iriam surgir, embora de uma forma cautelosa, alguns trabalhos percursos no campo da arqueologia pré-histórica em Portugal, nomeadamente da autoria de algumas das principais figuras da *Comissão Geológica*, fundada na década de cinquenta, ao mesmo tempo que o Ministério das Obras Públicas.<sup>14</sup>

Quanto a Possidónio da Silva, mais especificamente, pensamos que, se a sua activa participação no Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, decorrido em Itália no ano de 1872, e no âmbito do qual tomaria parte, entre outras actividades, nas escavações que os congressistas promoveriam em *palafitas*, pensamos que a viragem mais significativa na sua postura intelectual, rela-

<sup>9</sup> “Monumentos célticos ou druidicos”, *O Panorama*, 3.ª série, n.º 2, 1853, pp. 52-3.

<sup>10</sup> J. Déchelette, *Manuel d'Archeologie Préhistorique, Celtique et Gallo-Romaine*, t. I, Paris, Picard et Fils, 1908, p. VIII.

<sup>11</sup> Joaquim P. N. da Silva, *Noções Elementares de Archeologia*, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères, 1876, p. 5.

<sup>12</sup> J. C. N. C., “O Mundo Primitivo”, *O Panorama*, 2.ª série, n.º 1, Lisboa, 1842, pp. 246-47.

<sup>13</sup> Júlio A. Henriques, *Antiguidade do Homem*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1866.

<sup>14</sup> Afonso do Paço, “Carlos Ribeiro”, *Dicionário de História de Portugal*, t. V, pp. 340-41; Id., “Joaquim Filipe Nery da Encarnação Delgado”, *Dicionário da História de Portugal*, t. II, pp. 278-79.

vamente às questões da Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, ocorreria, no entanto, em 1867, ou seja, aquando da sua presença na Exposição Universal de Paris.<sup>15</sup>

Esse certame constituiria um verdadeiro marco no desenvolvimento da Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, porquanto, contrariamente à Exposição Universal de Londres, realizada em 1851,<sup>16</sup> a de Paris incluiria uma secção exclusivamente dedicada a colecções de artefactos pré-históricos. A exposição desses objectos seria pensada e elaborada pelo arqueólogo francês Gabriel de Mortillet (1821-1898) – coadjuvado pelo investigador Édouard Lartet (1801-1871) –, quem, ademais, redigiria o seu catálogo, ao qual daria o significativo título de *Promenades Préhistoriques à l'Exposition Universelle*. Expressivo, porquanto denunciaria um espírito iminentemente romântico, que ainda subsistiria no seio de alguma classe de investigadores europeus, ao mesmo tempo que funcionaria como um forte apelo à curiosidade e imaginação do público, que em geral, pretendesse visitar a Exposição. Pretenderia, dessa forma, conferir um carácter menos científico às colecções pré-históricas, que seriam apresentadas no seu âmbito, sublinhando, antes de mais, o seu cunho pedagógico, atraindo, assim, um mais vasto e eclético público.

Não obstante, teriam sido expostos ao público, pela primeira vez na exposição londrina de 1851, factos que revelariam e confirmariam a importância crucial que os estudos geológicos passariam a deter na própria investigação arqueológica, de um modo geral, nomeadamente no que à antiguidade dos artefactos e vestígios ósseos se reportaria. Apresentar-se-ia, então, de uma forma inequívoca, aos visitantes daquele certame internacional, a legitimação científica da análise da evolução sequencial dos mais variados artefactos pré-históricos – mais do que “antediluvianos” –, mediante a observação da sua proveniência estratigráfica.

Essa demonstração revelar-se-ia de igual modo relevante, e por uma outra questão teórica. É que a estratigrafia – que, em última análise, auxiliava a própria metodologia tipológica e tecnológica, ao conferir-lhe legitimidade sequencial –, poderia demonstrar, simultaneamente, a singularidade do processo evolutivo a um nível micro-espacial. Isso seria o mesmo que dizer, a um nível regional, e até mesmo local, o que poderia, em última instância, concorrer para a afirmação de algumas pretensões políticas, ao nível regionalista e nacionalista. Seria a Geologia e a Arqueologia, uma vez mais, ao serviço da política, ou, melhor, a política a utilizar-se dos estudos dessas duas ciências, emergentes e afirmantes ao longo da centúria de oitocentos.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> A.H./A.A.P., *Correspondência Recebida*, n.º 157, 18/10/1867.

<sup>16</sup> Glyn Daniel, *El Concepto de Prehistoria*, Barcelona, Editorial Labor, 1968, p. 52.

<sup>17</sup> Alice B. Kehoe, *The Land of Prehistory. A Critical History of American Archaeology*, New York, Routledge, 1998, pp. 33-34.

Verificamos, assim, que, em termos conceptuais, os métodos de análise e seriação dos materiais encontrados, resumir-se-iam, doravante, ao estratigráfico, tecnológico e tipológico, efectuado de um ponto de vista estilístico e classificatório, num contexto de análise descritiva. Considerações essas que, no seu cômputo geral, conduziriam à delineação de uma cronologia de âmbito marcadamente cultural, mediante a realização de uma classificação homogénea e modelável. Considerações teórico-práticas essas que revelariam, na sua essência, os princípios do naturalismo e do evolucionismo, ou seja, a afirmação da lei do progresso geral da Humanidade, do desenvolvimento similar, bem como o da alta antiguidade do Homem.

Mas, o ano de 1867 revelar-se-ia igualmente o da inauguração do importante Museu das Antiguidades Nacionais de França, perspectivado e organizado pelo mesmo G. De Mortillet, em Saint-Germain-en-Layes, nos arredores de Paris. Museu que estimularia o surgimento de tantos outros, não apenas em solo francês, como nos demais países europeus, e ao qual não teria sido, certamente, insensível o próprio Possidónio da Silva, tendo havido, mesmo, a possibilidade de o ter visitado durante a celebração daquela exposição universal. Ademais, seria, precisamente a partir de então, que, para além de outros importantíssimos nomes da Antropologia, Etnografia e Arqueologia europeias, Possidónio passaria a corresponder-se, assiduamente, com aquele arqueólogo francês.

O público contemplaria, então, pela primeira vez, objectos executados pelos seus antepassados mais remotos, o que suscitaria, de forma inevitável, a sua curiosidade, nomeadamente sobre a arte parietal, porque evidenciadora de um pensamento abstracto, até então considerado uma capacidade exclusiva do Homem Contemporâneo.<sup>18</sup>

Parece-nos igualmente revelador que as *Promenades* fossem incluídas na denominada *Galérie de l'Histoire du Travail*, no âmbito da citada Exposição Universal.<sup>19</sup> A Antropologia e a Arqueologia passariam, doravante, e numa época em que as duas ciências se encontravam intimamente ligadas – sobretudo ao nível da concepção de Antropologia Pré-Histórica (recordemos, a título meramente exemplificativo, os casos dos investigadores alemães Schuffhagen e Virchow, ambos dedicando-se a essas duas disciplinas) –, a serem utilizadas politicamente.

Esse emprego político seria realizado, entre outras formas, ao demonstrar-se uma pretensa equiparação entre resquícios materiais de populações, há muito

---

<sup>18</sup> *The Story of Archaeology*, ed. Paul Bahn, London, Phoenix Illustrated, 1997, Colin-Simard, p. 56; *Découverte Archéologique de la France*, Paris, Le Livre Contemporain-Amoît-Dumont, 1957, p. 57.

<sup>19</sup> Glyn Daniel, *El Concepto de Prehistoria*, p. 51.

extintas, em solo europeu, e as suas mais diversificadas utilizações observáveis no seio de diferentes comunidades dos denominados “primitivos actuais”, espalhados um pouco por todo o nosso globo.<sup>20</sup>

Essa comparação não adviria, no entanto, de uma mera curiosidade intelectual, nem tão pouco em exclusiva consequência de uma premência interior, manifestada por alguns investigadores europeus, no sentido de serem encontradas respostas às muitas questões que iam surgindo, aquando da descoberta e estudo de alguns dos artefactos encontrados durante escavações, realizadas em diferentes países europeus.

Essa constituiria, inegavelmente, a principal razão pela qual se procedia a esse tipo de estudo comparativo, ou seja, tentando encontrar uma explicação utilitária para alguns dos objectos encontrados nas escavações arqueológicas, ao mesmo tempo que descortinando, por detrás deles, as mais eclécticas vivências quotidianas. Na verdade, sem a contínua recorrência a essa metodologia de abordagem revelava-se, frequentemente, difícil vislumbrar a sua elucidação racional, positivista. Não deveremos, no entanto, subestimar, ou até mesmo, obviar, interesses de outra índole que se encontrariam subjacentes a esse frequente apelo comparativo, exercido a um nível etnográfico.

Ao procurar estabelecer paralelos lineares entre os vestígios materiais de comunidades pré-históricas europeias, e os empregados por comunidades existentes nas mais diversas colónias europeias, tanto do continente africano, como americano e da Oceânia, alguns investigadores europeus pretenderiam, efectivamente, demonstrar a sua superioridade cultural, quando, não mesmo, racial. Perspectivava-se, assim, legitimar, simultaneamente, o próprio domínio colonial ocidental sobre aqueles mesmos agrupamentos humanos, porquanto considerados inferiores, inaptos e, muito naturalmente, alvos lógicos de uma interferência exterior para o despontar do seu próprio desenvolvimento, nomeadamente tecnológico.<sup>21</sup>

Evidentemente que, subjacentes a essa postura, estariam desígnios claramente comerciais, manifestados pela crescente e preponderante burguesia europeia, na sua ávida busca de novos mercados, não apenas fornecedores de abundantes, díspares e baratas matérias-primas e mão-de-obra, como, sobretudo, de escoamento dos produtos, frequentemente produzidos pelos próprios colonizados.

Seria a Antropologia e a Arqueologia ao serviço – embora indirectamente

---

<sup>20</sup> E. E. Evans-Pritchard, *História do Pensamento Antropológico*, Lisboa, Ed. 70, 1981, p. 43, 49, 52-53, 75-76, 104, 108, 111.

<sup>21</sup> Bruno Beguet, “La Vulgarisation Scientifique en France de 1850 à 1914: contexte, conceptions et procédés”, *La Science pour Tous (1850-1914)*, Paris, Bibliothèque du C.N.A.M., 1990, p. 7; Catherine Benedic, “Le Monde des Vulgarisateurs”, *La Science pour Tous (1850-1914)*, p. 31; H. S. Saint-Cernin, *Ordre et Desordre a Saint-Germain-e-Laye au XIXème Siècle*, t.I, Saint-Germain-e-Laye, Les Cahiers de l’Université Libre de Saint-Germain-en-Laye, 1919, p. 33.

–, dos propósitos económicos de um novo poder, que se ia institucionalizando um pouco por todos os países ocidentais, e se alastrava às restantes zonas geográficas.

Essa preponderância enquadrar-se-ia, ademais, e de forma harmoniosa, na doutrina oitocentista do progresso generalizador da humanidade. Progresso esse que poderia ser constatado mediante a apresentação da sucessão evolutiva das camadas geológicas, bem como dos correspondentes conjuntos arqueológicos, existentes nessa mesma evolução estratigráfica, e preferencialmente, desde os tempos primitivos.<sup>22</sup>

Essa postura basear-se-ia numa *praxis* evolucionista, essencialmente propugnada pela denominada arqueologia vitoriana, profundamente enraizada em doutrinas racistas, referentes ao progresso linear da Humanidade até à era industrial. Analisavam-se, assim, as sociedades não-europeias, partindo do princípio de que seriam biologicamente inferiores, donde, menos capacitadas para acompanhar esse mesmo processo desenvolvimentista, evolucionista, mais do que de progresso, que pressupunha a existência de verdadeiros “saltos” nesse mesmo *continuum*. Progresso que seria somente possível, nessas comunidades, com a interferência directa de outras, cultural e racialmente superiores, ou seja, mediante a aplicação dos mais diversos conhecimentos ocidentais.

Essa posição alcançaria o seu auge na elaboração do denominado *darwinismo social*, por mão do filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903), na base do qual residiria uma profunda crença do papel determinante que a luta pela sobrevivência e a “lei do mais forte” assumiriam em todo o processo evolutivo dos grupos humanos. Convicção que poderia encontrar as suas mais profundas e directas raízes, não propriamente nas teorizações do próprio Charles Darwin (1809-1882), mas, antes de tudo, em conceptualizações do naturalista, político e filósofo inglês, John Lubbock (1834-1913). Com efeito, e segundo este pensador, as diferenças observáveis no seio dos mais diversos grupos humanos não derivariam apenas de meras diferenças culturais, mas, sobretudo, das capacidades biológicas dos seus respectivos membros em utilizar todo um preexistente potencial cultural, supostamente colocado ao seu dispor.

Embora o século dezanove se encontrasse, em termos filosóficos, notoriamente distante de visões medievais, ele assimilaria pressupostos anteriores, como o da concepção de algumas dessas comunidades enquanto uma verdadeira materialização do quadro bíblico do castigo imposto aos humanos pela perpetração do pecado original. Assim, competiria aos europeus oitocentistas resgatar, de alguma forma, essas populações daquele seu destino, numa postura iminentemen-

---

<sup>22</sup> Glyn Daniel, *Un Siglo y Medio de Arqueologia*, Ciudad del Mexico, Fundo de Cultura Economica, 1975, pp. 111-112; Brian M. Fagan, “Archaeology and Non-Western Societies”, *The Oxford Companion to Archaeology*, pp. 505-506.

te positivista e paternalista, nomeadamente por considerarem a cultura material e mental daqueles grupos humanos como legítimas representações de todo um passado europeu.

Não poderemos, contudo, olvidar a enorme influência que as *Promenades* (*Vide supra*) teriam sobre a vivência religiosa das populações ocidentais, nomeadamente das suas camadas culturalmente mais esclarecidas. Ao estabelecer, quer uma maior antiguidade da Terra, dos seres vivos, em geral, e, sobretudo, do Homem, para além da própria noção de Homem Pré-histórico, a Paleontologia, Antropologia e Arqueologia Pré-históricas fariam frente às concepções eclesiásticas, então ainda preponderantes e geralmente aceites. Seria, no fundo, a afirmação da casualidade da Natureza, por oposição ao *Creacionismo*, num contexto de – ainda –, claro domínio de toda uma cultura judaico-cristã.

Assim, num ano – 1867 –, em que a Arqueologia atingiria o que poderíamos designar de “maioridade”, Possidónio teria a oportunidade de contactar, proximaamente, não apenas com todo aquele somatório de evidências científicas, como, ainda, com os principais organizadores da sua exposição.

A sua presença nesse evento internacional alcançaria tal significado nas suas futuras actividades, que, e sobretudo a partir dos anos setenta, se denotaria um crescente número de notícias respeitantes às descobertas arqueológicas daquele período da História da Humanidade incluídas no *Boletim de Architectura e Archeologia*. Essa importância traduzir-se-ia, igualmente, no envio que Possidónio faria para a Exposição Universal de Paris, de 1878, e a pedido expresso dos seus principais organizadores,<sup>23</sup> “[d]o que podessemos em objectos prehistoricos”.<sup>24</sup> A *Real Associação* optaria, então, por remeter sessenta objectos. Certame esse para o qual concorreria outra personalidade da nossa investigação arqueológica, Carlos Ribeiro, apresentando noventa e cinco objectos, provenientes das escavações que efectuara nos concheiros de Muge.

## 2. A COLECÇÃO ANTROPOLÓGICA DO MUSEU ARCHEOLOGICO DO CARMO

Mas não seriam apenas os estudos pré-históricos, em si, que passariam a ocupar um lugar de destaque nos números do *Boletim de Architectura e Archeo-*

---

<sup>23</sup> É. Cartailhac, “Exposition International de 1878”, *Boletim de Architectura...*, 2.ª série, t. II, n.º 4, 1877, p. 63. Ver também “Chronica da nossa associação”, *Boletim de Architectura...*, 2.ª série, t. II, n.º 5, 1878, p. 79; Glyn Daniel, *Un Siglo y Medio de Arqueologia*, Ciudad del Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1975, p. 94.

<sup>24</sup> A.H./A.A.P., *Actas da Assembleia geral*, n.º 90, 27/12/1877.

*logia*. Doravante, passariam, de igual modo, a pontificar artigos versando sobre temáticas mais abrangentes, relacionadas com as investigações antropológicas, embora as duas vertentes não pudessem ser inelutavelmente apartadas, sobretudo no que à Antropologia cultural, pré-histórica, respeitava.

Embora as questões inerentes a essa disciplina viessem a ser abordadas desde há algum tempo, tanto em conferências internacionais – nas quais o próprio Possidónio participaria –, como nas mais variadas publicações que, crescentemente, surgiam a lume, como a revista, dirigida pelo mesmo G. de Mortillet, sugestivamente intitulada, *Matériaux pour l'Histoire Primitive et Naturelle de l'Homme* – e cujos números Possidónio receberia periodicamente –, a Exposição Universal de 1867 proporcionaria aos seus visitantes uma outra visão antropológica das comunidades humanas existentes nos diversos continentes.

A exposição antropológica de 1867, não seria, no entanto, indissociável da arqueológica. Essa postura metodológica seria perfeitamente compreensível numa altura em que as duas disciplinas ainda não se encontrariam liminarmente separadas. Sobretudo a Arqueologia necessitaria dos dados provenientes da Antropologia comparada – quer através de observações directas, como ainda mediante a análise de relatos, de carácter etnográfico, incluídos nalguma da denominada “literatura de viagem”, desde o século XV –, para conferir uma lógica e um sentido a muitos dos materiais que iam sendo postos a descobertos nalgumas escavações, entretanto efectuadas em solo europeu.

Mas, por seu turno os próprios artefactos arqueológicos poderiam conferir uma materialização, à luz das concepções positivistas da época, a algumas das mais importantes formulações teóricas antropológicas. Assim, aqueles ilustrariam o próprio paradigma evolucionista linear, tipicamente vitoriano, das comunidades humanas, que seria conceptualizado por nomes, como os do etnólogo britânico E. B. Tylor (1832-1917), do antropólogo norte-americano L. H. Morgan (1818-1881), ou até mesmo do teórico alemão, F. Engels (1820-1895). Paradigma teórico esse que seria traduzido, entre outros, no esquema evolutivo das sociedades primevas, desde o seu estado “selvagem”, passando pela barbárie, até à civilização, unicamente alcançado pela sociedade ocidental industrial, no seio da qual seria a Inglaterra a prevalecer.

Esse modelo conceptual seria transmitido, não apenas através de meios mais académicos, como, sobretudo, mediante a sua demonstração pública, de uma forma mais elucidativa, pedagógica, enquanto meio de transmissão da sua principal mensagem ao mais amplo número possível de cidadãos.

E, no âmbito desse mesmo propósito educativo das grandes massas populacionais, o Museu passaria a ocupar um lugar de notório destaque.

O surgimento e afirmação dos espaços museológicos ao longo de oitocentos, constituiria, no fundo, a materialização da própria democratização das sociedades



ocidentais, do suposto direito de todos os cidadãos à educação, no âmbito de um novo espírito liberal, cimentado sobretudo após a revolução de 1789, e subsequentes acontecimentos políticos, que iriam abalar e modificar, de forma profunda e irreversível, o modo de pensar, ser e estar da maioria dos cidadãos europeus, que entreveriam a nossa contemporaneidade.

Para além disso, os museus possibilitariam o acesso populacional a qualquer tipo de informação de carácter científico-filosófico, ou, pelo menos, daquele que, institucionalmente, se considerava pertinente tornar público, por razões circunstanciais e de semblante ideológico.

O museu passaria, ainda, a servir um propósito iminente cívico, ou seja, de elo de ligação entre um passado, recentemente vilipendiado, censurado, e até mesmo renegado, com o presente, perfeito de novas concepções políticas, sociais, ideológicas, culturais e, até mesmo, religiosas e morais, e o próprio futuro recente, de cujo valimento e perpetuação dependeria a forma como as novas gerações se reveriam no passado dos seus países, tornado glorioso e superior, comparativamente aos demais. Seria, em última análise, uma questão de sobrevivência geográfica, política, cultural, da própria identidade nacional dos países europeus.

Até finais de setecentos, os espaços, denominados “museus”, seriam considerados um privilégio de poucos, de personalidades diletantes e intelectualmente curiosas, com um pecúlio suficientemente convincente para colecionarem os mais diversos espécimes, recolhidos um pouco por todas as paragens geográficas, como se de verdadeiros troféus de caça se tratassem num exercício de rivalidade implícita. Rivalidade que cresceria a ponto dos mais célebres desses “museus” se transformarem em verdadeiros instrumentos de competição, não apenas entre diferentes países, como até entre diversas casas aristocráticas e burguesas, como sinónimo do seu próprio poder político-social.

Contudo, e com uma evidente germinação na fundação de museus no seio de alguns estabelecimentos científicos, ainda ao longo da centúria de setecentos, e nomeadamente nos adjacentes a Academias e Laboratórios, que possuíam, entre outras, colecções antropológicas e zoológicas (recordemos, a título de exemplo, o caso do Museu de História Natural, de Paris), seria, sobretudo a partir da institucionalização do novo poder liberal, que o Museu passaria de um domínio estritamente individual, particular, ou institucional, para o público.

Essa mudança teria subjacente a si um quadro teórico, que advinha, inegavelmente, de propósitos políticos bem definidos. Com efeito, essa transformar-se-ia numa evidente demonstração pública da teoria da evolução, e do próprio progresso, em direcção a um futuro melhor. Teorização essa que, ademais, se revelava expressamente contrária a uma certa mentalidade religiosa, ainda preponderante, que via no passado – e numa tradição, que procedia desde, pelo menos, a Grécia Antiga –, a verdadeira “idade de ouro”, há muito e irremediavel-

mente perdida para a felicidade e perspectivas humanas.

Tanto a sucessão tipológico-tecnológico-temporal dos artefactos arqueológicos – alcançada mediante a análise do posicionamento estratigráfico dos artefactos, assim seriados –, como a própria constatação da existência de diversos estádios evolutivos, verificados no seio das mais diversificadas comunidades humanas como, ainda, e sobretudo, a correspondência estabelecida entre aqueles conjuntos materiais e os humanos, tornavam-se factores demonstrativos, de forma inelutável e inegável, da validade daquele mesmo quadro teórico.

Tornava-se, então, necessário elaborar um sistema operatório e pragmático da própria exposição museológica, que permitisse uma mais fácil e inequívoca elucidação e apreensão dessas mesmas premissas por parte do grande público, sobretudo do menos esclarecido, cultural e cientificamente.

A forma mais prática de o conceber, seria expor os materiais num espírito iminentemente positivista. Mas, se este requereria que aqueles conjuntos pudessem, pretensamente, “falar por si próprios”, tornava-se igualmente indispensável inseri-los num processo metodológico e contextual que lhes conferisse uma lógica própria, uma vida própria.

Não obstante, essa opção não adviria somente da necessidade de possibilitar aos visitantes menos prevenidos, para os quais, aliás, aquela postura positivista teria um significado mínimo, porquanto dirigido, essencialmente, a todos os que se encontrassem imbuídos dos códigos interpretativos das realidades expostas, uma visão mais esclarecedora dos materiais expostos. A implementação dessa concepção expositora tornava-se de igual modo evidente, pelo facto de que, ao retirar os artefactos do seu contexto natural, primordial, eles deixariam, por inerência, de transmitir, por si sós, a(s) mensagem(ns) que os mesmos encerrariam, quando vivenciados.

Por forma a retorná-los ao seu contexto inicial (se tal fosse, efectivamente, possível), ou, em muitos casos, àquele no qual os investigadores pretenderiam, pontualmente, encerrá-los, adequando-os a determinados quadros teóricos, acomodando-os a paradigmas unanimemente aceites pela comunidade científica, haveria que incluí-los num contexto expositor que os tornasse perceptíveis a todos os visitantes.

Seria, assim, que, na Exposição Universal de 1867, seriam dispostas reproduções, à escala natural, de *habitats* humanos, ao longo do corredor semicircular do *Trocadero*. Através desse percurso, os frequentadores seriam induzidos a transportarem-se desde as épocas mais remotas (menos conhecidas), ou seja, das formas sociais, ditas, mais primitivas, até à era industrial (mais conhecida), isto é, até ao estádio evolutivo mais avançado.

Conjuntos esses que incluiriam, não apenas os artefactos que, acreditava-se, teriam caracterizado as épocas representadas, como o seu eventual ecossistema,

mediante a aplicação de dioramas, com a reprodução pictórica da fauna e flora das épocas evocadas. Para além de se pretender vivificar, dessa maneira, os quadros evocativos dos diversos *habitats* humanos, essas reproduções possibilitavam igualmente aos visitantes deduzirem, por eles próprios, e num espírito iminentemente positivista, entre outras conclusões, as possibilidades alimentares que estariam ao alcance das comunidades humanas, em cada época da evolução da Humanidade.

Mas, o que despertaria mais a atenção do visitante seria, precisamente, o facto de serem igualmente inseridos, para além de reproduções dos seres humanos, utilizadores desses mesmos materiais, representantes, vivos, de algumas das mais exóticas paragens do Mundo, como índios, africanos e esquimós, evidenciando, e ilustrando, os mais diversos estádios da evolução histórico-cultural.

Estabelecia-se, dessa maneira, e de uma forma ainda mais evidente, uma correspondência, quase linear, entre o estádio evolutivo da cultura material, com os próprios grupos raciais, pontificados, de forma inequívoca, pelos europeus.

Assim sendo, o enquadramento teórico, que se revelaria a própria exposição, confirmaria e validaria, não apenas a teoria evolucionista das comunidades humanas, como, também, a difusionista. Esta última seria efectuada através da legitimação da política colonial de oitocentos, justificando-a enquanto a expressão da supremacia europeia sobre os demais grupos humanos, que deveriam acatá-la enquanto, supostamente, única forma de sobrevivência, num meio crescentemente competitivo e a uma escala verdadeiramente mundial.

Para além dessa evidência, pretendia-se igualmente sublinhar, de forma ainda mais notória, e à semelhança de outras exposições, universais e nacionais –realizadas anteriormente a 1867, e nas quais teriam sido expostas, pela primeira vez, não somente reconstituições de animais pré-históricos e seus respectivos *habitats* naturais, como, sobretudo, animais característicos das mais diversas colónias europeias –,<sup>25</sup> a dimensão que o poder colonial poderia assumir, nomeadamente ao expor, de maneira explícita e pública, exemplares humanos, provenientes daquelas mesmas paragens.

Evidentemente, que Possidónio da Silva não terá permanecido indiferente a todas essas representações visuais, nem tão pouco aos quadros teóricos que lhes estariam subjacentes.

Despertando, então, definitivamente, para a importância desse tipo de abordagem na educação das populações, num novo espírito positivista, evolucionista e difusionista, Possidónio tentaria incluir, nas colecções do *Museu Archeologico*

---

<sup>25</sup> Stephanie Moser, “The Dilemma of Didactic Displays: Habitat Dioramas, Life-groups and Reconstructions of the Past”, *Making Early Histories in Museums*, ed. Nick Merriman, Leicester, Leicester University Press, 1999, pp. 96-98; Yvette Gayraud-Valy, *The Story of Fossils. In Search of Vanished Worlds*, Paris, Gallimard, 1987, pp. 90-95.

do Carmo, alguns materiais antropológicos.

Seria, igualmente a partir de inícios de setenta, que solicitaria, pessoalmente, a algumas das personalidades mais influentes do Portugal e Brasil de oitocentos, e com as quais vinha mantendo relações de amizade e cordialidade,<sup>26</sup> no sentido, precisamente, de concorrerem com alguns objectos antropológicos para o aumento do espólio do Museu do Carmo.

Esse facto não impediria, contudo, que alguns desses materiais recaíssem, ainda, numa certa classificação, que poderíamos denominar de “zoológica”, essencialmente característica da cultura científica de setecentos, e, ainda, parte significativa de oitocentos.<sup>27</sup>

O interesse e apreço demonstrados por Possidónio por essa categoria de materiais, tornar-se-ia, assim, concebível, se pensarmos que, e ainda no âmbito da mencionada Exposição Universal de 1867, se teria criado uma amostragem dos mais recentes resultados materiais das investigações inerentes à ciência antropológica, como já referimos anteriormente.<sup>28</sup>

Ao crescimento desse interesse, não terá sido, certamente, alheio o próprio desenvolvimento dessa, então, jovem disciplina.

Na verdade, Possidónio participaria nalguns dos seus mais significativos congressos internacionais, promovidos durante a segunda metade de oitocentos. Seria, por exemplo, o caso do ocorrido em Nancy, no ano de 1875, e cuja temática central versaria, precisamente, sobre a *Ethnographie des Races Indigènes du Nouveau-Monde*.<sup>29</sup>

O seu debate tornar-se-ia particularmente relevante, porquanto surgiria, um pouco, no seguimento de toda uma súpula de observações, que vinham sendo efectuadas desde, pelo menos, o início do processo dos Descobrimentos. Por outro lado, não deveremos olvidar que os povos da América tinham, desde sempre, suscitado o interesse e curiosidade dos europeus, acreditando estarem algumas dessas comunidades mais perto da primitividade e pureza narradas nos textos bíblicos. “Idade de Ouro” essa que seria proclamada e sublimada por autores iluministas como, por exemplo, J.-J. Rousseau, ou até mesmo Voltaire, na sua eterna procura do “beau sauvage”.

O interesse científico que os materiais provenientes dessa zona suscitariam no seio da comunidade intelectual científica europeia, adviria igualmente de uma

<sup>26</sup> Ana C. N. Martins, “O Brasil na Vida e Obra de Possidónio da Silva”, *Olisipo*, n. 5, Lisboa, C.M.L./G.E.O., 2000. No prelo.

<sup>27</sup> A.H./A.A.P., *Actas da Assembleia Geral*, n.º 113, 3/6/1884.

<sup>28</sup> “Chronica da nossa associação”, *Boletim de Architectura...*, 2.ª série, t. III, n.º 1, 1880, p. 13.

<sup>29</sup> *Congrès International des Américanistes*, Paris, Maisonnien et C.ie, 1875; M. A. Quatrefages, *Rapport sur les Progrès de l'Anthropologie*, Paris, Imprimerie Impériale, 1867.

crença, então profundamente defendida e difundida por uma larga faixa do seu tecido, segundo a qual os índios americanos (sobretudo do Sul), não teriam sido afectados pelo fenómeno do Dilúvio. Viveriam, assim, acreditavam, num estado de desenvolvimento considerado verdadeiramente “primitivo” e ilustrativo da própria Pré-história europeia, como se tivessem cristalizado no tempo.<sup>30</sup>

Contudo, se alguns desses autores pretendiam acentuar a validade de esquemas evolutivos – diremos, antes, involutivos –, como os concebidos pelo poeta grego, Hesíodo (séc. VIII a. C.), os positivistas de oitocentos pretendiam objectivar a análise dessas mesmas comunidades, precisamente enquanto a prova inabalável do paradigma evolutivo. Ademais, seria com base nesses estudos comparativos que se conceberiam os primeiros esquemas teóricos da evolução da Humanidade, desde a selvajaria até à civilização, aos quais já fizemos alusão anteriormente (*Vide supra*).

Na sequência dos seus esforços particulares, Possidónio obteria, por exemplo, o depósito temporário da cópia de um dos crânios provenientes das Novas Hébridas, na Oceânia, pertencente à colecção particular do rei D. Luís.<sup>31</sup> Essa obtenção confirmava, para além de tudo o mais, o forte capital social que Possidónio possuiria, bem como a ascendência que deteria no seio da própria Casa Real portuguesa.

Mas, esses, não se revelariam os únicos objectos que Possidónio adquiriria para o Museu associativo.

Fazendo-se valer de todo um círculo de conhecimentos que teria reunido e cimentado, desde a sua permanência em terras brasileiras, ou seja, e de forma mais contínua, entre 1807 e 1821, e que cultivaria posteriormente, após o seu retorno a Lisboa, Possidónio conseguiria que fossem ofertados ao Museu do Carmo materiais utilizados por algumas tribos amazónicas.<sup>32</sup>

Mediante uma leitura atenta do catálogo do Museu do Carmo, publicado em 1891,<sup>33</sup> verificamos que, no “Mostrador redondo E” (denunciando uma notória acuidade na sua conservação), localizado na primeira capela do edifício, do lado do ponte, figurariam aquelas que, muito significativamente, seriam intituladas “Antiguidades da América”. Nessa classificação, far-se-iam incluir materiais tão díspares como figuras de reis do México; vasos com diferentes utilizações; máscara de feiticeiro azteca; ídolos de pedra e de argila; tecidos coloridos, etc.

Seria um dos sócios mais destacados da *Real Associação*, o Visconde de S. Januário, quem ofertaria esse conjunto de antiguidades mexicanas e peruanas ao

---

<sup>30</sup> Kenneth Feder, *Frauds, Myths, and Mysteries. Science and Pseudocience in Archaeology*, Mayfield, Mayfield Publishing Company, 1995, pp. 76-77.

<sup>31</sup> “Chronica da nossa associação”, *Boletim de Architectura...*, 2.ª série, t. III, n.º 1, 1880, p. 13.

<sup>32</sup> “Chronica da nossa associação”, *Boletim de Architectura...*, 2.ª série, t. IV, n.º 4, 1883, p. 64.

<sup>33</sup> *Catalogo do Museu da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, Lisboa, Typographia Universal, 1891.

Museu do Carmo, entre as quais se destacariam, desde logo, duas múmias, uma de mulher, e outra de criança.<sup>34</sup>

Esses objectos seriam por demais importantes, porquanto se poderiam conformar, perfeitamente, a todo um redespertar europeu relativamente às comunidades indígenas daquela zona geográfica. Para além disso, seria uma forma de, embora indirectamente, sublinhar, uma vez mais, a supremacia europeia – e, sobretudo a portuguesa, no caso dos materiais provenientes de tribos amazónicas –, sobre esses mesmos grupos humanos, ao mesmo tempo que se afirmava a legitimidade da antiga ocupação europeia daqueles mesmos territórios.

Esse conjunto de materiais antropológicos revelar-se-ia particularmente prestigiador para aquela agremiação cultural, nomeadamente por ter conduzindo a animadas discussões académicas em torno das suas particularidades formais. Debates que seriam promovidos no próprio seio associativo, e que catalisariam o interesse e a presença de alguns dos mais destacados investigadores nacionais.<sup>35</sup>

Esse apreço poderá ser facilmente compreendido, se atendermos ao facto de que as culturas sul-americanas suscitariam, desde sempre, um particular fascínio sobre os investigadores europeus. Interesse que, em grande parte, despontaria pelas razões anteriormente evocadas, de entre as quais poderemos destacar a própria simplicidade da estrutura vivencial das comunidades observadas, que, supunha-se, se encontraria mais próxima do que se julgava ter constituído o quotidiano dos grupos humanos há muito desaparecidos, e nomeadamente dos pré-históricos.

Seria, contudo, apenas uma minoria privilegiada da sociedade, de então, que se poderia arvorar possuir algumas dessas antiguidades, e, muito menos, expô-las ao público, em geral.

O interesse revelado pelos objectos oriundos da América do Sul remontaria, na essencialidade, ao século XVI. Com efeito, seria no seio das denominadas *Wunderkammer*, ou “gabinetes de curiosidades”, que esses materiais surgiriam inseridos, ainda, nas longas e variadas séries de fósseis, minerais, bem como de uma longa listagem de materiais arqueológicos e etnográficos, de significado generalizado e desconhecido.<sup>36</sup>

Mas, se, então, esses mesmos objectos seriam, ainda, analisados enquanto curiosidades e raridades, e frequentemente como consequências de um qualquer

---

<sup>34</sup> “Chronica da nossa associação”, *Boletim de Architectura...*, 2.ª série, t. III, n.º 1, 1880, p. 13; “Chronica da nossa associação”, *Boletim de Architectura...*, 2.ª série, t. IV, n.º 8, 1884, p. 126.

<sup>35</sup> Krsysztof Pomian, *Collectionneurs, Amateurs et Curieux. Paris, Venise: XVI.e-XVIII.e Siècle*, Paris, Éd. Gallimard, 1987, pp. 109-110.

<sup>36</sup> O. Impy, A. MacGregor, *The Origins of Museums*, Oxford, Clarendon Press, 1985, p. 151; Krsysztof Pomian, *Collectionneurs...*, p. 95. Alain Schnapp, *La Conquête du Passé*, Paris, Édition Carré, 1993, p. 168; Antoine Schnapper, *Le Géant, la Licorne et la Tulipe*, Paris, Flammarion, 1988, p. 105.

fenómeno natural, em oitocentos eram já estudados na sua verdadeira asserção, ou seja, enquanto produtos da acção humana, numa postura iminentemente positivista, embora a Etnografia adquirisse o estatuto de ciência autónoma unicamente em meados dessa mesma centúria.<sup>37</sup>

Os museus europeus que, como no caso do Carmo, possuísssem esses exemplares, possibilitavam aos seus visitantes uma visualização metodológica de uma hipotética correlação entre o desenvolvimento do tipo físico de algumas comunidades humanas e os materiais utilitários pré-históricos. Sublinhar-se-ia, dessa forma, o processo evolutivo da Humanidade, ao mesmo tempo que se justificava, de alguma maneira, o colonialismo ocidental. Demonstração que seria realizada, nomeadamente, ao explicitar-se a disparidade desenvolvimentista contemporânea, que se constatava, então, entre ambas essas as realidades, segundo os parâmetros ocidentais.<sup>38</sup>

Segundo esse ponto de vista, o denominado estádio selvagem seria considerado um atraso nesse mesmo processo de desenvolvimento, enquanto um seu estádio verdadeiramente “primitivo”. Aceitando essa premissa, legitimava-se a colonização europeia como forma de proceder ao seu desenvolvimento. Não devemos, por isso, obviar todas essas questões ideológicas, as quais, inevitavelmente, se encontrariam na base da criação de colecções etnográficas, ou de Antropologia Cultural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Museu do Carmo afastava-se, assim, de museus similares ao de Alexandre Lenoir, bem como da própria concepção museológica de Arcisse de Caumont, no seio dos quais não se integravam quaisquer materiais estrangeiros.<sup>39</sup> Ao rebuscar a arqueologia pré-histórica, grega, romana, egípcia, mesopotâmica, etrusca, fenícia, etc., para além da medieval e moderna, o Museu do Carmo assumia o seu papel iminentemente pedagógico, tal como o teriam feito o Louvre e o British Museum, nomeadamente ao albergar no seu interior materiais de interesse antropológico.<sup>40</sup>

---

<sup>37</sup> Annie-Marie Laurens, Krzysztof Pomian, *L'Anticomanie. La collection d'antiquités aux 18e et 19e siècles*, Paris, E.E.H.E.S.S., 1992, p. 64. Roland Schaer, *L'Invention des Musées*, Paris, Gallimard, 1996, p. 96.

<sup>38</sup> Isabelle Guarin, “Du Rapt Légitimé des «Sujets d'Étude Vivants»”, *Les Collections. Fables et Programmes*, dir. Jacques Guillaume, Paris, Ed. Champ Vallon, 1993, p. 79; Annie-Marie Laurens, K. Pomian, *idem*, p. 59; Krzysztof Pomian, *Collectionneurs...*, pp. 311-12.

<sup>39</sup> Chantal Georgel, “Le Musée et les Musées, un Projet pour le XIXème Siècle”, *La Jeunesse des Musées. Les Musées de France aux XIXème Siècle*, dir. Chantal Georgel, Paris, Musée D'Orsay, 1994, p. 19.

<sup>40</sup> Annie-Marie Laurens, Krzysztof, *op. cit.*, p. 134.

O Carmo constituiria o que alguns autores designam por museu arqueológico-tecnológico, e não, propriamente, arqueológico-artístico, porquanto o número representativo de peças pré-históricas e antropológicas, em geral, e de antiguidades nacionais, em particular, suplantaria o reportável aos artefactos da antiguidade pré-clássica e clássica.<sup>41</sup>

O Museu do Carmo parecia constituir, simultaneamente, uma certa evocação dos antigos gabinetes de curiosidades.<sup>42</sup> Com efeito, ao introduzir nas suas instalações materiais tão ecléticos, como manuscritos, faianças modernas, pintura de cavalete, instrumentos musicais (ainda que possuindo um valor histórico-etnográfico indismantível, nomeadamente por pertencerem à Antiga China),<sup>43</sup> para além “des colléctions d’Histoire Naturelle, géologiques, Minerales, etc.”,<sup>44</sup> ele aproximar-se-ia, de uma forma notória, dos anteriores *Wunderkammer*.

Independentemente de todas as premissas teóricas e ideológicas que pudessem ter estado subjacentes ao início da colecção antropológica do Museu do Carmo, facto é que ela cresceria à medida do desenvolvimento da própria Antropologia, de um modo geral, bem como das possibilidades associativas em adquirir exemplares musealizáveis. Constituiria, contudo, um foco de inegável curiosidade, que, ademais, contribuiria para o fomentar e cimentar do interesse generalizado por essa ciência no nosso território.

Finalmente, não podemos deixar de sublinhar que Possidónio da Silva manteria, desde cedo, um estreito contacto com alguns dos nomes europeus que mais significativamente contribuiriam para a afirmação e posterior desenvolvimento das ciências antropológica e etnográfica, em geral, bem como dos estudos das antigas civilizações da América Latina, muito particularmente. Seria o caso, entre outros, de Léon de Rosny, orientalista e americanista francês, um dos principais fundadores da *Société Américaine de France*, especialmente vocacionada para aquele tipo de estudos, bem como da *Société d’Éthnographie*, da qual, aliás, Possidónio seria nomeado representante em território português. Entre as suas múltiplas actividades e interesses científicos, L. de Rosny ficaria conhecido pelas investigações que encetaria no âmbito da decifração dos manuscritos maias.

Factos esses que demonstravam, de forma bastante evidente, e para além do eclectismo dos interesses intelectuais demonstrados por Possidónio, o seu verda-

<sup>41</sup> Id., *Idem*, p. 67; *Le Musée Archéologique*, Paris, Ernest Lenoux, 1875, p. 1.

<sup>42</sup> P. Marot, “Les Origines d’un Musée d’«Antiquités Nationales», de la Protéction du «Palais des Thermes» à l’institution du «Musée de Cluny””, *Mémoires de la Société Nationale des Antiquaires de France*, 9ème série, t. IV, Paris, Librairie Klincksieck, 1969, p. 326.

<sup>43</sup> Valentim J. Correia, “Relatorio”, *Boletim de Architectura...*, 2.ª série, t. I, n.º 6, 1875, p. 90.

<sup>44</sup> I.A.N./T.T., *Correspondência Litterária e Scientifica de J. Possidonio N. da Silva*, t. IV, em 4.ª, doc. 2761-b, 1878; A.H./A.A.P., *Actas do Conselho Facultativo*, n.º 151, 21/1/1882.



deiro empenhamento, não apenas em actualizar-se em todos esses domínios do conhecimento do ser humano e da sua História, como, ainda, na sua implementação no nosso país. Desiderato esse que realizaria, entre outros âmbitos, no seio das próprias colecções do *Museu Archeologico do Carmo*, formadas à medida da evolução das ciências que lhes estariam subjacentes.

## REFERÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS E BIBLIOGRÁFICAS

### 1.

AH/AAP (Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses).  
I.A.N./T.T., *Correspondência Litterária e Scientífica de J. Possidonio N. da Silva*.

### 2.

- BEGUET, Bruno (1990) – “La Vulgarisation Scientifique en France de 1850 à 1914: contexte, conceptions et procédés”, *La Science pour Tous (1850-1914)*, Paris, Bibliothèque du C.N.A.M.
- BENEDIC, Catherine (1990) – “Le Monde des Vulgarisateurs”, *La Science pour Tous (1850-1914)*, Paris, Bibliothèque du C.N.A.M.
- C., J. C. N. (1842) – “O Mundo Primitivo”, *O Panorama*, 2.<sup>a</sup> série, n.º 1, Lisboa.
- CARTAILHAC, É. (1877) – “Exposition International de 1878”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.<sup>a</sup> série, t. II, n.º 4, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- CASTILHO, Júlio de (1897) – *Elogio histórico do architecto Joaquim Possidónio Narciso da Silva*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias.
- Catalogo do Museu da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* (1891) – Lisboa, Typographia Universal.
- “Chronica” (1877) – *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.<sup>a</sup> série, t. II, n.º 4, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- “Chronica da nossa associação” (1878) – *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.<sup>a</sup> série, t. II, n.º 5, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- COLIN-SIMARD (1957) – *Découverte Archéologique de la France*, Paris, Le Livre Contemporain-Amoit-Dumont.
- Congrès International des Américanistes* (1875) – Paris, Maisonnens et C.ie.
- DAGENS (1889) – *Angkor, la Forêt de pierre*, Paris, Gallimard
- DANIEL, Glyn (1968) – *El Concepto de Prehistoria, de Prehistoria*, Barcelona, Editorial Labor.
- DANIEL, Glyn (1975) – *Un Siglo y Medio de Archeologia*, Ciudad del Mexico, Fondo de Cultura Economica.
- DÉCHELETTE, J. (1908) – *Manuel d'Archeologie Préhistorique, Celtique et Gallo-Romaine*, t. I, Paris, Picard et Fils.
- FAGAN, Brian M. (1998) – “Archaeology and Non-Western Societies”, *The Oxford Companion to Archaeology*, Oxford, Oxford University Press.
- GAYRARD-VALY (1987) – *Yvette, The Story of Fossils. In Search of Vanished Worlds*, Paris, Gallimard.

- GEORGEL, Chantal (1994) – “Le Musée et les Musées, un Projet pour le XIXème Siècle”, *La Jeunesse des Musées. Les Musées de France aux XIXème Siècle*, dir. Chantal Georgel, Paris, Musée D’Orsay.
- GODOLPHIM, Costa (1896) – *Biographia do socio fundador, architecto e archeologo Joaquim Possidónio Narciso da Silva*, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- GUARIN, Isabelle (1993) – “Du Rapt Légitimé des «Sujets d’Étude Vivants»”, *Les Collections. Fables et Programmes*, dir. Jacques Guillerme, Paris, Ed. Champ Vallon.
- GUEDES, Natália C. (1998) – “A múmia do Museu Nacional de Arqueologia”, *O Arqueólogo Português*, vols. 11/12, Lisboa, M.N.A.
- HIGHAM, Charles (1989) – *The Archaeology of Mainland Southeast Asia*, Cambridge, Cambridge University Press.
- IMPEY, O., MACGREGOR (1995) – A., *The Origins of Museums*, Oxford, Clarendon Press.
- HENRIQUES, Júlio A. (1866) – *Antiguidade do Homem*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Le Musée Archéologique* (1875) – Paris, Ernest Lenoux.
- MANUEL, Câmara (1896) – “Joaquim Possidónio Narciso da Silva”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 3.ª série, t. VII, n.º 5, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- MAROT, P. (1969) – “Les Origines d’un Musée d’«Antiquités Nationales», de la Protection du «Palais des Thermes» à l’institution du «Musée de Cluny»”, *Mémoires de la Société Nationale des Antiquaires de France*, 9ème série, t. IV, Paris, Librairie Klincksieck.
- MARTINS, Ana C. N., “Incursões no Mundo da Arquitectura e das Artes Plásticas Portuguesas de Oitocentos. O Exemplo de Possidónio da Silva”. No prelo.
- MARTINS, Ana C. N.(2000) – “O Brasil na Vida e Obra de Possidónio da Silva”, *Olisipo*, n.º 5, Lisboa, C.M.L./G.A.L.. No prelo.
- MARTINS, Ana C. N., “O Ensino das Belas Artes em Portugal. O Conceito de Possidónio da Silva”. No prelo.
- MARTINS, Ana C. N., “*Possidónio da Silva*, a Conservação e Restauro dos Monumentos Religiosos Medievais. A Igreja do Carmo em Lisboa”, *Actas do Colóquio – Lisboa do Século V ao XV*, Lisboa, A.A.P./Ed. Colibri. No prelo.
- MARTINS, Ana C. N. (2000) – “Possidónio da Silva, a R.A.A.C.A.P. e a Arqueologia no Portugal de Oitocentos. A Conservação dos Monumentos Arqueológicos”, vol. I, *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, A.D.E.C.A.P., pp. 237-259.
- MARTINS, Ana C. N. (1999) – “*Possidónio da Silva*, a R.A.A.C.A.P. e os Estudos Pré-Históricos no Portugal Oitocentista”, *Arqueologia*, n.º 24, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, pp. 15-23.
- MARTINS, Ana C. N. (2000) – *Possidónio da Silva e a Memória História, Um Percurso na Arqueologia Portuguesa de Oitocentos*, Texto Policopiado, Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Lisboa, F.L.U.L.
- MARTINS, Ana C. N. (2000) – “Possidónio da Silva e um projecto de banhos públicos para a Lisboa de oitocentos” *Actas de Colóquio sobre Imagens de Lisboa do século XVI ao XIX (6 e 7 Novembro de 1998)*, Lisboa, A.A.P./Colibri. No prelo.
- MARTINS, Ana C. N., “Possidónio da Silva e uma Experiência de *Grand Tour* na Europa Romântica de Oitocentos”. No prelo.
- “Monumentos célticos ou druidicos” (1853) – *O Panorama*, 3.ª série, n.º 2.
- MOSER, Stephanie (1999) – “The Dilema of Didactic Displays: Habitat Dioramas, Life-

- groups and Reconstructions of the Past”, *Making Early Histories in Museums*, ed. Nick Merriman, Leicester, Leicester University Press.
- MURTA, Visconde de T. da M. (1902) – “Biographia de Possidónio da Silva”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 3.<sup>a</sup> série, t. X.
- PAÇO, Afonso do (1981) – “Carlos Ribeiro”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, t. V, Porto, Livr. Figueirinhas.
- PAÇO, Afonso do (1981) – “Joaquim Filippe Nery da Encarnação Delgado”, *Dicionário da História de Portugal*, dir. Joel Serrão, t. II, Porto, Livr. Figueirinhas.
- PEREIRA, Gabriel (1896) – “Para memória do architecto Possidónio da Silva”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 3.<sup>a</sup> série, t. VII, n.ºs 6 e 7, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- POMIAN, Krsysztof (1987) – *Collectionneurs, Amateurs et Curieux. Paris, Venise: XVI.e-XVIII.e Siècle*, Paris, Éd. Gallimard.
- QUATREFAGES, M. A. (1897) – *Rapport sur les Progrès de l’Anthropologie*, Paris, Imprimerie Impériale.
- Quest for the Past. Great Discoveries in Archaeology* (1994) – Illinois, Prospect Heights.
- SAINT-CERNIN, H. S. (1919) – *Ordre et Desordre a Saint-Germain-e-Laye au XIXème Siècle*, t. I, Saint-Germain-e-Laye, Les Cahiers de l’Université Libre de Saint-Germain-en-Laye.
- SCHAER, Roland (1996) – *L’Invention des Musées*, Paris, Gallimard.
- SCHNAPPER, Antoine (1998) – *Le Géant, la Licorne et la Tulipe*, Paris, Flammarion.
- SCHNAP, Alain (1993) – *La Conquête du Passé*, Paris,. Édition Carré.
- SILVA, Joaquim P. N. da (1876) – *Noções Elementares de Archeologia*, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- SINCLAIR, Paul J. J. (1996) – “Nationalism”, *The Oxford Companion to Archaeology*, Oxford, Oxford University Press.
- “Synopsis” (1876) – *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.<sup>a</sup> série, t. I, n.º 1, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- The Story of Archaeology* (1997) – ed. Paul Bahn, London, Phoenix Illustrated.
- WITTLIN, Alma S. (1949) – *The museum, its history and its tasks in education*, London, Routledge and Keagan Paul Ltd.

# 1.º CURSO ELEMENTAR DE ARCHEOLOGIA (LISBOA, 1885)

por

Ana C. N. Martins\*

“Grâce à votre activité, à vos soins, l’archéologie de vôtre pays a pu prendre une position, qui était nécessaire pour la vraie connaissance de votre histoire”

(Landberg, em carta dirigida a Possidónio, em 1883)

**Resumo:** Num tempo em que a indiferença governamental impedia, no nosso país, o necessário desenvolvimento dos estudos arqueológicos, de um modo genérico, e dos pré-históricos, muito particularmente Possidónio da Silva pugnaria pela institucionalização do seu ensino, nomeadamente a um nível universitário. Pretendendo sensibilizar as autoridades competentes para a sua urgência, enquanto uma das múltiplas formas de reencontrar-se todo um passado, que urgia conhecer, salvaguardar e divulgar, delinear, em meados dos anos oitenta do século XIX, e no âmbito da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, um *Curso Elementar de Archeologia*, no qual concederia uma notória primazia ao ensino da Arqueologia Pré-histórica.

**Palavras-chave:** Arqueologia pré-histórica; ensino da Arqueologia; salvaguarda do património histórico.

## INTRODUÇÃO

A História da arqueologia perfaz-se, na realidade, da análise de diferentes aspectos, sendo um deles o da sua própria institucionalização – enquanto ciência –, enquanto uma das etapas cruciais na sua afirmação e propagação no seio das mais diversas ciências e sociedades, ao mesmo tempo que conduziria à mutação das suas mundividências.

---

\* Associação dos Arqueólogos Portugueses. Email: anamartins@teleweb.pt

Uma das fases imprescindíveis na concretização do objectivo geral de qualquer novo ramo científico, ou seja, o seu reconhecimento institucional enquanto disciplina científica, revelar-se-ia, precisamente, o início do seu ensino a um nível universitário.

Até ao surgimento de cadeiras específicas de Arqueologia, de um modo geral, e de Arqueologia Pré-histórica, em particular, no âmbito de estabelecimentos de ensino superior público, não podemos, na realidade, mencionar a existência de profissionais de Arqueologia.

Efectivamente, verificamos que, até essa altura, seriam essencialmente os denominados *dilletanti*, quem verdadeiramente se dedicariam aos estudos arqueológicos. Fosse em consequência da detenção de todo um capital económico, bem como de um outro, de natureza iminentemente cultural, essas personalidades oitocentistas, possuidoras dos mais variados títulos académicos, nas mais diferentes áreas de estudo, permitiam-se, em última instância, conceder parte significativa da sua vida activa – quando não a sua totalidade! – às mais variadas questões inerentes ao desenvolvimento da ciência arqueológica, frequentemente aliadas às de outras disciplinas emergentes e afirmantes ao longo de todo o século dezanove, como seriam a antropológica, ou até mesmo a etnográfica.

Não podemos, contudo, obviar a relevância das suas actividades e investigações nesses campos científicos, nem sequer o papel determinante e precursor que muitas dessas personalidades assumiram no dealbar da afirmação desse conjunto de disciplinas, nomeadamente da arqueológica. A eles ficamos a dever, indubitavelmente, o trilhar da maioria e dos mais interessantes e cruciais caminhos no âmbito da Arqueologia, que seriam, ulteriormente, prosseguidos por muitos outros nomes, mesmo que contornando as indicações e teorizações traçadas inicialmente pelos seus predecessores e, frequentemente, principais mentores.

Um dos projectos que algumas dessas individualidades europeias mais pugnariam por verem concretizado, seria, precisamente, o da institucionalização do ensino da Arqueologia, preferencialmente no seio de todo um meio académico e universitário. Revelar-se-ia, essa, uma das condições *sine qua non* para o surgimento de toda uma nova geração, que pudesse assumir o exercício da Arqueologia de uma forma verdadeiramente profissional. Desse estatuto dependeria, na verdade, o futuro da ciência, em si, e a afirmação e prestígio que pudesse alcançar no seio das sociedades ocidentais.

Valorização sócio-cultural essa que dependeria, no fundo, da própria formação arqueológica, adquirida nos bancos universitários, trabalhada no seio de novos quadros epistemológicos, e de uma nova mundividência, que colocava em questão, muito naturalmente, toda uma educação de cariz judaico-cristã. Urgia, pois, problematizar esse quadro teórico tradicional, à luz das recentes descobertas geológicas, paleontológicas, arqueológicas e antropológicas, mediante a aplicação

de novos métodos de observação, registo, classificação e análise, como seriam o estratigráfico, tecnológico e tipológico, para além de se recorrer, frequentemente, a toda uma série de comparações etnográficas para explicitação de algumas das realidades materiais, com as quais se deparariam.

A institucionalização do ensino universitário da Arqueologia revelar-se-ia decisivo, não apenas na paulatina e imprescindível modificação da mentalidade das sociedades ocidentais – sem a qual o seu estatuto dificilmente se afirmaria –, como, sobretudo, no desenvolvimento do próprio exercício da sua ciência, nos seus mais diversificados campos específicos de investigação. Mas, para tal, seria absolutamente necessário desenvolver o ensino de toda uma série de ciências que, habitualmente, seriam tidas enquanto meras auxiliares no estudo da História da Antiguidade, e nas quais, ademais, se incluiria, durante largas décadas, a própria Arqueologia.

Efectivamente, também no nosso país se leccionariam – e à semelhança do que sucederia nos demais países europeus, de entre os quais a própria Espanha –, cursos específicos de latim, epigrafia e numismática, ministrados por algumas das personalidades mais marcantes de toda a nossa cultura e literatura de oitocentos, essencialmente no âmbito das instalações da Biblioteca Pública de Lisboa e Torre do Tombo. Aliás, alguns dos principais nomes da Arqueologia que se praticaria em território português, sobretudo a partir de meados do século XIX, teriam cursado, precisamente, essas mesmas prelecções, após as quais dedicariam grande parte das suas vidas ao estudo dos períodos proto-históricos e romano, com base, por exemplo, em múltiplas e sucessivas investigações epigráficas.

Evidentemente, que essa tradição decorreria de toda uma outra, de perfil iminentemente renascentista, humanização, impulsionada e personificada por individualidades tão marcantes da História da nossa Cultura, como teriam sido as de André de Resende e Frei Manuel do Cenáculo. Empenhamento esse que denunciaria, no entanto, uma importantíssima evolução epistemológica, relativamente ao tipo de estudos que vinham sendo efectuados, até à altura, um pouco por toda a Europa. Contrariamente a todo um somatório de ensaios literários, cuja principal preocupação se manifestaria na harmonia dos acontecimentos históricos com os próprios postulados e predizeres bíblicos, bem como o relato e ênfase dos feitos reais, a cultura humanista colocaria em dúvida a veracidade de muitas das asserções que seriam dispostas ao longo das suas páginas.

Mediante um criterioso estudo comparativo, entre os conteúdos das mais variadas crónicas e os de múltiplas epígrafes, os homens da ciência de seiscentos denunciariam o seu carácter falacioso, quando não mesmo destorcido. Para além disso, denotariam a, quase completa, omissão de acontecimentos imprescindíveis à compreensão do devir das mais diversas nações europeias, como seriam os imputáveis à acção de outras camadas sociais, que não propriamente a aristocrata, ou, mesmo, alta burguesia.

Consciencializava-se que a realidade história seria bastante mais rica e profícua do que a inculcida até então, e que a mesma só poderia ser verdadeiramente perscrutável e apreendida, não apenas mediante uma contínua intersecção de saberes, como, sobretudo, por meio de uma judiciosa análise dos mais diversos tipos de documentos, no seio dos quais passariam a pontificar os epigráficos, porque considerados mais fiáveis, em termos de uma verdadeira adequação à realidade passada.

Para além disso, e já num espírito iminente iluminista, os documentos epigráficos (bem como os numismáticos), poderiam revelar uma outra categoria de conhecimentos, dessa feita mais intimamente relacionados com a História de diversas localidades e regiões. Embora esses estudos tenham surgido em plena *Época das Luzes*, com a necessidade de descentralizar os estudos científicos – nomeadamente com a formação das primeiras academias e sociedades regionais, iminente vocacionadas para o desenvolvimento da investigação histórica regional e local –, os estudos epigráficos afirmar-se-iam enquanto um poderoso e incontornável método para a delineação dessa mesma História, e de uma forma mais evidente e consistente, em finais de XVIII, princípios do século XIX. A esse verdadeiro movimento não terão sido estranhas determinadas intencionalidades hegemónicas, manifestadas por parte de algumas nações europeias, nomeadamente da francesa, que teriam determinado, em última instância, a premência e o despontar dessas investigações, de cariz independentista.

Ademais, seria o prosseguimento desses mesmos estudos epigráficos que, aliado ao surgimento e desenvolvimento das investigações geológicas e da Arqueologia Pré-histórica, impulsionariam, verdadeiramente, o interesse das entidades, cultural, económica e socialmente, mais influentes, para o aprofundamento das investigações arqueológicas que pudessem, de alguma forma, evidenciar a especificidade de cada uma das suas regiões, bem como o seu direito à diferença e autonomia. Seria uma maneira mais, de salientar as suas originalidades, face a pretensões agregadoras, tanto por parte do poder central, como de outras monarquias europeias, com um espírito politicamente assimilador.

Poderemos, é verdade, questionar as razões, pelas quais os poderes institucionalizados sentiriam a necessidade de criar, um pouco por toda a Europa, cadeiras e cursos de Arqueologia nos seus principais estabelecimentos universitários. Poder-se-á pressupor que as próprias universidades não terão sabido abrir, oportuna e atempadamente, as suas portas aos estudos arqueológicos.

O desarticulamento observado entre o desenvolvimento das investigações arqueológicas, de um modo geral, e a instauração de cursos universitários de Arqueologia, em particular, ficar-se-ia a dever, na sua essência, a todo um novo quadro teórico que desafiaria um outro, há muito imposto e divulgado, a partir das mais variadas cátedras. O aparecimento de alguns cursos arqueológicos, temáticos e circunstanciados, nalgumas das principais universidades europeias, verificar-se-

-ia somente numa altura em que alguns dos principais postulados teórico-práticos, característicos da ciência arqueológica, teriam sido, há algum tempo, abrangentemente apreendidos, interiorizados e aplicados, pela maior parte da comunidade científica mundial, ao mesmo tempo que largamente divulgados no seio de um vasto espectro das suas sociedades, por intermédio dos mais variados meios de comunicação de oitocentos.

Seria apenas perante a irreversibilidade da relevância dos estudos arqueológicos, bem como da sua sobrelevância, relativamente a toda uma anterior mundividência, que a sua ciência passaria de um estatuto, meramente dileitante, para um outro, iminentemente científico, com um objecto, objectivo e pressupostos teórico-práticos muitos próprios.

Essa situação seria válida para a maioria do quadro académico europeu da época, em cujas universidades iam sendo inaugurados pequenos cursos temáticos de Arqueologia, graças a uma vontade inabalável, e a um espírito profundamente persistente, manifestados por alguns dos nomes mais carismáticos da investigação arqueológica, em geral, e da pré-histórica a antropológica, muito particularmente. Instauração essa, à qual não terá sido indiferente o notório ascendente e influência que algumas dessas personalidades deteriam no seio da comunidade científica mundial, assim como no das suas próprias sociedades nacionais. Essa sua influência ter-se-ia engrandecido através das múltiplas verificações da imprescindibilidade das suas investigações na necessidade de afirmação de algumas das suas fronteiras geográficas, bem como na conservação das suas identidades culturais e nacionais. Consequentemente, não seria, pois, surpreendente o surgimento e organização de cursos, cujos conteúdos demonstrariam uma clara preocupação em sublinhar a anterioridade e especificidade da cultura material de cada país, face às demais regiões circundantes, num espírito manifestamente nacionalista e, pontualmente, regionalista.

Constatamos, não obstante, que todos os cursos inaugurados na Europa ao longo da segunda metade de oitocentos, e de alguma forma relacionados com os estudos arqueológicos, contrastariam com os regidos na América do Norte, nomeadamente na ênfase que concederiam à permanente contextualização histórica dos fenómenos analisados. Na América, as investigações arqueológicas relacionar-se-iam, desde sempre, mais directamente com os dados que iam sendo fornecidos pela ciência antropológica, não propriamente do ponto de vista da Antropologia Física – como sucederia no Continente europeu –, mas, sobretudo, da Cultural. Nesse aspecto, a Antropologia tornar-se-ia relevante e incontornável, enquanto forma de atribuir às evidências materiais uma maior humanidade, enquanto meio de descortinar sujeitos por detrás das realidades matéricas. Far-se-ia, assim, depender exclusivamente da vontade e capacidade humanas, os progressos constatados ao longo do processo evolutivo, detectado nas sucessivas séries tipológicas e tecnológicas.



Não deveremos, no entanto, olvidar que, para explicitações congêneres, os investigadores socorrer-se-iam amiudada e frequentemente a comparações etno-gráficas, às quais, aliás, não se furtariam estudiosos portugueses, de entre os quais salientaremos o próprio Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), arquitecto e propugnador da salvaguarda de todo um património histórico nacional, e um dos principais divulgadores e vulgarizadores da importância da Arqueologia, como no-lo constata o conteúdo do seu “Curso Elementar de Arqueologia” (*Vide infra*).

### **1. Antecedentes do 1.º Curso Elementar de Archeologia**

À semelhança do que sucederia na vizinha Espanha, também em Portugal a Arqueologia veria o seu verdadeiro estatuto científico reconhecido oficial e institucionalmente, apenas em finais dos anos oitenta do século dezanove, não obstante a instauração do seu ensino, ao nível primário e secundário, bem como a inauguração, no país vizinho, da Academia Espanhola de Arqueologia, em 1837.

Para além das razões comuns à maioria dos demais países europeus, estaria subjacente à notória e delonga ausência de cadeiras e cursos de Arqueologia a um nível universitário, o facto da maioria da principal bibliografia dessa, bem como de outras ciências sociais, ter sido, praticamente, inexistente nas nossas principais bibliotecas públicas e centrais, assim como o seu livre acesso, notoriamente cerceado. A tal evidência não terá sido alheio o facto de grande parte do pecúlio bibliográfico desses mesmos estabelecimentos, ter sido, na sua essência, perfeito e acrescentado pelo espólio pertencente aos principais conventos e mosteiros do nosso território, até à desamortização e venda dos seus bens em hasta pública, em meados dos anos trinta dessa mesma centúria.

A essa constatação, acrescentar-se-iam outras, como a da evidente e persistente ascendência que a religião católica ainda possuiria no seio da nossa sociedade, não obstante toda uma série de procedimentos, no sentido de se instituir um ensino liberal e positivista. Teria influído, nesse mesmo processo, a decorrente dificuldade em discernir e interiorizar alguns dos progressos mais significativos que se operariam no âmbito da investigação arqueológica, nomeadamente a partir de meados dos anos cinquenta, quando aquela ciência atingiria a sua “maioridade”. Maturidade essa que seria alcançada após o reconhecimento generalizado, por parte da comunidade científica mundial, de três dos principais pressupostos teóricos que residiriam na sua base: os princípios do naturalismo e do evolucionismo, ou seja, a afirmação da lei do progresso geral da Humanidade; do desenvolvimento similar, e o da alta antiguidade do Homem. Postulados que divergiriam, significativamente, dos oficialmente defendidos e veiculados pela Igreja, até então.

A maioria dos estudos da Antiguidade resumir-se-ia, na verdade – como já foi referido anteriormente –, e à semelhança do que se operaria noutros países europeus, ao ensinamento de conhecimentos nos campos da epigrafia e da numismática, bem como do latim, paleografia e diplomática.

Porém, se a situação seria apaziguadora e comumente aceite, no tocante a esse conjunto de ciências – ditas auxiliares da História –, ela revelar-se-ia menos pacífica quando as temáticas em questão passavam a respeitar períodos da existência do Homem, que iam bastante além de toda uma memória escrita ou, pelo menos, difundida dessa maneira. Reconhecendo a incontornabilidade da investigação arqueológica para o conhecimento de épocas tão recuadas – e para as quais não se possuiria nenhum, ou muitos escassos documentos escritos –, a comunidade científica impelia-se, concomitantemente, a reconhecer a Arqueologia enquanto ciência, de pleno direito, com um objecto, objectivo e métodos de investigação muito próprios, sem cujos resultados seria impossível aceder a todo um conjunto desses mesmos saberes.

Admitir a oportunidade da existência de uma nova ciência, que dava pelo nome de Arqueologia Pré-histórica, seria, no entanto, conceber igualmente uma época da História da Humanidade, para cuja elucidação os relatos bíblicos revelar-se-iam manifestamente diminutos, esparsos, inconclusivos e, o que seria determinante, pouco esclarecedores e mesmo omissos. Haveria, pois, uma larga faixa temporal percorrida pela Humanidade, da qual pouco ou nada se saberia. Caberia, por isso, à Arqueologia, assumir o seu verdadeiro estatuto de esclarecedora de todo um passado olvidado ou omitido, para o qual não existiriam outros registos, que não os propriamente deixados pelas comunidades vivenciadoras de todo um conjunto de culturas materiais. Resquícios esses que sofreriam um processo evolutivo extremamente lento, é certo, mas suficientemente perceptível no registo estratigráfico, e na análise tecnológica e tipológica, para confirmar a crença positivista e generalizadora nas capacidades ilimitadas do ser humano.

Estatuto e reconhecimento esses que seriam, posterior e simultaneamente, alargados a outras esferas dos estudos arqueológicos, nomeadamente dos reportáveis à denominada “História” (por oposição/contraste, à Pré-história e Proto-história), quando os investigadores se aperceberiam, de uma forma definitiva, da importância do emprego dos métodos aplicados na Arqueologia Pré-histórica na investigação de sítios mais tardios, enquanto um dos parcos – e essenciais –, meios de obter o maior número possível de informações que possibilitassem uma reconstituição dos quadros vivenciais dos seus utilizadores, nomeadamente daqueles que não teriam obtido qualquer eco nos documentos escritos.

Destarte, alargar-se-iam infinitamente os horizontes dos estudos arqueológicos, bem como históricos, tanto a um nível cronológico, como até mesmo temático.

O percurso trilhado pela Arqueologia no nosso país seria um pouco tortuoso,

quer atendendo aos factores anteriormente invocados, como pela diminuta comunidade científica portuguesa que se dedicaria a esse círculo de estudos tão específicos. Quer em consequência de preocupações literárias de outra índole, como da periclitante situação política nacional, algumas das mais ilustres personalidades portuguesas seriam induzidas a conceder a maior parte do seu tempo, e esforços, ao desenvolvimento de diversos sectores da nova realidade político-social do país, bem como a tantas outras investigações que fundamentassem alguns desses mesmos desideratos, considerados mais urgentes, pragmáticos e úteis para o devir próximo de Portugal.

Tais factores seriam acrescentados pela indiferença e insensibilidade, que desde sempre seriam demonstradas pelo poder central, mesmo que liberal, força, quiçá, de outras e numerosas prioridades económicas, que lhe impunham uma constante escolha entre o bem estar económico-social e o cultural das populações. Previsivelmente, seria este último a ser frequentemente relegado para um futuro incerto, indeterminado e impalpável. E, no seio das prioridades culturais e educativas, a Arqueologia não lograria obter um estatuto de centralidade, pelo menos a um título oficial e institucional, até, sensivelmente, meados dos anos noventa, quando se inauguraria o Museu Etnológico de Belém, e numa altura em que os sons das revoltas decorrentes do “Ultimatum Inglês”, ainda escoariam de forma bastante veemente.

Esse quadro, algo desanimador, não constituiria uma prerrogativa única dos estudos arqueológicos no nosso país. Efectivamente, essa situação de desinteresse generalizado, estender-ser-ia a outros campos do conhecimento humano, nomeadamente no que à História da Arte e da Arquitectura respeitava.

Seria perante esse panorama, que o arquitecto português e estudioso da História da Arte e Arqueologia, Possidónio da Silva, perspectivaria uma série de cursos particulares, tendentes a colmatar, circunstancialmente que fosse, essa omissão no ensino que seria, genericamente, ministrado no nosso país.

Mas, se numa primeira fase da sua campanha em prol da salvaguarda do património histórico de Portugal, essas prelecções ter-se-iam revelado suficientes, rapidamente se tornariam, notoriamente redutoras. Na verdade, e perante a urgência de conservar todo um conjunto de edifícios históricos nacionais, nomeadamente medievais (porquanto artística e historicamente menos conhecidos entre os nossos estudiosos), tornara-se verdadeiramente premente divulgar toda uma série de conhecimentos que pudessem conduzir ao despertar definitivo da sensibilidade e interesse das mais diversas autoridades, locais e centrais, para a importância da preservação daqueles documentos pétreos. Relevância essa que se tornaria notoriamente crescente, sobretudo atendendo ao papel crucial que poderiam deter em todo um processo de rememoração de um passado que se pretendia glorioso e unificador dos sentimentos portugueses, num verdadeiro espírito que se pretendia de unidade nacional.

Contudo, e perante o alargamento dos próprios horizontes pessoais de Possidónio da Silva, decorrente da sua frequente participação nos mais diversos simpósios científicos internacionais, e que seria facilitada, quer pelo seu próprio capital económico, como pela influência que deteria no seio da Casa Real, que possibilitava a sua periódica dispensa do cargo de arquitecto principal, que manteria naquela instituição monárquica portuguesa, rapidamente instituiria toda uma série de pequenos cursos, que abrangessem temáticas inerentes ao estudo do passado.

Inicialmente escolhidos pelos assuntos arquitectónicos que abordariam, e que seriam debatidos no âmbito da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, que fundaria em 1863, Possidónio acederia a outros tantos, fossem eles iminentemente vocacionados para a troca de experiências e conhecimentos no campo da conservação dos monumentos edificados, como, ainda, nos da Etnografia, Arqueologia e Antropologia.

Para o surgimento desses seus interesses científicos ter-se-ão revelado factores determinantes, não apenas a formação académica obtida em terras francesas e italianas, entre 1825 e 1833, como a sua activa participação na Exposição Universal de Paris, no ano de 1867, onde, pela primeira vez, seria exposta uma colecção de artefactos pré-históricos, conjuntamente a uma outra, de perfil antropológico-etnográfico, para suporte exemplificativo do carácter utilitário daqueles mesmos materiais.<sup>1</sup>

Seria a partir de então que se denotaria uma mudança em Possidónio da Silva, perceptível, quer nos artigos que redigiria para o órgão impresso e oficial da *Real Associação*, o *Boletim de Architectura e Archeologia*, como, ainda, nas colecções do Museu Arqueológico dessa mesma sociedade, bem como nas duas obras que escreveria sobre Arqueologia, entre meados dos anos setenta e oitenta, para já não mencionar a assídua e profícua correspondência que, doravante, manteria com as principais personalidades daqueles ramos do conhecimento científico.

Seria igualmente a partir de princípios da década de setenta, que Possidónio passaria a conceder uma notória relevância aos estudos arqueológicos, em si. Consciencializando que se poderia salvaguardar somente o que se conhecesse, e que as noções implícitas a esse mesmo discernimento implicariam, não apenas a promoção dos mais variados estudos, como também a sua futura disseminação e vulgarização no seio do mais amplo espectro do nosso tecido social e cultural, Possidónio da Silva perspectivaria toda uma série de actividades que conduzissem à promoção e efectivação desses mesmos desideratos.

---

<sup>1</sup> Ana C. N. Martins, "Perspectivas antropológicas no *Museu Archeologico do Carmo*", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 41 1/2, Porto, S.P.A.E., 2001, pp. 53-75 (neste vol.).

Seria, nesse espírito, que realizaria, ele próprio, diversas investigações no terreno, fosse ao nível de prospecção, como de escavação, ao mesmo tempo que intentaria despertar as consciências regionais e locais para a importância e urgência da conservação, tanto das estruturas, como dos artefactos postos a descoberto, na afirmação de sentimentos regionalistas e municipalistas.<sup>2</sup>

Não descuraria, no entanto, as sucessivas instâncias, que promoveria pessoalmente, no sentido de ser legislada a efectiva salvaguarda de todo o nosso património histórico-arqueológico, nomeadamente através da atribuição do conceito de monumento nacional a algumas das suas principais e mais significativas estruturas. Intencionalidade que veria materializada apenas com a instauração da *Comissão dos Monumentos Nacionaes*, no ano de 1880, e da qual seria seu presidente durante, pelo menos, doze anos consecutivos.

Não obstante, Possidónio percepcionaria que a futura implementação, e ulterior desenvolvimento, da ciência arqueológica no nosso país não poderia depender exclusivamente, nem de interesses pessoais e circunstanciados, nem tão pouco de todo um capital cultural e económico que algumas individualidades deteriam, e que permitiria, ou não, a prossecução de alguns projectos de investigação pontual. A cimentação da investigação arqueológica deveria depender, no nosso, como nos demais países, de uma vontade política concertada, viabilizadora da sua institucionalização, nomeadamente através da instauração de cadeiras e cursos de Arqueologia a um nível universitário. Cursos esses que deveriam perspectivar a criação, tanto quanto possível, de uma verdadeira escola de investigadores.

Seria perante a persistência dessa indiferença, assumida pelos órgãos oficiais de direito, relativamente à urgência do alcance desses mesmos intuitos, que Possidónio procederia a um conjunto de actividades que visaria, na sua essência, o preenchimento desse incómodo vazio, patenteado no nosso quadro educativo. No decurso dessas conjecturas, Possidónio entenderia pertinente inaugurar um Curso de Arqueologia no âmbito particular da *Real Associação*.<sup>3</sup>

Esse Curso de Arqueologia seria largamente divulgado e aplaudido, entre outros locais, no estrangeiro, como, por exemplo, no decorrer de uma das sessões gerais da *Société Française d'Archéologie pour la Conservation des Monuments Historiques* – fundada na Normandia pelo historiador da Arte e arqueólogo fran-

---

<sup>2</sup> Sobre esta temática, vide Ana C. N. Martins, *Possidónio da Silva e a Memória Histórica. Um Percurso na Arqueologia Portuguesa de Oitocentos*, Texto policopiado, Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Lisboa, F.L.U.L., 2000.

<sup>3</sup> “Chronica da nossa associação”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.<sup>a</sup> série, t. IV, n.º 9, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères, 1885, pp. 159-60; *Correspondência Epistolar entre Emilio Hübner e António Mesquita de Figueiredo (Arqueologia e Epigrafia). 1898-1900*, Lisboa, Impressão Portugal, 1848, p. 45.

cês, Arcisse de Caumont (1802-1873) –, ocorrida em Moutbrison, no ano de 1885. Seria o, então, presidente, Ch. Laurière, a proceder ao seu elogio, que repetiria e corroboraria no ano subsequente, com as seguintes palavras:

“notre vénérable confrère M. da Silva... à tenu a montrer une fois de plus le soin qu’il met à propager dans son pays les doctrines et les tendances d’Arcisse de Caumont et de ses sucesseurs.”<sup>4</sup>

Possidónio passaria, assim, a enquadrar essa plêiade de personalidades de oitocentos que se dedicariam à promoção dos estudos arqueológicos nos seus respectivos países, à semelhança do que vinha sucedendo nos demais da Europa Ocidental. Na verdade, teria sido desde meados do século XVII, que se assistira, no estrangeiro, à institucionalização de um ensino académico, paralelamente ao universitário, como um dos principais meios encontrados para vulgarização dos mais diversos conhecimentos científicos.<sup>5</sup> Oitocentos revelar-se-ia, nesse aspecto, não apenas uma decorrência de todo esse processo como, sobretudo, o seu estágio conclusivo.

Possidónio teria razões suficientes para sublinhar a ausência de uma vontade institucional em estabelecer um curso universitário daquele ramo científico, num âmbito mais abrangente no nosso território. Na verdade, seria um facto incontornável que, em 1888, a Universidade de Coimbra ainda não teria instituído um Curso de Archeologia, numa altura em que, já em 1879, o arqueólogo português, Estácio da Veiga, consideraria a sua urgência, porquanto “esses monumentos, não havendo quem os entenda, quem os estime, e véle pela sua conservação, se vão pouco a pouco extinguindo...”<sup>6</sup> como expressaria, amarga e pessoalmente, a Possidónio da Silva. E seriam, na maioria dos casos, as próprias câmaras municipais, que, “participando largamente da indiferença commum, [eram] muitas vezes os mais poderosos agentes de destruição”.<sup>7</sup>

<sup>4</sup> *Séances Générales de la Société Française d’Archéologie pour la Conservation des Monuments Historiques*, XXXIIème sessão, 1865, p. 105.

<sup>5</sup> Colin-Simard, *Découverte Archéologique de la France*, Paris, Le Livre Contemporain-Amoît-Dumont, 1957, p.204; T. Griffiths, *Hunters and Collectors*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, p. 133; *La Science pour Tous. Sur la Vulgarisation Scientifique en France de 1850 à 1914*, dir. Bruno Béguet, Paris, Bibliothèque du CNAM, 1990; A. Laming-Empeaire, *La Archeologia Prehistorica*, Barcelona, Ediciones Martínez Roca, 1984, p. 122, 181-82, 184; *L’Invention de la Pré-histoire*, dir. Nathalie Richard, Paris, Presses Pocket, 1992 p. 21; W. H. Stiebing Jr, *Uncovering the Past. A History of Archaeology*, Oxford, Oxford University Press, 1993, p. 194.

<sup>6</sup> I.A.N./T.T., *Correspondência Litteraria e Scientifica de J. Possidonio N. da Silva*, t. XVI, em 8.ª, doc. 3345, 1885. Ver também Joaquim P. N. da Silva, “Relatorio”, *Boletim de Architectura...*, 2ª série, t. VI, n.º2, 1888, p. 18; Estácio da Veiga, *Antiguidades de Mafra*, Lisboa, Typographia da Accademia, 1879, pp.34; Id., *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, t. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887, pp. 1-3; Id., *Memória das Antiguidades de Mértola, observadas em 1877 e relatadas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1880, p. 4.

<sup>7</sup> I.A.N./T.T., *Idem*, t. XVI, em 8.ª, doc. 3345, 1885.

Criticava-se, simultaneamente, a ausência de iniciativa e criatividade dos cursos, então ministrados na Biblioteca Pública de Lisboa, os quais versariam, na sua maioria, quase exclusivamente sobre numismática e epigrafia. Também Almeida da Câmara afirmaria que “O estudo d’archeologia devia constituir um curso annexo as Academias das Belas-Artes, devia ser feito tanto no curso superior de Letras como ser uma cadeira annexa a cadeira d’architectura civil na Escola do Exercito e Academia Polythecnica do Porto e também, como aconteceu em França, uma cadeira do Curso dos Semminarios.”<sup>8</sup>

Evidência essa que contrastaria com a própria convicção de Possidónio, segundo a qual a Arqueologia,

“deveria contribuir para conservar á nação tantas preciosidades que a incuria e a ignorancia ja nos tem prejudicado bastante com desdouro para a nossa civilização!”<sup>9</sup>

Teria sido na sequência dessas ponderações, que após o Congresso de Bolonha, ocorrido em 1872, Possidónio resolveria inaugurar um ciclo de prelecções no Museu do Carmo, sob a designação geral de *Archeologia Prehistorica*, porquanto, na sua óptica,

“As noções as mais vulgares diffundidas no publico a respeito dos vestigios dos tempos prehistoricos, são em geral tão vagas, tão confusas, tão erroneas, e mui principalmente pela falta de se divulgarem esses estudos em Portugal, que julgámos seria de algum interesse para o seu conhecimento apresentarmos algumas considerações sobre essa remota epoca”,<sup>10</sup> ao mesmo tempo que pretendia “chamar a atenção de quem compete velar pela conservação d’esses antigos monumentos... a fim de se evitar a sua total ruina”.<sup>11</sup>

A 15 de Fevereiro de 1872, ou seja, em vésperas da inauguração daquele seu curso, Possidónio redigiria um folheto informativo, para publicação nos principais periódicos nacionais, onde descrevia, pormenorizadamente, os principais objectivos que se propunha alcançar, no âmbito das referidas prelecções. Mencionaria, então, que pretendia,

“= Expôr em uma succinta introdução quaes serão os pontos principaes de que me occuparei d’esta vez; bem como das vantagens que supponho se possam obter para se apreciar melhor os estudos archeologicos.= Para dar uma ideia como são uteis

<sup>8</sup> I.A.N./T.T., *Idem*, t. XVI, em 8.ª, doc. 3373, 1885.

<sup>9</sup> “Chronica”, *Boletim de Architectura...*, 2ª série, t. I, n.º 10, 1876, p. 160.

<sup>10</sup> Joaquim P. N. da Silva, “Archeologia Prehistorica”, *Boletim de Architectura...*, 2ª série, t. III, n.º 5, 1881, pp. 69-70.

<sup>11</sup> *Id.*, *Idem*, p. 72.

esses estudos, descreverei como são avaliados em Dinamarca; e qual é o empenho empregado por todas as pessoas d'aquelle paiz, para obterem e conservarem objectos de diversas epochas para a instrucção da historia do mundo, e das artes das antigas eras. Havendo eu tratado nas precedentes prelecções dos monumentos Celtas, tencio-no d'esta vez dar algumas explicações sobre as epochas prehistoricas, para demonstrar a vantagem de se conhecer essas remotas antiguidades, afim de se comprehenderem melhor as descobertas feitas nos referidos monumentos. = Proponho-me em seguida dar noticia dos trabalhos e das importantes descobertas archeologicas que foram referidas no Congresso de Bolonha; attendendo que as mesmas tem immediata relação com as differentes idades de que terei já tratado; cousa muito necessaria para a devida intelligencia do que tiver explicado; e igualmente mostrar os importantes resultados d'esta ultima reunião para o crescente progresso dos estudos em geral para a archeologia.= Finalmente farei uma resumida exposição do character monumental da Architectura nas differentes regiões da antiguidade.=”<sup>12</sup>

O conteúdo deste último extracto será por demais relevante, porquanto ele confirma-nos uma ideia que procurámos difundir noutros trabalhos.<sup>13</sup> Convicção essa, segundo a qual, acontecimentos de projecção internacional, como o teriam sido, tanto a mencionada sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, de 1872, como, ainda, a Exposição Universal de Paris, a inauguração do *Musée des Antiquités Nationales*, em Saint-Germain-en-Layes, e a 2.ª sessão do, anteriormente, citado Congresso, no ano de 1867, revelar-se-iam primordiais na futura actividade de Possidónio, ao nível da divulgação da premência da instituição dos estudos arqueológicos – e, sobretudo, dos pré-históricos –, no nosso país, como forma de aceder a uma outra memória histórica, há muito olvidada, e que urgia conhecer. Somente mediante o seu discernimento seria passível a salvaguarda dos seus vestígios.

Efectivamente, verificamos que, em 1872, Possidónio denunciaria uma nítida abertura intelectual face ao que ia sendo realizado, debatido e publicado nos círculos científicos estrangeiros, induzindo-o a conhecer melhor os seus fundamentos, pressupostos teórico-práticos, assim como a sua posterior interiorização, e eventual aplicação nas suas próprias actividades, fossem elas de carácter associativo, ou não. Característica essa que, na realidade, o acompanharia até ao final da sua vida.

---

<sup>12</sup> A. H./A.A.P., *Actas do Conselho Facultativo*, n.º 99.

<sup>13</sup> Ana C. N. Martins “Possidónio da Silva, a R.A.A.C.A.P. e a Arqueologia no Portugal de Oitocentos. A Conservação dos Monumentos Arqueológicos”, vol. I, *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, A.D.E.C.A.P., 2000, pp. 237-259; Ana C. N. Martins, “Possidónio da Silva, a R.A.A.C.A.P. e os Estudos Pré-históricos no Portugal Oitocentista”, *Arqueologia*, n.º 24, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 1999, pp. 15-23; Ana C. N. Martins, *Possidónio da Silva e a Memória Histórica. Um Percurso na Arqueologia Portuguesa de Oitocentos*, Texto Policopiado, Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Lisboa, F.L.U.L., 2000.



Essa predisposição detectamo-la, por exemplo, ao nível do próprio conceito de Arqueologia Pré-histórica – por oposição à “outra” Arqueologia, de perfil pré-clássico e clássico –, assim como do objecto e objectivo das suas investigações que, em última análise, obrigariam a uma revisão da própria noção cronológica da antiguidade do Homem.

Factores, como o profundo interesse que, desde muito cedo, manifestaria pelo estudo da História da Arte Medieval no nosso país, bem como a própria impermeabilidade de parte significativa da nossa sociedade às investigações pré-históricas, que iam sendo efectuadas um pouco por toda a Europa ocidental e, nomeadamente, em terras francesas e britânicas, teriam sido determinantes na ausência de monumentos edificados imputáveis à Pré-história do nosso país, no primeiro levantamento – inventariação – que Possidónio levaria a cabo, em finais dos anos cinquenta.<sup>14</sup> Pensamos, contudo, que a consciencialização que teria, nessa altura, do próprio estádio evolutivo daquela ciência emergente, não se revelaria alheia àquela ausência.

Deveremos, no entanto, lembrar que, na época, ainda grande parte dos arqueólogos continuaria a atribuir aos celtas os vestígios materiais mais antigos, encontrados na Europa Central. Situação essa que perduraria, pelo menos, até ao, historiograficamente considerado, *annus mirabilis* (1859), quando, científica e oficialmente, se instituiria a existência do homem primitivo, e sobre cujas investigações Possidónio certamente se encontraria a par, nomeadamente através da vasta bibliografia que ia adquirindo, além-fronteiras, e que faria parte da sua própria biblioteca pessoal.<sup>15</sup>

Entre aqueles investigadores, pontificaria, entre outros, o arqueólogo francês, Arcisse de Caumont (1802-1873), que, relativamente ao território galês, consideraria os vestígios mais antigos de ocupação humana, como reportáveis, precisamente, à actividade celta. Concepção que incluiria, por exemplo, na sua obra, *Cours d'Antiquités Monumentales*, embora, posteriormente, no *Abécédaire*, já introduzisse a noção de homem quaternário, o que evidenciava uma notória apreensão dos estudos que, entretanto, teriam sido efectuados.<sup>16</sup>

A ascendência que os anteriormente mencionados eventos mundiais teriam, inegavelmente, sobre Possidónio da Silva, seria patente, logo em 1872, precisamente no âmbito daquele seu primeiro curso que, muito significativamente, intitularia *Archeologia Prehistorica*.

---

<sup>14</sup> Sobre os pormenores subjacentes a esse primeiro levantamento, *vide*, Ana C. N. Martins, *Possidónio da Silva e a Memória Histórica...*, e, nomeadamente, o seu primeiro capítulo, para além do artigo, Ana C. N. Martins, “Vicissitudes de um Levantamento de Monumentos Históricos”. No prelo.

<sup>15</sup> “Monumentos célticos ou druidicos”, *O Panorama*, 3.ª série, n.º 2, 1853, pp. 52-3.

<sup>16</sup> J. Déchelette, *Manuel d'Archeologie Préhistorique, Celtique et Gallo-Romaine*, t. I, Paris, Picard et Fils, 1908, p. VIII.

Na transcrição que fizemos do folheto informativo dessas prelecções (*Vide supra*), constatamos que teria procedido a um outro ciclo de aulas sobre História da Arte, o qual iniciara, precisamente, com a análise de estruturas atribuídas à actividade celta. Situação que pretenderia alterar, iniciando o Curso com a Pré-história, isto é, com uma época anterior aos celtas.

Ademais, Possidónio negaria, já nas suas *Noções Elementares de Archeologia*, publicado em meados dos anos setenta, a atribuição dos monumentos megalíticos aos celtas.<sup>17</sup> Mas, essa, revelar-se-ia já uma outra época, nomeadamente no que aos estudos arqueológicos respeitava, porquanto, se, em Portugal, durante a década de quarenta, aquelas estruturas seriam ainda consideradas como legítimas representantes da época mais antiga das actividades humanas,<sup>18</sup> os principais investigadores nacionais concordariam, já nos anos setenta, com a existência do homem primitivo, enquanto tal.<sup>19</sup> Consciencialização que emergiria numa altura em que iam surgindo, embora cautelosamente, alguns trabalhos percursos no campo da arqueologia pré-histórica portuguesa, nomeadamente na figura de alguns dos principais colaboradores da *Comissão Geológica*.<sup>20</sup>

Mas, se a Exposição de 1867 constituía um marco indiscutível no desenvolvimento da Antropologia e Arqueologia Pré-históricas, nomeadamente por, contrariamente à Exposição Universal de Londres, realizada em 1851,<sup>21</sup> ter feito incluir no seu âmbito uma secção exclusivamente dedicada a colecções de artefactos pré-históricos – pensada e elaborada pelo arqueólogo francês Gabriel de Mortillet (1821-1898), coadjuvado pelo investigador Édouard Lartet (1801-1871) –, o Congresso de Bolonha teria sido determinante na interiorização de todo um somatório de quadros conceptuais, que tão profundamente iriam influenciar o futuro da investigação pré-histórica europeia.

Através da leitura do folheto daquele primeiro Curso, ministrado por Possidónio, percebemos algumas dessas mesmas conceptualizações teórico-práticas, de entre as quais destacaremos a referente aos métodos de análise estratigráfica, tecnológica e tipológica, estes últimos essencialmente concebidos por investigadores dinamarqueses. Abordagem essa que teria sido validada na prática, nomeadamente durante as escavações efectuadas nas *palafitas*, onde seria possível confirmar a cronologia elaborada na sua base.

---

<sup>17</sup> Joaquim P. N. da Silva, *Noções Elementares de Archeologia*, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères, 1876, p. 5.

<sup>18</sup> J. C. N. C., “O Mundo Primitivo”, *O Panorama*, 2.ª série, n.º 1, Lisboa, 1842, pp. 246-47.

<sup>19</sup> Júlio A. Henriques, *Antiguidade do Homem*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1866.

<sup>20</sup> Afonso do Paço, “Carlos Ribeiro”, *Dicionário de História de Portugal*, t. V, dir. Joel Serrão, Porto, Ed. Figueirinhas, 1983, pp. 340-41; Id., “Joaquim Philippe Nery da Encarnação Delgado”, *Dicionário da História de Portugal*, t. II, pp. 278-79.

<sup>21</sup> Glyn Daniel, *El Concepto de Prehistoria*, Barcelona, Editorial Labor, 1968, p. 52.

Apesar do sucesso que teria alcançado com esse seu primeiro ciclo de preleções, as instituições de ensino superior portuguesas permaneceriam indiferentes à importância da implementação de estudos arqueológicos nas suas instalações. Talvez considerassem-nos, ainda, um exercício de puro diletantismo, e, por conseguinte, sem um verdadeiro estatuto científico que justificasse a sua inclusão nos programas escolares dos seus respectivos estabelecimentos. Por outro lado, não podemos obviar a notória influência da cultura judaico-cristã, que se fazia ainda, sentir no seio da nossa sociedade.

Perante esse quadro, e em face do impacto que a realização da IX.<sup>a</sup> sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica teria, senão na nossa sociedade, de um modo geral, pelo menos no seio da nossa comunidade científico-cultural mais atenta,<sup>22</sup> Possidónio decidiria inaugurar um Curso de Arqueologia, ao nível associativo. Facto que surgiria em consequência da inércia institucional, assim como em face do crescente interesse que parte dos mais diversos quadrantes intelectuais do país manifestaria por essa ciência.

## 2. O 1.º Curso Elementar de Archeologia

Possidónio instituiria, assim, aquele que designaria por *1º Curso Elementar de Archeologia*, nas instalações do Museu do Carmo, na sede da *Real Associação*, ou seja, na igreja do Carmo, em Lisboa, no dia sete de Junho de 1885, sob os auspícios da Casa Real, na pessoa do príncipe herdeiro, D. Carlos.

Facto esse que concederia à Arqueologia o prestígio que necessitaria para a sua ulterior e definitiva institucionalização no nosso seio académico e universitário, à semelhança do que vinha sucedendo com outras casas reais europeias, como no caso da dinamarquesa e sueca. Para além de prestigiar, dessa forma, o Curso em questão, D. Carlos financiaria igualmente os prémios pecuniários, que seriam concedidos aos alunos que mais se destacassem nas provas que deveriam prestar no final de cada uma das suas duas partes.<sup>23</sup> Para além disso, teria sido o próprio D. Carlos quem, pelo menos oficialmente, teria encarregue Possidónio da coordenação

---

<sup>22</sup> Sobre o papel de Possidónio da Silva na realização desse Congresso, *vide* Ana C. N. Martins, *Possidónio da Silva e a Memória Histórica...*, e, sobretudo, o seu terceiro capítulo. Acerca dos trabalhos do próprio Congresso, *vide* Victor dos S. Gonçalves, "IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica (Lisboa, 1880). Uma Leitura, seguida da Crónica de Bordalo Pinheiro", *Actas do IV Congresso Nacional de Arqueologia*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1980 e Vítor dos S. Gonçalves, "O Congresso Internacional de 1880", *História de Portugal*, dir. João Medina, t. I, Lisboa, EdiClube, 1993.

<sup>23</sup> I.A.N./T.T., *Idem*, t. XVI, em 8.ª, doc. 3323, 1885. Inédito; Émile Travers, *L'Enseignement de l'Archéologie en Portugal en 1890*, Caen, Henri Delesques, Imprimeire-Librairie, 1891, p. 4.

nação das aulas, possivelmente como forma de esbater algumas opiniões infundadas, segundo as quais Possidónio pretenderia proceder a mais um exercício de poder, bem como de capital social.<sup>24</sup> Aliás, seria um dos seus discentes quem comentaria, do seguinte modo, a relevância da qual se revestira a inauguração desse Curso:

“Está portanto preenchida esta lacuna, que de há muito o sr. Possidonio da Silva notava nas nossas instituições de ensino. O illustre architecto da casa real, cuja competencia em assumptos archeologicos é unanimemente affirmada, conseguiu realisar o pensamento que tanto o preocupava. Nenhuma idéa de interesse pecuniario nem o orgulho do seu saber o moveram a dar este passo no caminho da instrucção. Na idade avançada de 80 annos, revelando uma actividade exemplar e nutrido um verdadeiro amor pela sciencia, que elle tão distinctamente cultivava, offereceu-se para reger gratuitamente o curso, e pediu ao nosso principe herdeiro que tomasse sob sua alta protecção este ensino,”<sup>25</sup> referindo mais à frente que ninguém “[...] póde, por conseguinte, por todos os motivos, assistir indifferente à innovação que se acaba de estabelecer no nosso paiz, collocando n’esta parte ao par das nações mais adiantadas, que há muito tempo tomaram na devida consideração a archeologia.”<sup>26</sup>

Os principais propósitos subjacentes ao *Curso Elementar de Archeologia*, poderão ser descortinados nas seguintes palavras, proferidas por aquele seu mesmo discente, e nas quais patenteia-se igualmente a concepção de objecto e objectivo dessa jovem ciência:

“Em resumo, a archeologia, na sua accepção mais lata, é o quadro do trabalho do homem das épocas passadas, trazido á época presente. Pelos differentes vestigios da industria que o homem tem legado desde épocas muito remotas, a archeologia pôde formar a historia do *homem pre-historico*, e continuando nas suas investigações e todos os tempos, a archeologia põe-nos ao facto do progresso e das phases por que vae passando a industria.”<sup>27</sup> sendo que “A sua missão é reconstruir para nos apresentar ao nosso espirito sempre ávido de investigação todo o passado da humanidade desde a sua remotissima origem... [que] abrange todo o vastissimo d’acção moral e material do ser humano. ... [sendo] o estudo do passado é o verdadeiro guia do futuro.”<sup>28</sup>

---

<sup>24</sup> “Chronica da nossa associação”, *Boletim de Architectura...*, 2ª série, t. IV, n.º 9, 1885, p. 143. Possidónio procuraria dessa forma precaver-se de eventuais acusações de procura de protagonista.

<sup>25</sup> António José de Mello, “Um Curso Elementar d’Archeologia no Museu do Carmo” *Revista Militar*, Lisboa, Typographia da Casa da Moeda, 1885, p. 367.

<sup>26</sup> Id., *idem*, p. 369.

<sup>27</sup> Id., *idem*, p. 368.

<sup>28</sup> *Ibid.*

Adoptando, de forma inequívoca, o princípio evolutivo da Humanidade, patenteado no processo sequencial tipológico e tecnológico, Possidónio pretendia, na essencialidade, que, com base nesses mesmos estudos arqueológicos, os seus alunos pudessem,

“certificar-se dos fundamentos que se obtiveram para este tão valioso resultado, que a sciencia alcançou pelos constantes esforços de distintos sabios da Suissa, Dinamarca, Suecia, França, Gran Bretanha, Belgica e Italia. Daremos, portanto, conhecimento como foram elles alcançados relatando as investigações feitas n’esse intuito”.<sup>29</sup>

O mentor do Curso definiria, igualmente, os pré-requisitos para o seu ingresso. Os candidatos deveriam ter todos entre dezasseis e vinte e quatro anos, possuir certificado da instrução primária, bem como de língua francesa e desenho. Na falta desses documentos comprovativos, deveriam realizar provas públicas nessas duas áreas.<sup>30</sup> Requisitos que determinariam, indiscutivelmente, o perfil social dos candidatos.

Essas exigências revelavam-se, contudo, compreensíveis, se pensarmos que um sólido conhecimento do idioma francês se tornava indispensável para um livre exercício de leitura da maioria da bibliografia específica sobre Arqueologia e Antropologia, que existiria na biblioteca associativa, embora Possidónio ofertasse, pessoalmente, a cada um dos seus discentes, um exemplar das *Noções Elementares de Archeologia*, que publicara em 1876. O profundo conhecimento da língua francesa seria igualmente imprescindível para a compreensão das comunicações orais, que seriam proferidas nos mais diversos congressos científicos internacionais, sobre aquelas mesmas temáticas.

A propósito de bibliografia especializada, e retornando ao que foi anteriormente mencionado, relativamente à escassez de obras sobre Arqueologia, Arqueologia Pré-histórica e Antropologia, nas nossas principais bibliotecas públicas, Possidónio tentaria contornar esse evidente obstáculo ao desenvolvimento dos estudos desses ramos científicos no nosso país, de diversas maneiras. Algumas delas teriam a ver com a oferta, directa e pessoal, de alguns exemplares do *Boletim de Architectura e Archeologia*, bem como das suas duas obras fundamentais, *Noções Elementares de Archeologia* e *Resumo de Archeolôgia Christã*, a algumas dessas mesmas instituições, sobretudo de carácter municipal e escolar. Iniciativa que seria largamente elogiada, sobretudo além-fronteiras.

Mas, seria no âmbito estritamente privado da *Real Associação*, e em consequência de sucessivas menções, efectuadas por grande parte dos seus alunos do

<sup>29</sup> “Chronica da nossa associação”, *Boletim de Architectura...*, 2ª série, t. IV, n.º 9, 1885, pp. 159-60. Constatava-se dessa forma, a permanente actualização científica, à qual se impunha Possidónio.

<sup>30</sup> I.A.N./T.T., *Idem*, t. VII, em 4.ª, doc. 2198, 1886.

*Curso de Archeologia*, acerca da notória carência, na Biblioteca Pública de Lisboa, de bibliografia especializada sobre os temas debatidos durante as suas aulas, que Possidónio decidiria depositar, a título temporário, a sua biblioteca pessoal, na da *Real Associação*, pelo menos enquanto decorressem as prelecções. Biblioteca essa que Possidónio decidiria doar, em finais dos anos oitenta, a D. Luís, para sua futura inserção na Biblioteca do Palácio Real de Mafra, numa altura em que o futuro associativo se encontraria algo indefinido. Transferência essa da qual se ressentiriam notoriamente, tanto associados, como demais utentes da biblioteca da *Real Associação*, de um modo geral, precisamente em consequência da dificuldade que sentiriam em encontrar grande parte da bibliografia especializada, e da qual necessitariam para as suas periódicas indagações académicas e profissionais.

No respeitante à imprescindibilidade de conhecimentos na área do desenho, ela tornava-se, por seu turno, absolutamente óbvia, se pensarmos que as suas noções seriam necessárias para uma correcta execução de registos gráficos das mais diversas evidências arqueológicas, descobertas e estudadas, bem como para um discernimento de outras tantas, apresentadas em diferentes géneros de publicações da especialidade. Para além disso, não podemos esquecer que, como Arquitecto Cial, Possidónio conhecia profundamente os benefícios desses mesmos conhecimentos.

À primeira parte do *Curso* – referente à Arqueologia Pré-histórica – seriam admitidos trinta e cinco alunos. Número esse suficientemente considerável, sobretudo numa altura em que aquele ramo dos estudos pré-históricos daria os seus primeiros passos no nosso país.

Os candidatos provinham de localidades e regiões tão distantes como a Ilha da Madeira, Terceira, Lagos, Minde, sendo, no entanto, a maioria de Lisboa, e, sobretudo, de instituições de ensino, como a Academia de Belas-artes, e do Exército. Para além desses, matricular-se-ia, igualmente, um cidadão brasileiro.

No caso daquele último estabelecimento, seria compreensível o interesse demonstrado por alguns dos seus discentes pela Arqueologia, porquanto o Ministério das Obras Públicas – no âmbito do qual tinha sido criada a Comissão dos Monumentos Nacionais –, possuía nos seus quadros diversos engenheiros militares. Mas, não seria, essa, a única explicação para um interesse despontado no seio dos alunos daquela instituição militar. Como referiria um deles,

“Ao militar, além da vantagem que representam os conhecimentos archeologicos como uma instrucção geral, interessa sobretudo uma parte d’esses conhecimentos, que se refere á origem e ás diferentes transformações que teem soffrido as armas, os instrumentos de guerra, as obras de defeza, etc.”<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> António José de Mello, “Um Curso Elementar d’ Archeologia...”, p. 368.

Factos esses que, no seu conjunto, demonstravam e corroboravam, para além do próprio prestígio que Possidónio ia granjeando no panorama científico nacional, os esforços que teria congregado no sentido de sensibilizar a intelectualidade regional para a importância dos estudos arqueológicos no desenvolvimento da História local, ao ver, entre os seus discentes, representantes de diversas regiões nacionais. Reconhecia-se, assim, que,

“O estudo da archeologia tam indispensavel ao estudo da historia da arte, da historia dos povos, tem sido e seria esquecido por muito tempo, se V.E. não houvesse sempre procurado por todas as formas e modos chamar sobre os objectos e cousas antigas a attenção do publico”.<sup>32</sup>

Lendo, atentamente, as notícias referentes aos conteúdos programáticos da primeira parte do *Curso*, essencialmente dedicada à Arqueologia Pré-histórica, constatamos que ela decorreria entre Junho, de 1885, e Janeiro de 1886, abrangendo uma vasta amplitude cronológica e temática, bem como geográfica e artefactual.<sup>33</sup> Essa primeira parte compreenderia, no geral, “as quatro epocas designadas por = idade da pedra lascada = idade da pedra polida = idade de bronze e idade de ferro.”<sup>34</sup>

Abarcaria, por exemplo, desde noções básicas de Geologia, que permitissem um conhecimento das,

“camadas sedimentares que são as que offerecem mais interesse para o archeologo e paleontologista porque é ahi onde se encontram os fosseis e os diferentes vestigios da industria humana”,<sup>35</sup> até às temáticas concernentes ao início da Idade do Ferro.<sup>36</sup>

Aludindo, dessa forma, à estreita relação estabelecida entre os estudos geológicos e paleontológicos, e o surgimento da própria Arqueologia, sobretudo da Pré-histórica, enquanto ciência de pleno direito, com todas as implicações que estariam inerentes a essa atribuição, Possidónio não deixaria de sublinhar a relevância da qual se revestiria o estabelecimento de correspondências directas entre fósseis e artefactos, encontrados na mesma camada estratigráfica. No seu entender, seriam, ainda, aqueles elementos os factores determinantes da atribuição de uma cronologia relativa aos artefactos detectados em cada um dos estratos, assim como a própria evolução desses mesmos materiais, no âmbito de um quadro tecnológico e tipológico.

<sup>32</sup> I.A.N./T.T., *idem*, t. XVI, em 8.<sup>o</sup>, doc. 3345, 1885.

<sup>33</sup> A. J. de Mello, “Curso elementar...”, p. 116.

<sup>34</sup> I.A.N./T.T., *idem*, t. VII, em 4.<sup>o</sup>, doc. 3114, 1885.

<sup>35</sup> *Ibid.*

<sup>36</sup> Andrea Carandini, *Storie dello Scavo Archeologico*, Bari, De Donato, 1981, pp. 31-31.

Não podemos, igualmente, olvidar que seria ao longo de oitocentos que os arqueólogos fariam corresponder, a cada estrato de origem antrópica, os artefactos neles encontrados, à semelhança do que sucedera em Geologia, com a correspondência delineada entre estratos de origem natural e os fósseis com eles relacionados, enquanto forma de estabelecer a sua ordem evolutiva e sequencial.

Mas, os estudos geológicos possuiriam alguma tradição no nosso país, porquanto, já em 1779, a Faculdade de Filosofia de Coimbra teria reconhecido a necessidade de organizar visitas de estudo ao campo, para demonstrar, *in loco*, a evolução das camadas geológicas, bem como as características de identificação de cada um dos diferentes estratos. Em 1836, criar-se-ia a cadeira de Minerologia, Geologia e Arte de Minas, fundando-se, no ano seguinte, uma outra de Minerologia e Geologia, na Escola Politécnica de Lisboa, enquanto na Academia Politécnica do Porto, sê-lo-ia apenas em 1883. Ainda em Lisboa, seria igualmente instituída uma cadeira, com características similares, dessa feita no âmbito do Instituto Industrial de Lisboa, no ano de 1852.<sup>37</sup>

Revelava-se, dessa maneira, a capacidade e flexibilidade pedagógica de Possidónio, nomeadamente ao colocar em discussão diversas teses concernentes a determinadas questões. Seria, entre outros, o caso da possível existência do Homem Terciário, bem como de uma Idade do Cobre. No entanto, Possidónio optaria, sempre, por evidenciar, durante a apresentação dessas mesmas teorias, a fiabilidade incontestável dos materiais arqueológicos face a cogitações probabilísticas, numa atitude assumidamente positivista.

Seria nesse mesmo espírito que, discorrendo acerca da possibilidade existencial do “Homem Terciário” – ou, daquele que o arqueólogo francês G. de Motillet (1821-1898) designaria por *Australopithecus Ribeiroi*, largamente debatida durante o Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, em 1880, na cidade de Lisboa –, com base nas descobertas dos “eólitos” da Ota, Possidónio sublinharia que, apesar das descobertas arqueológicas apontarem para a sua realidade, não estaria, ainda, suficientemente comprovada por outras evidências. Considerações que não se revelariam totalmente desprovidas de sentido, porquanto esses mesmos eólitos seriam, ulteriormente, considerados produtos naturais.

Possidónio teria, no entanto, a preocupação de referir o importante contributo daquele investigador nacional, isto é, de Carlos Ribeiro, no que revelaria um espírito imparcial, pragmático e positivista.

Reencontraríamos uma atitude semelhante, aquando da discussão estabelecida com os seus discentes sobre o método classificatório – cronológico –, dos artefac-

---

<sup>37</sup> Paul Choffat, “Esquisse de la Marche de l’Étude Géologique du Portugal”, *Revista de Portugal*, vol. IV, Porto, Livraria Portuense, 1892, pp. 637-38.



tos pré-históricos, elaborado pelo anteriormente referido, G. de Mortillet. Possidónio explanaria, então, a opinião difundida e defendida por outros investigadores europeus relativamente à eventualidade da existência de uma *Idade do Cobre*, afirmando que “por ora ainda nem as fontes nem as descobertas não vieram em reforço d’esta opinião”.<sup>38</sup> Possidónio expressaria, aliás, amiudadamente, essa sua concepção positivista, num espírito declaradamente dedutivo, mas sempre fiel à fiabilidade dos factos que, em última análise, deveriam poder “falar por si próprios”, e quedarem-se pelo surgimento de alguém que pretendesse, e pudesse, verdadeiramente, descodificá-los. É o que constatamos na sua seguinte afirmação:

“O archeologo tem que tomar a penna do historiador e procurar deduzir algumas *probabilidades historicas*, com observação escrupulosa dos factos averiguados.”<sup>39</sup>

Possidónio considerava a Arqueologia como um válido instrumento de averiguação dessas mesmas teses – “como poderoso elemento de critica” –,<sup>40</sup> em virtude dos métodos aplicados nas suas investigações. Na sua óptica, a investigação pré-histórica constituiria, “A principal das vias por onde os methodos e noções das sciencias da natureza passam para as sciencias historicas e sociaes”.<sup>41</sup>

Tornar-se-ia, assim, imprescindível desenvolver a Arqueologia Pré-histórica em Portugal, como forma de recuperar um passado, que se pretendia comum, e que permaneceria, de outra forma, desconhecido e inatingível.

Poder-se-á, desse modo, inferir a permanente actualização e capacidade de apreensão e interiorização, manifestadas por Possidónio ao longo da sua existência, relativamente a algumas novas teorias e postulados, nomeadamente no respeitante a esquemas operatórios.

Seria nesse contexto que se referiria, pela primeira vez, à cronologia da Idade da Pedra, estabelecida pelo arqueólogo e professor espanhol de Geologia e Paleontologia, em Madrid, Vernueil y Castro (1821-1893): Arqueolítica, Paleolítica, Mesolítica e Neolítica, no seguimento de uma série de estudos realizados por outros nomes marcantes da Arqueologia espanhola, como as de José Amador de los Ríos, Góngora e Tubino<sup>42</sup> Nessa cronologia, procedia-se a uma clara distinção entre o Paleolítico Inferior e as demais épocas, o que teria naturais consequências pragmáticas.

---

<sup>38</sup> Joaquim P. N. da Silva, *Noções Elementares de Archeologia*, p. 1.

<sup>39</sup> *Ibid.*

<sup>40</sup> *Ibid.*

<sup>41</sup> *Ibid.*

<sup>42</sup> Ève Gran-Aymerich, *Naissance de l’Archéologie Moderne. 1798-1945*, Paris, C.N.R.S., 1998., p. 260.

Possidónio não se furtaria, igualmente, a discutir uma outra temática – ademais, bastante polémica na altura –, como a respeitante às manifestações artísticas dos antepassados pré-históricos humanos, nomeadamente ao estudar, pessoalmente, as pinturas rupestres do Cachão da Rapa, no Concelho de Carrazeda de Anciães, após a sua redescoberta, quando procedia a uma prospecção arqueológica na região.

Questão essa que se revelaria tanto mais delicada, porquanto o único representante espanhol no Congresso de 1880, em Lisboa, Juan Vilanova y Piera, professor na Universidade de Madrid, insistira no sentido dos demais participantes admitirem a veracidade e relevância da descoberta das pinturas rupestres de Altamira, efectuada dois anos antes.<sup>43</sup> A sua autenticidade seria, no entanto, renegada por investigadores de renome internacional, como G. de Mortillet e É. de Cartailhac. A sua oposição seria tão veementemente evidenciada, que nas actas do Congresso não seria incluída a comunicação daquele estudioso espanhol.<sup>44</sup>

O cepticismo, inicialmente evidenciado por parte de uma larga faixa da investigação arqueológica europeia, relativamente à validade de uma arte rupestre, relacionar-se-ia, essencialmente, com um paradigma, até então considerado inquestionável: o do desenvolvimento similar e concomitante das comunidades humanas, sobretudo em zonas geograficamente muito próximas. Com efeito, levaria algum tempo até à aceitação definitiva dessa evidência arqueológica, a qual implicaria o reconhecimento, *à fortiori*, de um progresso humano anacrónico, no âmbito do próprio Continente Europeu.<sup>45</sup>

Pensamos, no entanto, que Possidónio não partilharia integralmente daquela opinião, porquanto afirmaria que “A história artística de um país não será completa, se não começar na primeira infância da arte”.<sup>46</sup> Ponderaria, assim, sobre as manifestações artísticas do solutrense e magdalenense, tornadas evidentes, nomeadamente com o surgimento de esculturas, altos relevos e gravuras côncavas.<sup>47</sup> Na realidade, admitiria, já em 1890, a existência de desenho pré-histórico.

Ainda não concederia, no entanto, uma verdadeira capacidade de pensamento abstracto ao homem pré-histórico. Para Possidónio, as pinturas e desenhos teriam sido, então, efectuados “somente pelo exame ocular das fórmulas dos animaes

---

<sup>43</sup> Já em 1878, Tubino teria apresentado, no âmbito da Exposição Universal de Paris, a reprodução das pinturas pertencentes à primeira das grutas pertencentes ao conjunto de Altamira, que o arqueólogo francês J. Déchelette (1862-1914) designaria enquanto “A Capela Sistina da Arte Quaternária”.

<sup>44</sup> Colin-Simard, *Op. cit.*, p. 70.

<sup>45</sup> Glyn Daniel, *El Concepto de Prehistoria, de Prehistoria*, Barcelona, Editorial Labor, 1968, p. 17.

<sup>46</sup> Joaquim P. N. da Silva, “Gravadores e esculptores prehistoricos”, *Boletim de Architectura...*, 2ª série, t. VI, n.º 6, 1890, p. 93.

<sup>47</sup> *Ibid.*

que caçavam”.<sup>48</sup> Ponderava, simultaneamente, poder-se inferir o grau e tipo de desenvolvimento intelectual humano, mediante a análise da evolução dessas mesmas expressividades artísticas, um pouco na linha winckelmianna. Convicção que se poderá inferir, a partir da leitura das suas seguintes palavras:

“Quando agora se quebra algum d’esses ossos, a fractura é baça e se desbagua; se se lhe traça sobre elle qualquer linha com um ponteiro agudo esquila-se immediatamente estalando lateralmente, e fica o desenho cheio de rebarbas, com a apparencia embaciada; sendo pois por todos esses indicios mui facil de distinguir o trabalho que foi executado sobre um osso recentemente tirado do animal... Alguns auctores de grande nome, tendo analysado os craneos pertencentes á raça que teria habitado as cavernas n’aquella epocha, concordam que seria de mais limitada intelligencia.”<sup>49</sup>

Uma das outras provas da sua clarividência no respeitante a essa, bem como a todas as inovações, entretanto operadas no âmbito da ciência arqueológica, traduzir-se-ia na postura que assumiria face à Arte Pré-histórica, no seu todo, porquanto considerá-la-ia uma das manifestações mais evidentes da evolução da própria capacidade intelectual humana, embora ainda não considerasse a pintura rupestre. Nessa posição, contrastaria com as conceptualizações veiculadas por G. de Mortillet, que negaria, insistentemente, a existência de uma capacidade estética no Homem primitivo.

A investigação arqueológica encontrava-se, nesse campo, relativamente distante de conceptualizações, como as elaboradas pelo pré-historiador francês, Henri Breuil (1877-1958), segundo as quais aquelas representações evidenciariam, pictoricamente, um qualquer sentido mágico-religioso dos seus fazedores. Preponderaria, ainda, pelo contrário, a noção da Arte Pré-histórica, enquanto uma “arte pela arte”.<sup>50</sup>

Tornava-se, assim, e nesse mesmo contexto, lógica a investigação que Possidónio encetaria no abrigo pintado do Cachão da Rapa, em Ribalonga, no Concelho de Carrazeda de Ansiães (posteriormente redescobertas, já em pleno século XX, pelo estudioso Santos Júnior), no qual se revelava uma evidente predominância monocromática do preto e vermelho, combinada em figuras, essencialmente geométricas, sem um aparente propósito compósito.<sup>51</sup> Abrigo esse que

<sup>48</sup> Id., *Idem, Boletim de Architectura...*, 2ª série, t. VI, n.º 6, 1890, p. 95.

<sup>49</sup> Joaquim P. N. da Silva, “Archeologia Prehistorica. As cavernas”, *Boletim de Architectura...*, 2ª série, t. III, n.º 7, 1881, pp. 106-107.

<sup>50</sup> Luís Raposo, “Do Somme ao Tejo: a vida e obra de Henri Breuil”, *O Arqueólogo Português*, vols. 11/12, Lisboa, M.N.A., 1999, p. 235.

<sup>51</sup> M. F. dos Santos, *Pré-História de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1985, Susana de O. Jorge, pp. 112-113; “A Consolidação do Sistema Agro-Pastorial”, *História de Portugal. Das Origens à Romanização*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Presença, 1990, p. 157.

Possidónio teria estudado, aquando de um dos seus múltiplos périplos nortenhos, investigando a presença de construções megalíticas na zona. Em 1878, Possidónio notificaria os seus consócios da descoberta de uma caverna “com varios ornatos na falda da serra de alvaiazer”.<sup>52</sup> Procederia, então, à cópia fiel dessas mesmas figuras, que enviaria, em 1885, à “*Association Française pour de Développement des Sciences*”, na sua sessão de Grenoble, de modo a que elaborassem um parecer sobre as mesmas.<sup>53</sup> Possidónio defenderia, no entanto, a ideia, segundo a qual aquelas mesmas figuras constituiriam uma representação esquemática de uma batalha, eventualmente travada entre hostes romanas e lusitanas.<sup>54</sup> Negaria, assim, uma cronologia pré-histórica às mesmas.

Possidónio não seria, contudo, o único consócio a demonstrar um profundo interesse por essas questões teóricas. Em 1897, José Leite de Vasconcelos apresentaria, numa das sessões da Assembleia Geral da *Real Associação*, uma comunicação sobre pinturas encontradas em esteios de dólmen, para além de trabalhos de gravura, em pedra, e escultura neolítica. As considerações que elaboraria sobre esse conjunto representativo, seriam, então, apresentados publicamente pela primeira vez.<sup>55</sup>

Retomando a questão da divisão cronológica da Idade da Pedra, acreditamos que a consideração que Possidónio manifestaria pela validade dessa mesma proposta, demonstraria, por si só, o estágio de desenvolvimento entretanto alcançado pela própria investigação arqueológica, de um modo geral, e da pré-histórica, em particular, o qual encontraria, na sua pessoa, um receptor especialmente sensível. Capacidade essa que evidenciaria, por exemplo, ao referir-se, pela primeira vez, à existência de uma *Proto-história*, enquanto um dos principais estádios de todo o processo evolutivo da Humanidade.

Do mesmo modo, concederia uma particular atenção aos métodos de prospecção e escavação arqueológicas, sublinhando a necessidade de estabelecer *relações de posição* entre estruturas e subjacentes artefactos moveis. Somente com o emprego de um criterioso registo de campo, seria possível proceder a uma ulterior reconstituição dos quadros vivenciais de antanho, ao mesmo tempo que se poderia determinar a sua utilização sincrónica e/ou diacrónica.

Postura essa que evidenciava o surgimento e afirmação de um corte epistemológico em Possidónio, relativamente aos procedimentos que teria utilizado em

<sup>52</sup> A.H./A.A.P., *Actas do Conselho Facultativo*, n.º 73, 1/3/1878.

<sup>53</sup> Joaquim P. N. da Silva, “Inscriptions très Anciennes et Rare Gravés et Peinte sur un Rocher en Portugal”, *Association Française pour l’Avancement des Sciences*, Congrès de Grenoble, 1885.

<sup>54</sup> Joaquim P. N. da Silva, “Explicação da Estampa n.º 79”, *Boletim de Architectura...*, 2ª série, t. V, n.º 7, 1887, pp. 78-80.

<sup>55</sup> A.H./A.A.P., *Actas da Assembleia Geral*, n.º 291, 3/3/1897.

anteriores investigações arqueológicas, e, muito concretamente, nas realizadas nas ruínas romanas de *Caetobriga*.<sup>56</sup> Doravante, privilegiaria, definitivamente, a recolha do maior número possível de informações, que se pudesse extrair do registo arqueológico, precisamente atendendo àqueles propósitos reconstituitivos.

Nessa mesma linha metodológica, Possidónio sublinharia a importância de um profundo conhecimento da evolução formal de determinados artefactos, que pudessem funcionar enquanto verdadeiros *fósseis directores*, e, conseqüentemente, classificassem cronologicamente (embora relativamente), os sítios arqueológicos escavados.

Seria, esse, entre outros, o caso específico das fíbulas, não somente como um dos principais *fósseis directores* da 1.<sup>a</sup> Idade do Ferro, mas, essencialmente, enquanto um bom indicador da pretensa difusão das culturas dessa mesma Idade, um pouco por toda a Europa. Convicção que não invalidaria, na sua óptica, a sobrevivência de artefactos – tradicionalmente imputáveis a determinadas Idades –, em estratos posteriores.

Na resposta à questão, “Como se conheceu a 1.<sup>a</sup> Idade do Ferro?”, colocada no exame final do Curso, um dos seus alunos responderia que ficara “... definida com o abundante aparecimento das fíbulas. [e que] O depósito em que se manifestou com maior perfeição esta industria foi o grande depósito de Halstat na alta Austria.”<sup>57</sup> Aliás, Possidónio corresponder-se-ia com Ernest Chantre, um dos arqueólogos que projectara delinear uma sequência tipológica desses artefactos, como forma de estabelecer a sua difusão geográfica por todo o Continente Europeu. Seria com essa mesma finalidade, que solicitaria a Possidónio que procedesse a um levantamento das fíbulas encontradas em Portugal, que pretendia incluir naquele seu estudo comparativo geral.

Ainda no âmbito de abertura a novas propostas de investigação, Possidónio ponderaria seriamente acerca da importância que a experimentação poderia assumir em Arqueologia, nomeadamente no que aos processos tecnológicos respeitasse.<sup>58</sup>

As descobertas e viagens marítimas, sobretudo as ocorridas em seiscentos e setecentos, tinham proporcionado ao Homem europeu uma nova visão e concepção da antiguidade humana. Elas permitiram a aquisição de uma percepção mais aturada, daquele que teria constituído o *modus vivendi* e *faciendi* das populações, sobre as quais se tinha, há muito, perdido a memória. Reconstituição essa que seria possível mediante a aplicação do método comparativo, com base na profun-

---

<sup>56</sup> Sobre a intervenção de Possidónio nesse sítio arqueológico, vide Ana C. N. Martins, *Possidónio da Silva e a Memória Histórica...*, e, nomeadamente, o seu terceiro capítulo.

<sup>57</sup> A. J. de Mello, “Curso elementar...”, p. 116.

<sup>58</sup> John Coles, *Arqueologia Experimental*, Lisboa, Bertrand, 1977, Lewis R. Binford, pp. 11-13; *Em Busca do Passado*, Lisboa, Pub. Europa-América, 1991, pp. 32-34.

da crença iluminista e oitocentista sobre o desenvolvimento similar das comunidades humanas. Mas o estudo encetado ao longo da centúria de XIX, sobre esses grupos de caçadores-recolectores, não possuiria, ainda, como finalidade última, o conhecimento, em si, dessas mesmas comunidades, e dos seus respectivos quadros vivenciais.

A importância dessas investigações revelar-se-ia, antes de mais, no papel, hipoteticamente ilustrativo, que as mesmas poderiam assumir naquela que teria constituído a pré-historicidade europeia, nomeadamente por acreditar-se não terem as suas terras, e realidades quotidianas, sido tocadas pelo fenómeno diluviano.<sup>59</sup> Essa seria, aliás, a posição, inequivocamente assumida, por parte de alguns autores nacionais da época, como o próprio J. Leite de Vasconcelos, para quem, de maneira a se poder compreender melhor as condições nas quais teriam vivido as comunidades neolíticas no nosso território, seria perfeitamente admissível e lícito, estabelecer comparações com os denominados “primitivos actuais”, os quais considerava, e muito sintomaticamente, “selvagens”. Designação que poderia ser perfeitamente compreensível, atendendo a toda uma mundividência oitocentista. Não conceberia, porém, nessa altura, que tal procedimento metodológico pudesse conduzir à formulação de análises históricas e etnográficas, do ponto de vista cronológico, verdadeiramente anacrónicas.<sup>60</sup>

Por outro lado, certamente que Possidónio se encontraria a par de algumas das experiências que se efectuariam na época, no âmbito daquela que designaríamos, actualmente, de *Arqueologia Experimental*. Entre elas, a construção de uma habitação em madeira, efectuada exclusivamente com instrumentos líticos, realizada durante o Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, ocorrida em Copenhague, no ano de 1874, bem como as experiências efectuadas pelo inglês Augustus Pitt-Rivers (1827-1900), que seriam alvo de discussão nalguns daqueles simpósios científicos. Já em 1877, um dos mais assíduos colaboradores do *Boletim de Architectura e Archeologia*, Sá Vilella, escreveria: “O sr. Schmidt alegrou as muitas senhoras que formavam parte do mesmo auditorio [do Congresso dos Americanistas] mostrando, como era possível com instrumentos de pedra, trabalhar a madeira, fazer flexas e anzoos, para caçar e pescar, e cozer o panno com agulhas de pedra”.<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> Robin Dennell, “National and Identity in Britain and Europe”, *Nationalism and Archaeology*, ed. John A. Atkinson, Ian Banks, Jerry O’Sullivan, Gaslgow, Cruithre Press, 1996, p. 27.

<sup>60</sup> José L. de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, p. 225, citado por Sérgio C. Matos, “Leite de Vasconcelos no Debate Acerca da Formação de Portugal: um Confronto com Oliveira Martins”, *O Arqueólogo Português*, série. IV, vol. 11/12, Lisboa, M.N.A., 1999, p. 28.

<sup>61</sup> Sá Vilella, “Congresso Internacional dos Americanistas”, *Boletim de Architectura...*, 2ª série, t. II, n.º 4, 1877, p. 38.

Somente, assim, se poderão compreender afirmações proferidas por Possidónio da Silva, como a seguinte:

“A sua primitiva industria limitou-se a fabrica de grossos instrumentos de pedra que se obtinham fazendo saltar lascas pela percussão”.<sup>62</sup>

Ainda nesse espírito, faria com que os seus alunos procedessem ao fabrico de instrumentos pré-históricos, para cujo sucesso Possidónio reputaria imprescindível a aquisição de um profundo conhecimento das características dos diversos materiais aplicados na composição de variados artefactos. Consideraria, igualmente, pertinente analisar os *negativos* da acção de alguns desses mesmos instrumentos, como forma de se poder identificar e inferir, inquestionavelmente, a presença e características desses mesmos artefactos.<sup>63</sup>

Acreditaria, ainda, que essas mesmas noções possibilitariam uma mais fácil identificação daqueles objectos no terreno, bem como a sua interpretação utilitária:

“Na hacha o gume é para lello ao cabo do instrumento enquanto que na enxó, p.<sup>a</sup> o seu fim especial, o gume tem uma direcção crusada com a do cabo”, para além de alguns deles poderem ser utilizados enquanto fósseis-directores, como no caso dos alfinetes de cabeça e fíbulas”.<sup>64</sup>

Por forma a que os seus discípulos apreendessem melhor essas mesmas características, Possidónio apresentaria nas suas aulas, com certa regularidade, alguns exemplares desses artefactos, para além da reprodução de outros, em forma de desenhos coloridos, efectuados à escala real, e concebidos por si próprio.

Ademais, a utilização desses materiais visuais teria estado sempre presente nas suas anteriores prelecções, versassem elas sobre Arqueologia, ou até mesmo sobre História da Arquitectura e da Arte, de um modo genérico. Quanto ao *Curso Elementar de Archeologia*, muito concretamente, encontrámos uma longa listagem daqueles que designaria por *Paineis com vistas de architectura e de archeologia*, ou, mais especificamente,

“Trinta e oito grandes quadros com vistas transparentes coloridas representando edificios historicos, prehistoricos, exemplares megalithicos, e instrumentos de pedra, d’osso e bronze, que serviram no curso de archeologia pelo sr. Possidonio da Silva.”<sup>65</sup>

<sup>62</sup> A.H./A.A.P., *Actas da Assembleia Geral*, n.º 121, 27/11/1885.

<sup>63</sup> Joaquim P. N. da Silva, “Grutas Prehistoricas”, *Boletim de Architectura...*, 2ª série, t. II, n.º 4, 1877, p. 167.

<sup>64</sup> Id., “Gravadores e esculptores prehistoricos”, *Boletim de Architectura...*, 2ª série, t. VI, n.º 6, 1890, p. 93. Ver também, *L’Invention de la Préhistoire*, p. 38.

<sup>65</sup> *Catalogo do Museu da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, Lisboa, Typographia Universal, 1891.

Assim, seriam reproduzidas – tridimensionalmente –, estratigrafias (com os respectivos objectos), palafitas, estruturas megalíticas, para além de artefactos, culturalmente atribuíveis aos celtas.

Para além disso, o decorrer das aulas nas instalações da própria sede associativa, teria, à partida, uma vantagem para o seu bom andamento, assim como para a concretização de alguns dos propósitos pedagógicos, que Possidónio se proporia alcançar. Falamos, obviamente, do facto de as mesmas ocorrerem no seio do *Museu Archeologico do Carmo*.

Efectivamente, Possidónio preconizaria, nesse – como noutros aspectos –, a concepção museológica contemporânea, na qual pontificaria, não apenas o reflexo de uma nova sociabilidade e mundividência, e de um novo quadro epistemológico, como, sobretudo, a valorização pedagógica do seu espaço interior, das suas próprias colecções. Concederia, dessa forma, um valor acrescido aos materiais expostos, ao atribuir-lhes uma função iminentemente educativa.

Seria com esse pensamento, que Possidónio promoveria, paralelamente às preleções, a realização dos denominados “serões de leitura”, quando a biblioteca associativa passaria a encontrar-se aberta ao público, em geral.

Depreendemos, assim, que o próprio Museu Arqueológico se revelaria um digno repositório dos mais variados artefactos, que pudessem, de alguma forma, ilustrar os conteúdos programáticos, expostos e dissecados ao longo das suas aulas. Ademais, a visualização tridimensional e táctil dos próprios objectos, possibilitaria uma sua mais real e célere apreensão, para além da sua posterior determinação no terreno.

Procedendo a uma atenta leitura do catálogo do Museu, publicado em 1891,<sup>66</sup> constatamos que os artefactos expostos possibilitariam aos alunos obter uma visão consideravelmente abrangente, da maioria das realidades históricas, debatidas ao longo das diversas sessões do Curso.

Com efeito, e em virtude dos consideráveis esforços, envidados pessoalmente por Possidónio, no sentido da *Real Associação* obter o maior e mais diversificado número possível de artefactos, representativos de díspares realidades histórico-culturais, o Museu do Carmo albergaria, já em finais dos anos oitenta do século XIX, desde materiais geológicos, passando pelos paleontológicos, antropológicos, etnográficos, até aos arqueológicos, de um modo geral. Estes últimos, incluiriam diversificados objectos, que abrangeriam, cronológica, cultural e geograficamente, realidades materiais desde a Pré-história, passando por culturas pré-clássicas, clássicas, até às medievais e modernas.

De entre os objectos pré-históricos, verificamos que os discentes – bem como todos os visitantes daquele espaço museológico –, teriam a possibilidade de

---

<sup>66</sup> *Ibid.*



visualizar uma considerável plêiade de artefactos encontrados em Portugal (alguns dos quais, descobertos pelo próprio Possidónio, durante algumas das escavações que realizaria em território nacional), Espanha, França, Itália, Dinamarca, Suécia e América do Norte. Artefactos que, no seu conjunto, representariam todo um processo evolutivo, baseado numa análise tipológico-tecnológica, desde a, então, denominada *Idade da Pedra Lascada*, até à Idade do Ferro.

Parece-nos merecer, igualmente, um notório destaque o facto da quase totalidade desses objectos ter sido ofertada pessoalmente a Possidónio, pelos nomes mais marcantes da Arqueologia mundial de oitocentos. Evidência essa que denunciava, claramente, o prestígio e o apreço que o nosso investigador teria, entretanto, alcançado no seio da comunidade científica estrangeira.

Quanto à segunda parte do Curso, ela seria integralmente dedicada aos tempos históricos, e,

“... constar[ia] da architectura desde a época romana até ao seculo XVII, comprehendendo os diversos estylos da architectura antiga, da era ogival e da renascença pertencente a edificações civis, religiosas e militares.”<sup>67</sup>

Ao pretender discorrer sobre essas temáticas, desde a Antiguidade Pré-clássica até à Época Moderna, Possidónio separaria, dessa forma, definitivamente, o que consideraria constituir matéria específica das Belas Artes e da Arqueologia, genericamente (ou, segundo outros estudiosos da época, *Arqueologia Artística e Monumental*), da da Arqueologia Pré-histórica, mais especificamente.

Essa segunda parte ocorreria entre Janeiro e Maio de 1886, matriculando-se, dessa feita, setenta e dois alunos, de entre os quais destacaremos o, então, secretário do Patriarca de Lisboa, Monsenhor Alfredo Elviro dos Santos, um dos principais defensores da salvaguarda do património histórico-arqueológico, de um modo geral, e do religioso, muito particularmente, bem como da instituição de cadeiras de Arqueologia nos seminários portugueses.

O notório aumento do número de candidatos admitidos ao Curso, demonstraria, em última análise, o sucesso obtido durante a primeira parte, assim como a projecção nacional que a mesma teria alcançado.<sup>68</sup>

Será, talvez, interessante referir-mos que, o facto do Curso ter passado a ser designado, em finais de oitenta, de *Curso Elementar de Archeologia*, para *Curso Superior de Archeologia*, revelaria a estimável e ampla aceitação que a sua estrutura interna – tanto ao nível dos conteúdos, como na forma da sua explanação

<sup>67</sup> I.A.N./T.T., *Idem*, t. VII, em 4.ª, doc. 3114, 1885.

<sup>68</sup> *Id.*, *idem*, t. XVII, em 8.ª, doc. 3602-bis, 1886. Ver também “Chronica da nossa associação”, *Boletim de Architectura...*, 2ª série, t. V, n.º 6, 1887, p. 111; Émile Travers, *L'Enseignement de l'Archéologie...*, pp. 3-7.

–, teria, entretanto, alcançado no seio do tecido intelectual português, atendendo, sobretudo, ao rigor científico que, desde sempre, caracterizara as múltiplas actividades encetadas por Possidónio da Silva.

O exame referente à primeira parte do curso realizar-se-ia a quatro de Janeiro de 1886, no qual se apresentariam apenas onze da totalidade dos alunos, aos quais seriam distribuídos cadernos com as respectivas trinta e duas perguntas, formuladas pessoalmente por Possidónio. O exame decorreria na presença de um júri, composto pelo próprio Possidónio, Carlos Munró, José de Saldanha, Júlio de Castilho e o Visconde de Alenquer, entre as onze e as dezasseis horas. A sua avaliação seria efectuada por um júri, composto pelos acima referidos, à excepção dos dois primeiros, para além de Vilhena Barbosa, Visconde de S. Januário, Teixeira de Aragão e António Pimentel Maldonado. A avaliação não seria, contudo, efectuada sem algumas dificuldades, porquanto os membros do júri a realizariam com “a maior paciência e na presença de bons livros”,<sup>69</sup> após o que se “aquilata[ria] o merecimento absoluto e relativo de todos os estudantes.”<sup>70</sup>

Apesar dos diversos apuros que estariam subjacentes a esse processo de avaliação, pensamos que a sua entrega, a esse grupo específico de associados teria tido um propósito muito concreto. Na verdade, acreditamos que, essa, constituiria uma das formas que Possidónio encontraria de molde a entrosar alguns dos mais empenhados dos seus consócios, em todas as questões inerentes, não apenas ao futuro da vida associativa, em si, como, sobretudo, ao desenvolvimento, no nosso país, dos estudos arqueológicos, nomeadamente dos pré-históricos.

A sua já avançada idade – 80 anos –, a constatação da existência de um reduzido número de individualidades nacionais, verdadeiramente interessado na disseminação desse tipo de investigação, entre nós, bem como a consciencialização do papel determinante que a *Real Associação* poderia desempenhar na concretização desse mesmo desiderato – nomeadamente face ao persistente desinteresse governamental –, ter-se-iam revelado factores decisivos nessa sua tomada de decisão. Intencionalidade essa que se revelaria na criação, no seio daquela mesma associação, de um grupo de pessoas suficientemente coeso, empenhado, conhecedor e desperto para a premência da perpetuação de todo um somatório de actividades, que vinham sendo delineadas, sobretudo por si, e, pelo menos, desde os primórdios da *Real Associação* (1863).

Após a criteriosa avaliação dos exames, seriam seriados os melhores alunos, aos quais se concederiam os prenunciados prémios pecuniários, para além de diplomas de incentivo a todos os que, não tendo correspondido às expectativas

---

<sup>69</sup> *Ibid.*

<sup>70</sup> *Ibid.*

iniciais, teriam revelado um destacado empenhamento ao longo do Curso, nomeadamente através da sua assiduidade.

Para além de constituírem um incentivo para que os discentes aprofundassem os seus conhecimentos nas áreas leccionadas, bem como ao aparecimento de outros tantos candidatos às subseqüentes séries de prelecções sobre as temáticas abordadas, essas distinções assumiriam um outro papel, talvez menos altruísta, mas notoriamente mais pragmático e, a longo termo, possivelmente mais eficaz. Referimo-nos ao facto de que, concedendo um tal grau de solenidade e seriedade aos estudos arqueológicos, de um modo geral, e aos pré-históricos, muito particularmente, Possidónio consideraria poder fazer com que o *Curso Elementar de Archeologia* despertasse as devidas consciências institucionais para a sua implementação a um nível universitário, ao mesmo tempo que adquirir o devido estatuto no seio da nossa sociedade letrada de oitocentos, que permitisse a propagação e interiorização do seu verdadeiro estatuto científico.

Estatuto esse que seria acentuado pelo facto dos prémios e diplomas terem sido subsidiados pelo príncipe herdeiro, D. Carlos, quem, ademais, se viria impossibilitado de entregá-los pessoalmente, fazendo-se substituir, nesse acto solene e público, por um dos seus mais directos colaboradores.

Como prelúdio a essa sessão extraordinária, competiria ao discente que mais se destacara, tanto durante o Curso, como nos resultados dos exames, D. António José de Mello, proceder à leitura de uma comunicação, que seria publicada no *Boletim de Architectura e Archeologia*, em 1890.

A sua intervenção incidiria essencialmente sobre a explanação dos conteúdos programáticos das aulas ministradas por Possidónio da Silva, ao mesmo tempo que sublinharia a metodologia pedagógica aplicada no seu decurso.

Existindo, entre a vasta correspondência pessoal de Possidónio, o documento manuscrito e preparatório desse mesmo artigo, pareceu-nos pertinente proceder a uma breve análise comparativa dessa primeira versão, redigida pelo aluno em causa, e a definitiva, claramente rectificada por Possidónio.<sup>71</sup>

Constatámos, assim, que, a relativamente extensa introdução incluída no texto impresso, explorando e debatendo os conceitos de Arqueologia, Arqueologia Pré-histórica, objecto, objectivo e metodologias de intervenção inerentes à jovem ciência – nomeadamente no que ao entendimento, definição e relevância da comparação etnográfica respeitaria –, seria da exclusiva autoria de Possidónio ou, pelo menos, claramente delineada por si. Inclinamo-nos, todavia, para a primeira hipótese, por se depreender a presença da sua forma característica de explicar os assuntos, bem como o seu estilo literário, muito próprio.

---

<sup>71</sup> I.A.N./T.T., *Idem*, t. VII, em 4º, s/n, 1886.

Podemos, por outro lado, detectar outras dessemelhanças entre os dois textos, entre as quais destacaríamos uma maior relevância que a versão impressa concederia às investigações efectuadas no nosso país, de um modo genérico, e por Carlos Ribeiro, muito particularmente, bem como à importância da realização, em Lisboa, do IX Congresso Internacional de Antropologia e Archeologia Pré-histórica, para além dos estudos dolménicos, levadas a efeito por Pereira da Costa.

Acrescentamentos e ênfases esses que decorreriam de uma nítida e legítima necessidade de se conceder uma maior projecção à Archeologia nacional, de molde a sensibilizar um mais vasto espectro da população portuguesa para a importância que esses estudos iam assumindo no nosso território, o seu carácter percursor, bem como o crescente conceito que os mesmos iam adquirindo no seio da comunidade científica internacional. Seria, igualmente, uma forma mais de tentar legitimar a pertinência da institucionalização desses estudos entre nós.

Porquanto essa abrangência não poderia ser alcançada sem uma devida cobertura jornalística do evento, Possidónio congregaria os seus esforços, no sentido de serem publicadas pequenas notícias acerca da sessão solene de encerramento do curso, nos periódicos de maior projecção nacional. Seria o caso, entre outros, do *Diário de Notícias*, em cuja edição de 29 de Maio de 1888, se referiria, a determinado passo:

“Foi muito interessante e de grande significação por este novo elemento que entrou na instrução nacional: o ensino methodico da archeologia, em curso, embora elementar, regular. É mais um serviço que se deve á associação dos architectos e archeologos e ao seu benemerito presidente [Possidónio da Silva].”

Perante o sucesso alcançado com a primeira realização do *Curso Elementar de Archeologia*, Possidónio certamente que perspectivaria a sua continuação. Contudo, esse seu intuito não seria concretizado. Poderemos conjecturar sobre as razões que teriam estado na base dessa descontinuidade, nomeadamente referindo o facto de que a época que decorreria entre 1889 e 1893, seria particularmente difícil para a vida interna e externa do nosso país, de tal forma que acabaria por reflectir-se na própria vivência associativa.

Influência essa que se denotaria, por exemplo, na notória irregularidade com a qual as reuniões associativas passariam a ser convocadas, como ainda – e, possivelmente o aspecto mais significativo de todo esse processo –, a interrupção da publicação do órgão impresso oficial da *Real Associação*, o *Boletim de Architectura e Archeologia*, precisamente durante esses anos. Revista essa que, aliás, já vinha sendo financiada pessoalmente pelo próprio Possidónio, desde meados dos anos setenta, ou seja, desde o início da sua 2.ª série.

Na verdade, factores tão díspares como o falecimento de D. Luís, um dos principais, e mais activos colaboradores e financiadores das inúmeras actividades encetadas no seio associativo, o desfecho da questão do “Mapa-Côr-de-Rosa” e

todo um somatório de acontecimentos subjacentes ao “Ultimatum Inglês”, teriam estado na base do decréscimo da vida cultural no seio daquela instituição particular.

Não obstante, Possidónio não deixaria de delinear toda uma outra série de projectos, no cerne dos quais se encontraria, então, como sempre, a preocupação em incentivar a implementação e desenvolvimento dos estudos arqueológicos no nosso país que, entretanto, já iam frutificando e granjeando notoriedade além-fronteiras.

Seria imbuído desse espírito, bem como de uma profunda convicção de que somente através de uma persistente campanha de sensibilização se poderia aspirar incutir, num crescente tecido social português, a premência de se instituírem os estudos arqueológicos no nosso país, que Possidónio ponderaria a necessidade – e eficácia –, de organizar outro tipo de eventos que fossem suficientemente apelativos.

E, as denominadas “excursões arqueológicas” – verdadeiras visitas de estudo –, encontrariam um lugar de destaque nesse seu propósito.

Assim, e à semelhança do que se praticaria noutras sociedades congêneres estrangeiras (onde, aliás, a denominada “excursão científica” seria já praticada em pleno setecentos, apesar de que a sua primordial finalidade constituísse, então, a recolha de um número suficiente de materiais que possibilitasse o preenchimento das salas de exposição das suas próprias colecções particulares, isto é, dos denominados “gabinetes de curiosidades”), Possidónio prepararia visitas de estudo a alguns dos principais sítios arqueológicos, entretanto descobertos no nosso território. Seria ele, ainda, quem explicaria a necessidade da implementação dessa prática no nosso território, ou seja, precisamente em virtude dos bons resultados que a mesma teria alcançado noutros países:

“O Ex.mo Snr. Presidente lembrou a Assembleia que em todos os países cultos, onde existem sociedades científicas e artísticas, principalmente sendo architectonicas e archeologicas, costumam os seus socios de tempos a tempos fazer excursões de instrucção, já visitando os principaes estabelecimentos scientificos, já os principaes monumentos, tanto do pais onde tem a sua séde, como dos países estrangeiros. Era para sentir que entre nós não houvesse tal costume....”<sup>72</sup>

Iniciativa essa que Possidónio passaria a colocar em prática, sobretudo a partir de meados dos anos setenta, ou seja, coincidentemente com o despontar de todo um conjunto de iniciativas que, na sua totalidade, revelariam o seu despertar definitivo para todas as temáticas concernentes à Arqueologia Pré-histórica, muito particularmente (*Vide supra*).

---

<sup>72</sup> A.H./A.A.P., *Actas da Assembleia Geral*, n.º 132. Documento transcrito, com o n.º 139, no 3.º volume do seguinte trabalho: Ana C. N. Martins, *Possidónio da Silva e a Memória Histórica...*

As visitas seriam preparadas com a principal finalidade de dar a conhecer, *in loco*, algumas das mais significativas e representativas estruturas arqueológicas portuguesas, e sobre as quais os seus discentes – para quem, na verdade, essas “excursões” revelar-se-iam um incontestável e imprescindível complemento aos conteúdos programáticos, por exemplo, do Curso de Archeologia –, e demais consócios, ter-se-iam, entretanto, inteirado, nomeadamente através de artigos publicados no *Boletim*, bem como do teor das preleções, ministradas por Possidónio.<sup>73</sup>

Consciencializando, porém, quão adversos se revelariam os portugueses, em geral, em deslocar-se para longe do circuito das suas vivências quotidianas, Possidónio sentiria uma nítida premência em preparar aquelas visitas a locais não muito distantes da capital do país:

“Não era necessario fazer longas excursões. Em volta de Lisboa se encontram muitos monumentos preciosos dignos de serio e aturado estudo – Não era necessario fazer grandes despesas; e, se qualquer Ex.mo Socio não podesse fazel-as, poderia recorrer ao cofre da Associação – Não obrigava os Ex.mos Socios a fazer taes excursões – limitava-se a apresentar a sua lembrança, e a pedir que se inscrevessem aquelles Ex.mos Socios que approvassem a sua lembrança.”<sup>74</sup>

Seria, assim, que Possidónio da Silva organizaria, por exemplo, a 7 de Abril de 1889, uma visita de estudo a alguns sítios arqueológicos da região de Lisboa:

“Começaria a primeira excursão pela visita ás ruínas de Troia em Setubal, e ás tres grutas da Quinta da Lapa, proximo de Palmella. A excursão duraria tres dias – sabbado – domingo e segunda feira e na occasião que mais conviesse. Acrescentou mais que a Associação necessitava mostrar perante o publico indifferente, que tem vitalidade a fim que despertando possa fazer com que se inscrevam na lista de seus socios muitos trabalhadores indefesos. O Ex.mo Sr. Socio Maldonado Pimentel louvou a lembrança do Ex.mo Sr. Presidente, declarou que não lhe parecia necessario recorrer ao cofre da Associação e participou que de bom grado esta prompto a tomar parte na primeira excursão [...]. O Ex.mo S. Socio Porto lembrou a conveniencia de se enviar uma circular a todos os Ex.mos Snnrs. Socios convidando-os a tomar parte na excursão.”<sup>75</sup>

O receio que expressaria relativamente à desejável adesão e assiduidade a essas suas iniciativas seria, na verdade, confirmado, porquanto a visita perspec-

<sup>73</sup> Maria L. E. da V. A. Santos, “Estácio da Veiga: a Carta Arqueológica e o Museu do Algarve”, *Noventa Séculos Entre a Serra e o Mar*, cord. Maria Filomena Barata, Lisboa, I.P.P.A.R., 1997, p. 52.

<sup>74</sup> *Ibid.*

<sup>75</sup> A.H./A.A.P., *Actas da Assembleia Geral*, n.º 132. Documento transcrito, com o n.º 139, no 3.º volume do seguinte trabalho: Ana C. N. Martins, *Possidónio da Silva e a Memória Histórica...*

tivada a Tróia, Palmela e Ota, não mereceria a atenção generalizada que pretendia, pelo menos a atestar pelo verificado número de desistências. Um dos consócios afirmar-lhe-ia, a esse propósito, que,

“Sint[ia] muito perder tão azada e agradável ocasião de [s]e instruir examinando as localidades e ouvindo as explicações dos entendidos archeologos que tomam parte na primeira digressão”.<sup>76</sup>

Muito naturalmente, Possidónio não seria a única individualidade a tomar essa iniciativa no nosso território. Outros arqueólogos portugueses preparariam excursões similares, como aconteceria no caso específico de Estácio da Veiga, quem, ademais, delinearía acuradamente os roteiros das visitas de estudo que preparava, ao mesmo tempo que perspectivava a publicação dos seus resultados. Entre estes últimos, será, talvez, pertinente destacarmos a metodologia utilizada nos levantamentos topográficos, os próprios diários de viagem, as descrições pormenorizadas, e circunstanciadas, do observado, a listagem dos acompanhantes, bem como as relações mantidas com as entidades locais, fossem elas individuais ou colectivas. Se essa ordem, iminente positivista, presidiria, ou não, às visitas de estudo organizadas por Possidónio da Silva, não o sabemos. Mas, certamente que não diferiria substancialmente daquela, sobretudo se atendermos a toda uma postura metódica que, desde sempre, se encontrariam subjacentes às suas múltiplas actividades, profissionais, ou não.

Paralelamente à organização daquelas visitas de estudo, Possidónio não se furtaria a acompanhar algumas individualidades, de maior relevo social, nalguns dos périplos que efectuariam pelo nosso país. Seria, por exemplo, o caso do próprio Imperador do Brasil, quem, acompanhado pelo seu neto, solicitaría a sua constante presença numa determinada *investigação archeologica*,<sup>77</sup> que projectaram efectuar em Portugal, assim que regressassem de uma digressão pelas principais capitais europeias, e antes de partirem, definitivamente, para o Rio de Janeiro. Para além da persistência de um certo espírito romântico – com recorrências ao *Grand-Tour* –, essa pretensão revelaria o incontestável prestígio que Possidónio desfrutaria, tanto no seio da própria Casa Real portuguesa, como no dos seus mais directos familiares.

---

<sup>76</sup> I.A.N./T.T., *Idem*, t. XXI, em 8.ª, doc. 4228, 1889.

<sup>77</sup> “Chronica da nossa associação”, *Boletim de Architectura...*, 2ª série, t. V, n.º 9, 1887, p. 142.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os esforços envidados por Possidónio, no sentido de promover a instauração dos estudos arqueológicos no nosso país, não se revelariam, efectivamente, inglórios e circunstanciados. Pelo menos, no âmbito associativo.

Com efeito, um dos mais destacadas consócios, A. E. de Freitas Cavaleiro e Sousa, realizaria um ciclo de conferências, que intitularia *Paleon-Ethnologicas*, em meados de 1888. Designação essa que, no fundo, denunciaria a aceitação de um quadro epistemológico muito concreto, relacionado com a crença, então largamente difundida no seio de uma vasta comunidade científica europeia, segundo a qual se poderia apreender as vivências materiais das comunidades pré-históricas, apenas mediante a aplicação do método de comparação etnográfica. É o que poderemos inferir das suas palavras, ao afirmar que "... a humanidade prehistorica, tan' relacionada com a moderna, sua representante legitima, decorridas milhares de gerações e realizadas centenas de evoluções sociaes e paleontologicas."

O folheto informativo dessas preleções evidenciava a reiteração de um conjunto de pressupostos teóricos que Possidónio explanara e arguira no decorrer do *Curso Elementar de Archeologia*:

"THEMA = Origem e desenvolvimento d'as raças humanas atravez d'os seculos. ARGUMENTO = Origem d'o homem, segundo a theoria darwiniana. O homem primitivo, propriamente dito, é muito anterior a o diluvio biblico. O homem não é oriundo d'a Asia e menos ainda d'a Europa, mas d'a Africa. A propagação d'a especie humana operou-se d'a Africa para a Asia, e d'aqui para a Europa, etc. São tres as phases porque passou a civilização d'essa especie, e tres os typos principaes d'a mesma especie. A civilização e aperfeiçoamento d'a humanidade acompanhou evolutivamente esta na sua longa peregrinação terrestre."

Para além de se denotar, nessa passagem, uma inflexão, concernentemente à teoria do *ex orient lux*, – bem como a influência da tese africanista do investigador espanhol Tubino (com a qual Possidónio discordaria) –, sublinhava-se também a supremacia, definitiva, de uma postura iminentemente positivista, no tocante à investigação arqueológica. É o que demonstram as seguintes palavras:

"Assim ligaremos a historia d'as nações á d'a Terra que lhes serve de theatro; mas historia que não prefira a revelação, a fé d'o erro, que deve envergonha-la, á duvida prudente d'a sabedoria, que a exalta; aceitando sim hypotheses, mas fundadas nas bases solidas d'a sciencia. Não tomar por base as reliquias d'os systemas dogmaticos, que tem por oraculo supremo a Aristoteles, sim consultar a sciencia; em vez de principios arbitrarios, a intuição philosophica, que foi a base d'os importantes estudos que abrilhantam o seculo XIX [...]."



Seria, no fundo, a evidência evolucionista a sobrepor-se, finalmente, ao secular dogma creacionista, num ambiente iminentemente neo-iluminista, ou, por outras palavras, positivista.

Seria com essa mesma vontade inabalável, de demonstrar a inequívoca validade das investigações pré-históricas, que Possidónio teria concedido uma notória primazia ao seu estudo, durante o *Curso Elementar de Archeologia*. Com efeito, não nos passou despercebido o facto da sua primeira parte – integralmente dedicada à Arqueologia Pré-histórica –, não ter apenas revelado um maior peso, no Curso em geral, chegando mesmo a totalizar mais de metade do tempo que lhe seria concedido, como auferiria de uma atenção, de uma propaganda e projecção nacionais, largamente superior à segunda, integralmente devotada à Arqueologia Histórica.

Evidência essa que demonstrava bem a consciência de Possidónio relativamente à urgência da implementação e disseminação daqueles estudos no nosso país, bem como à diferenciação de estatuto científico, que seria ainda concedida, entre nós, àquela que se entendia constituir a Arqueologia, ou seja, a Histórica, e à Pré-histórica.

Por outro lado, o Curso de Arqueologia, coordenado por Possidónio, constituiria, inegavelmente, um poderoso incentivo para o surgimento de outros tantos no nosso país.

Na verdade, seria o arqueólogo algarvio, Estácio da Veiga, quem mais veementemente defenderia a sua implementação a um nível nacional. No seu *Programa para a instituição dos estudos archeologicos em Portugal*, entregue ao Ministério da Instrução Pública, em 1890, Estácio da Veiga chegaria, mesmo, a perspectivar a instituição de um ensino liceal e universitário da Arqueologia.<sup>78</sup>

Por outro lado, o sucesso alcançado com o Curso ministrado por Possidónio, impulsionaria, de forma definitiva, a votação parlamentar, ainda durante o ano de 1886, da instituição da primeira cátedra de Arqueologia no nosso país, no âmbito da Universidade de Coimbra. Não obstante, esse lugar permaneceria por ocupar durante cinco anos.

Esse, ter-se-ia revelado, em última instância, o culminar de um longo percurso, que Possidónio começara a trilhar, ainda durante os anos quarenta, quando a ausência de estudos específicos sobre História da Arte, em geral, e da Arquitectura, em particular, se encontrariam precária e superficialmente implementados no nosso ensino. Facto que o incentivaria a redigir, ulteriormente, dois verdadeiros compêndios de Arqueologia, cujos conteúdos perspectivara deverem ser ministra-

---

<sup>78</sup> Victor dos S. Gonçalves, “Estácio da Veiga: um programa para a instituição dos estudos arqueológicos em Portugal. 1880-1891”, *História e Crítica*, Lisboa, 1980.

dos nos mais variados estabelecimentos de ensino portugueses, incluindo os próprios seminários. Tudo, em nome de uma efectiva salvaguarda da memória nacional, na qual se deveriam rever as populações sediadas nas suas mais diversas localidades e regiões, contribuindo, dessa forma, para a cimentação de uma necessária unidade sentimental e cultural, em prol da independência geográfico-política do nosso território.

## REFERÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS E BIBLIOGRÁFICAS

1.

A.M./A.A.P., *Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses IAN/TT, Correspondência Litteraria e Scientifica de J. Possidonio N. da Silva.*

2.

ARNAUD, José M. (2000) – “Possidónio Percursor do Ensino e da Investigação Arqueológica em Portugal”, *Arqueologia e História*, vol. 51, Lisboa, A.A.P./Colibri.

BINFORD, Lewis R. (1991) – *Em Busca do Passado*, Lisboa, Pub. Europa-América.

C., J. C. N. (1842) – “O Mundo Primitivo”, *O Panorama*, 2.ª série, n.º 1, Lisboa.

CARANDINI, Andrea (1981) – *Storie dello Scavo Archeologico*, Bari, De Donato.

*Catalogo do Museu da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, (1891) – Lisboa, Typographia Universal.

CHOFFAT, Paul (1892) – “Esquisse de la Marche de l’Étude Géologique du Portugal”, *Revista de Portugal*, vol. IV, Porto, Livraria Portuense.

“Chronica da nossa associação” (1877) – *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.ª série, t.V, n.º 6, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.

“Chronica da nossa associação” (1885) – *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.ª série, t. IV, n.º 9, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.

“Chronica da nossa associação” (1887) – *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.ª série, t. V, n.º 9, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.

“Chronica” (1876) – *Boletim de Architectura e Archeologia e Archeologia*, 2.ª série, t. I, n.º 10, Lisboa, Lallemand-Frères.

COLES, John (1977) – *Arqueologia Experimental*, Lisboa, Bertrand.

*Correspondência Epistolar entre Emilio Hübner e António Mesquita de Figueiredo (Arqueologia e Epigrafia). 1898-1900* (1948) – Lisboa, Impressão Portugal.

DANIEL, Glyn (1968) – *El Concepto de Prehistoria*, Barcelona, Editorial Labor.

DÉCHELETTE, J. (1908) – *Manuel d’Archeologie Préhistorique, Celtique et Gallo-Romaine*, t. I, Paris, Picard et Fils.

DENNELL, Robin (1996) – “Nationalism and Ideology in Britain and Europe”, *Nationalism and Archaeology*, ed. John A. Atkinson, Ian Banks, Jerry O’Sullivan, Gaslgow, Cruithre Press.

GONÇALVES, Victor dos S. (1980) – “Estácio da Veiga: um programa para a instituição dos estudos arqueológicos em Portugal. 1880-1891”, *História e Crítica*, Lisboa.

GONÇALVES, Victor dos S. (1980) – “IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica (Lisboa, 1880). Crónica de Bordalo Pinheiro”, *Actas do IV*

- Congresso Nacional de Arqueologia*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.
- GONÇALVES, Vítor dos S. (1993) – “O Congresso Internacional de 1880”, *História de Portugal*, dir. João Medina, t. I, Lisboa, EdiClube.
- GRAN-AYMERICH, Ève (1998) – *Naissance de l'Archéologie Moderne. 1798-1945*, Paris, C.N.R.S.
- GRIFFITHS, T. (1996) – *Hunters and Collectors*, Cambridge, Cambridge University Press
- HENRIQUES, Júlio A. (1866) – *Antiguidade do Homem*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- JORGE, Susana de O. (1990) – “A Consolidação do Sistema Agro-Pastorial”, *História de Portugal. Das Origens à Romanização*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Presença.
- La Science pour Tous. Sur la Vulgarisation Scientifique en France de 1850 à 1914* (1999) – dir. Bruno Béguet, Paris, Bibliothèque du CNAM.
- LAMING-EMPERAIRE, Anne (1984) – *La Arqueología Prehistorica*, Barcelona, Ediciones Martínez Roca.
- L'Invention de la Préhistoire* (1992) – dir. Nathalie Richard, Paris, Presses Pocket.
- MARTINS, Ana C. N. (2000) – “Perspectivas Antropológicas no Museu Archeologico do Carmo” *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, n.º, Porto, S.P.A.E. No prelo.
- MARTINS, Ana C. N. (2000) – “Possidónio da Silva, a R.A.A.C.A.P. e a Arqueologia no Portugal de Oitocentos. A Conservação dos Monumentos Arqueológicos”, vol. I, *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, A.D.E.C.A.P.
- MARTINS, Ana C. N. (1999) – “Possidónio da Silva, a R.A.A.C.A.P. e os Estudos Pré-históricos no Portugal Oitocentista”, *Arqueologia*, n.º 24, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto.
- MARTINS, Ana C. N. (2000) – *Possidónio da Silva e a Memória Histórica. Um Percorso na Arqueologia Portuguesa de Oitocentos*, Texto Policopiado, Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Lisboa, F.L.U.L., 2000.
- MARTINS, Ana C. N. “Vicissitudes de um *Levantamento* de Monumentos Históricos”. No prelo.
- MATOS, Sérgio C. (1999) – “Leite de Vasconcelos no Debate Acerca da Formação de Portugal: um Confronto com Oliveira Martins”, *O Arqueólogo Português*, série. IV, vol. 11/12, Lisboa, M.N.A.
- MELLO, António J. (1877) – “Dissertação”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.ª série, t. II, n.º 4, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- MELLO, Antonio J. de (1890) – “Dissertação”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.ª série, t. VI, n.º 8, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- MELLO, António José de (1885) – “Um Curso Elementar d' Archeologia no Museu do Carmo” *Revista Militar*, Lisboa, Typographia da Casa da Moeda, 1885.
- “Monumentos célticos ou druidicos” (1853) – *O Panorama*, 3.ª série, n.º 2, 1853.
- PAÇO, Afonso do (1983) – “Carlos Ribeiro”, *Dicionário de História de Portugal*, t. V, dir. Joel Serrão, Porto, Liv. Figueirinhas.
- PAÇO, Afonso do (1983) – “Joaquim Filipe Nery da Encarnação Delgado”, *Dicionário da História de Portugal*, t. II, dir. Joel Serrão, Porto, Liv. Figueirinhas.
- RAPOSO, Luís (1999) – “Do Somme ao Tejo: a vida e obra de Henri Breuil”, *O Arqueólogo Português*, vols. 11/12, Lisboa, M.N.A.

- SANTOS, Manuel F. dos (1985) – *Pré-História de Portugal*, Lisboa, Verbo.
- SANTOS, Maria L. E. da V. A. dos S. (1997) – “Estácio da Veiga: a Carta Arqueológica e o Museu do Algarve”, *Noventa Séculos Entre a Serra e o Mar*, cord. Maria Filomena Barata, Lisboa, I.P.P.A.R.
- Séances Générales de la Société Française d'Archéologie pour la Conservation des Monuments Historiques* (1865) – XXXIIème sèssion.
- SILVA, Joaquim P. N. da (1881) – “Archeologia Prehistorica”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.ª série, t. III, n.º 5, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- SILVA, Joaquim P. N. da (1881) – “Archeologia Prehistorica. As cavernas”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.ª série, t. III, n.º 7, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- SILVA, Joaquim P. N. da Silva (1887) – “Explicação da Estampa n.º 79”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.ª série, t. V, n.º 7, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- SILVA, Joaquim P. N. da (1890) – “Gravadores e esculptores prehistoricos”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.ª série, t. VI, n.º 6, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- SILVA, Joaquim P. N. da (1977) – “Grutas Prehistoricas”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.ª série, t. II, n.º 4, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- SILVA, Joaquim P. N. da (1885) – “Inscriptions très Anciennes et Rare Gravés et Peinte sur un Rocher en Portugal”, *Association Française pour l'Avancement des Sciences*, Congrès de Grenoble.
- SILVA, Joaquim P. N. da (1876) – *Noções Elementares de Archeologia*, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères, 1876.
- SILVA, Joaquim P. N. da (1888) – “Relatorio”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.ª série, t.VI, n.º 2, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- STIEBING JR., W. H. (1993) – *Uncovering the Past. A History of Archaeology*, Oxford, Oxford University Press.
- TRAVERS, Émile (1891) – *L'Enseignement de l'Archéologie en Portugal en 1890*, Caen, Henri Delesques, Imprimeire-Librairie.
- VEIGA, Estácio da (1879) – *Antiguidades de Mafra*, Lisboa, Typographia da Accademia.
- VEIGA, Estácio da (1887) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, t. IV, Lisboa, Impresão Nacional.
- VEIGA, Estácio da (1880) – *Memória das Antiguidades de Mértola, observadas em 1877 e relatadas*, Lisboa, Impresão Nacional.
- VILELLA, Sá (1877) – “Congresso Internacional dos Americanistas”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.ª série, t. II, n.º 4, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.

# ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL DO CONCELHO DE MATOSINHOS - I

por

**José Manuel Lopes Cordeiro**

## INTRODUÇÃO

Apesar de nos últimos anos ter aumentado entre nós o interesse pela arqueologia industrial esta encontra-se ainda numa fase embrionária, quer quanto ao conhecimento exacto do seu objecto de estudo, quer quanto à sua aplicação para uma leitura arqueológica do nosso passado recente. Por outro lado, a arqueologia industrial – como ramo da arqueologia do período histórico que se inicia com a industrialização – por razões que se prendem com a sua génese, tem prestado uma maior atenção aos aspectos relacionados com a cultura material e as actividades económicas, do que com as outras vertentes da actividade social que decorreram nesse período histórico. Esta maior preocupação por estudar o passado industrial tem uma explicação simples: decorre do facto de a industrialização – simbolizada na fábrica moderna, ou seja, numa nova forma de organizar a produção e o trabalho humano –, quando surgiu na segunda metade do século XVIII, ter suscitado uma completa ruptura com a sociedade e a economia então prevalecentes – embora, como se sabe, com diferentes ritmos – o que tem provocado que a investigação em arqueologia industrial preste uma maior atenção a essa vertente da sociedade que a industrialização criou.

Importa, deste modo, clarificar os conceitos logo à partida, razão pela qual talvez se justifique a seguinte transcrição, onde são definidos o conceito, o objecto e o período cronológico em que assenta esta disciplina. Na nossa interpretação, “o objectivo da arqueologia industrial é o registo, a investigação e a análise dos vestígios materiais resultantes desenvolvimento social, económico e tecnológico do período histórico que se inicia com a industrialização, com a finalidade de produzir conhecimentos históricos capazes de o interpretar e explicar. A industrialização provocou uma nova organização da economia e do trabalho, assim como um novo tipo de relações sociais, de atitudes e de comportamentos, até então

desconhecidos, que a arqueologia industrial procura fixar através do estudo dos vestígios da sua cultura material. O estudo do passado industrial contempla os vários aspectos que caracterizam o surgimento e o desenvolvimento da sociedade industrial, desde os sistemas de transporte às condições de vida da população, para além, evidentemente, das instalações fabris e sítios industriais. Se é simples determinar o início do período cronológico abrangido pela arqueologia industrial, dependendo apenas dos diferentes ritmos de industrialização verificados nos vários países e continentes, assim como dos distintos sectores industriais, já não é tão evidente definir o seu *terminus*. Contudo, o recente fenómeno da globalização, a aceleração e a renovação tecnológicas que se registam neste final de milénio, têm contribuído para que se aceite como limite cronológico da arqueologia industrial o momento a partir do qual, num determinado sector industrial em estudo, se constata uma substituição da tecnologia que está sendo utilizada. A arqueologia industrial serve-se do método arqueológico e dos seus procedimentos específicos – prospecção, escavação, documentação, classificação, análise estratigráfica e análise espacial – para produzir os conhecimentos históricos a partir dos quais se poderá compreender, interpretar e explicar os diferentes aspectos do período que é objecto do seu estudo. Tal como se verifica noutros ramos da arqueologia, a arqueologia industrial incorpora no método arqueológico as informações procedentes de outro tipo de registos, como o escrito, o oral ou o iconográfico. Muito mais abundantes e variados que os existentes para períodos anteriores, estes devem contudo ser entendidos como complemento dos vestígios materiais, e nunca como seus substitutos”<sup>1</sup>.

Uma das preocupações que tem vindo a ser manifestada por todos aqueles que trabalham nesta área prende-se com a necessidade urgente de se proceder, no todo nacional, à realização de inventários do património industrial. Como tivemos oportunidade de salientar recentemente<sup>2</sup>, só com a realização de inventários sistemáticos poderemos ter um conhecimento rigoroso do valor e do interesse de um qualquer sítio industrial, e, conseqüentemente, alertar as entidades que têm o dever de zelar pela salvaguarda e conservação do nosso património, para a necessidade, ou não, de o proteger. Num período de rápidas transformações económicas, de reconversão e expansão urbana, como o que vivemos, torna-se imperioso realizar este tipo de inventários do património industrial, tanto mais que frequentemente essa reconversão se realiza em zonas anteriormente ocupadas por actividades industriais, onde se encontram inúmeros vestígios que devem ser registados e analisados.

---

<sup>1</sup> José Manuel Lopes Cordeiro (1999), “Arqueologia industrial”, in António BARRETO e Maria Filomena MÓNICA (Coords.), *Dicionário de História de Portugal – Suplemento*. Porto: Livraria Figueirinhas, Vol. VII, p. 118.

<sup>2</sup> Cláudio Torres e Vítor Oliveira Jorge (Coords.) (1999), *A Arqueologia e os Outros “Patrimónios”*. Porto: ADECAP – Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular, pp. 68-70.

Será, portanto, na perspectiva acima apresentada que, numa série de artigos dos quais este é o primeiro, iremos abordar o tema da arqueologia industrial do concelho de Matosinhos. Até há bem pouco tempo um concelho essencialmente rural, Matosinhos inicia, no dealbar do século XX, um processo de transformação económica e social cujas razões derivam de dois acontecimentos fundamentais: a construção do porto de Leixões, inicialmente projectado apenas como porto de abrigo, inaugurado em 1892, e o arranque do processo de industrialização, no qual o sector da indústria de conservas de peixe desempenhou desde o início um papel primordial. A industrialização, como é usual ocorrer num processo deste tipo, não marcou uniformemente o concelho. Uma boa parte da sua área total conservou o seu original carácter de ruralidade praticamente até aos nossos dias, embora a rápida expansão das actividades económicas, o aumento da população e, conseqüentemente, das áreas urbanas, tenham levado à saturação das freguesias que primeiro se industrializaram e urbanizaram. Deste modo, mesmo as freguesias mais periféricas e rurais, como as que abordamos neste primeiro artigo, experimentam actualmente um processo de transformação das suas actividades económicas e sociais, assim como da sua fisionomia.

O concelho de Matosinhos, tal como o conhecemos hoje em dia, é de constituição recente. Criado em 1835, com a denominação de Bouças, as suas fronteiras alteraram-se, desde então, ao longo dos anos, perdendo sucessivamente freguesias para os concelhos limítrofes. A abertura da estrada da circunvalação em 1895 teve como consequência a integração das freguesias de Nevogilde, Aldoar e Ramalde, que pertenciam ao concelho desde a sua criação, nos limites territoriais do Porto; as duas últimas apresentavam já então testemunhos da indústria moderna e de novas formas de organização da produção, como a indústria ao domicílio articulada com a fábrica moderna. Por fim, o facto da vila de Matosinhos – desde 1853 constituída por Matosinhos e Leça da Palmeira – se encontrar mais desenvolvida que a de Bouças (denominação atribuída em 1839 ao lugar da Senhora da Hora) a qual era então a sede do concelho – determinou que em 1909 se alterasse a denominação do concelho para Matosinhos.

A economia do concelho de Matosinhos apresentava, nos finais do século passado, características típicas de uma economia pouco modernizada, onde a agricultura desempenhava um papel preponderante<sup>3</sup>. A maioria da população dedicava-se, como sempre o tinha feito, a realizar as rudimentares tarefas agrícolas, conquanto essenciais para a sua sobrevivência: cultivo dos campos a fim de se abastecerem de cereais, actividades piscatórias, criação de gado, cultivo da vinha

---

<sup>3</sup> Os dados que seguidamente apresentamos foram retirados do meu trabalho *A Indústria Conserveira em Matosinhos. Exposição de Arqueologia Industrial*, publicado pela Câmara Municipal de Matosinhos em 1989, pp. 9-11.

e de produtos hortícolas. Na sociedade rural que praticava este tipo de economia a maioria das habitações e dos edifícios das explorações agrícolas eram construídos com recurso à mão-de-obra local, o mesmo se verificando com as roupas então utilizadas e com a produção dos tecidos nelas utilizados. Em suma, uma sociedade e uma economia quase auto-suficientes, apresentando características nitidamente pré-industriais, as quais, persistirão ainda nos incílios do século XX.

Com a aproximação do final do século XIX iniciam-se transformações consideráveis na economia e na sociedade matosinhenses, das quais são exemplo, como já referimos, o início da construção do porto de Leixões, em 1886, e o surgimento das primeiras fábricas, nomeadamente de duas grandes fábricas de conservas. A agricultura e a pesca, ocupações até então dominantes, começaram a ser progressivamente substituídas pelas actividades do sector secundário, embora, no que respeita à segunda, a mesma se tenha ela própria industrializado, e mantido até aos nossos dias. O crescimento populacional e o desenvolvimento urbanístico, particularmente da freguesia de Matosinhos, processa-se cada vez mais aceleradamente. A paisagem tradicional sofre profundas mutações, com a implantação sucessiva de inúmeras instalações industriais, e com as actividades portuárias, cada vez com maior significado na vida económica e social do concelho. A partir de então, os modos de vida, os hábitos sociais e as formas de os indivíduos se relacionarem entre si e com a natureza, sofrem alterações fundamentais. Na base desta mudança estão presentes vários factores, entre os quais a utilização de novas e mais eficazes formas de energia, que a generalização da máquina a vapor veio proporcionar, assim como uma maior produtividade do trabalho, decorrente de novas formas de organização da produção, quer através da mecanização, quer através da racionalização do espaço de trabalho.

## LAVRA

Situada na parte Norte do concelho, apresenta ainda hoje traços bastante vincados de uma ruralidade que resiste às intensas transformações por que passaram, nos últimos decénios, outras freguesias do concelho. Se tivermos em consideração alguns dos indicadores que traduzem o conceito de modernidade, constatamos que, por exemplo, a população da freguesia teve de aguardar até á década de 1930 para poder beneficiar da luz eléctrica: primeiro em Cabanelas, em 1934, e seguidamente no Pampelido e em Angeiras, em 1935, ano em que também foi inaugurado o telefone na freguesia<sup>4</sup>. Pela sua localização junto à costa atlân-

---

<sup>4</sup> P.º António Francisco Ramos (1943), *Lavra. Apontamentos para a sua monografia*. Porto: Livraria Simões Lopes, pp. 329-349.



tica instalaram-se no seu litoral “fachos” para orientação da navegação. Os “fachos” eram “umas casas pequenas e térreas, que tinham uma porta para o nascente e uma janelinha para o poente, pelas quais o facheiro – o soldado que se encontrava no local com a missão de efectuar os sinais – via tudo ao longe. Os sinais de aproximação do inimigo eram feitos de noite por meio de fogo e de dia por meio de fumo”<sup>5</sup>. Em Lavra existiram dois “fachos”: “um na praia de Angeiras e o outro no fieiro de Agudela, Pampelido” do qual em 1943 o P.º António Francisco Ramos refere “que ainda há poucos anos existiam os alicerces e as ombreiras da porta voltada para o nascente”<sup>6</sup>.

Uma das transformações mais significativas ocorridas a partir do terceiro quartel do século XIX foi a das vias de comunicação. A construção de estradas, assim como a implantação da rede ferroviária, vieram retirar as povoações do seu isolamento, permitindo simultaneamente a circulação dos produtos agrícolas e industriais, contribuindo desse modo para o desenvolvimento económico e social. De acordo com o P.º António Francisco Ramos a construção de estradas macadame iniciou-se em Lavra em 1875 e desenvolveu-se do seguinte modo<sup>7</sup>:

**Quadro I – Estradas construídas em Lavra, 1875-1937**

<b>Data de construção</b>	<b>Início</b>	<b>Términus</b>	<b>Extensão</b>
1875-1876 <sup>(1)</sup>	Passadouro de Pedra	Pedra Alta	2,506 Km
1885-1886 <sup>(2)</sup>	Cabanelas	Igreja Paroquial	2,138 Km
1885-1886	Castanheira	Angeiras (Casal)	1,580 Km
1890	Paço	Monte <sup>(3)</sup>	0,600 Km
1895 <sup>(4)</sup>	Avilhoso	Pampelido	1,267 Km
1895	Angeiras	Laceiras (Aveleda)	0,626 Km
1899 <sup>(5)</sup>	Paço	Cruz de Paranhos	0,700 Km
1902-1903 <sup>(6)</sup>	“Casa do Jacinto”	Praia do Marreco	
1903-1904 <sup>(7)</sup>	Angeiras	Praia de Angeiras	0,800 Km
1906-1907 <sup>(8)</sup>	Pampelido de Lavra	Praia do Marreco	
1916 <sup>(9)</sup>	Angeiras	Praia de Angeiras	
1924-1925	Padrão (Antela)	Rio das Estradas	
1928-1929	Padrão (Antela)	Pampelido	
1930-31 <sup>(10)</sup>	Praia de Angeiras	Praia da Sertagem	0,369 Km
1931-32	Antela (Padrão)	Praia da Sertagem	
1935 <sup>(11)</sup>	Avilhoso	Antela	
1936-37	Avilhoso	Bouças Velhas	

**Fonte:** P.º António Francisco Ramos (1943), *Lavra. Apontamentos para a sua monografia*. Porto: Livraria Simões Lopes, pp. 368-371.

<sup>5</sup> *Idem*, p. 351.

<sup>6</sup> *Idem*, p. 352.

<sup>7</sup> *Idem*, pp. 368-371.

- (1) Colocou Lavra em comunicação com Perafita e Aveleda.
- (2) Construída pelo empreiteiro Albino Francisco da Hora, de Cabanelas. O lanço entre o Padrão e a igreja foi construído em 1888.
- (3) Estabelecendo a ligação com a estrada de Vila Nova de Telha.
- (4) A terraplanagem foi realizada em 1895, tendo o pavimento sido construído em 1895-1896. A sua construção foi da responsabilidade do empreiteiro Manuel da Silva Nela, de Cabanelas, tendo o seu custo orçado em 646.000 réis.
- (5) A sua construção foi também efectuada pelo empreiteiro Manuel da Silva Nela, tendo o seu custo orçado em 410.000 réis.
- (6) Estrada de Pampelido, dando continuidade à que tinha sido construída em 1895 ligando Avilhos a Pampelido, foi igualmente da responsabilidade do empreiteiro Manuel da Silva Nela.
- (7) A terraplanagem, obras de arte e vedações importaram em 487,500 réis, e a construção do pavimento e valetas em 734,500 réis, sendo ainda efectuada pelo empreiteiro Manuel da Silva Nela.
- (8) Estrada de S. Gonçalo, em Pampelido de Perafita. O seu projecto foi aprovado pela autarquia em Outubro de 1906, e orçava na importância de 375,854 réis.
- (9) Conhecida por Estrada do Casal veio substituir um caminho estreito, até então existente, descendo em rampa até ao rio de Calvelha.
- (10) Avenida da Praia de Angeiras. O seu primeiro lanço, estabelecendo a ligação com o Barreiro, foi construído nesta data, com a particularidade de apresentar 14 metros de largura. Nessa altura foi também construída uma travessa, de 60 metros de comprimento e com 10 de largura, até à praia da Forcada. A avenida foi concluída em 1941, com a construção do segundo lanço.
- (11) Nesta data foi apenas construído o primeiro lanço, estabelecendo a ligação com a quinta do Milheiro, antiga Brévia.

Em 1899 dispunha 9,417 Km de estradas, valor que colocava Lavra como sendo a freguesia de Matosinhos com a maior quilometragem de novas estradas até então construídas.

A utilização das praias de Lavra (Angeiras, Marreco) como instâncias de viligiatura, decorrente do aumento da população do concelho e, principalmente, pela sua proximidade de um centro urbano com a importância do Porto, exigiram a abertura dos respectivos acessos, a fim de permitir a frequência dos veraneantes.

**Quadro II** – Evolução demográfica de Lavra, 1864-1950

Ano	Nº de fogos	Nº de habitantes
1864	290	1.483
1878	353	1.681
1891	388	1.947
1911	532	2.368
1920	–	2.635
1930	683	2.949
1940	753	3.733
1950	886	4.405

Fonte: Censos da População.

Os vestígios arqueológico-industriais do concelho de Lavra não são muito significativos. No entanto, merecem ser destacados os seguintes:

#### PONTE SOBRE O RIO CALVELHE

Ponte em granito sobre o rio Calvelhe, de dois arcos, construída em 1905 por iniciativa da Câmara Municipal de Vila do Conde, a fim de substituir outra, bastante antiga, e que já não oferecia condições para o aumento da circulação. Foi construída pelo empreiteiro José Fernandes da Silva, de Aveleda, tendo o seu custo importado em 1.095,000 réis, repartido entre as Câmaras de Bouças (Matosinhos) e de Vila do Conde, dado beneficiar os dois concelhos. É de salientar que numa época em que se utilizava o ferro na construção deste tipo de estruturas, a abundância do granito no Norte de Portugal aconselhava a preferência deste material.

#### MOINHOS

Freguesia eminentemente rural, Lavra possuía um vasto conjunto de moinhos – moinhos de água e de vento – que nas últimas décadas têm vindo a perder a sua função económica sendo, conseqüentemente, abandonados e entrando num processo de degradação, já não existindo vestígios de alguns deles. Os que ainda existem, encontram-se desactivados, e apenas alguns trabalham esporadicamente, exclusivamente para autoconsumo.

Nos três pequenos rios que atravessam a freguesia podem observar-se ainda hoje os vestígios deste tipo de estruturas pré-industriais. Assim, no rio Calvelhe detectam-se quatro moinhos, oito no ribeiro da Certaje e um no pequeno riacho que desagua na Agudela.

Quanto aos moinhos de vento, o seu desaparecimento também tem sido rápido, não existindo actualmente nenhum em funcionamento, dos 36 existentes há poucas décadas. Quanto à sua distribuição pela freguesia foi possível identificar terem existido 15 moinhos em Antela, 5 em Lavra e igual número no Pampelido, e 1 em Angeiras. A última estrutura de pedra de um moinho deste tipo foi destruída em 1982.

Em 1994 a Associação de Trabalho Social e Voluntário de Lavra (ATSVL) recuperou, com financiamento comunitário, o Moinho do Sol Posto, no âmbito de um programa de animação com objectivos pedagógicos, museológicos e turísticos. Este moinho, situado no rio Calvelhe, dispunha inicialmente de seis mós, e é accionado por quatro rodízios. Actualmente a ATSVL encontra-se a desenvolver um projecto que visa recuperar e por em funcionamento o Moinho do Valério, junto ao Rio Calvelhe, em Angeiras.

Para além destes, foi possível identificar ainda as seguintes unidades industriais, que apresentam algum interesse arqueológico-industrial:

#### OFICINA DE REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS

Pertence a António José Dias Moreira.

Localizada na R. Dr. José Domingues dos Santos, 747, Lavra.

#### MOAGEM DE CEREAIS

R. da Igreja, 376, Lavra

Pertence a António da Silva.

#### ESTABELECIMENTO DE FABRICO DE PÃO

Cabanelas

Inicialmente de Justino Dias da Costa é agora explorado pela firma Armando da Hora e Costa & Irmão.

#### OFICINA DE SERRAÇÃO DE MADEIRAS

Lugar do Paiço

De Moreiras. Domingues & Silva, Lda.

#### OFICINA DE SERRAÇÃO DE MADEIRAS

Lugar da Gândara

Serração de madeiras. Inicialmente de Inácio & Costa, é actualmente explorada pela Nodape – Sociedade de Comércio de Importação e Exportação.

### BIBLIOGRAFIA

- CORDEIRO, JOSÉ MANUEL LOPES (1989) – *A Indústria Conserveira em Matosinhos. Exposição de Arqueologia Industrial*. Matosinhos: Câmara Municipal.
- CORDEIRO, JOSÉ MANUEL LOPES (1999) – “Arqueologia industrial”, in António BARRETO e Maria Filomena MÓNICA (Coords.), *Dicionário de História de Portugal – Suplemento*. Porto: Livraria Figueirinhas, Vol. VII, p. 118.
- FELGUEIRAS, GUILHERME (1958) – *Monografia de Matosinhos*. Lisboa: Edição do Autor.
- RAMOS, P.º ANTÓNIO FRANCISCO (1943) – *Lavra. Apontamentos para a sua monografia*. Porto: Livraria Simões Lopes.
- SÁ, MANUEL (Coord.) (1991) – *A Agricultura Antes da Mecanização*. [Matosinhos]: Associação de Trabalho Social e Voluntário de Lavra.
- TORRES, CLÁUDIO E JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (Coords.) (1999) – *A Arqueologia e os Outros “Patrimónios”*. Porto: ADECAP – Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular, pp. 68-70.
- VV. AA. (1994) – *Mirar Lavra*. [Matosinhos]: Associação de Trabalho Social e Voluntário de Lavra.

# A RELEVÂNCIA DO PATRIMÓNIO NATURAL

por

Jorge Paiva\*

## INTRODUÇÃO

A espécie humana possui características morfológicas, estruturais, genéticas e de comportamento únicas, isto é, não presentes nos outros seres vivos. Uma dessas características é guardarmos objectos (Património Material). Todos nós, logo desde crianças, gostamos de guardar e preservar as nossas coisas. Mesmo em épocas pré-históricas, o homem já tinha preocupações com o Património Material quando, por exemplo, guardava os objectos de sílex. É, pois, uma característica inerente à espécie humana. Quando um chacal ou uma raposa enterra o resto de uma presa que não conseguiu comer de uma só vez, ou quando um esquilo esconde as castanhas ou as bolotas para comer mais tarde, na época de menor abundância na floresta, não estão a guardar Património Material, mas sim a preservar Património Biológico. A espécie humana (*Homo sapiens*), por ser inteligente, foi desenvolvendo qualidades e, a partir de certa altura, quando possuía já um certo discernimento, iniciou actividades culturais. As figuras rupestres não são mais que manifestações culturais do Homem Pré-Histórico. Mas a preocupação com o Património Cultural não nasce connosco. Só com algum discernimento e cultura é que começamos a preocuparmo-nos com o Património Cultural. Assim, só nos últimos 3-4 séculos nos estamos a preocupar com a preservação deste valioso Património. Porém, apenas neste século, particularmente nas últimas dezenas de anos, é que começamos a preocuparmo-nos com a preservação do Património Biológico, o único relevante para a sobrevivência da espécie humana. Sem bens materiais e sem cultura pode-se sobreviver, mas sem as outras espécies, isso não é possível. Há povos que vivem praticamente nus. Também há muita gente sem cultura nenhuma e que sobrevive. Os outros seres vivos não são apenas as nossas

---

\* Biólogo. Instituto Botânico, Universidade de Coimbra.

fontes alimentares, fornecem-nos muito mais do que isso, como, por exemplo, substâncias salutaras (mais de 70% dos medicamentos são extraídos de plantas e cerca de 90% são de origem biológica), vestuário (praticamente tudo que vestimos é de origem animal ou vegetal), energia (lenha, petróleo, cera, resinas, etc.), materiais de construção (madeiras), etc. Até grande parte da energia eléctrica que consumimos não seria possível sem a contribuição do Património Biológico pois, embora possa estar a ser produzida pela água de uma albufeira, esta tem de passar pelas turbinas da barragem e as turbinas precisam de óleos lubrificantes. Estes óleos são extraídos do crude, que é de origem biológica. Enfim, sem o Património Biológico não comíamos, não nos vestíamos, não tínhamos medicamentos, não tínhamos luz eléctrica, não tínhamos energia, etc. Sem os outros seres vivos não sobreviveremos!...

Dos três Patrimónios (Material, Cultural e Biológico) o único essencial para a nossa sobrevivência, é o Património Biológico, sendo, porém, aquele a que temos dado menos atenção e o que mais tardiamente tem merecido cuidados de preservação. Foi um descuido tremendo, e continua-se a laborar no mesmo erro, pois a maioria dos governantes de todos os países ignora, quase em absoluto, a extraordinária importância que os outros seres vivos têm para nós.

## **A BIODIVERSIDADE**

A maioria da Diversidade Biológica (Biodiversidade) ainda não é conhecida e, da que está inventariada (cerca de 3 milhões de espécies), grande parte não está suficientemente estudada. Durante a década de oitenta, o biólogo americano Terry L. Erwin, utilizando várias técnicas actuais, após vários estudos nas florestas tropicais de chuva (pluvial) da América do Sul e Central, calculou que só nessas florestas havia 30 milhões de espécies. Como conhecemos apenas 3 milhões (inventariadas e com nomes científicos), do total da Biodiversidade do Globo (incluídos os oceanos), nem sequer 10% da Diversidade Biológica global conhecemos. Assim deve ser, pois muitos autores consideram que nos meios aquáticos (marítimos, fluviais e lacustres) há maior Biodiversidade do que na parte continental do Globo. Realmente, calcula-se que há mais espécies de copépodes (animais do grupo dos caranguejos) do que dos outros grupos todos dos seres vivos. Na realidade, também é do conhecimento geral que os oceanos constituem um imenso volume de água com uma enorme acção reguladora dos climas, influenciando fortemente na distribuição e manutenção dos diversos ecossistemas terrestres. Portanto, toda a Biodiversidade (aquática, terrestre e aérea) do Globo Terrestre está dependente da grande massa de água oceânica. Porém, não devemos esquecer os insectos, dos quais se conhecem cerca de 1 milhão

de espécies. T. L. Erwin, em 1982, após ter estudado os coleópteros (insectos do grupo dos escaravelhos e joaninhas) que colheira com o seu colega J. C. Scott na pluvisilva do Panamá, admitiu que deviam existir no Globo cerca de 30 milhões de espécies de insectos. Isto sem falarmos no enorme grupo dos fungos e dos seres microscópicos, como as bactérias, portanto, invisíveis à vista desarmada, que são um bom exemplo dos valores da Biodiversidade desconhecida. Até ao momento, estão inventariadas cerca de 4 mil espécies de bactérias, mas os bacteriologistas descobriram que cada espécie de insecto tem, no seu organismo, pelo menos uma espécie de bactéria endémica (vive única e exclusivamente no corpo de uma espécie de insecto). Ora, como há um milhão de espécies de insectos, tem de haver, pelo menos, um milhão de espécies de bactérias. Isto é, nem 0,4% das espécies de bactérias conhecemos ainda!...

Geralmente, quando se refere que conhecemos menos de 10% da Biodiversidade do Globo, muita gente pensa que as espécies que ainda não foram descobertas pelos cientistas são de reduzidas dimensões. Infelizmente, não é assim. Talvez haja mais microbiodiversidade desconhecida (ex.: bactérias), mas, muito recentemente, foram descritas, pelos cientistas, novas espécies de macrofauna e macroflora. Dos animais citamos, para exemplo, a descoberta, em 1994, na pluvisilva do Laos, do munciaco gigante (*Muntiacus vuquangensis*), um antílope maior do que uma cabra, e, em 1995, nessa mesma área (Montanhas de Annamite) de floresta fronteira entre o Laos e o Vietname, a descoberta de uma outra espécie de munciaco. Muito recentemente (1999), foi descoberta uma nova espécie de munciaco (*Muntiacus putaoensis*), a norte da região de Myanmar (China, Yunnan). Das plantas citamos, como exemplo, a descoberta, em 1997, de uma grande árvore com 25 m de altura (*Labramia mayottensis*), nas Ilhas Comores e, mais recentemente (1998) de um género de leguminosa (família dos feijoeiros, alfarrobeiras, acácias, etc.), novo para a ciência (*Sylvichadsia*), em Madagascar, com apenas 4 espécies endémicas (existem unicamente nesta ilha). Para que não se pense que novidades deste tipo só aparecem nos trópicos, apresentamos o exemplo de um animal (*Symbion pandora*) que foi descoberto na armadura bucal de um lagostim (*Nephrops norvegicus*) das costas do Oceano Atlântico Norte. É um animal tão estranho, que quando foi descrito (1995), se tornou necessário criar uma divisão nova (filo *Cycliophora*) para ele, pois não tem lugar em qualquer dos grandes grupos (filos) de animais que se conhecem.

Como já se referiu, estão inventariadas 3 milhões de espécies (Biodiversidade conhecida), das quais 2,5 milhões são animais e 0,5 milhão são plantas. A Zoodiversidade é, pois, muito mais elevada do que a Fitodiversidade, mas há muitas mais plantas e de maior volume do que animais. Na realidade, há mais espécies de animais do que de plantas, porque estas não se deslocam para ocuparem nichos ecológicos novos, onde as populações de animais se diversificam,

depois de isoladas das outras populações originais. As plantas, para ocuparem novos nichos ecológicos, como não têm possibilidades de se deslocarem, têm, intercalado no seu ciclo biológico, um processo de reprodução assexuada por esporulação. Os esporos, tal como sementes e alguns frutos, são transportados pelo vento ou por animais ou pela água (correntes fluviais ou marítimas). Assim, ocupam rapidamente a área com muitos indivíduos, embora pouco heterogêneos. Há, portanto, menor Fitodiversidade mas maior número de plantas. Por outro lado, os seres vivos de maior volume (maior biomassa) são plantas. Os maiores seres vivos são as sequóias da Califórnia (U.S.A.), pois a célebre “Coast Redwood” (*Sequoia sempervirens*) tem 120 m de altura e 13 m de diâmetro e a “Sierra Redwood” (*Sequoiadendron giganteum*) tem 100 m de altura, 12 m de diâmetro e 2000 toneladas de biomassa, enquanto o animal de maior biomassa é a baleia azul (*Balenoptera musculus*) com cerca de 35 m de comprimento e 130 toneladas. Assim, da biomassa do Globo Terrestre, 89-90% é vegetal e apenas 10-11% é animal. Por outro lado, as plantas são a base das cadeias alimentares, pois os animais não são autotróficos, isto é, não são capazes de produzir matéria orgânica a partir de compostos inorgânicos, como as plantas conseguem através da fotossíntese. Por isso, as plantas são autênticas fábricas de biomassa e de oxigénio e, simultaneamente, despoluidoras por utilizarem o dióxido de carbónico e produzirem oxigénio na fotossíntese. Assim, é fácil deduzir que a conservação da diversidade das plantas (Fitodiversidade) é fundamental e premente, visto que o declínio dessa diversidade pode ter efeitos catastróficos na vitalidade dos ecossistemas e dos animais. Muitos autores consideram a preservação da Fitodiversidade como um pré-requisito, não só para a manutenção da Zoodiversidade, como para a respectiva evolução.

## A RELEVÂNCIA DA BIODIVERSIDADE

Inconscientemente pode julgar-se que não é necessário preocuparmo-nos com a preservação de todas as espécies, mas apenas com aquelas que nos são úteis.

Há muitos exemplos que nos obrigam a actuar no sentido de preservar todas as espécies indistintamente, pois nem as que estão inventariadas (3 milhões) estão suficientemente estudadas. Salientamos como exemplos, um feijão da Papuásia (*Psophocarpus tetragonolobus*) que, no início desta década, se descobriu ser um alimento com um teor de proteínas muito superior a qualquer dos outros alimentos conhecidos, e o teixo (*Taxus baccata*), uma planta da nossa flora, em vias de extinção, que se pensava não ter, actualmente, qualquer utilidade. Foi uma árvore relativamente frequente nas nossas florestas, tanto que há não só vários topónimos relativos ao teixo, tais como Teixe, Teixeda, Teixedas, Teixedo, Teixeira, Teixei-



ras, Teixeiró, Teixelo, Teixinho, Teixo, Teixoeira, Teixogueira e Teixoso, como também patronímicos como, por exemplo, Teixeira e Teixeirinha. É uma planta extremamente venenosa, pois produz uma mistura de alcalóides (taxina), letal para todos os animais, de crescimento lento (os adultos crescem escassos centímetros por decénio) e utilizada pela espécie humana desde tempos remotos (madeira, arcos e flechas, ornamentação de jardins, igrejas e cemitérios, como abortiva, matando, muitas vezes, além do feto, também a mãe). Revelou-se, a partir de 1993, de valor inestimável. Da taxina isolou-se um produto (taxol = placlitaxel), que mostrou ser uma poderosa droga no tratamento de alguns tipos de cancro (ex.: pulmão e mama), alguns dos quais anteriormente refractários à quimioterapia (ex.: cancro do ovário). Este composto é um inibidor de mitoses (divisão do núcleo celular), por incrementar a polimerização da tubulina, com a consequente estabilização dos microtúbulos. Assim, não há proliferação das células cancerosas. Infelizmente, um teixo centenário fornece apenas 300 mg de taxol, sendo necessária a casca de 6 teixos centenários para produzir taxol suficiente para tratar um só doente. Por outro lado, há cada vez menos teixos, não só porque se derrubam e não se semeiam, como também porque se caçam os dispersores das respectivas sementes [aves, como os tordos e o pombo-torcaz: digerem o arilo (açucarado e comestível), mas não a semente (tóxica e letal)]. Felizmente, em Fevereiro de 1994, foi anunciada a síntese laboratorial do taxol (taxotere), estando já a ser produzido e comercializado pela indústria farmacêutica. Portanto, se não tivesse havido o cuidado de preservar os teixos, eles teriam desaparecido e, assim, não teria havido solução para muitos doentes que ainda vivem graças a uma espécie de planta; e até eles próprios poderiam ter considerado idealistas todos aqueles que lutavam pela sua preservação.

## O DECLÍNIO DA BIODIVERSIDADE

Como já referimos, a floresta tropical de chuva (*pluvissilva*) é o ecossistema terrestre com a Biodiversidade mais elevada (talvez só ultrapassada pelos Oceanos), pois vivem ali mais seres vivos que em todos os outros ecossistemas terrestres. Presentemente, com a avançada tecnologia actual, ganância desmedida e a falta de escrúpulos das grandes companhias (multinacionais) a velocidade do derrube dessas florestas é tal que a superfície desarborizada é equivalente à área de relvado de um campo de futebol por segundo. A continuar este ritmo diabólico, calcula-se que no primeiro quarto do próximo século não haverá florestas tropicais de chuva no Globo.

Então, não é apenas o desaparecimento de imensas espécies que nem sequer ficámos a conhecer (quanto mais saber se nos seriam úteis!...) que nos preocupa; é

também a drástica diminuição das maiores fábricas (as árvores) de biomassa, despoluidoras, por fixarem o gás carbónico, e purificadoras, por produzirem oxigénio.

Para preservar a Biodiversidade são necessárias Reservas Naturais. Porém, é preciso não esquecer que a espécie humana também faz parte da Natureza. Não se deve fazer com as populações o que os Estados Unidos fizeram quando criaram os primeiros grandes Parques Nacionais (ex.: Yellowstone) no século passado: expulsaram os índios dessas áreas, como se eles não fizessem parte da Natureza. As populações rurais são extremamente importantes, pois vivem perfeitamente integradas nos respectivos ecossistemas, não os degradando. Os nossos camponeses nunca precisaram que lhes ensinassem a técnica dos três RRR (Reduzir, Reutilizar e Reciclar). Eles faziam a menor quantidade de lixo possível (não havia lixeiras nas nossas aldeias), eles reutilizavam todo o material orgânico (estrupe, restos de comida) para adubar as terras, efectuando, assim, a reciclagem. Eles contribuía também para a manutenção ou aumento da Biodiversidade quando, por exemplo, utilizavam as toijas das urzes para fazer carvão. Assim, faziam com que as urzes, plantas muito competitivas, não ocupassem completamente os montes, fazendo desaparecer as giestas. Por outro lado, as giestas, sendo leguminosas, vivem em simbiose com uma bactéria nas raízes, que fixa o azoto atmosférico, enriquecendo o solo com substâncias azotadas tão necessárias às plantas. Aliás, o nosso agricultor sabe bem dessa característica das leguminosas, pois, muitas vezes, semeia tremoceiros (leguminosas) e, depois de lhes colher os frutos, enterra-os para, assim, enriquecer o solo com nitratos. Não precisava dos adubos químicos nem de outros agroquímicos que, actualmente usam em excesso, envenenando os campos, envenenando muitos animais, envenenando-nos também a nós, embora indirectamente, contribuindo-se, assim, para a drástica diminuição da Biodiversidade.

## **O DECLINIO DA BIODIVERSIDADE ALIMENTAR**

A Humanidade vive, actualmente, numa sociedade de economia de mercado, cuja preocupação predominante é produzir cada vez mais, com maior rapidez e o mais barato possível, de modo a conseguir-se o máximo lucro.

Assim também acontece com os produtos alimentares que, por isso, são de pior qualidade, menos diversificados e mais poluídos.

Com a designada “Revolução Verde”, iniciada há cerca de meio século, como a panaceia que resolveria o problema da fome, através de processos de monocultura e de cultivo intensivo e industrializado, a espécie humana, actualmente, explora somente 1% das espécies de plantas que ocorrem na Natureza. Na alimentação foram já utilizadas 7 mil espécies de plantas mas, devido aos processos e interesses actuais, a alimentação humana utiliza, hoje em dia, pratica-

mente 20 espécies de plantas. A alimentação básica diária da população mundial depende fundamentalmente de 8 cereais: trigo, cevada, milho, arroz, centeio, milho-miúdo, aveia e sorgo. Mas a superprodução destes cereais está, actualmente, tão altamente seleccionada e é, portanto, tão uniforme sob o ponto de vista genético que catástrofes, devidas ao aparecimento de qualquer nova doença ou a variações das condições climáticas, podem levar a Humanidade à fome de um momento para o outro.

Com a referida “Revolução Verde”, o mesmo está a acontecer com a produção animal. Hoje em dia, a pecuária intensiva e industrializada baseia-se em algumas espécies de ruminantes (bovinos, ovinos e caprinos), na suinicultura, na avicultura e na piscicultura. Aqui também os animais estão tão altamente seleccionados, que muitas raças e espécies correm sérios riscos de extinção com a consequente uniformidade genética, o que, também, constitui um elevadíssimo risco para a sobrevivência da Humanidade.

Estamos, actualmente, em plena “Revolução Biotecnológica” com os designados seres transgénicos. Tal como com a “Revolução Verde”, a “Revolução Biotecnológica” está a ser propagandeada com a panaceia de poder resolver o problema da fome, parecendo não haver contra-partidas. Com a “Revolução Verde” não só se abarrotou a Biosfera de produtos altamente tóxicos (agroquímicos e pesticidas) de tal modo que, praticamente, a água e todos os alimentos estão “envenenados”, em todo o Globo, como também não se resolveu o problema da fome. Apenas lucraram as grandes companhias de produtos químicos e de produtos alimentares.

Com a “Revolução Biotecnológica” já aconteceram intoxicações e até mortes com substâncias químicas produzidas por seres transgénicos, particularmente bactérias. Não sabemos ainda o que resultará da “fuga” de genes desses seres para os seres vivos selvagens. Podem ocorrer transformações genéticas com resultados drásticos e irreversíveis nos ecossistemas naturais. No entanto, tal como aconteceu com a “Revolução Verde”, minimizam-se as consequências, propagandeia-se que resolverá o problema da fome e o que está já a acontecer, na realidade, é o enorme lucro económico das referidas multinacionais da alimentação.

Com uma produção alimentar e uma sociedade assim, não só não é possível preservar o Ambiente e a Natureza, como também a vida se torna menos saudável, com elevados riscos para a sobrevivência da Humanidade.

## **EDUCACÃO AMBIENTAL**

É fundamental que toda a gente saiba e perceba porque temos necessidade de conservar a Natureza e proteger o Ambiente. Por isso, é urgente que toda a

gente se capacite de que não só vivemos numa “gaiola” (Globo Terrestre), que não podemos continuar a emporcalhar tão intensa e inadvertidamente, como também somos extraordinariamente dependentes dos outros seres vivos que habitam a mesma “gaiola”. Para não tornarmos essa “gaiola” inabitável, temos que reduzir o lixo que produzimos e, simultaneamente, reciclá-lo, reutilizá-lo e rentabilizá-lo no máximo possível. Por outro lado, é necessário lembrar constantemente a toda a gente que são outros seres vivos que nos alimentam e que nos vestem; que são as plantas que nos fornecem o oxigénio e despoluem o Ambiente através da fotossíntese; que a maioria dos medicamentos (90%) são de origem vegetal ou animal; que os fundamentais carburantes que utilizamos (lenha, petróleo, etc.) são de origem biológica; etc. Isto é, sem as outras espécies não conseguiremos sobreviver e num Globo Terrestre imundo, com a água impotável, não será possível a existência de vida.

Ora, tudo isso só é possível através de uma educação ambiental globalizante. Assim, devia haver uma disciplina de educação ambiental, pelo menos no ensino básico e secundário, embora considere que essa educação se deva fazer já no ensino pré-escolar. Ao mesmo tempo parece inacreditável que tenhamos 3 estações emissoras públicas de rádio (Antena 1, 2 e 3), em que numa delas temos um programa diário de desporto (95% é futebol), de hora a hora, desde as 6h e 35m, muito ampliado aos fins de semana, e não tenhamos em qualquer dessas estações 1 minuto sequer de educação ambiental. É urgentíssimo que se façam programas de educação ambiental, nas horas nobres de audiência, não só nas estações públicas de rádio, como também nas de televisão. Actualmente há na televisão um programa (Eco-man) com alguma educação ambiental, que é pago pelo IPAMB e patrocinadores. Um programa de educação ambiental tem de ser emitido obrigatoriamente pelas emissoras públicas de rádio e de televisão, sem estar sujeito a patrocínios, muitas vezes de empresas altamente poluentes ou demolidoras da Biodiversidade.

**É, pois, extremamente necessária e urgente educação ambiental nas Escolas e na Imprensa (escrita, falada e televisiva) pública.**

V Á R I A

## JOÃO MANUEL BAIRRÃO OLEIRO 1923-2000

O Professor João Manuel Bairrão Oleiro marcou a Arqueologia portuguesa desde a década de 1950, talvez mais pelo que tornou possível que fosse feito do que pelos trabalhos que publicou. Não foram estes em grande número: 31 títulos, excluída a colaboração em jornais, em dicionários e em enciclopédias. A sua obra *Corpus dos mosaicos romanos de Portugal. 1. Conventus Scallabitanus. Conimbriga. Casa dos Repuxos*, publicada em 1992 e galardoada com o Prémio Gulbenkian de Arqueologia (1992-1994), é todavia um trabalho de grande tomo e indiscutível qualidade científica, onde patenteou o seu muito saber no domínio de especialização que elegeu como de seu particular interesse: a arte musivária romana. A escultura, a *terra sigillata*, as lucernas romanas foram outros temas sobre que escreveu.



Foto: Artur Magalhães

Prof. J. M. Bairrão Oleiro

A importância do Prof. João Manuel Bairrão Oleiro na Arqueologia portuguesa mede-se, todavia, mais pelas estruturas que criou, pelos discípulos que formou e pela actividade administrativa que exerceu.

Licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de Letras de Coimbra, em 1947, completou a sua formação em cursos de verão em Espanha, onde se relacionou com alguns grandes especialistas da Arqueologia espanhola e italiana, como Garcia y Bellido, Maluquer de Motes, P. Palol, A. Balil ou N. Lamboglia.

Em 1953 ingressou como assistente na Faculdade de Letras de Coimbra, onde criou o Instituto de Arqueologia e a sua revista *Conimbriga*. Ao mesmo tempo, acompanhava as escavações que a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais realizava em Conimbriga e contribuía decisivamente para a criação do Museu Monográfico que, em 1962, viria a ser inaugurado naquela estação romana. Em 1964 deu início ao grande projecto de escavações em Conimbriga, num trabalho conjunto com a Mission Archéologique Française au Portugal, dirigida pelo Prof. Robert Etienne.

Em 1967, nomeado Inspector Superior das Belas-Artes, transferiu-se de Coimbra para Lisboa, dando início a um período de actividade fundamentalmente administrativa, tendo vindo a exercer, posteriormente, os cargos de Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, Director-Geral dos Assuntos Culturais e Vice-Presidente do Instituto Português do Património Cultural, em cuja criação activamente participou.

Em 1976, porém, e cumulativamente, retomou as funções docentes universitárias, agora como professor catedrático convidado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, lugar no qual se jubilou em 1993.

Foi exactamente como formador, mais do que como autor, que o Prof. João Manuel Bairrão Oleiro marcou a Arqueologia romana em Portugal. A sua muita ciência, aliada a uma cativante personalidade, sempre disponível para ensinar (mesmo, ou talvez sobretudo fora das aulas) e para orientar e estimular, contribuiu para criar um razoável número de discípulos que, beneficiando das estruturas por ele criadas, e relacionados, por sua intermediação, com instituições e investigadores estrangeiros, actualizaram a Arqueologia romana em Portugal, cujo nível não podia ser considerado brilhante no momento em que o Prof. João Manuel Bairrão Oleiro apareceu como autor de uma renovação profunda.

O Prof. João Manuel Bairrão Oleiro traçou, aos outros, caminhos por onde os deixou seguir sem todavia os abandonar. Foi o semeador da seara que outros, depois, assistiram e ceifaram. A sua morte deixa profunda saudade nos seus discípulos, que não poderão manter o seu nome senão afirmando publicamente o muito de que lhe ficaram devedores.

*Jorge de Alarcão*

# A EMERGÊNCIA DAS SOCIEDADES AGRO-PASTORIS: ANÁLISE TEÓRICA DO CONCEITO DE NEOLÍTICO

por

Alexandra Leite Velho\*

**Resumo:** Desde o século passado que se tenta compreender a origem do processo de neolitização; essas interpretações são, em muito, fruto do seu tempo e das ideologias em vigor.

Neste artigo pretendemos analisar a evolução, em termos teóricos, do conceito de Neolítico, e dos vários modelos criados para explicar a origem da domesticação das plantas e dos animais. Optamos por examinar a evolução destes conceitos através de uma visão diacrónica, relacionando as várias perspectivas teóricas com a corrente epistemológica e com a época em que estão inseridas.

**Palavras-chave:** Paradigmas; Neolítico; emergência.

## INTRODUÇÃO

No mesmo período em que se dão as grandes transformações climáticas que caracterizam o final do Pleistoceno e o início do Holoceno, o modo de vida humano altera-se profundamente.

Quer seja uma alteração violenta ou uma transformação gradual, este processo parece ser detectado arqueologicamente por um conjunto de elementos. O conceito de Neolítico surge associado a esta mudança.

Contudo, esta definição tem evoluído ao longo do tempo.

O termo foi criado por Lubbock, em 1865, para expressar o aparecimento do polimento, como uma nova técnica no fabrico de instrumentos de pedra. A divisão do esquema das idades de Thomsen não diferenciava as duas formas de fabrico dos instrumentos de pedra que as investigações arqueológicas haviam revelado. Lubbock, baseando-se nos aspectos tecnológicos (a pedra talhada e a pedra polida) que diferenciava as duas fases, propôs o termo de Paleolítico, para a primeira, e de Neolítico, para a segunda.

Compreende-se, assim, que etimologicamente Neolítico derive do grego *neos*, que significa novo, e *lithos*, que significa pedra, a nova pedra desenvolvida para uma melhor adaptação às novas condições de vida.

---

\* Instituto Politécnico de Tomar.



Neolítico objectivava-se, assim, como uma fácies tecnológica, a da pedra polida. Esta necessidade de identificar fósseis directores para cada período cronológico, é o resultado do aproveitamento realizado pela arqueologia (científica) dos métodos da geologia. Importava construir uma ciência, um método e um quadro cronológico coerente. O machado polido era o paradigma do Neolítico.

Contudo, esta designação viria a alargar-se e a integrar todo um conjunto de fenómenos para além do polimento da pedra, nomeadamente o aparecimento da cerâmica, a habitação em povoados mais ou menos permanentes, e principalmente a domesticação dos animais e o cultivo das plantas.

As primeiras teorias centram-se num evolucionismo exagerado, considerando, na opinião de Juan Vicent (1988), dois conceitos fundamentais: a noção de que são as características humanas, psíquicas e intelectuais, que permitem a evolução; e que existe uma superioridade inerente da estratégia de produção de alimentos sobre a caça-recoleção. Assim, o Neolítico aparecia como uma fase progressiva para a humanidade (*idem*, pág. 18-19).

A este evolucionismo excessivo associa-se, posteriormente, o conceito de difusionismo defendido pela escola histórico-culturalista. O neolítico passa a ser entendido como um estágio evolutivo na humanidade que terá sido inventado num único lugar (Próximo Oriente) e a partir daí difundido pelo resto do mundo.

Gordon Childe adopta o termo “Revolução Neolítica” para designar este conjunto de alterações, entendendo-a como “a separação entre a selvajaria e a barbárie” (1960, 41), ou seja, uma nova etapa da História da Humanidade. Esta “revolução” integra a agricultura e a domesticação de animais como os pontos principais do fenómeno da neolitização.

Desta forma, as teorias que se debruçam sobre esta problemática vão, progressivamente, destacar a domesticação, quer vegetal, quer animal.

No nosso estudo, o conceito de agricultura é visto segundo a definição de Hans Helbaek (1970: 194 citado por Redman, C. 1978: 91): um conjunto de actividades que afectam a ecologia natural ao potenciarem o crescimento selectivo de uma ou mais espécies de plantas.

Concordamos com Redman quando explica a agricultura não como uma inovação tecnológica, mas como toda “uma série de novas relações formadas entre pessoas, terra, plantas e animais”, implicando “novas relações estruturais entre os participantes” (1978: 91).

É esta nova relação que vem sublinhar o conceito de Neolítico.

É notória a evolução do seu significado, bem como clara a diferença que separa uma designação baseada em aspectos materiais, de outra que abarca uma perspectiva evolucionista em termos sobretudo socioculturais.

## 1. O evolucionismo do século XIX

Tal como foi mencionado anteriormente, o termo Neolítico surgiu para designar uma nova técnica e uma determinada categoria de artefactos arqueológicos – a pedra polida – integradas dentro de uma perspectiva que visava identificar fácies tecnológicas à imagem dos fósseis directores da geologia.

Inserido dentro de um contexto evolucionista que se contrapunha a uma visão teológica da história, o conceito de neolítico, partindo das provas materiais arqueológicas, é criado no sentido de explicar a evolução humana para um patamar mais “civilizado”.

Esta visão evolucionista parte do princípio de que a Humanidade se vai desenvolvendo

do em estádios progressivos. O Homem possui uma tendência natural para melhorar as suas condições de vida. Como tal, o Neolítico é visto como um estádio mais avançado que a estratégia de caça-recollecção.

Já Darwin, em 1875, abordou o problema do aparecimento da agricultura, partindo do princípio de que o factor crítico determinante para este fenómeno seria o “saber” (Binford, L. 1983: 243).

A prática da agricultura era vista como uma consequência da aquisição de conhecimentos por parte do Homem, na sua caminhada inevitável para melhorar as condições de vida. A selecção natural era a principal força interveniente na domesticação, resultando na acção imediata do Homem na transformação da Natureza, através da adopção de uma manobra de controlo na alimentação (Rindos, D. 1984: 2). Era o liberalismo no seu auge.

Os estudos de Lewis H. Morgan (1872) também se enquadram dentro desta perspectiva evolucionista, sendo este autor, talvez, o mais representativo deste tipo de visões, pois terá sido o primeiro a lançar os fundamentos do evolucionismo antropológico, dividindo a História em três grandes fases: selvajaria, barbárie e civilização – caracterizadas pelas técnicas de subsistência. A domesticação, que mais tarde caracterizaria o Neolítico, integrava-se na segunda fase.

As afirmações morganianas foram contestadas por E. Hahn, A. Von Humboldt e F. Ratzel, que consideravam que a economia da pastorícia e a agricultura teriam de ser vistas sempre interligadas (Vilaça, R. 1988: 14).

Durante o século XIX, particularmente na sua segunda metade, o Neolítico era encarado como um fenómeno rápido que foi difundido a partir de um único lugar inventivo – O Próximo Oriente – estando de acordo com a teoria teológica que integrava o Jardim do Edén entre os rios Tigre e Eufrates.

Candolle, em 1884, fez um estudo das possíveis localidades geográficas com as condições que considerava serem necessárias para o aparecimento da agricultura, destacando como potenciais lugares o vale do Eufrates, a Sérvia, a Grécia e a Anatólia (Redman, C. 1978: 89).

O objectivo era compreender a origem das plantas cultivadas. Desta forma procedeu a uma recolha de dados sobre as condições necessárias ao crescimento de determinadas espécies. Seriam essenciais cinco características para identificar o centro originário de determinada planta:

- A existência no local da espécie em estado selvagem;
- Clima temperado;
- Temperaturas elevadas em determinadas alturas do ano, acompanhadas por períodos secos;
- Instalação local do Homem;
- Recursos – pesca, caça e recollecção – insuficientes para suportar as comunidades locais.

Com estes factos chegou à conclusão de que o trigo cultivado teria tido a sua origem nas zonas da Mesopotâmia, mais concretamente no vale do Eufrates, o centeio na Sérvia, Grécia e Anatólia, e a cevada na Ásia Ocidental, na área do Mar Vermelho, Mar Cáspio e Cáucaso.

Tal como outros autores, identificou o Próximo Oriente como um dos centros mais antigos da domesticação.

Como observámos, na segunda metade do séc. XIX o Neolítico era abordado dentro da perspectiva de um evolucionismo unilinear, isto é, envolvendo a consideração de uma origem única deste fenómeno, que depois se expandiria para os outros territórios.

## 2. Modelos teóricos do século XX

No século XX, o evoluir da Arqueologia enquanto ciência apontou para outra direcção.

A partir dos anos vinte, estas teorias evolucionistas foram definitivamente banidas e substituídas, segundo Redman (1978), por dois grandes grupos de ideias: teorias ambientais (Teoria do Oásis de Gordon Childe; Teoria das Zonas Nucleares de R. Braidwood e Teoria da Modificação Neo-climática de H. Wright) e teorias demográficas (Teoria da Pressão Populacional de E. Boserup, Smith e Young e Teoria das Zonas Marginais de Binford e Flannery).

Concordamos com esta divisão, pois parece-nos colocar em evidência os dois aspectos fundamentais destas teorias: o ambiente e a demografia.

Assim se demonstra a clara influencia dos pensadores funcionalistas e posteriormente, na sua linha mais avançada, dos processualistas.

As primeiras explicações, fundamentadas no determinismo, consideravam que uma alteração radical no clima teria conduzido a uma mudança brusca no comportamento cultural.

Esta característica era atribuída ao final da última glaciação, que, provocando uma subida da temperatura, teria estimulado a introdução da agricultura e as consequentes alterações a nível tecnológico e cultural.

Tal suposição, defendida até recentemente, assumia que a substituição de um regime climático frio por um temperado teria sido, numa tentativa de melhor adaptação ao meio, o principal incentivo para a modificação do sistema de caça-recoleção por uma existência, cada vez mais, baseada na vida agrícola.

As hipóteses demográficas, por seu lado, centram-se em estudos relacionados com o desenvolvimento populacional, focando as suas explicações na actividade humana. Segundo estes pressupostos, o aparecimento das diferentes características do Neolítico deveu-se a uma exigência humana, que teria sido provocada pelo aumento demográfico (Redman, C. 1978).

Contudo, a estas visões devemos acrescentar um outro conjunto, integrando-as noutros dois tipos de estudos, que designamos por Teorias Sociais, que tendem a encontrar nas relações humanas a explicação para o aparecimento do Neolítico, e por Teorias Perceptivas, que procuram interpretar a forma como o homem percebe o espaço. Segundo estas, existe uma diferença radical entre a mentalidade do caçador e a do agricultor. Esta desigualdade verificar-se-ia arqueologicamente por um conjunto de vestígios que marcam de forma distinta o meio, devendo interpretar-se tais marcas, ou símbolos, inscritos na paisagem. É, no fundo, uma aplicação da história das mentalidades à arqueologia.

### 2.1 Teorias Ambientais

Uma das primeiras teorias ambientais explicativas para a emergência das sociedades produtoras foi a defendida por Gordon Childe, que veio acrescentar aos pressupostos evolucionistas uma visão materialista.

Childe defendeu o conceito de “revolução”, para designar o desenvolvimento de novas tecnologias, que originavam novas formas de vida, em termos sociais e/ou culturais.

A noção de “Revolução Neolítica”, contudo, “não implica uma mudança brusca de carácter catastrófico” (Childe, G. 1960: 42).

Este termo refere-se à “fronteira entre a selvajaria e a barbárie”, a qual engloba uma nova economia de produção baseada na domesticação de plantas e animais, nas artes da olaria, da fição e da tecelagem, envolvendo também a sedentarização e a emergência de um novo tipo de organização social (id. 1960, 41 e 42).

Redefine-se, como tal, o conceito de Neolítico, de forma a indicar não só a presença de instrumentos de pedra e cerâmica, mas também a existência de comunidades produtoras de alimentos.

Deste processo resultaria um aumento demográfico, do qual Childe parte para uma analogia com a Revolução Industrial, identificando estes dois fenómenos como etapas culminantes de um processo gradual já antes iniciado. As inovações tecnológicas são resultantes de um processo de dialéctica, em que o objectivo máximo é a adaptação biológica, que por sua vez entra em contradição com as formas de vida preexistentes, levando a reajustes revolucionários que determinam novas inovações (Vicent, 1988, pág. 25). É, de facto, o combinar de uma visão evolucionista unilinear, com uma visão materialista histórica, traduzida no conceito de “revolução” como factor impulsionador de desenvolvimento e progresso. Childe abandona a noção de etapas evolutivas, presente no sistema das três idades (Pedra, Bronze e Ferro), para interpretar os principais avanços da história como revoluções, de carácter sobretudo económico.

Explica a origem do neolítico como consequência das transformações climáticas operadas no final do Pleistoceno. “A oportunidade para a revolução foi a crise climática que fechou o período Pleistoceno” (1942, pág. 63).

Este determinismo ambiental manifesta-se na Teoria do Oásis (já esboçada em 1908 por Pumpey e em 1924 por Newberry), segundo a qual, após uma dessecação progressiva de certas zonas do Próximo Oriente, caracterizada pelo desaparecimento das chuvas de verão, a existência só seria possível em locais bastante irrigados, obrigando todos os seres vivos a concentrarem-se junto a oásis e, desta forma, a permanecerem neles como única hipótese de sobrevivência. Este contacto constante, entre homens, animais e plantas, teria favorecido a aprendizagem da domesticação. Como afirma Childe à “medida que os animais propícios foram ficando encurralados nos oásis pelo deserto, os homens podiam estudar os seus hábitos e em vez de os matarem de surpresa, podiam subjugar-los e torná-los seus dependentes” (1954: 49). O alargamento das áreas de cultivo e a utilização dos excrementos como fertilizantes, bem como a exploração dos produtos secundários (carne, leite, lã), contribuíram para o desencadear do processo de “neolitização”.

Considerando que a cevada e o trigo foram os únicos cereais cultivados pelos primeiros agricultores e deparando com a inexistência destes na Europa num estado selvagem, salvo em algumas situações esporádicas, concluiu que teriam sido importados do Sudoeste da Ásia, onde existiam em grande abundância.

Seria mais um dado que confirmava que não teria sido a Europa, mas sim o Próximo Oriente, o local de origem da domesticação.

O trigo e a cevada, bem como as ovelhas e as cabras, teriam sido introduzidos por imigrantes agricultores e pastores (Childe 1960: 47, 51). Esta necessidade de imigrar encontrava-se associada ao excesso de exploração do solo, não acompanhado de um sistema

de reposição natural que, como tal, se esgotava rapidamente, impondo um certo nomadismo na busca de terras férteis que garantissem uma nova produção. A procura de terrenos virgens, associada a um alargamento do terreno de cultivo provocado pelo rápido aumento demográfico, seriam os grandes responsáveis pela difusão neolítica (Childe, G. 1960: 46,47).

É um exemplo claro de uma explicação difusionista. O difusionismo encara a transmissão de uma ideia de uma cultura para outra tendo em conta, sobretudo, um aspecto: a migração, um movimento de um ou mais elementos portadores dessa mesma ideia. Segundo o pensamento difusionista, a invenção encontra-se condicionada à transmissão de ideias e está dependente da distância e do tempo em que é feita – quanto mais distante do seu lugar de origem encontrarmos uma ideia, maior lapso temporal terá decorrido.

Este difusionismo encontra-se ligado à visão histórico-culturalista dominante na época, na qual se dá particular importância aos objectos. Pretende-se determinar-lhe as funções e classificá-los, reduzindo a diversidade à unidade de modelos. O histórico-culturalismo explica a evolução cultural pela difusão de ideias ou técnicas, e circunscreve-se “ao estudo funcional e tipológico da cultura material e ao exame da vida económica, sem ter a frente a análise dos aspectos sociais, políticos e ideológicos das culturas” (Alarcão, J. 1996: 10).

Uma cultura é, como tal, composta de traços que a caracterizam, desde os artefactos às formas de parentesco ou crenças religiosas que, por sua vez, se exprimem por ideias e que são partilhadas por todos os membros.

A Teoria do Oásis é, como tal, testemunho de uma determinada época e de uma determinada personalidade – Gordon Childe – que soma à visão histórico-culturalista uma componente marxista.

Da visão histórico-culturalista observa-se o evolucionismo unilinear, o determinismo ambiental, a preocupação pela análise da cultura material e a redução a círculos culturais, fontes de inovação irradiada pelo difusionismo.

É este determinismo ambiental que prevalecerá no estudo da problemática do Neolítico, omitindo-se, em contraposição, a importância da inovação tecnológica para a evolução.

Esta ênfase no avanço técnico é característica de um aspecto teórico mais materialista. Esta faceta era fundamental para as mudanças sentidas noutros sectores. Seriam as inovações tecnológicas o principal móbil de avanço e progresso.

Um dos seguidores da Teoria do Oásis foi Arnold Toynbee, defendendo a tónica desafio-resposta nos desenvolvimentos culturais, que se assemelha à tese e antítese da dialéctica hegeliana, defendida pelos marxistas. No caso do Neolítico, o desafio teria sido a dessecação ocorrida no final do Pleistoceno, a reacção à mudança de habitat encaminhada para uma melhor sobrevivência.

Outros investigadores discordavam das explicações de Childe. Carl Hempel, seguindo os pressupostos processualistas, designou a teoria do oásis como um “esboço de explicação” (Binford, L. 1983 b): 244) por não ter por base dados arqueológicos concretos.

Butzer, Van Zeist, Andrews e Wright demonstraram, através de estudos paleobotânicos, nunca se ter verificado a desertificação descrita por Childe (Vilaça, R. 1988: 15).

Contudo, a maior parte dos investigadores estava convencido de que as mudanças climáticas teriam sido a principal razão, senão a exclusiva, na invenção do processo de domesticação (Redman, C. 1978: 95).

Assim, revê-se o quadro cronológico, mantendo as designações anteriores mas fazendo-as corresponder a culturas arqueológicas.

O determinismo ambiental também se encontra presente nos estudos de Peake e Fleure (1927) ao proporem a existência de zonas naturais de habitat que se caracterizavam por: áreas restritas de modo a evitarem a migração; que não fossem densamente florestadas; que possuíssem uma alternância entre estações secas e húmidas e que possuíssem a presença de animais selvagens. Estas zonas não coincidiam nem com os desertos, nem com os oásis ou as margens dos grandes rios como foi advogado por Childe.

É dentro deste pensamento que, em 1948, Braidwood dá início a um grande projecto interdisciplinar na escavação da cidade de Jarmo, no Curdistão. O objectivo era contrastar empiricamente a proposta de desertificação inerente à “Teoria do Oásis”, bem como comprovar a hipótese de Peake e Fleure, segundo a qual a domesticação teria tido a sua origem em zonas específicas no Crescente Fértil.

As investigações de Braidwood refutaram a hipótese de Childe sobre a dessecação e confirmaram a origem da domesticação em zonas naturais de habitat. Estas zonas estavam inseridas na extensa região entre Zagros, a leste, e Tauro, a norte, bem como as cadeias montanhosas do Líbano e Antilíbano a oeste, servida pelos afluentes do Tigre, no Curdistão e do Eufrates, na Turquia. De uma altitude média entre os 300 e os 1.500 m, com um clima de extensos verões secos e quentes e com um grau de humidade próximo dos 500 mm, possuíam todas as condições para a emergência da domesticação.

Para a formulação da sua teoria – “teoria dos níveis culturais” – Braidwood baseou-se em dados arqueológicos extraídos, entre 1948 e 1955, da estação de Qalat Jarmo.

A sua equipa continha, para além de arqueólogos, um botânico e um zoólogo (que chegaram à conclusão que os habitantes de Jarmo se alimentavam exclusivamente de animais selvagens) bem como um geólogo (que concluiu pela inexistência de uma brusca mudança climática desde há 12 000 anos na região do Crescente Fértil) (Redman, C. 1978: 96).

A temperatura e o grau de humidade proporcionavam excelentes condições ao desenvolvimento de plantas com que o homem contactava diariamente; o mesmo se passava com as espécies animais selvagens. Seria uma região com um ambiente natural que incluía uma variedade de espécies preparadas para a domesticação.

Durante anos o homem conviveu, experimentou e aprendeu a domesticar. Este período da aprendizagem foi designado por Braidwood de “agricultura incipiente” (Redman, C. 1978: 97).

Outro elemento importante teria sido a existência de novos elementos culturais e tecnológicos que melhorariam a capacidade produtiva e de armazenagem. Desta forma, “as transformações que levaram à economia de produção deram-se quando certas comunidades humanas atingiram um determinado limiar de especialização e de desenvolvimento que lhes permitiu, num salto qualitativo, explorar novas possibilidades favoráveis do meio” (Jorge, V. O. 1983: 12); quer isto dizer que a teoria dos níveis culturais compreende, para a origem da agricultura, a existência de um ambiente favorável, de plantas e animais preparados e com características favoráveis para poderem ser domesticados e um certo desenvolvimento tecnológico e cultural. Os locais ideais para o processo de transformação, como já foi dito, seriam os flancos montanhosos do Próximo Oriente, em particular o sopé e os vales de baixa altitude entre as montanhas do arco Zagros – Tauro, que continham solos que podiam ser facilmente irrigados e onde a temperatura não era tão elevada como nas planícies aluviais.

Braidwood considerava que o conhecimento era um factor limitativo, e que na constante convivência com o ambiente que o rodeava, o Homem aprendeu a manipulá-lo em seu

proveito. Após uma aprendizagem, tornar-se-ia produtor ou criador daquilo com que se encontrava em contacto.

Esta ideia de “assentamento” era baseada no argumento de que “a domesticação resultava de um processo prolongado de aprendizagem, de um lento acordar da mente humana para as possibilidades de manipulação oferecidas pelo meio em que vivia” (Binford, L. 1983: 246).

No entanto, vários eram os contra-exemplos etnográficos, pois em certas zonas onde o Homem poderia ter produzido algo, não o fez. Para alguns investigadores estes casos davam-se por pura ignorância, ou incapacidade de aprendizagem. Outros, ainda, sustentavam a ideia da existência de pequenos “jardins de paraíso”.

Braidwood, no entanto, considerava que a origem das alterações culturais não é meramente uma resposta às modificações ambientais, mas sim à interacção entre os padrões de adaptação, da cultura e do meio.

Embora os dados recolhidos por Braidwood tenham sido contestados, as suas ideias vingaram, e muitos dos modelos teóricos posteriores possuem uma clara afinidade com a teoria dos níveis culturais.

De facto trata-se de uma análise crítica dos dados ao avaliar a consistência dos modelos. Podemos então considerá-lo processualista, ao tentar comprovar a validade de teorias contrastando-as com os dados, num claro modelo hipotético-dedutivo.

Wright, em 1968 e 1976, desenvolveu uma proposta similar à teoria dos níveis culturais de Braidwood, mas reconhecendo a existência de uma modificação climática por volta de 9.000 a.C.

Tal como Braidwood, os seus estudos centraram-se na montanha de Zagros, um local atractivo para todos os seres vivos. A melhoria das condições ambientais não afectou os habitats dos animais; contudo o mesmo não se passou com as espécies vegetais, permitindo que as gramíneas (antepassadas do trigo e da cevada) se espalhassem por grandes extensões de solo, bem como os animais que delas dependiam.

A teoria da “modificação neo-climática”, como o próprio nome indica, baseia-se na transformação ambiental como principal factor de motivação. Este novo ambiente, comprovado sobretudo por análises palinológicas, caracterizava-se por uma temperatura quente e húmida, proporcionando um clima mais temperado e com estações mais variadas que permitiu a passagem da estepe com artemísias do Pleistoceno final, para uma floresta aberta de carvalhos e pistácias.

Os invernos, menos severos, permitiram ao homem sair da sua habitação e alimentar-se sem ter necessidade de criar reservas e acabar por perceber de que as sementes que atirava para as lixeiras brotavam nos anos seguintes. O contacto com os animais, por seu lado, propiciou um clima de ternura e afecto, em particular com os mais jovens.

## 2.2. Teorias Demográficas

A partir dos anos 60, foram lançados novos modelos denominados de “argumentos demográficos”, defendendo que o crescimento populacional teria tido um papel fundamental, não só no processo de inovação tecnológica, mas também no desenvolvimento de formas mais complexas do sistema sócio-político.

A introdução na arqueologia da teoria dos sistemas, pela escola processual, levou a que se tivesse em conta as transformações culturais como um processo multicausal. Esta teoria

considera a cultura (sistema) como um todo feito de partes (subsistemas), que tendem para o equilíbrio (homeostase): se um subsistema se altera, os outros subsistemas tendem a modificar-se para que o equilíbrio seja novamente reposto (Alarcão, J., 1996, pág. 12).

Como consequência, a investigação orienta-se para a descoberta das condições nas quais se produziram as alterações socioculturais.

Com o evoluir dos estudos etnográficos, a concepção da agricultura como forma superior de vida foi posta em causa. De facto verificou-se que em determinados contextos a agricultura exigia um investimento de energia maior que a despendida na estratégia de caça-recoleção, não implicando uma mudança imediata no nível de vida.

Estudos de arqueologia experimental de Jack Harlan, na Anatólia, demonstraram que a colheita de trigo selvagem, em termos alimentares, era superior à do trigo cultivado hoje em dia. Recolhendo apenas esta espécie de trigo, o pequeno grupo de recolectores conseguiria alimento para várias semanas. Essa mesma família usando uma foice lítica ou as próprias mãos teria colhido em três semanas mais do que aquilo que comeriam num ano.

Os estudos de Richard Lee sobre a tribo de Bosquímanes !Kung demonstraram que a vida dos caçadores-recolectores não é uma luta constante pela sobrevivência (Redman, C. 1978: 90). Estas tribos, embora vivendo numa zona desértica, conseguem em seis horas diárias comida suficiente para três dias; aliás, a agricultura mostrou-se uma tarefa árdua e ineficaz devido às condições climáticas já referidas. A caça-recoleção afirma-se, assim, como uma estratégia de enorme eficiência, já que beneficia de dois tipos de recursos diferentes – a caça e a recollecção.

Também o etnólogo americano Marshall Sahlins, estudando a economia das culturas actuais – aborígenes da Austrália e Bosquímanes da África do Sul – que vivem essencialmente da caça e recollecção, observou que estes se encontravam rodeados por um ambiente que lhes fornecia uma grande variedade e abundância de alimento, não se dedicando à armazenagem ou à agricultura porque a natureza lhes fornecia tudo aquilo de que necessitavam (Clark, R. 1980: 127, 128).

Binford designou este tipo de teorias por “teses do jardim do paraíso”. Este argumento refere-se a zonas com grandes potenciais para a prática agrícola, mas em que, por oferecerem uma grande abundância de alimentos, diversificados ou não, o Homem primitivo não terá visto necessidade de desenvolver a domesticação.

Logo, teria de existir um factor mais forte, e humano, para que se desse a emergência das sociedades produtoras.

Uma das respostas foi-nos apresentada por Boserup, em 1965, e posteriormente reforçada e desenvolvida por Smith e Young, em 1972, na defesa da teoria da “pressão populacional”.

Boserup considera que o aumento demográfico, não só é uma variável independente, como foi o principal factor responsável pelas mudanças sócio-económicas ocorridas no final do Pleistocénico, e que culminariam no Neolítico. Advoga que as inovações tecnológicas ocorridas e o próprio desenvolvimento da agricultura não foram decisões voluntárias para uma produção alimentar superior ao que era necessário, mas sim resultantes de uma “pressão” populacional, em que o seu crescimento foi exigindo uma série de esforços no sentido de que a produção alimentar acompanhasse o crescimento da população.

Smith e Young formularam as suas conclusões observando uma série de factores ambientais e culturais no Próximo Oriente e concluíram que durante os últimos 20.000 anos se assistiu a um aumento populacional. Periodicamente, este crescimento demográfico



atingiu picos elevados que tornaram os tradicionais métodos de subsistência insuficientes e, como tal, foi necessário procurar uma nova forma de garantir o sustento.

Como observámos, os estudos de Wright demonstraram uma clara melhoria das condições ambientais na região de Zagros, que favoreceram o crescimento da quantidade dos recursos vegetais disponíveis. Seria esta condição que estaria por detrás dos aumentos populacionais referido por Smith e Young. As populações iam crescendo até que fosse necessário um novo incremento alimentar, que por sua vez potenciava o aumento populacional, como um ciclo vicioso mas equilibrado. Contudo houve um factor estabilizador deste ciclo – o sedentarismo – que terá surgido devido às necessidades sentidas pelas mulheres aquando do parto, e pelas pessoas mais idosas, provocando um tal aumento demográfico, que se tornou necessária a adopção de um novo método – a plantação artificial de cereal.

Neste caso, a domesticação sucedeu à sedentarização. Contudo, segundo aquilo que podemos observar em algumas estações arqueológicas de outras regiões, a agricultura não vem associada à sedentarização. Na maioria das vezes, as aldeias só aparecem num momento mais avançado, sendo os primeiros habitats instáveis e pouco duradouros (Hernando, A. 2000: 385).

A par das teorias baseadas em pressões populacionais, surge a Teoria das Zonas Marginais sustentada por Binford, em 1968, e retomada por Kent Flannery, em 1969.

Binford sugere que a origem da agricultura, no Próximo Oriente, se explicaria pelas cíclicas pressões demográficas nas zonas de melhor ambiente e habitat, que não tendo sido acompanhadas pelo crescimento dos recursos alimentares acabariam por desencadear todo o processo de domesticação.

Este desequilíbrio terá provocado uma migração do centro para a periferia, permitindo contactos com indígenas não tão sedentários e com ambientes menos favorecidos, que incentivariam a criação de inovações tecnológicas e culturais.

O resultado deste crescimento demográfico advém de a maioria dos grupos do mesolítico habitarem nas proximidades das zonas costeiras e do tipo de exploração e variedade de fontes de aprovisionamento alimentares que daí obtinham.

Binford considera que no final do Pleistoceno se vivia num sistema de equilíbrio, mudando de uma estratégia predominante de caça grossa para outra de médio ou pequeno porte, baseada principalmente em invertebrados e plantas, num sistema estável e nutritivo de acordo com as várias estações (Redman, C. 1978: 101).

O tipo de exploração de “largo espectro” permitiu aumentar a densidade populacional actuando ao ponto de criar um desequilíbrio no ecossistema que era resolvido com mudanças culturais numa tentativa de repor a harmonia.

Para Binford, a origem da agricultura centra-se exactamente neste problema. Foi a resposta encontrada para o desequilíbrio entre o aumento da densidade populacional e a redução da área óptima de exploração, provocada pela subida dos níveis das águas do mar, no final do último glacial.

Segundo Binford devemos compreender, no estudo dos possíveis efeitos nas mudanças da estrutura demográfica, dois tipos de sistema populacional: “Sistema de população fechado” – o equilíbrio é estabelecido por mecanismos internos, isto é, existe uma tentativa de controlo de natalidade em relação com o número de óbitos. “Sistema de população aberto” – não há controlo de natalidade, a expansão demográfica resulta na construção de novos campos ou migração de elementos individuais (Binford, L. 1968: 329, citado por Redman, C. 1978: 102).

Binford acredita que no Próximo Oriente existia uma relação entre grupos doadores de indivíduos por migração e grupos receptores desses mesmos indivíduos. “Uma zona marginal existe onde há uma diferença em grau de sedentarismo entre duas unidades socioculturais dentro de uma área geográfica restrita, criando uma zona de tensão na qual as colónias das unidades mais sedentarizadas periodicamente interrompem o balanço de equilíbrio de densidade das menos sedentarizadas” (Redman, C. 1978, 102).

Flannery usou a teoria da zona marginal como exemplo de hipótese para a emergência da domesticação nas Montanhas Zagros, em Ali Kosh, por considerar que tinham condições para o desenvolvimento de várias espécies de plantas e animais selvagens. Com o aumento da população desde há 20.000 anos, promovida pela revolução de espectro amplo (como ele próprio a designou), e com a sedentarização cada vez mais estabilizada, começaram a surgir grupos de indivíduos que ocuparam as zonas marginais transportando, de Ali Kosh, os animais e sementes de plantas para locais menos favorecidos (Redman, C 1978, 102).

De acordo com estes dois autores (Binford e Flannery) a introdução da agricultura foi uma tentativa para superar a crise de falta de alimento provocada pela entrada de um grupo de pessoas numa zona de tensão, que, não tendo as condições das “zonas óptimas” (campos extensos povoados de plantas e animais selvagens), tentaram reproduzi-las artificialmente. Para essa recriação estabeleceram movimentos de grãos de cereais e animais da região natural para o novo habitat, que logo elevaram a uma maior produtividade e variedade de espécies.

Mais tarde, Binford retoma esta problemática reformulando novos pensamentos, opiniões, conceitos e questões. As ideias que Binford advoga na defesa da origem da agricultura inscrevem-se sobretudo numa metodologia empírica, utilizando para o estudo dos povos “primitivos” a verificação do que acontece com os povos ainda existentes que se assemelham, na sua forma de viver, aos nossos antepassados.

Segundo este investigador, o pensamento de que o “Homem procura evitar as deslocções e deseja o sedentarismo” não está correcto (Binford, L. 1983 b): 254), pois os estudos etnográficos realizados demonstraram que certos povos não tinham qualquer tipo de aversão à itinerância. Era viajando que o Homem conhecia o que o rodeava. “Mantendo a observação de uma vasta extensão de território podia, mais facilmente, tomar as decisões mais acertadas quanto à procura dos recursos para a sua sobrevivência. Desta forma, o sedentarismo só lhes dificultaria a vida e em nada a tornava mais segura” (Binford, 1983 b), 254). Assim, as informações da vida itinerante eram extraordinariamente cruciais, pois delas dependia a sobrevivência do grupo.

Outro ponto que foca é que estas deslocções não eram motivadas “pela «ausência» de comida, mas sim pela sua «existência»” (Binford, L. 1983: 255). Isto quer dizer que o conhecimento de que em determinado lugar existiam determinados recursos, era uma condição favorável e segura para que o homem não temesse desloccar-se para outros locais; uma vez esgotada a alimentação, movimentaria-se para um sítio que, de acordo com o seu conhecimento prévio, lhe proporcionaria a abundância de alimento suficiente à sua sobrevivência. Por isso, para que um sistema se sedentarize, seria necessário que surgisse um “determinado conjunto de circunstancias que (...) tornasse esse tipo de informação desnecessário e que (...) fizesse com que a deslocação no interior de um território na sua maior parte desabitado deixasse de ser uma opção realista” (Binford, L. 1983 b): 255).

Teorias como as de Binford, Flannery ou Braidwood, entre outros, visualizam as sociedades por uma concepção sistémica da cultura, na qual se adapta por superação de um desequilíbrio num ou em vários dos seus sub-sistemas. Cada sistema cultural divide-se em vários subsistemas cuja função é adaptar o indivíduo ao meio ambiente, tanto físico, como social. Contrariam a tendência histórico-culturalista, que recorre a explicações de difusão ou migração, no estudo das transformações culturais, apresentando como principais factores as transformações ambientais e o crescimento demográfico.

Este tipo de pensamentos introduzem-se na corrente da “Nova Arqueologia” surgida nos EUA e que terá desencadeado mudanças importantes no seio da Arqueologia teórica ao aderirem ao movimento neoevolucionista, ressurgido na Antropologia por acção de Steward e White.

Quer a visão sistémica da cultura quer o postulado da racionalidade económica do comportamento, ambos característicos desta nova corrente, estão bem presentes nas explicações dadas, por estes autores, para a emergência da agricultura.

### 2.3 Teorias Sociais

Num outro tipo de corrente podemos introduzir as explicações de Barbara Bender. Esta autora baseia-se sobretudo em conclusões já retiradas por Sahlins (1972).

São postos em foco dois conceitos chave: “intensificação” e “interacção”. Para a autora a questão deve ser examinada em termos de “porquê a intensificação” em vez de “porquê a domesticação” (Bender, B. 1978: 205). Ou seja, a agricultura é uma questão de empenho. Mas o que leva a este empenho?

Integrando-se a autora dentro de uma perspectiva marxista, a resposta não poderia ser mais clara: “Em última análise são as relações sociais que articulam a sociedade e estabelecem o seu padrão evolutivo” (Bender, B. 1978: 218).

Bender critica os pressupostos sistémicos processualistas. Considera que os sistemas não devem ser considerados como homeostáticos. “Em lugar de sociedades em equilíbrio elas estão sempre num estado de formação” (Bender, B. 1978: 207).

A pressão demográfica não deve ser considerada como principal motivo, pois a demografia é o resultado de uma hierarquia de causas da qual a mais importante são as relações de produção.

Reaproveita o modelo de Sahlins, em que considera que o casal (“household”) é a unidade básica de produção (Bender, B. 1978: 209).

Surge, assim uma nova palavra chave: “interacção”.

O casal produz para o seu próprio uso. O objectivo é apenas reproduzir e não acumular riqueza. Contudo estas unidades não são auto-suficientes, e necessitam, como tal, de inscrever-se numa vasta rede de trocas de produtos. Estas redes funcionam de acordo com a reciprocidade defendida por Sahlins (1972), que também vai ao encontro da opinião de Marcel Mauss. Tal exige uma produção excedentária de modo a cobrir as obrigações sociais. O conceito de “interacção” ganha, como tal, importância. O papel dos indivíduos dentro de um sistema é equitativamente importante, pois é por intermédio dos indivíduos, particularmente daqueles que detêm autoridade, que a necessidade de aumentar a produção é canalizada.

Para Bender, o poder de um indivíduo aumenta à medida que encarna novos papéis. Segundo Meillassoux (1960) a autoridade pode residir num monopólio do conheci-

mento social, o que o leva a concluir que os mais idosos não só retêm este monopólio mas, através deste, ganham poder económico.

À medida que os meios de produção vão sendo controlados, certos indivíduos tomam o poder, tornando a sociedade menos igualitária.

O sedentarismo surge da recompensa criada pela fixação num determinado local, ligada à necessidade de criação de estruturas de armazenagem. Assim, o líder assume um papel de atracção e mediação das diferentes unidades dentro de um grupo, permitindo e promovendo o sedentarismo (Bender, B. 1978: 213).

Não só o trabalho, mas também a terra, ganham valor.

Torna-se possível, cada vez mais, controlar o acesso a determinados recursos. O controlo pode, assim, estender-se a meios de produção. A competição social dentro das sociedades primitivas, tal como nas sociedades de classes, providencia um maior incentivo para a produção de excedentes.

A autora aponta para uma observação mais cuidada da complexidade social existente dentro das primeiras sociedades agrícolas.

Esta ideia, de que mesmo nas sociedades sem classes existem tensões sociais que são impulsionadoras da evolução e de novas formas culturais, está subjacente aos pressupostos marxistas.

## 2.4. Teorias Perceptivas

Nos últimos anos tem-se assistido a uma viragem do pensamento arqueológico no sentido de dar mais importância ao aspecto ideológico.

Um primeiro caminho trilhado invoca as teorias estruturalistas de Lévi-Strauss, adicionando-as a uma visão materialista.

Exemplo disso são os trabalhos de Ingold (1980) e Criado Boado (1988).

Segundo Ingold, a transformação que o Neolítico define caracteriza-se, sobretudo, pelo estabelecimento de uma diferente relação de produção entre o homem e o meio, na qual o solo se converte em recurso que se torna valorizado socialmente (Ingold, T., 1988: 93).

A partir de certo momento, ao contrário do caçador que possui uma visão aberta e móvel da paisagem, o homem passa a dar importância à limitação do território, que é visto com um sentido de utilidade ou de posse.

O que marca o início da verdadeira “revolução” será, então, a mudança das relações sociais de produção definidas por determinado tipo de pensamento.

Para Ingold “não existe uma descontinuidade discernível entre recolocção e cultivo, ou entre caça e pastorícia, e as transições de um para outro podem ter ocorrido gradualmente e possivelmente em direcções reversíveis em muitos períodos e em muitas regiões. A busca das suas origens temporais e espaciais é portanto fútil” (Ingold, T. 1980: 91).

Criado Boado vem defender a existência de uma estreita relação estrutural nas estratégias de apropriação do espaço entre pensamento, organização social, subsistência e concepção / utilização do ambiente.

A mudança para novas práticas agrícolas supõe uma mudança do pensamento, e do conceito de tempo e espaço.

O conceito de Neolítico não tem sentido, pois a agricultura e a recolocção são duas estratégias conciliáveis dentro de uma mesma racionalidade cultural (Criado, B. 1995 ci-

tado por Hernando, A. 1994: 137).

A revolução neolítica dá-se mais tarde, significando uma apropriação da natureza.

Para este autor, o megalitismo surge como demonstração da mudança de mentalidade, na qual o espaço é apropriado e alterado pelo homem. Apenas uma sociedade com estas características poderia implantar elementos artificiais no espaço. Essa ruptura é também de ordem económica e social.

Hodder (1990), por seu lado, propõe um modelo onde atribui menos ênfase ao aspecto materialista.

Assiste-se sobretudo a uma reinterpretação das estruturas sociais e conceptuais já existentes. Tudo assenta numa vontade de controlar o selvagem como fonte de prestígio.

O autor chama a atenção para o modo como a nossa linguagem vincula as casas com os processos económicos de domesticação e com os processos sociais de formação de unidades maiores e mais definidas.

A domesticação do indivíduo e da sociedade destina-se, no âmbito dum discurso de poder, a criar laços de dependência no interior das unidades sociais.

A domesticação é, assim, um discurso de dominação.

O sistema desenvolve-se em redor do conceito de *domus*. Esta palavra latina dá por sua vez origem às palavras “domesticação/domínio/dominação”.

É a análise das características da *domus* (disposição interna dos objectos, construção e delimitação de áreas, relação com outras unidades de habitat e natureza) que permite descobrir as chaves do processo de mudança ideológica e social (Hodder, 1990, citado por Hernando, G. 1994: 139).

## CONCLUSÃO

Como podemos observar, as várias teorias que visam explicar o aparecimento do processo de neolitização buscam uma causa chave e primária, entendida como impulsivadora da origem dos principais aspectos destas novas comunidades.

Esta passagem para uma nova economia é, segundo alguns, ainda entendida como mais favorável que a anterior.

Contudo, cada vez mais, a contribuição dos dados arqueológicos e alguns etnoarqueológicos nos faz entender o processo de neolitização não como um fenómeno progressivo, mas como uma nova acção prática introduzida a determinado momento. Para além disto, também recentemente, com a aplicação das novas tecnologias à ciência arqueológica, surgiram novas visões prometedoras, principalmente no que diz respeito aos Sistemas Adaptativos Complexos (SAC) (Carvalho, R. 1999; Cordell, L. 1972; Dove, D. 1984; Gumerman, G. J. e Koller, T. Q. 1995; Kohler, T. A., J. D. Orcutt, K. L. Petersen, and E. Blinman, 1986; Reynolds, R. G. 1986; Sabloff, J.A. 1981; Thomas, David H. 1972).

Os SAC são sistemas compostos por agentes que se vão adaptando à medida que o sistema avança, complexificando-o.

A principal característica destes sistemas é o conceito de emergência. Este fenómeno ocorre quando se presencia que um conjunto de princípios simples desenvolvem fenómenos complexos.

Também, num estudo de SAC, por nós realizado, através de uma simulação de um território virtual, onde interagem agentes que desenvolviam as duas estratégias económi-

cas (caça e agricultura), observou-se que a primeira se apresentava com uma maior eficácia, apesar de instável, ao contrário da segunda que, mesmo aparentando uma grande estabilidade, fazia dispendir um maior esforço não compensado pelo factor tempo. A passagem de uma actividade para outra também não nos era explicada por um factor visível, mas por diferentes factores, na sua maioria invisíveis e casuais<sup>1</sup>.

Também é de salientar que esta emergência do fenómeno agrícola ocorria sem qualquer alteração do espaço (clima ou outro), ou das regras de comportamento que definiam os agentes.

Outras conclusões que podemos retirar é a inexistência do “pacote neolítico”, pois pressupunha que à prática da agricultura e da domesticação estivesse associada a cerâmica, a pedra polida, a sedentarização e um conjunto de novas ideias religiosas. Aquilo que os dados empíricos nos demonstram é um conjunto de comunidades diferentes entre si que vão criando ou adoptando uma ou outra característica. Desta forma observamos grupos de caçadores-recolectores com a actividade do fabrico da cerâmica e/ou do polimento da pedra, ou ainda com algumas espécies domesticadas, e grupos que praticam uma economia produtiva, mas acerâmicos e/ou com habitats temporários, ou detentores de tecnologia epipaleolítica (Schuhmacher y Weniger, 1995: 87; Pallarés et alli, 1997: 36; Delibes 1997: 407-8; Alonso Matthías y Bello Diéguez 1997; Criado y Fábregas 1989: 685; Arnaud, M. 1982: 30 citados por Hernando, A. 2000, 385).

A origem deste processo no Próximo-Oriente e a sua difusão pela Europa, como ainda é defendida por alguns, começa a adquirir opiniões antagonistas.

Segundo Almudena Hernando, entre outras contraposições que refutam a importação do Neolítico, considera que não existe um foco oriental para a cerâmica cardial, que os estudos genéticos contrariam a chegada maciça de agricultores à Europa no início do Neolítico e que os estudos osteológicos demonstram uma continuidade da população desde o Mesolítico até à Idade do Ferro (Hernando, A. 2000).

O aparecimento das características que compõem o designado Neolítico, quer de forma isolada, quer associadas entre si deverão, desta forma, ser explicadas pela Teoria da Acção Prática, ressurgida por Bourdieu (1990) na Antropologia, não nos esquecendo de atender aos aspectos mais individuais, casuais e invisíveis que tem sido menos prezados na arqueologia a favor de explicações mais globais.

A teoria da acção prática tem sido aplicada, como interpretação teórica, a um grande número de problemáticas socioculturais.

Esta axiomática assenta no pressuposto de uma relação entre estrutura e prática.

O indivíduo enquanto pessoa encontra-se inserido num determinado meio sociocultural. Apenas fala e age de acordo com aquilo que é.

Como tal, partindo de uma visão estruturalista, a sua acção apenas se pode enquadrar dentro do sistema em que ele próprio se encontra inserido. Tende como tal a reproduzir na acção a estrutura donde provém.

É através da acção que se constrói o sistema. É a face visível da estrutura. Esta pode ser mesmo vista como um conjunto de acções.

No entanto podem existir ocasionalmente novas acções, fruto de imensas variantes.

---

<sup>1</sup> Este estudo foi alvo de uma comunicação no “Computers Applications in Archaeology 2000” que será publicado nas *Actas* da dita reunião.

O sistema tende a assimilar estas novas acções, que são entendidas dentro da concepção própria do sistema.

Se elas chegarem a um ponto em que se tornam comportamento comum, passam a caracterizar esse próprio sistema.

As novas acções passam a ser elas próprias estrutura. Porque a estrutura é construída no conjunto das acções.

Assim é a acção individual que determina a estrutura. É o tipo de comportamento adoptado que define e caracteriza o sistema.

Como tal, a complexidade da emergência das sociedades agro-pastoris, poderá ser entendida como fruto de uma nova acção ocorrida em determinada altura.

Queremos dizer com isto que, segundo este novo pensamento e ao contrário do que referem alguns autores, não devemos pensar o Neolítico como um fenómeno importado (tese histórico-culturalista) ou resultante de um processo determinístico ambiental e/ou de uma pressão demográfica (pressupostos processualistas) ou ainda de interacções sociais (teoria marxista) ou de perspectivas percepcionistas, mas como um processo que mais do que uma simples passagem de informação, por via difusionista, ou qualquer mudança ambiental, social ou demográfica, emerge de uma estrutura através de uma nova acção.

A domesticação e a agricultura, ou qualquer inovação tecnológica, espacial ou sociológica são determinadas por essa nova acção.

Contudo esta acção poderia não se tornar a acção dominante. Tudo isso depende de factores imponderáveis. O sucesso apenas depende do contexto.

Partindo de um ponto de vista sistémico, sabemos que uma nova acção só vinga se for aceite pela estrutura em que se encontra inserida. Como tal depende da estrutura donde provém.

Assim, para analisarmos as novidades englobadas no conceito de Neolítico, teremos de observar dois aspectos distintos: a estrutura donde emerge e a acção nova que se produz.

Para nós, não restam dúvidas de que não existe uma explicação global para o fenómeno de neolitização, pois engloba demasiadas vertentes e inovações distintas entre si, e que podem ou não estar presentes em determinadas áreas espacio-temporais.

Devido à heterogeneidade de formas culturais, o conceito de Neolítico deveria ser substituído, pois está já demasiado marcado. Devemos ter em consideração determinados fenómenos novos, a emergência de novas acções, novos *habitus*, que transformam a sociedade, mas que têm de ser estudados e compreendidos dentro do contexto em que emergem.

## BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, JORGE (1996) – *Para uma conciliação das arqueologias*, Porto, Edições Afrontamento.
- BENDER, B. (1978) – “Gatherer-hunter to farmer: a social perspective”, *World Archaeology* Vol. 10 n° 2.
- BINFORD, LEWIS. R. (1983 a) – *Working at Archaeology*, Academic Press, Inc.
- (1983 b) – *Em busca do Passado*, Lisboa, Europa América.
- BOSERUP, E. (1965) – *The Conditions of Agricultural Growth: The Economics of Agrarian Change under Population Pressure*, Chicago, Aldine Publishing Co.
- (1970) – *Women's Role in Economic Development*, London, George Allen and Unwir.
- BOURDIEU, PIERRE (1990) – *The Logic of Practice*, Polity Press.

- BRÉZILLON M. (1969) – *Dictionnaire de la Préhistoire*, Librairie Larousse.
- CARVALHO, J. RAMOS (1999) – “O social emergente – sistemas adaptáveis complexos e interpretação histórica”, *Revista de Teoria das Ideias*, 1999.
- CHILDE, V. GORDON (1942) – *What happened in History*, Harmondsworth, Penguin Books.
- (1960) – *A Pré-história da sociedade europeia*, Ed. Europa América, pp. 41-65.
- CLARKE, D. (1968) – *Analytical Archaeology*, Londres.
- (1976) – Europe: “The Economic Basis”. In *Problems in Economic and Social Archaeology*, London, Duckworth, pp. 449-481
- CLARKE, R. (1980) – *O Nascimento do Homem*, Edições Gradiva, pp. 127-186.
- COHEN, M. N. (1977) – *The Food Crisis in Prehistory*, New Haven, Yale University Press
- COLE, S. (1970) – *The Neolithic Revolution*, British Museum.
- CORDELL, LINDA (1972) – *Settlement pattern changes at Wetherill Mesa, Colorado: A test case for computer simulations in archaeology*, Ph.D. Dissertation, University of California, Santa Barbara. University Microfilms International. Ann Arbor.
- CRIADO BOADO (1988) – “Megalitos, espacio, pensamiento”, *Trabajos de Prehistoria*, 46, pp. 75-98
- DOVE, D. E. (1984) – *Prehistoric Subsistence and population change along the Lower Agua Fria River, Arizona: A model simulation anthropological research papers*, 32, Arizona State University, Tempe.
- FLANNERY, K. V. (1969) – “Origins and ecological effects of early domestication in Iran and the Near East”, *The domestication and Explanation of Plants and Animals*, London, Duckworth, pp. 73-100.
- (1973) – “The origins of agriculture”, *Annual Review of Anthropology*, 3, pp. 385-413.
- GUMERMAN, G. J. E KOLLER, T. Q. (1995) – “Creating Alternative Cultural Histories in the Prehistoric Southwest: Agent-based Modeling in Archaeology”, *Durango Conference on Southwest Archaeology in Durago*, Colorado.
- HERNANDO. G., A. (1994) – “El proceso de neolitización, perspectivas teóricas para el estudio del neolítico” *Zephyrus*, XLVI, pp. 123-143.
- (1999) – *Los primeiros agricultores de la Península Ibérica. Una historiografía crítica del Neolítico*. Síntesis, Madrid.
- (2000) – “La cuestión de la “llegada” del Neolítico a la Península Ibérica desde el Sur o desde el Este. Un análisis historiográfico de coyunturas políticas y evidencias arqueológicas.” *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol. I, pp. 383-395.
- HIGGS, E. S. AND JARMAN, M. R. (1972) – “The origins of animal and plant husbandry”, *Papers in Economic Prehistory*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 3-13.
- INGOLD, T. (1980) – *Hunters, pastoralists and ranchers: reinder economies and their transformations*. Cambridge Univ. Press, Cambridge.
- JORGE, SUSANA O. (1998) – “Colónia, fortificações, lugares monumentalizados. Trajetória das concepções sobre um tema do calcolítico peninsular”, Jorge, V. O. & Jorge, S. O., *Arqueologia, percursos e interrogações*, pág. 69-150, ADECAP, Porto.
- JORGE, VITOR O. (1983) – “O Neolítico – A emergência das sociedades agrícola-pastoris na perspectiva da pré-história” *Revista Arqueologia*, nº 10, pp. 11-18, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto.



- KENT, S. (1989) – Cross-cultural perceptions of farmers as hunters, Kent, S. ed., *Farmers as hunters: the implications of sedentism*, 1-17.
- Kohler, T. A., J. D. Orcutt, K. L. Petersen, and E. Blinman, 1986 Anasazi Spreadsheets: The Cost of Doing Agricultural Business in Prehistoric Dolores. In *Dolores Archaeological Program: Final Synthetic Report*, compiled by D. A. Breternitz, C. K. Robinson, and G. T. Gross, pp. 525-538, Bureau of Reclamation Engineering and Research Center, Denver.
- LEROI-GOURHAN A. (1983) – *Os caçadores da Pré-História*, Edições 70.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1955) – *Tristes Tropiques*, Penguin.
- MEILLASSOUX, C. (1960) – “Essai d’interprétation du phénomène économique dans les sociétés traditionnelles d’auto-subsistance”. *Cahiers d’Etudes Africains*, 4, pp. 36-67.
- MORGAN, LEWIS H. (1974) – *A sociedade primitiva*, Vol. I, 2ª Edição, Tradução de Maria Helena Barreiro Alves, Editorial Presença.
- PHILIPS, P. (1980) – *The Prehistory of Europe*, Allen Lane.
- REDMAN, CHARLES L. (1978) – *The rise of civilisation- from early farmers to urban society in the Ancient Near East*, San Francisco, Freeman and Co.
- REYNOLDS, R. G. (1986) – “An adaptative computer model for the evolution of plant collecting and early agriculture in the eastern Valley of Oaxaca”, in *Guila Naquitz: Archaic Foraging and Early Agriculture in the Oaxaca, Mexico*, edited by K. V. Flannery, pp. 439-600, Academic Press, New York.
- RINDOS, D. (1984) – *The origins of agriculture – an evolutionary perspective*, Academic Press, Inc.
- SABLOFF, J.A. (1981) – *Simulations in Archaeology*, School of American Research Book, University of New Mexico Press, Albuquerque.
- SAHLINS, M. (1972) – *Stone Age Economics*, London, Tavistock Publications.
- (1976) – *Culture and Practical Reason*, Chicago, University of Chicago Press.
- TAMBOLLI, P. L. (1955) – *Origen y difusion de la civilizacion*, Ediciones Omega, S. A.
- THOMAS, DAVID H. (1972) – “A computer simulation model of great basin shoshonean settlement patterns”, in *Models in Archaeology*, edited by D. Clarke, pp. 79-102. Methuen, London.
- TRIGGER, BRUCE G. (1989) – *A history of archaeological thought*, Cambridge.
- TRUMP, D. H. (1980) – *The Prehistory of the Mediterranean*, Allen Lane.
- VICENT GARCIA, J. M. (1988) – “El origen de la economía productora. Breve introducción a la Historia de las Ideas”, *El Neolítico en España*, Ediciones Cátedra, pp. 11-58.
- VILAÇA, RAQUEL (1988) – *Pastores e Agricultores – suas origens*, Ediliber Editora.

# BIBRACTE EN BORGOÑA. UN YACIMIENTO ARQUEOLÓGICO EUROPEO Y CATORCE AÑOS DE PARTICIPACIÓN CIENTÍFICA ESPAÑOLA

por

Juan Gran-Aymerich\* & Almudena Domínguez Arranz\*\*

**Resumen:** Bibracte, fue capital de los Eduos, residencia de Julio César el invierno del año 52 a.C. y de ella fue comandante militar Marco Antonio. Se trata de un importante *oppidum* que se remonta a la segunda Edad del Hierro con indicios de una ocupación prehistórica, ubicado en el Mont Beuvray, a 820 m de altitud, en el macizo del Morvan, región de Borgoña. Las excavaciones del siglo XIX, dirigidas por J.-G. Bulliot y por J. Déchelette hicieron de este yacimiento uno de los prototipos de la ciudad céltica prerromana.

En 1984 se inició un nuevo programa de excavaciones de gran magnitud europea. Junto a la intervención de otros centros de investigación y universidades de la Comunidad europea un equipo español participa cada año en este programa, sin interrupción desde 1987. Las nuevas excavaciones tienen lugar en varios sectores de la ciudad simultáneamente: las necrópolis al exterior del muro defensivo, la entrada principal de la muralla, el sector de artesanos con talleres-tienda, el centro urbano con su calle principal y fuente monumental, el área de grandes residencias patricias, y las terrazas superiores con sus construcciones de culto y amplias áreas de reunión. El equipo español ha intervenido principalmente en el centro del oppidum a lo largo de tres etapas sucesivas que corresponden a la ampliación del área de excavación y al cambio de unos de sus dos directores, realizando su investigación paralelamente a la actividad de excavación, con informes publicados anualmente, síntesis bienales o trienales, publicaciones y comunicaciones a congresos, así como un primer volumen sobre el Estanque monumental, publicado por la Universidad Complutense de Madrid. Con la presente publicación ofrecemos por vez primera una visión sintética y de conjunto sobre la participación española en Bibracte.

**Palabras-clave:** Bibracte; Edad del Hierro; época romana.

---

\* CNRS, París. E-mail: [geymerich@ens.fr](mailto:geymerich@ens.fr)

\*\* Almudena Domínguez Arranz, Universidad de Zaragoza. E-mail: [aldomin@posta.unizar.es](mailto:aldomin@posta.unizar.es)

## 1. LAS CIUDADES DE LA PROTOHISTORIA Y EL IMPERIO ROMANO EN EL CONTINENTE EUROPEO

En el hinterland del occidente europeo se desarrollaron centros urbanos de gran envergadura en el período que precede a la conquista por Roma. Varias de estas ciudades ocuparon una posición relevante con la llegada de las legiones romanas, tal fue el caso de Numancia en la Península Ibérica, o de Alesia y Bibracte en el centro de las Galias. Las causas de la rápida expansión romana en Europa continental se pueden atribuir en gran medida a la existencia de estos centros urbanos, a la vez capitales políticas y centros económicos, que una vez conquistados dejaban su territorio a merced de las legiones de Roma. Así se puede considerar que no fue Roma la que introdujo la sociedad urbana sino que por el contrario fueron estas estructuras urbanas preexistentes las que permitieron la conquista y en consecuencia la romanización.

Bibracte fue la capital de los Eduos y su territorio se extendía por la actual Borgoña meridional. Esta comarca domina dos cuencas hidrográficas, la mediterránea y la atlántica, controlando en particular los caminos que enlazan los ejes fluviales del Rodano-Saona y del Loira y Sena a través del Yonne. El territorio eduo constituye uno de los núcleos principales en relación con las vías que atraviesan el "istmo galo", recibiendo las influencias culturales del Mediterráneo occidental y del círculo atlántico; sobre todo, es un territorio que constituye el terminal de los ejes continentales que a través del corredor Dijon-Belfort comunica con las cuencas del Rin y del Danubio, o por los puertos alpinos con la península itálica.

Bibracte fue visitado y considerado por Julio César como uno de los principales *oppida* de las Galias (*Bello Gallico*, I, 23). Este importantísimo yacimiento se sitúa en el Mont Beuvray a 28 Km al noroeste de Autun, en la extremidad sur del macizo del Morvan que alcanza 901 m de altitud. Este *oppidum* hace su aparición al final de la protohistoria, cuando se desarrolla una fase particularmente brillante de su evolución; es el período de mayor auge para la llamada "cultura de los *oppida*" célticos que se extiende a partir del siglo II a.C., culminando con la llegada de las legiones de Roma. Pero a las campañas de César seguirá la rápida romanización del país, y con ella la decadencia inexorable del hábitat y su sustitución por la fundación romana de *Augustodunum*, la actual Autun en la llanura.

## 2. EL *OPPIDUM* DE BIBRACTE: DE LAS EXCAVACIONES DEL SIGLO XIX AL PROGRAMA INICIADO EN 1984

Con el desarrollo de los estudios de geografía histórica, a partir del siglo XVII, se abre la controversia sobre el emplazamiento de Bibracte. Entonces varios eruditos situaron el *oppidum* sobre el Mont Beuvray, pero los cronistas de Autun prefirieron en su mayoría realzar el prestigio de su ciudad y atribuirle las citas de César (Fig. 1). Durante la gran Revolución francesa, en 1793, la ciudad de Autun fue incluso rebautizada como Bibracte, aunque por poco tiempo. El siglo XIX marca el nacimiento de la arqueología moderna y Napoleón III se interesa especialmente por los acontecimientos relacionados con Julio César, al cual dedicará una obra monumental. En este contexto histórico se sitúa la activa

Sociedad Edua de Autun y los primeros sondeos que se inician en 1865, bajo la iniciativa del coronel Stoffel, la dirección de Xavier Garenne y del vizconde de d'Aboville. No obstante la primeras verdaderas excavaciones arqueológicas las dirigirá Jacques-Gabriel Bulliot, negociante en vinos y presidente de la Sociedad Edua, entre 1867 y 1895. Su principal asistente fue su sobrino, el célebre protohistoriador Joseph Déchelette, el cual reanudará las excavaciones en Bibracte entre 1897 y 1901<sup>1</sup>.

Los sectores del yacimiento parcialmente explorados durante la segunda mitad del siglo XIX pueden resumirse en tres grandes áreas: 1, desde la muralla y su entrada principal en la Porte du Rebout, a través del barrio de artesanos de la Côme Chaudron, hasta el centro del *oppidum* que corresponde a las ruinas del convento medieval. 2, el sector que desde el centro del hábitat se extiende hacia las terrazas superiores y que corresponde al barrio de residencias aristocráticas del Parc aux Chevaux. 3, las terrazas altas y el punto culminante del yacimiento, el Porrey, en donde se sitúan varias zonas de culto y de reunión (Fig. 2).

Los trabajos de J.-G. Bulliot y de J. Déchelette, así como otros más recientes permiten trazar un esquema de conjunto sobre las diferentes fases de ocupación: las primeras trazas de instalaciones en la cúspide del monte aparecen en el período Neolítico final, pudiendo citarse la presencia de un puñal de sílex del Grand Pressigny, fragmentos de hachas pulimentadas, raspadores, lascas y núcleos de sílex; el sector más alto del yacimiento, desde el cerro del Porrey a la plataforma de la Terrasse, parece haber acogido un primer recinto frecuentado en época calcolítica y quizás hallstática<sup>2</sup>. Sin embargo el período mejor conocido hasta ahora es el de La Tène final, es decir, la fase de mayor extensión del *oppidum* galo: un doble recinto ofrece un desarrollo de cerca de cinco kilómetros de perímetro y engloba no menos de doscientas hectáreas de hábitat. Las excavaciones de Bulliot y Déchelette identificaron dos de los ingresos al espacio urbanizado: la Porte du Rebout al noreste, con una puerta monumental fortificada, del tipo en “tenazas”, y las llamadas Grandes Portes en el extremo sudoeste opuesto. La estructura de la muralla de la última fase gala fue sondeada por Déchelette a través de catas dispuestas sobre el trazado que va desde la Porte du Rebout hasta la falda del Porrey. Todas las catas revelaron el mismo tipo de construcción, el más característico *murus gallicus* identificado en Francia, donde el núcleo principal de piedra y cascajo de las murallas se conserva con una altura de hasta 7 y 8 m y presenta un espesor de 3 a 4 m. Se advierten perfectamente las marcas del armazón de vigas de roble longitudinales y transversales, así como el emplazamiento de los grandes clavos o vástagos de hierro que trababan el maderamen; delante de la cara vista de la muralla, construida en aparejo irregular de cantería, se encuentra el foso, amplio y con una profundidad de hasta 4,5 m.

El nuevo programa de investigaciones en el Mont Beuvray se inauguró con la reapertura de excavaciones en otoño de 1984, después de casi ochenta años de interrupción. Un año después el presidente de la República, François Mitterrand, visitó el lugar declaran-

---

<sup>1</sup> BULLIOT, J.-G., 1899, *Fouilles du Mont Beuvray (ancienne Bibracte) de 1867 à 1895*, Autun, t. I. DÉCHELETTE, J., 1903, *L'oppidum de Bibracte*, Paris-Autun. GRAN-AYMERICH, Eve, 1998, *Naissance de l'archéologie moderne, 1798-1945*, Paris.

<sup>2</sup> GRAN-AYMERICH, J., 1989, “Les premières phases d'occupation du Mont Beuvray. Données anciennes et recherches en cours”, en *La Civilisation de Hallstatt, Rencontre internationale de Liege*, p. 344-355.

do el yacimiento empresa de interés nacional y asegurando el impulso de una acción a largo plazo de envergadura europea. El actual programa emana directamente de un Consejo científico internacional nombrado por el Ministerio de la Cultura francesa. Dicho consejo analiza anualmente el curso de la investigación, considera las orientaciones y define los objetivos más adecuados atribuyendo los medios necesarios. Las primeras excavaciones de esta nueva etapa se han realizado en la muralla, en la Porte du Rebut, en el barrio residencial del Parc aux Chevaux, en la fuente de Saint Martin, alrededor de la capilla del mismo nombre situada en la Terrasse, en la necrópolis alrededor del emplazamiento del nuevo museo en la falda norte del yacimiento, y sobre todo en la zona del convento de los franciscanos, excavándose aquí los restos de este conjunto arquitectural destruido por un incendio en 1650, y un amplio sector hacia el norte que corresponde al centro del *oppidum*, conocido como la Pâture du Couvent.

Un equipo permanente francés trabaja durante todo el año en este programa, asegurando la logística de las operaciones, desde la gestión del abundante y perfeccionado material científico (que va de los refugios móviles a los instrumentos de medición y material informático) hasta la organización de la documentación fotográfica y topográfica del yacimiento, sin olvidar la gerencia del material arqueológico procedente de las excavaciones y de sus ficheros informatizados. Tres construcciones nuevas y de gran envergadura acogen a los investigadores: el museo abierto todo el año al pie del yacimiento, la residencia y el centro de investigaciones en la pequeña localidad de Glux-en-Glenne.

Las campañas de excavación se realizan cada año entre los meses de junio y septiembre. La base acoge durante ese período varios centenares de personas con un turno de equipos constante procedente de más de diez países europeos. Cada equipo de excavadores está compuesto por un efectivo variable, entre trece y veinticinco personas, y trabaja sobre un sector preestablecido del yacimiento.

En su comisión de otoño de 1986, el Consejo científico internacional del Beuvray aceptó la propuesta de colaboración hispano-francesa presentada por Martín Almagro Gorbea, Catedrático del Departamento de Arqueología y Prehistoria de la Universidad Complutense de Madrid, y Juan Gran-Aymerich, Investigador titular del Centre de la Recherche Scientifique (Unité Mixte de Recherche, Archéologies d'Orient et d'Occident de París) e investigador adjunto del Museo del Louvre (Département des Antiquités grecques, étrusques et romaines).

La participación española en este programa francés se ha desarrollado en tres etapas, de 1987 a 1991, de 1992 a 1993 y de 1994 hasta la fecha. En los equipos han intervenido investigadores y estudiantes de segundo y tercer ciclo de la Universidad Complutense (1987 a 1993), de la Universidad de Zaragoza y la Universidad de Barcelona (1994 a 2000), miembros del Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), arqueólogos de las Comunidades Autónomas de Aragón, Extremadura, Valencia, Castilla-La Mancha, País Vasco y Andalucía así como de otras universidades e instituciones arqueológicas, autonómicas y locales, a fin de integrar a España en este gran proyecto internacional. No se debe olvidar que a este equipo español se han aunado estudiantes de otras nacionalidades y que la excavación se ha realizado simultáneamente y en proximidad a los equipos belga, alemán, italiano, húngaro y varios equipos franceses.

Respetando la trayectoria propia del trabajo de cada equipo se puede en realidad reconocer en esta experiencia de más de diez años una auténtica colaboración científica internacional.

### 3.1 EL ESTANQUE MONUMENTAL Y EL BARRIO CENTRAL DE BIBRACTE (EXCAVACIONES 1987-1991) y el entorno

El equipo español de esta primera etapa de investigación fue dirigido por M. Almagro-Gorbea y J. Gran-Aymerich, actuando como principales responsables científicos de los trabajos Gema Sesé (Fundación Thyssen-Bornemisza, Madrid) y Francisca Hernández (Universidad Complutense, Madrid)<sup>3</sup>.

Los objetivos asignados por el Comité científico fueron la excavación de un sector prioritario común en la Pâture du Couvent, y la exploración del cerro del Porrey con el fin de descubrir el emplazamiento del muro conocido a través de las fotografías de Déchelette para proceder a la evaluación estratigráfica de esta parte del yacimiento. El Porrey es el sector culminante de Bibracte y uno de los menos conocidos del asentamiento. Un muro en gran aparejo irregular, pseudociclópeo, reconocido en 1880, pudo ser localizado en 1987 y explorado mediante una serie de catas estratigráficas. Dicha construcción ha sido identificada como el paramento de un muro de terraza y datada en la segunda mitad del siglo I a.C. Las prospecciones en este sector, que se continuaron en los dos años siguientes, pusieron en evidencia una serie de terrazas sobre la pendiente que desciende hacia el sector central. Este acondicionamiento del terreno se ha fechado en el último período de ocupación del *oppidum* gracias a la presencia entre el escaso material arqueológico recogido, de sigillatas itálicas y varios sellos anfóricos.

El sector central, junto a las ruinas del convento medieval, en la Pâture du Couvent, fue explorado a fines del siglo XIX por el mismo Déchelette, que descubrió los restos de un gran conjunto arquitectural, reconocido actualmente como la Ínsula II o Îlot des Grandes Forges, y dos bodegas con paredes de cantos que forman parte de la Ínsula I<sup>4</sup>. En 1986 se practicaron sondeos para localizar estas estructuras y en la primavera siguiente se inició su excavación por parte de la acción alternada de los equipos francés, español y belga, interviniendo más tarde también los equipos italiano, alemán y húngaro.

Al equipo español le fue asignada la misión de proseguir la exploración de un suelo empedrado, que resultó ser el pavimento de la calle principal de Bibracte (Fig. 3). En este empedrado se localizó una canalización cubierta, de 80 cm de ancho y 60 cm de profundidad, correspondiente a una primitiva conducción de madera, que fue recorrida sobre una longitud de 21 m. Siguiendo el trazado de la canalización en dirección a las ruinas del convento y de la fuente natural que allí mana apareció un estanque de grandes dimensiones (Fig. 4). La calle, que mide 15 m de anchura y está delimitada por la Ínsula I y por las construcciones descubiertas por los equipos alemán e italiano que lindan con el camino actual de acceso al yacimiento, sigue la dorsal topográfica del sector y asciende desde la Porte du Rebout, continuando hacia el barrio aristocrático del Parque aux Chevaux y las partes altas del *oppidum*.

<sup>3</sup> Ver los informes editados por el Centre archéologique européen del Mont Beuvray: el Rapport scientifique annuel, de 1988 (p. 5-9), 1989 (p. 1-10), 1990 (p. 58-70) y 1991 (p. 35-55). El Rapport biennal de 1986-1987, en la *Revue Archeologique de l'Est et du Centre-Est*, 40.2, 1989, (p. 217-220); id. de 1988-1989, 42.2, 1991, (p. 284-286); id. de 1990-1991, 44.2, 1993 (p. 315-321).

<sup>4</sup> BONENFANT, P.-P., 1996, "Bibracte, site archeologique europeen. Dejà dix ans de fouilles de l'U.L.B.", en *Anthropologie et Préhistoire*, 107, p. 171-191, fig. 2.

### 3.2. Las construcciones de la esquina occidental en la Ínsula I y la vía principal (excavaciones 1992-1993)

El segundo equipo español fue dirigido por Juan Gran-Aymerich (CNRS) y Francisca Hernández, Profesora Titular de la Universidad Complutense de Madrid. Los principales responsables científicos de este período de trabajos fueron E. Galán y B. Labadie<sup>5</sup>. Después de la excavación del Estanque monumental el equipo exploró el pavimento circundante de la calle principal, el ángulo noroccidental de la Ínsula II, el ingreso a la calle perpendicular a la principal, llamada Rue des Caves, y el ángulo occidental de la Ínsula I, en esta última área en colaboración con el equipo belga (Fig. 5).

Restos de construcciones de madera y de pavimentos de arcilla en la esquina occidental de la Ínsula I quedan como testigos de un espacio dedicado a actividades artesanales. En efecto, varios agujeros de poste y restos de tabique han permitido individualizar el ángulo de la Ínsula como un espacio en parte descubierto y en parte cubierto por un tejado, hecho probablemente de fibras vegetales a juzgar por la ausencia de restos de tejas, situado por delante de los edificios excavados por el equipo belga y que corresponden a las fundaciones de las bodegas PCO2, PCO2 bis y PCO3. El área excavada corresponde al sector propiamente angular de la Ínsula y a la construcción más próxima al Estanque monumental, que estaría abierta a la calle principal con la función de exposición y venta de los productos elaborados por los artesanos. La parte interior, hacia las construcciones mencionadas, presenta en cambio una zona de actividades relacionadas con pequeños hornos metalúrgicos, placas de hogar, piedras-yunque implantadas en el suelo con marcas de martilleado y una bodega con revestimiento de madera que habría servido de almacén a los objetos más preciosos de este supuesto taller-tienda. La actividad metalúrgica es evidenciada por los restos de trabajo a alta temperatura, pero la ausencia de vestigios de trabajo del hierro o del bronce sugieren una posible relación con el trabajo de materias primas preciosas y por ello, a título de hipótesis, se ha planteado que este taller situado frente al Estanque monumental pudiera haber pertenecido a un orfebre.

La bodega de madera de este edificio (4,5 por 5 m), situada en un ángulo interno de nuestro hipotético taller-tienda que presentaría su fachada principal hacia el estanque, sigue pautas arquitecturales conocidas por ejemplo en las excavaciones del Parking de la Mairie en Besançon. El suelo de esta bodega, excavada en toda su profundidad en el sustrato geológico, se encuentra a 1,80 m por debajo del pavimento de tierra batida del taller (Fig. 6). La construcción del armazón de madera consiste en una serie de robustos postes plantados verticalmente, distantes entre sí unos 50 cm, que soportan un tabique de planchas superpuestas horizontalmente y comprimidas por los postes contra la excavación de la bodega. Hay que recalcar que esta construcción ha sido la primera descubierta en Bibracte, seguida después por la bodega de madera PCO3 bis del equipo belga y por la localizada al otro lado de la calle principal por la Universidad de Bolonia. Hasta la fecha, la existencia de este tipo de estructuras de madera, o incluso de bodegas, parecía irrelevante en la arquitectura doméstica céltica<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Ver los informes del Rapport scientifique annuel, de 1992 (p. 33-38), 1993 (p. 25-34). Los informes del Rapport biennal de 1993-1994, en la *Revue Archeologique de l'Est et du Centre-Est*, 47.2, 1995, p. 217.

<sup>6</sup> BONENFANT 1996, p. 181.

### **3.3. Las construcciones de la esquina oriental en la Ínsula I y la calle de las Bodegas (excavaciones 1994-1999)**

La dirección del tercer equipo español ha sido asumida por Almudena Domínguez Arranz, Profesora Titular de la Universidad de Zaragoza, y Juan Gran-Aymerich (CNRS), contando como principales responsables científicos con Ana Pujol Puigvehí (Universidad Autónoma de Barcelona), José María Vallejo Rasero (Universidad de Zaragoza), Abigail Pereta Aybar (Servicio de Museos del Gobierno de Aragón) y Alberto Miñón Querejeta (Universidad de Zaragoza)<sup>7</sup>.

La intervención efectuada por la Universidad de Zaragoza y el CNRS en los dos primeros años fue determinante para orientar la investigación en los siguientes sobre el urbanismo de la Pâture du Couvent, y más concretamente del sector medio e inferior de la Rue des Caves o calle de las Bodegas. Se exploraron los edificios que la delimitan hacia el sur, en el barrio que Déchelette llamó PCO1 o Îlot de Grandes Forges, y hacia el norte, es decir los de la Ínsula I Era, pues, la primera vez que se intervenía en este sector inferior de la Pâture. En la esquina oriental de la Ínsula I, se descubrió un edificio identificado durante las excavaciones como un taller. También se han descubierto en este ángulo una calle paralela a la principal y los muros de una nueva serie de construcciones atribuidas a la extremidad del sector de la serie de talleres explorados por J.-G. Bulliot y denominados de la Côte Chaudron.

#### **El edificio de la esquina oriental de la Ínsula I**

En el ángulo oriental de la ínsula apareció un edificio de planta rectangular (8,5 por 4 m.) definido por tres muros de aterramiento y por una amplia fachada abierta hacia la calle inferior que fue descubierta por primera vez en el transcurso de estas nuevas excavaciones. Son muros cuidadosamente aparejados con mampuestos de piedra local unidos entre sí con el mortero amarillento típico de las construcciones tardías del Mont Beuvray (Fig. 7).

El interior de esta construcción ha estado probablemente dividido en dos espacios según diferentes indicios. Una posible diferencia de niveles en la preparación del suelo aparece bien marcada por la presencia de una zapata en el muro oeste y en la mitad del muro sur, mientras que esta zapata desaparece en la mitad norte del primer muro y no hay indicios en el muro norte. Un segundo indicio de esta compartimentación posiblemente a dos niveles es la presencia en el interior de la mitad sur del edificio de vestigios relacionados con el trabajo del hierro; se trata del fondo de una fosa interpretada como la base de un gran hogar, la fosa-cenicero, y una fuerte concentración de escorias de hierro, clavos, pequeñas barras-lingote de hierro y útiles de hierro con una funcionalidad indeterminada pero que bien pudieran estar ligados a actividades específicas como las del trabajo de la cera del cuero, entre otras. La mitad norte del interior del edificio no ha aportado vestigios

---

<sup>7</sup> VVAA (1998), "L'Oppidum de Bibracte. Un bilan de onze années de recherche (1984-1995)", en *Gallia*, 55, p. 26-30. DOMINGUEZ, A. 1998, *Revista de Arqueología*, 207, p. 56. Ver también los informes del Rapport scientifique, de 1994 (p. 67-77), 1995 (vol. 1, p. 1-25), 1996 (p. 3-4), 1997 (p. 113-132), 1998 (p. 97-106), 1999 (p. 101-112). El Rapport scientifique triennal de 1993-1995 (vol. I, p. 1-26).



de trabajo alguno mientras que por el contrario sugiere la existencia de una puerta de acceso directo a la vía pública. Tendríamos así una división del espacio interior con una parte norte que correspondería con el ingreso y una parte sur en torno a los hogares, ambas separadas por un tabique construido de material ligero. Pensamos que este edificio pudo haber correspondido también a una taller-tienda (Fig. 8).

Hay que advertir que la fachada principal del edificio se abre a un espacio que hoy coincide con el camino de la Côme Chaudron y sobre el que se ha identificado restos del revestimiento de una vía de acceso antiguo. Como vestigios de esta amplia fachada únicamente ha quedado una estructura muy mal conservada, de unos 18 cm de espesor, 45 cm de anchura y 2 m de largo, que se apoya directamente sobre el sustrato geológico cuya principal función sería la de nivelación del terreno al mismo tiempo que la cimentación de un muro levantado con tapial y fibras vegetales. Alineado con esta estructura y en posición casi central, la huella de un poste de madera parece confirmar la presencia de una cubierta inclinada sobresaliente sobre el muro de fachada y apoyada sobre postes entre los dos ángulos del edificio. Además, junto a la puerta, se realizó un sorprendente e interesante descubrimiento: una fosa de planta ovalada, de 86 por 48 cm respectivamente de diámetro, y 36 cm de profundidad, completamente abierta en el sustrato estéril y cubierta por la preparación del suelo interior del edificio (Fig. 9).

Esta pequeña fosa estaba rellena de tierra con carbones y fragmentos cerámicos, correspondiendo a un número mínimo de once recipientes, de los que tres estaban completos. Dentro del conjunto la pieza más destacable es un vaso de cerca de 30 cm de altura 8 de diámetro de boca, pintado con decoración moteada, aplicada con una técnica típica del Centro-Este de la Galia, desde el Morvan hasta el valle medio del Rin, que consiste en plantear la decoración en negativo con cera o grasa y sobre ella aplicar un pigmento de color (Fig. 10). La novedad estriba en ser la primera vez que se descubre en el Mont Beuvray una estructura de estas características con materiales que se remontan al siglo II y I a.C., en condiciones de conservación excepcionales.

### **La Rue des Caves y la calle inferior paralela a la principal**

En esta fase de la investigación uno de los hallazgos más notables para comprender el urbanismo de la Pâtur du Couvent ha sido sin duda el seguimiento del trazado de la Rue des Caves entre las dos esquinas de la Ínsula I. A través de un perfil estratigráfico realizado entre la fachada sur del edificio de la esquina oriental de la Ínsula I y la fachada norte de la Ínsula II se han podido seguir perfectamente las distintas fases de su construcción y los materiales utilizados. A la vez se ha confirmado su anchura de 5 m y que su trazado fue contemporáneo de la última ocupación del sector, la segunda mitad del I a.C.

En la preparación de la calle cada recarga principal ofrece características similares, es decir un relleno formado por estratos sucesivos de gravas y piedras de pequeñas y medianas dimensiones, restos anfóricos y en algunos lugares fragmentos de tejas planas o, con menor frecuencia, fragmentos de cerámicas. Se ha podido notar también la presencia de lechos intermedios hechos de una mezcla de guijarros, arcillas y arenas amarillentas que podrían provenir del lavado y de la decantación del nivel de sustrato, en el que se habrían disociado los elementos plásticos arcillosos; estos lechos de guijarros y arenas muy compactados están mejor atestiguados en los niveles más bajos de la stratigrafía de la calle, lo que les confiere un carácter más compacto. Todos los estratos que forman los diferentes suelos han sido cuidadosamente apisonados en una consistencia húmeda,

siguiendo el procedimiento de “macadam à l’eau”, bien documentada en otros sectores del yacimiento<sup>8</sup>.

En resumen, se puede hablar de tres fases o estados en la construcción de la Rue des Caves. El estado 1 (20-70 cm de espesor) que corresponde a los estratos más profundos de la calle, asentados directamente sobre el sustrato geológico, presenta un espesor variable debido a su función de uniformizar la pendiente natural del terreno. El estado 2 (60/80 cm de potencia) aparece definido por un encachado muy uniforme de téglulas que se apoya sobre un estrato de preparación compacto; una interrupción de unos 32/44 cm de ancho en este estrato de téglulas podría corresponder a los restos de una canalización que seguiría el borde de una acera de aproximadamente 1,45 m de anchura. En cuanto al estado 3, bajo el humus, restan algunos vestigios del revestimiento superior más reciente, formado por piedras y guijarros de mediano tamaño unidos con mortero que se apoya igualmente sobre un lecho de preparación muy compacto. Las partes conservadas de este empedrado superior han permitido evaluar la doble pendiente que caracteriza la Rue des Caves en su tramo más sur-oriental, en torno al 5%: hacia el sur, es decir, hacia el talweg seguido por el acueducto subterráneo descubierto a comienzos del siglo XIX, y hacia el este, o sea hacia el barrio de la Côme Chaudron. El material mobiliario más representativo hallado en la estratigrafía de la calle corresponde a fragmentos anfóricos, algunos con estampillas, y de sigillata itálica, que en algún caso portan *sigillum*, con una datación entre el 30/20 y el cambio de Era.

Una novedad de gran importancia puesta de manifiesto al realizar este corte estratigráfico ha sido el reconocimiento en el muro de fachada de la Ínsula II de dos interrupciones no documentadas hasta el momento sobre el plano de conjunto levantado a partir de las excavaciones de Déchelette. Presentan anchuras diferentes (1,80 y 3,45 m) y el acondicionamiento del muro para ambos accesos es igualmente diferente por lo que es previsible que la función fuera también distinta. La abertura más estrecha podría tener relación con el ingreso a un patio a cielo abierto, teniendo en cuenta la presencia delante de la misma, en el nivel de destrucción, de al menos tres bloques de piedra caliza en forma de clave que sugieren la hipótesis de una puerta con arco. La segunda abertura, la más meridional, podría ser igualmente un acceso a la Ínsula II, quizás una pequeña callejuela perpendicular a la calle des Caves y en el mismo eje de la calle inferior paralela a la del Estanque monumental. No obstante, investigaciones complementarias efectuadas sobre el muro mencionado plantean la posibilidad de que esta supuesta calle transversal que se introduce en la Ínsula II, si ha existido, pudiera ser tardía, dado que la prolongación del muro de fachada ha sido localizado un poco más profundo en su lugar.

La excavación en el sector ha contribuido, por último, a completar la información sobre cuatro puntos esenciales: la relación entre la Rue des Caves y la nueva calle inferior transversal a ésta, la subestructura de empedrado descubierta en la primera, el contacto entre la calle transversal y el edificio del ángulo sudoeste del barrio de la Côme Chaudron, el estudio de la pendiente de los suelos de la vía y el acondicionamiento de la circulación de las aguas. El estudio del nivel superior del empedrado en el punto de conexión de ambas calles muestra su prolongamiento en las últimas recargas, incluyendo los restos del *crustum*.

<sup>8</sup> ALMAGRO-GORBEA, M.; GRAN-AYMERICH, J., 1991, *El Estanque monumental de Bibracte (Mont Beuvray, Borgoña)*, Madrid, p. 62-68.

Considerando evidente la unidad constructiva de las dos calles se debe señalar la presencia de una estructura incluida en el tercer estado, o fase más reciente, de la calle de las Bodegas que aparentemente la delimita. Se trata de un paramento situado en la intersección de ambas vías, de contorno trapezoidal (1,5 por 2,5 por 2,9 m) construido con piedras de dimensiones medias unidas con el mismo mortero presente en otras estructuras y cuidadosamente dispuestas sobre un plano horizontal. Su finalidad sería la de contener el empuje de los niveles inferiores de la calle en este sector de fuerte pendiente en los dos sentidos, hacia el sur y hacia el este, y contribuiría también a delimitar una probable canalización a la vez que a desviar las aguas circulantes del edificio aparecido en el ángulo norte del barrio de la Côme Chaudron.

El edificio que marca el ángulo norte del barrio de la Côme Chaudron se sitúa en un nivel claramente más bajo, en relación con el de la esquina oriental de la Ínsula I. De la nueva construcción se ha puesto al descubierto por el momento únicamente el arrasamiento de su muro norte a lo largo de una longitud de 6 m, que es paralelo a la fachada principal de taller-tienda de la Ínsula I y delimita la nueva calle. El aparejo de este muro es sensiblemente idéntico al de las construcciones de las bodegas más próximas al Estanque monumental a base de hiladas bien alineadas, construídas mediante bloques de talla media regularizados sobre el plano de base y la cara visible.

## 4. LA ARQUITECTURA DEL ESTANQUE MONUMENTAL Y DE LA ÍNSULA I

### 4.1. El estanque monumental

El gran hallazgo de las excavaciones del equipo español en Bibracte, que tuvo un amplio eco en la prensa y en la televisión, fue descubrir en 1987 un estanque, pilón o fuente de cuyo fondo parte una canalización. Está construido con magníficos sillares de granito de color rosa, transportados de canteras del Morvan localizadas a varios kilómetros del yacimiento, perfectamente labrados y dispuestos en hiladas regulares. Mide 3,65 metros de ancho por 10,48 metros de largo, con una altura máxima conservada de 1,03 metros (Fig. 4). El elemento más interesante de este estanque resulta ser su peculiar forma de doble segmento de círculo, su sistema de trazado geométrico así como la impermeabilización con una capa de arcilla del fondo del estanque, por detrás de las paredes de los sillares y hasta el parapeto o brocal, gracias a un ingenioso sistema de cavidades semicilíndricas labradas simétricamente en las dos superficies inferior y superior de los sillares situados por encima del nivel del pavimento exterior al estanque; esta técnica de impermeabilización esta atestiguada en algunos otros ejemplos del mundo céltico y especialmente en estanques cuadrangulares de madera. Tanto las paredes como el fondo presentan una pendiente del 10%, para facilitar la limpieza ocasional del canal citado. En el fondo del estanque, que se apoya sobre la roca virgen, aparecieron algunos sillares procedentes de la destrucción del monumento y, por debajo, una serie de recipientes cerámicos abandonados después de la última limpieza, lo que permite fechar con seguridad la última utilización del estanque hacia el cambio de era, cronología que coincide con el abandono de Bibracte al fundarse *Augustodunum*.

El Estanque monumental corresponde a un sector de paso dentro de la calle principal

del *oppidum*, que por sus dimensiones (15 m de ancho) y cruce de calles menores puede considerarse como una zona ampliamente abierta con una función de intersección o plaza. Pero lo más sensacional de este hallazgo ha sido el llegar a conocer el sistema de trazado y la unidad de medida utilizados en su construcción, un pie de 30,4 cm aproximadamente. Este pie es la base o unidad de un sistema duodécimo que se ha utilizado para trazar el plano a base de círculos de 12 pies de diámetro con una técnica geométrica de círculos típicamente céltica. Tres de estos círculos de 12 pies, tangentes sobre un eje recto, dan una longitud teórica de 36 pies, y una anchura máxima que equivale al diámetro del círculo central, es decir, 12 pies. Los lados se han realizado trazando sobre el eje transversal que pasa por el centro sendas circunferencias equivalentes a cinco círculos de 12 pies, esto es, de 60 pies de diámetro, que se cortan en un quinto de su diámetro, constituyendo la zona intermedia de la superficie total del estanque, que ofrece, en consecuencia, unos peculiares lados curvos<sup>9</sup>.

Además del esquema base de círculos secantes, su trazado se ha efectuado siguiendo el principio del triángulo de Pitágoras (con lados correspondientes a 3, 4 y 5 medidas de base, en este caso 6 pies o sea la mitad de un círculo de 12 pies). La suma de los diámetros de los tres círculos de 12 pies que constituyen al eje más largo son 36 pies (o sea la medida mayor del estanque que es de 10,48 m). El ancho máximo corresponde al diámetro del círculo mediano, es decir, 12 pies (o sea 3,65 m). En fin, la mitad de su anchura, o sea 6 pies (1,82 m), debería corresponder a la altura interior del estanque. Observemos que el trazado sobre el terreno del plano de implantación del Estanque monumental, por medio de cuerdas de nudos y de compases de cuerdas, implica el desarrollo del eje menor hacia el este, y que ello se ha debido realizar poco antes del levantamiento de los edificios de la esquina de la Ínsula I.

Por otra parte, el trazado geométrico del estanque corresponde a una orientación astronómica, que ha sido estudiada gracias a la intervención del Departamento de Astronomía de la Universidad de Arizona en Tucson y del Departamento de Astrofísica de la Universidad Complutense de Madrid. El eje longitudinal está orientado a 36° 22' N, mientras que la orientación principal del monumento debe considerarse la de su eje transversal, que queda a 126° 22' N, ya que dicho eje es el que parece corresponder al comienzo del trazado del estanque pues es el esencial para iniciar su ejecución.

Es de suma importancia observar que el eje que forman el orto de invierno y su prolongación en el caso de verano coinciden con el eje transversal, que se ha supuesto fue utilizado como base para efectuar su trazado, existiendo entre ambos una desviación inferior a 1° 34'. En conclusión, se puede considerar que el eje de trazado del estanque corresponde al eje del orto en el solsticio de invierno y al ocaso de solsticio de verano, lo que evidencia que siguió una orientación astronómica. Por otra parte, la coincidencia del eje transversal con el orto de invierno y la cima del Porrey no parece en modo alguno casual y hace suponer, en consecuencia, una cuidada elección del emplazamiento del estanque en relación con una orientación topo-astronómica determinada<sup>10</sup> (Fig. 11).

---

<sup>9</sup> ALMAGRO-GORBEA, M., 1988, *Bibracte, ciudad de Vercingetorix*, en HISTORIA 16, n° 144, abril, p. 114-115; ALMAGRO-GORBEA, M.; GRAN-AYMERICH, J., 1991, *El Estanque monumental de Bibracte (Mont Beuvray, Borgoña)*, Madrid p. 185-190.

<sup>10</sup> ALMAGRO-GORBEA, M.; ARMENTIA, J. E.; GRAN-AYMERICH, J.; RODRIGUEZ, G., 1993, "Trazado y orientación topo-astronómica del Estanque monumental de Bibracte", en *Homenaje a José María Blázquez*, J. Mangas y J. Alvar (eds.), Madrid, vol. I, p. 267-284.

## 4.2. Los Edificios de las esquinas de la Ínsula I: cronología y funcionalidad

Considerando en su totalidad las construcciones de la esquina occidental de la Ínsula I se advierte una situación compleja que se puede analizar sobre tres sectores: el ángulo propiamente dicho de la ínsula, con una superficie de unos 12 por 12 metros con su fachada hacia el Estanque monumental y la bodega de madera situada en la parte trasera; la zona de las bodegas PCO 2, 2bis y 3, abiertas hacia el sol naciente sobre una gran área ausente de construcciones – o por lo menos sin estructuras de piedra aparentes que delimiten espacios de habitación – que se prolonga sobre la mayor parte de la extremidad sur de la ínsula, justamente hasta el edificio excavado en la esquina oriental; y por último el estanque propiamente dicho. El levantamiento de esta gran estructura hidráulica coincide con la última fase constructiva del conjunto arquitectural de la esquina occidental y con el final de la ocupación del *oppidum*, la segunda mitad del siglo I a.C. En lo que respecta a la función de estos tres sectores son de gran valor los vestigios de actividades metalúrgicas del sector correspondiente a la bodega de madera, el carácter decididamente doméstico de los edificios de las bodegas PCO 2, 2bis, 3 y 3bis, así como la pertenencia probable a estos mismos edificios de una buena parte del área abierta que desciende la pendiente de la Ínsula.

En cuanto a la esquina oriental de la misma ínsula queda bien definida por el edificio rectangular construido en aparejo. El mobiliario arqueológico integrado en la preparación de su pavimento nos aproxima a la cronología *post quem* más próxima al período de construcción y de ocupación del edificio. Este nivel de preparación del suelo se apoya sobre el sustrato estéril, sin ningún indicio de ocupación anterior, aunque en su interior contiene materiales residuales del tipo de fragmentos de cerámica pintada e imitaciones de campaniense de barniz negro (c. 110-80 a.C.), no obstante la datación más reciente de este nivel viene dado por la cerámica itálica y las ánforas de tipo Dressel I (hacia el 30 a.C.). Por lo que respecta al abandono: el estrato inferior del nivel de destrucción comportaba como material mejor y más recientemente datado algunas monedas de la colonia *Nemausus* (hacia el 9 de C.). El abanico cronológico del edificio parece corresponder por tanto con la misma datación de las construcciones identificadas en el ángulo opuesto de la misma ínsula. En cuanto a su funcionalidad, debió ser el taller de un artesano dedicado a la elaboración de pequeños útiles de hierro a juzgar por los restos de combustión, escorias y objetos de este metal repartidos en torno a las dos fosas abiertas en el suelo de la estancia más meridional, mientras que la parte más septentrional sugiere la existencia de una estancia con acceso fácil a la vía pública para la exposición y venta de la mercancía producida en el taller.

A pesar de no existir indicios de ocupación anterior bajo el suelo del edificio, hay que recordar la presencia de una fosa con materiales de finales del siglo II a comienzos del I a.C. Esta fosa se encuentra a la entrada de la casa en un punto muy próximo a la puerta. Por el momento y en tanto que hipótesis de trabajo puede deducirse por su disposición que podría tratarse bien de una fosa intencional correspondiente a una fase más antigua, como evidencia el tipo de depósito de su interior, que fue truncada al realizar la nivelación de la terraza para el establecimiento del nuevo habitat, o bien podría considerarse una fosa de fundación rellena con materiales de prestigio en el momento de la construcción de la nueva casa. No obstante, no hay que descartar su relación con el Estanque y un planteamiento topurbanístico más amplio.

## 5. CONCLUSIONES Y PERSPECTIVAS

En suma, la intervención del equipo español en Bibracte ha logrado unos datos sorprendentemente nuevos para esta ciudad que ha sido objeto de tantas y tan amplias excavaciones. En algunos aspectos la novedad se sitúa incluso al nivel de la arqueología del mundo céltico en general. En este orden cabe destacar: la singular arquitectura de granito rosa del estanque descubierto en la calle principal en 1987. La primera bodega de madera documentada en Bibracte, localizada en la esquina occidental de la Ínsula I, en 1992. En fin, el hallazgo, en 1998, de una fosa ritual bajo el edificio de la esquina oriental de esta misma ínsula. La bodega de madera mencionada se enmarca dentro de un área de actividades metalúrgicas posiblemente en relación con la orfebrería. Forman parte de este gran conjunto los edificios reconocidos por las potentes fundaciones de las grandes bodegas PCO 2, 2bis y 3, estudiadas por el equipo belga. Por otra parte, el edificio que el equipo español ha excavado en la esquina opuesta se interpreta, como se ha observado, también dentro del ámbito de actividades artesanales y de venta. En definitiva, nos encontramos ante una arquitectura de bodegas o construcciones semienterradas con alzados en materiales ligeros; es decir, la misma arquitectura que conocemos en la extensión de este barrio hacia la Porte du Rebut y el ingreso del *oppidum*, un barrio de tiendas y artesanos que ya fue en parte explorado por J.-G. Bulliot. Por el contrario, los edificios reconocidos parcialmente por el equipo español y en curso de estudio por la Universidad de Budapest, en la Ínsula II o des Grandes Forges, presentan muros alzados en fuerte cantería y pertenecen a un conjunto homogéneo, de mayores dimensiones y mas alto prestigio, de probable funcionalidad pública y que se extiende por debajo del convento medieval. En suma hay que suponer que la Ínsula I correspondería al límite sur del barrio de artesanos.

El Estanque monumental atiende, como se ha visto, a un esquema geométrico y a una orientación topoastronómica muy elaborados. El trazado y la construcción son anteriores o mejor contemporáneos de la última fase constructiva de la Ínsula I. Según la hipótesis avanzada en la monografía dedicada a su estudio, el carácter muy particular de esta singular construcción está relacionado con su emplazamiento vinculado a una división espacial del hábitat. El Estanque monumental de Bibracte puede ser interpretado como un mundus y relacionado con una organización topográfica de Bibracte<sup>11</sup>.

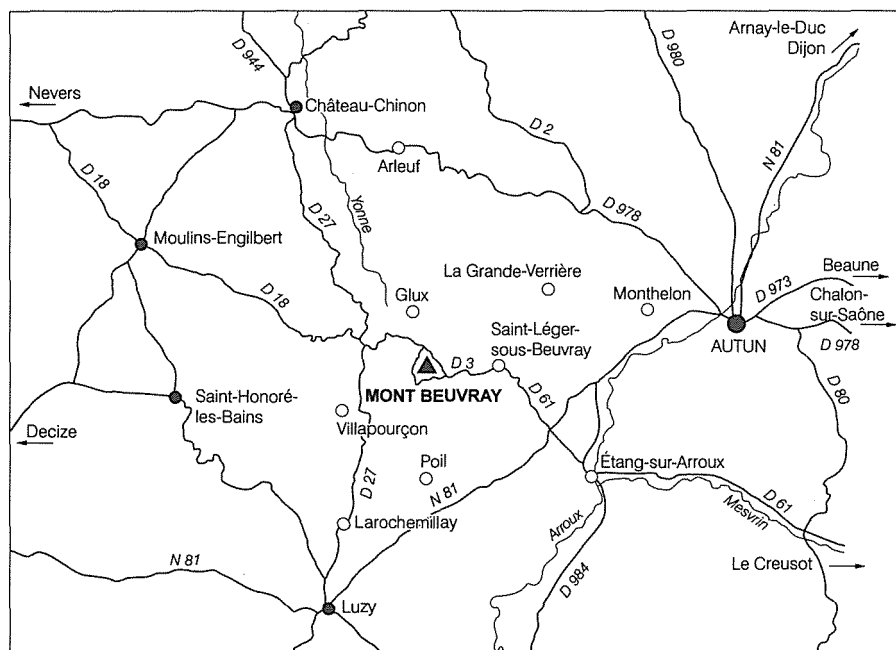
La fosa ubicada en la esquina oriental de la Ínsula ofrece las características de una fosa profunda y estrecha que habría podido servir para plantar uno de los postes utilizados en las mediciones y la orientación astronómica del eje transversal del estanque. Esta hipótesis puede ser la más verosímil para ofrecer un esquema interpretativo simultáneamente de la arquitectura y de la topografía de la última fase de ocupación de esta zona central del *oppidum*. Sin embargo, siendo un hallazgo excepcional y no estando consumada la investigación en el sector, otras interpretaciones podrían ser tenidas en consideración en el futuro.

Para terminar queremos recalcar el hecho de que se trata de una primicia absoluta en la colaboración arqueológica hispano-francesa. En efecto, si equipos franceses han participado activamente en la investigación arqueológica sobre el territorio español desde finales

---

<sup>11</sup> ALMAGRO-GORBEA, M.; GRAN-AYMERICH, J., 1991, *El Estanque monumental de Bibracte (Mont Beuvray, Borgoña)*, Madrid, p. 205-229.

del siglo pasado, como evidencian figuras como las de Pierre Paris y el abate Breuil, o la actividad de la Casa de Velázquez en Madrid, cuyas obras son de sobra conocidas, el equipo del Beuvray representa la primera intervención española programada sobre un yacimiento francés. Se trata, además, de un nuevo tipo de colaboración arqueológica, a nivel europeo, que sin duda se desarrollará en otros yacimientos y con otros objetivos científicos.



**Fig. 1**



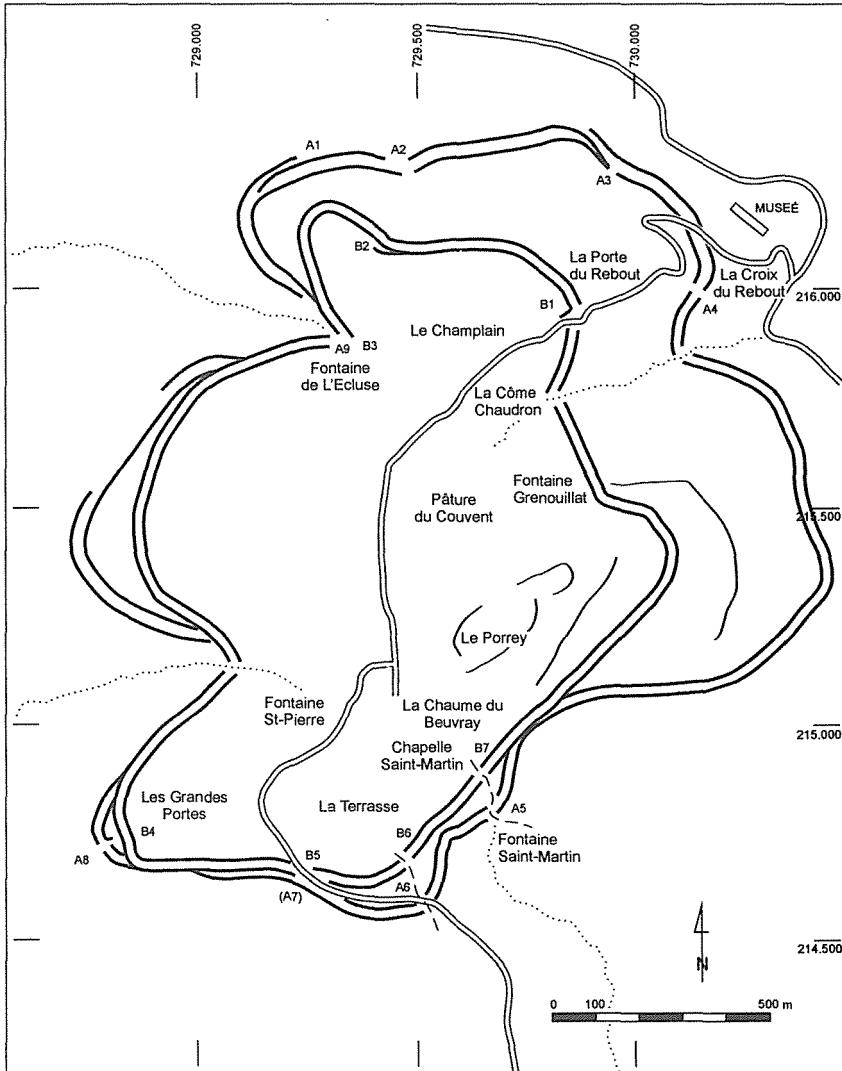


Fig. 2



**Fig. 3**



**Fig. 4**

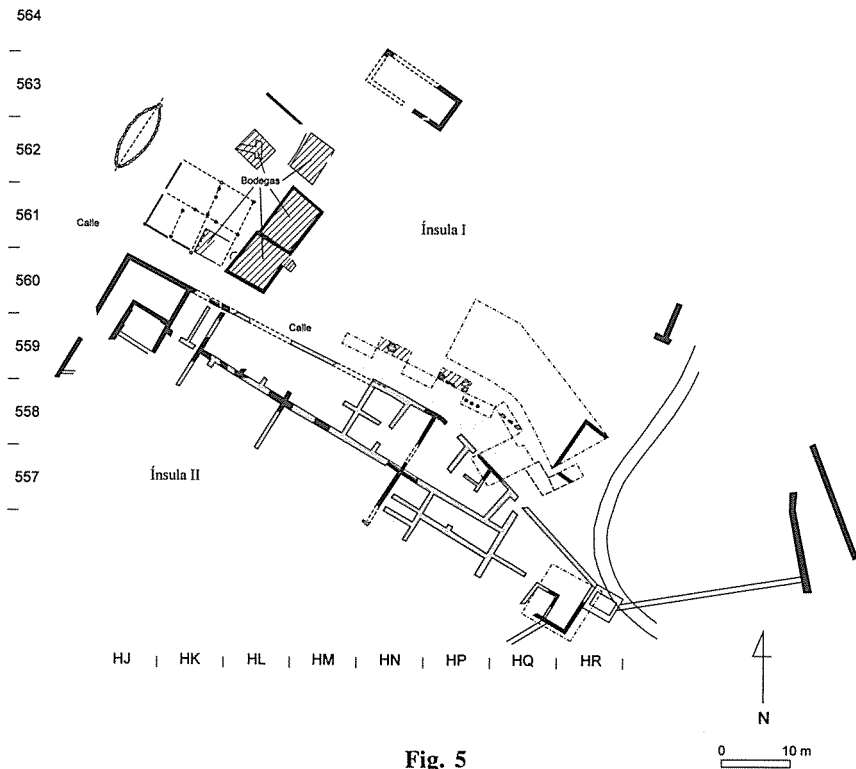


Fig. 5

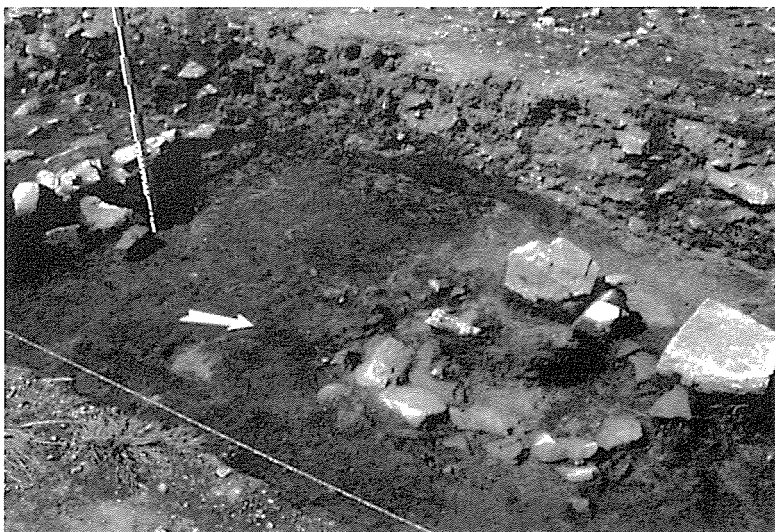
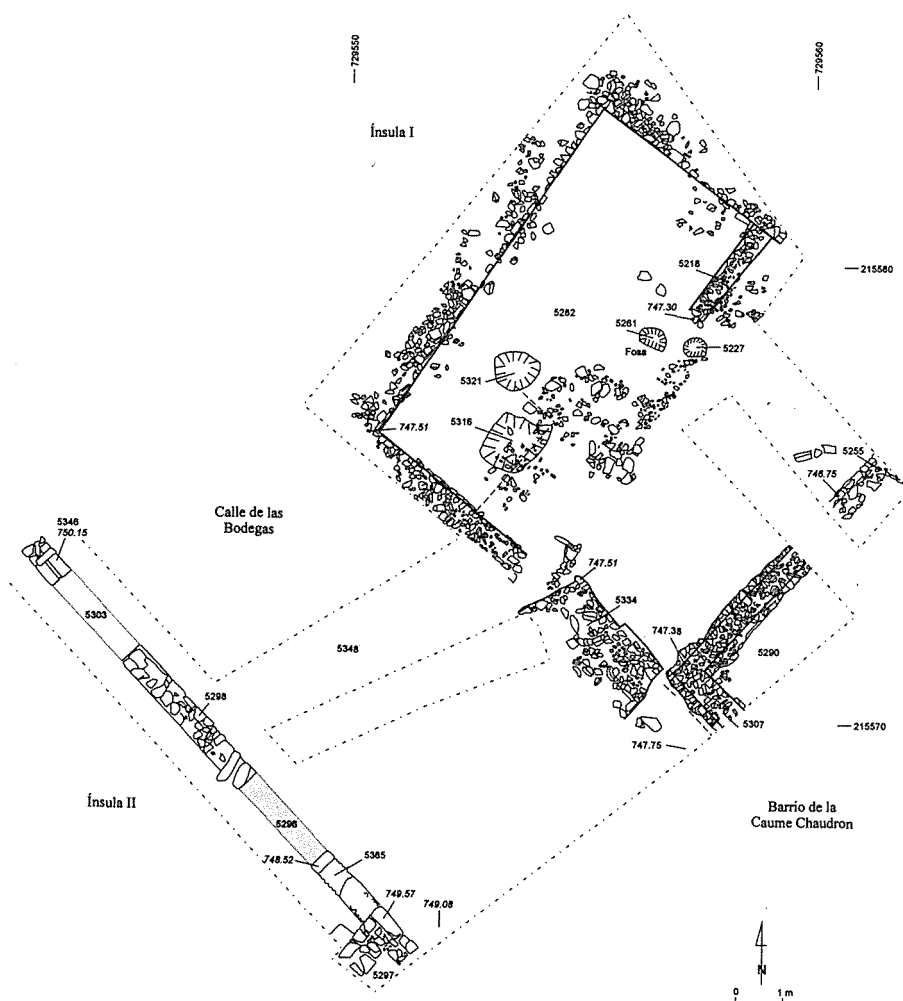
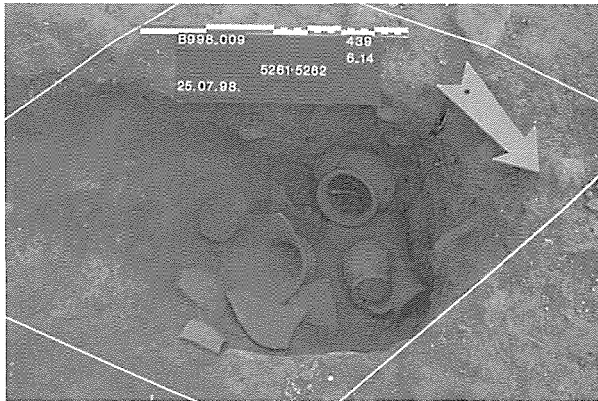
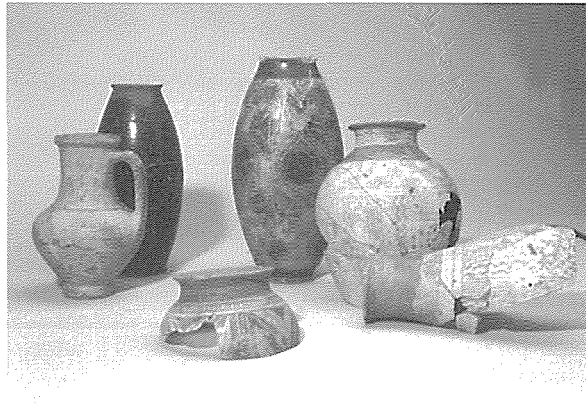
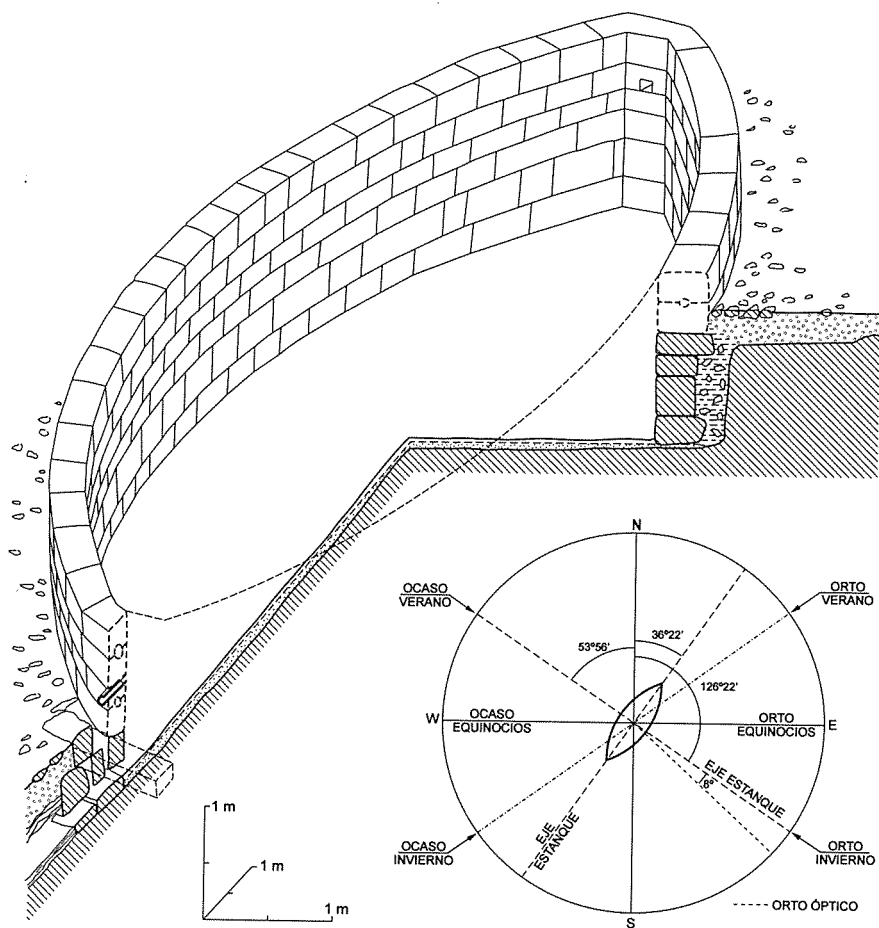


Fig. 6



**Fig. 7**

**Fig. 8****Fig. 9****Fig. 10**



**Fig. 11**

# LA MIRADA PÉTREA: IMÁGENES DE LA GORGONA EN LOS MONUMENTOS FUNERARIOS HISPANORROMANOS EN FORMA DE ALTAR\*

por

Alicia Jiménez Díez\*\*

“... la máscara se quita y queda el hombre.”  
Lucrecio, *De la naturaleza de las cosas*, III, 86

Se conocen, desde hace tiempo, una serie de relieves con representaciones de la cabeza de la Gorgona (*gorgoneion*), conservados en el Museo Arqueológico de Barcelona. Aparecieron recogidos en obras consideradas hoy “clásicas”, como las *Esculturas romanas de España y Portugal*, que A. García y Bellido publicó en 1949 y en distintos escritos de A. Balil, dedicados a la ciudad de Barcelona<sup>1</sup>. Tras un trabajo monográfico de este último autor sobre el tema<sup>2</sup>, comenzaron a ver la luz, a principios de la década de los ochenta, una serie de artículos, redactados por L. Baena<sup>3</sup> en los que se daba noticia de la existencia de este motivo iconográfico en piezas halladas en la región del Alto Guadalquivir a principios de siglo, que habfan permanecido, hasta ese momento, inéditas. Al igual que los relieves barceloneses, este nuevo conjunto se asoció al ámbito de las necrópolis, y, en concreto, a determinados monumentos funerarios en forma de altar<sup>4</sup>. En la Península Ibérica este tipo

---

\* Este artículo forma parte de la investigación que desarrolla la autora en el marco de una beca de F. P. I. de la Comunidad Autónoma de Madrid.

Agradezco al Prof. Manuel Bendala Galán sus comentarios sobre una primera versión de este artículo.

\*\* Universidad Autónoma de Madrid. E-mail: alicia.jimenez@uam.es

<sup>1</sup> A. Balil (1961): *Las murallas romanas de Barcelona*. A. Balil (1964): *Colonia Iulia Augusta Paterna Faventia*.

<sup>2</sup> A. Balil (1979): “Los *gorgoneia* de Barcino”, *Faventia*, 1.1, p. 63 y ss.

<sup>3</sup> L. Baena (1982): “Esculturas romanas de Mengíbar”, *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología (BSAA)*, 48, p. 111 y ss.; L. Baena (1983): “Relieves romanos de Castulo en el Museo Arqueológico Nacional”, *BSAA*, 49, p. 47 y ss.; L. Baena (1984): “Relieves romanos de la provincia de Jaén”, *AEspA*, 57, p. 47 y ss.; L. Baena (1984): “Relieves romanos de Mengíbar (Jaén)”, *Itálica*. Cuadernos de Trabajos de la Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, 17, p. 127 y ss.

<sup>4</sup> Hasta el momento se han encontrado en Andalucía 11 frontones que pudieron pertenecer a esta clase de monumentos, de los cuales al menos 9 estuvieron decorados con la cabeza de la Gorgona

de piezas se encuentran documentadas fundamentalmente en el noroeste (*Barcino* y *Tarraco*) y en el sureste (concretamente en el Alto Guadalquivir), si bien es posible encontrar otros ejemplos en Valencia, Segóbriga, Zaragoza, Teruel, Badajoz (*Emerita Augusta*) y Idanha-a-Velha (Portugal). Los prototipos italianos de estos monumentos en forma de altar se remontan al desarrollo del “monumento a dado” que, desde finales del siglo II a. C. – principios del siglo I a. C. había comenzado a adquirir nuevos componentes, como pilastras, que se situarán en las esquinas, o un friso dórico, que en época helenística había sido uno de los elementos decorativos frecuentes en los altares mayores. Dos fueron los métodos para coronar este tipo de construcciones. O bien se añadían dos *pulvini* monumentales (a la manera de un altar), o bien se situaba en la parte superior un *naiskos* o edícula. Este modelo, comenzará a difundirse en las provincias occidentales (principalmente, la Narbonense, Hispania, Galia y Germania) ya desde fines del siglo I a. C. asociado al proceso de colonización romana y a determinados grupos sociales como la “burguesía mercantil” o las aristocracias locales (J. Beltrán, 1990: 185).

La imagen de la Gorgona aparece representada en dos espacios muy concretos de este tipo de altares funerarios. En las piezas de la *Tarraconensis* se sitúan sobre la cara frontal de los *pulvini* mientras que en los ejemplos hallados en la *Baetica* suele encontrarse en frontones. La pertenencia de estos últimos a monumentos en forma de altar es una hipótesis que J. Beltrán (1990: 202) considera plausible, atendiendo sobre todo a su tamaño (algo pequeño para formar parte de edículas) y a paralelos bien documentados en Neumagen (Figs. 1 y 2)<sup>5</sup>.

Sin embargo, en ambos casos la iconografía utilizada se ciñe con bastante fidelidad a la utilizada por la misma época en el ámbito romano, en el que determinados rasgos atemorizadores presentes en las imágenes griegas o etruscas, que enfatizaban el carácter demoníaco de este personaje (la boca entreabierta, los colmillos y la lengua sobresaliendo entre ellos, el pelo plagado de serpientes y, en ocasiones, la barba), han desaparecido o aparecen suavizados. La Gorgona romana, evolución de prototipos helenísticos, aparece como una mujer joven, aunque de rasgos un tanto asexuados, de cabellos ondulados entre los que pueden (o no), aparecer serpientes. Sobre la cabeza, representada siempre de frente, suelen entrecruzarse dos pequeñas alas. Bajo la misma (y en algunos ejemplos también sobre ella), es posible observar el nudo hercúleo, realizado, en la mayoría de los casos, con las colas de dos serpientes. Las implicaciones simbólicas de la Gorgona son complejas, pero es posible que un conjunto de frisos con relieves, encontrados también en la zona del Alto Guadalquivir (con máscaras de seres pertenecientes al *thyasos* báquico o teatrales, erotes, guirnaldas, rosetas, grecas, etc.), que con bastante probabilidad formaron parte de esta clase de monumentos funerarios en forma de altar, contribuyan a proponer una lectura iconográfica.

---

Medusa: tres de ellos fueron encontrados en *Illiturgi*, Mengíbar (Jaén) (J. Beltrán, 1990, números 9, 10 y 17). Otros tres pertenecen a Castulo, Linares (Jaén) (J. Beltrán, 1990, números 12, 13 y 14). Uno de ellos es de procedencia desconocida, aunque puede suponerse su hallazgo en la provincia de Jaén (J. Beltrán, 1990, número 16). El resto se encontraron en Osqua, Villanueva de la Concepción, (Málaga) (L. Baena, 1987: nº 5) y Arua, Alcolea del río (Sevilla) (J. Beltrán, 1990: número 15)

<sup>5</sup> A. Martínez Valle (1995: 280), considera, por el contrario que estos frontones debieron pertenecer a edículas o estelas.



Tampoco la cronología de este tipo de construcciones en Hispania ha podido establecerse con toda seguridad, debido a que la mayoría de las piezas se encontraron descontextualizadas o reutilizadas en monumentos posteriores. En la zona catalana, la adopción de tipos arquitectónicos de carácter funerario de origen romano, está documentada al menos desde época julio-claudia, aunque la fecha propuesta en concreto para los altares funerarios oscilaría entre época flavia y severa. En el caso de los relieves del sur peninsular, aunque es posible rastrear en determinados relieves de *Urso* (Osuna), por ejemplo, modelos adaptados de prototipos medio-italicos desde época tardorrepublicana, J. Beltrán (1990: 210), prefiere retrasar su posible introducción a época flavia, manteniéndose luego en uso a lo largo de todo el siglo II d. C. Si bien en el siglo I d. C. es posible encontrar ya monumentos funerarios en forma de altar en la Narbonense, es posible que la difusión de esta variante monumental tuviese un origen común en la Península Itálica, y, por tanto sería preferible pensar en una difusión coetánea hacia distintas regiones, más que derivada desde determinados núcleos provinciales a otros (A. Balil, 1979: 64).

En Hispania, como en el resto del mundo romano, encontramos la efigie de la Gorgona sobre distintos soportes, no siempre relacionados con el ámbito de las necrópolis. Así, por ejemplo, sobre elementos arquitectónicos, como los clipeos del pórtico del foro de *Emerita Augusta*<sup>6</sup>, la ménsula de clave de arco del Museo Diocesano de Vic<sup>7</sup> o distintas terracotas arquitectónicas procedentes de Itálica y Ampurias<sup>8</sup>; en elementos relacionados con la esfera militar (escudos y thoracatas), como el torso (posiblemente Eneas) del “Foro de mármol” de Mérida<sup>9</sup>, las diversas representaciones conservadas de Atenea-Minerva con la imagen de la Gorgona sobre la Égida, o el *scutum* de mármol hallado en la Villa de *Els Munts*<sup>10</sup>; así como en mosaicos<sup>11</sup> u otros objetos decorativos. En otras ocasiones, encontramos el rostro de la Gorgona sobre monumentos incluidos en contextos funerarios, como en las pinturas de la bóveda de las tumbas del Rhytón de Vidrio y de Tito Urio de Carmona<sup>12</sup>, el paramento conservado del monumento a los *Atillii* en las proximidades de Sádaba<sup>13</sup>, o los fragmentos de monumentos en forma de altar que se conocen con este motivo, por citar algunos ejemplos.

No es difícil encontrar en los textos de los autores antiguos el vínculo de la Gorgona con la esfera militar (especialmente en relación con Atenea – Minerva), aunque su imagen

---

<sup>6</sup> J. M. Álvarez Martínez; T. Nogales Basarrate: “Schema urbain de Augusta Emerita: Le portique du forum”, *Akten des XIII Internationalen kongresses für Klassische Archäologie*, Berlín 1988 (1990), p. 336 y ss.

<sup>7</sup> A. Balil (1983): “Esculturas romanas de la Península Ibérica (VI)”, *BSAA*, 49, p. 257, n° 132.

<sup>8</sup> S. F. Ramallo (1999): “Terracotas arquitectónicas de inspiración itálica en la Península Ibérica”, *El ladrillo y sus derivados en la época romana. Monografías de Arquitectura Romana*, 4, M. Bendala Galán, Ch. Rico y L. Roldán (eds.), Madrid, p. 159 y ss. figs. 6, 7 y 8.

<sup>9</sup> P. Mora Piris (1997): “Las Thoracatas. Exponente singular de la escultura militar romana”, *La guerra en la Antigüedad*, Catálogo de la Exposición, Madrid, p. 347 y ss.

<sup>10</sup> E. M. Koppel, (1992): “El escudo de la Villa de «Els Munts» (Tarragona)”, *Madrider Mitteilungen*, 33, p. 433 y ss., Láms. 21 – 23.

<sup>11</sup> R. Mondelo (1983): *Mosaico con representación de la Gorgona hallado en Palencia*, Palencia

<sup>12</sup> M. Bendala, (1976): *La necrópolis romana de Carmona (Sevilla)*, Sevilla, pp. 92 y 94, láms. LXVII - 2 y LXXI - 2.

<sup>13</sup> M. L. Cancela (1993): “Elementos decorativos de la arquitectura funeraria de la Tarraconense Oriental”, *Actas de la I Reunión sobre escultura romana en Hispania*, T. Nogales (coord.), Madrid, p. 246, fig. 6.

se asocia en las fuentes grecolatinas de manera esencial al mundo de ultratumba. La Gorgona Medusa habitaba, junto a sus hermanas Esteno y Euríale, más allá del océano, junto al país de las Hespérides<sup>14</sup> y de los muertos. Las tres fueron fruto de la unión de dos divinidades marinas: Forcis y Ceto. Eran hermanas de otros seres monstruosos como las Grayas, “canosas desde su nacimiento”. De las tres gorgonas, únicamente Medusa era mortal, mientras que sus hermanas estaban a salvo de la vejez<sup>15</sup>. Una de las imágenes más completas del monstruo se encuentra en la *Biblioteca* de Apolodoro de Atenas<sup>16</sup> que lo describe como un ser con la cabeza rodeada de escamas de dragón, colmillos similares a los de un animal frecuente en el imaginario sepulcral como es el jabalí, manos de bronce, alas de oro y mirada capaz de convertir a un hombre en piedra<sup>17</sup>. Por su capacidad de robar el aliento a los vivos con una sola mirada, atemorizaba tanto a mortales<sup>18</sup> como a inmortales. Aun así Poseidón fue capaz de unirse a ella dejándola encinta<sup>19</sup>. Posiblemente tanto su pareja divina, como sus progenitores y su ubicación más allá del océano, junto con algún episodio del ciclo de Perseo alusivo a las Nereidas, permita explicar las asociaciones que es posible constatar en la iconografía entre la Gorgona y distintos seres marinos (delfines, nereidas, monstruos marinos...) <sup>20</sup>.

Tanto Apolodoro como Ovidio describen con detalle el ciclo de Perseo en el que se inscribe el episodio de la decapitación de la Gorgona<sup>21</sup>. Perseo pertenece al grupo de personajes míticos concebidos “milagrosamente” y rescatados tras ser arrojados a las aguas por un familiar temeroso de una profecía. En este caso es Acrisio el que, al ser prevenido por el oráculo de que el descendiente de su hija Dánae le daría muerte, decidió encerrar a la muchacha que, aun así, quedó embarazada al descender Zeus a su prisión transformado en lluvia de oro. Cuando Dánae dio a luz a Perseo, Acrisio arrojó a ambos al mar metidos en un arca, que gracias a la ayuda de las Nereidas<sup>22</sup>, pudo arribar a Sérifos, una de las islas menos importantes del archipiélago de las Cícladas, donde ambos fueron recogidos por Dictis. El hermano de este último, Polidectes, que era el rey de la isla, se enamoró de Dánae, pero ante la imposibilidad de yacer con ella, debido a que Perseo era ya un adulto, decidió engañar al héroe. Con la excusa de una petición de regalos para la supuesta boda que preparaba con otra mujer, Polidectes envió a Perseo en busca de la cabeza de la

---

<sup>14</sup> Plinio, *Hist. Nat.*, VI 31 (36)

<sup>15</sup> Hesíodo, *Teog.*, 274 – 278

<sup>16</sup> Apolodoro, *Bibl.* II, 4, 2

<sup>17</sup> Ni Homero ni Hesíodo describen el aspecto físico de la Gorgona Medusa. Este hecho se ha utilizado como argumento para explicar la disparidad iconográfica de lo que se ha interpretado como las primeras representaciones de Gorgonas. Es posible que en la etapa inicial no existiese más que una noción general del rol que desempeñaba este personaje y no una iconografía de rasgos netamente definidos (T. P. Howes, 1954: 213).

<sup>18</sup> Homero, *Od.* 11, 634 y ss. Esquilo, *Prom.*, 800.

<sup>19</sup> Hesíodo, *Teog.*, 279. Aunque según otras tradiciones, en el origen de la monstruosidad de la Gorgona está precisamente esta relación con Poseidón, que la forzó en el Templo de Atenea. La diosa, ofendida por el sacrilegio, habría convertido los cabellos de Medusa en serpientes (Ovidio, *Met.*, IV, 794).

<sup>20</sup> *L.I.M.C.* IV – 2., n. 70, 122a, A. L. Frothingham (1915), fig. 3. L Baena (1982), lám. I., donde se publica por primera vez el frontón de *Iiturgi* con representación de *Gorgoneion*, monstruos marinos y Nereida.

<sup>21</sup> Apolodoro, *Bibl.* II, 4. Ovidio, *Met.*, IV, 604 y ss, V 1 y ss.

<sup>22</sup> Lucano, *Diálogos Marinos*, 14, 1.

Gorgona, pensando que por este medio podría alejarlo de su reino. Se inicia entonces lo que se ha comparado con un viaje iniciático al extremo occidente (lugar en el que la mitología grecolatina sitúa el reino de los muertos<sup>23</sup> y los bienaventurados<sup>24</sup>) (C. Sourvinou – Inwood, 1994: 60), en el que Perseo se irá haciendo con distintos “objetos mágicos” que le permitirán superar con éxito la prueba. Para llegar hasta las ninfas que custodiaban varios de ellos, tuvo que engañar a las Graias, hermanas de las Gorgonas como sabemos, dotadas de un solo ojo y un solo diente que debían compartir entre las tres, que le indicaron el camino gracias al ingenio de Perseo<sup>25</sup>. Las ninfas, a su vez, entregaron al héroe las sandalias aladas<sup>26</sup>, la alforja (*kíbisis*) en la que guardaría la cabeza de Medusa y el casco del Hades que hacía invisible a aquel que lo portaba. Atenea le cedió su escudo y Hermes, por su parte, la hoz (*harpé*) con la que Cronos había castrado a Urano<sup>27</sup>. Perseo se detuvo ante las Gorgonas vencidas por el sueño, y sin mirarlas, guiándose sólo a través del reflejo de Medusa sobre el escudo de Atenea que utilizó como un espejo<sup>28</sup>, decapitó al monstruo. Al cortar la cabeza, brotaron del cuello los frutos de la unión de la Gorgona con Poseidón: el caballo alado Pegaso<sup>29</sup> y Crisaor, el padre de Gerión<sup>30</sup>. Fue entonces cuando las otras dos gorgonas inmortales despertaron de su sueño e intentaron perseguir a Perseo, al que no podían ver gracias al casco del Hades, que hace a los vivos invisibles, como los espectros de los muertos. Se nos cuenta que Atenea inventó la flauta, cuyo sonido se oía en los ritos funerarios<sup>31</sup>, en los cortejos de Dionisos y en los espectáculos teatrales, imitando el sonido del gemido fúnebre de las gorgonas y sus serpientes al ver a su hermana decapitada<sup>32</sup>. El

---

<sup>23</sup> Las Gorgonas, según Virgilio (*En.* VI, 289), habitaban a las puertas del Hades.

<sup>24</sup> Estrabón (I, 1, 4; III, 2, 13) vincula los versos homéricos que sitúan los campos Elíseos en los confines de la tierra (*Od.* IV, 563-568) con las regiones meridionales de Iberia.

<sup>25</sup> El héroe las obligó a revelárselo cuando les quitó el único ojo que poseían poniendo la mano debajo cuando se lo estaban pasando de una a otra (Ovidio, *Met.*, IV, 775).

<sup>26</sup> No hay que olvidar que las sandalias aladas eran uno de los atributos de Hermes, ser psicopompo que podía transitar entre los dos mundos.

<sup>27</sup> Hesfodo. *Esc.*, 221.

<sup>28</sup> Aunque en general la mayoría de los autores interpretan las imágenes de *Gorgoneia* que aparecen representadas en los escudos desde época Protocorintia, o bien como un elemento apotropaico, capaz de “petrificar al enemigo”, o bien como una alusión a Atenea (G. H. Chase, 1979: 28), es cuando menos sugerente el hecho de que la victoria sobre la Gorgona se obtenga al “cortar el cuello” de la imagen reflejada en el escudo. Distintos escudos o armas defensivas míticas, como la égida de Atenea, portaban en el centro la imagen de la Gorgona o estaban realizados con su piel: Homero, *Il.*, V, 741; XI, 36 – 37. Eurípides, *Ión*, 995. Apol. Bibl. II, 4, 3.

<sup>29</sup> De «pege», manantial. Según Hesfodo, el nombre le venía de su nacimiento junto a los manantiales del Océano, río circular que, como indica Homero (*Od.*, XI, 155-159), separaba el Hades del mundo de los vivos.

<sup>30</sup> En general, toda la estirpe de la Gorgona (Gerión, Equidna, Orto, Cerbero, Hidra de Lerna, Quimera, Esfinge, León de Nemea, reptil guardián de manzanas de oro) está muy relacionada con el descenso al mundo infernal y con los trabajos de Hércules (Hesfodo, *Teog.*, 279 y ss).

<sup>31</sup> J. M. C. Toynbee (1971): *Death and Burial in the Roman World*, Londres y Southampton, fig. 9.

<sup>32</sup> Píndaro, *Pit.* XII. Determinados estudios etimológicos han relacionado la raíz del sánscrito «gar\_» con el término «gorgona». De esta primera, derivarían un conjunto de palabras en distintas lenguas germánicas y romances, como las castellanas «gorjear» (quiebro de voz en la garganta o articulaciones imperfectas en la voz de los niños cuando empiezan a hablar) y «gorgoritos (quiebro que se hace con la voz en la garganta, especialmente al cantar)”. Ambos términos implican sonidos naturales, el segundo, en concreto, especialmente asociados al canto. En este sentido, T. P. Howe ha

*aulós* o la *syrix*, la flauta o la doble flauta de pan, no permiten escuchar simultáneamente el canto del hombre. Según Aristóteles esta fue una de las razones que llevó a Atenea a desechar el instrumento, pues al ser incompatible con la palabra, no permite desarrollar la inteligencia. Al impedir al músico hacer uso de la palabra, el carácter del sonido que se escucha no es ético sino orgiástico. La melodía no actúa instruyendo (*máthesis*), sino purificando (*kátharsis*). Al son de la flauta, baila en el *Heracles* (1119) de Eurípides, una “bacante del Hades” poseída por la locura de la música que, según el poeta, ejecuta la Gorgona y las cien cabezas de sus serpientes, silbando a un tiempo (J. P. Vernant, 1996: 77-79).

La cabeza de la Gorgona, a pesar de haber sido cercenada del cuerpo del monstruo, mantuvo sus cualidades mágicas, y cada vez que Perseo la extraía del saco convertía en piedra todo lo que se cruzaba con su mirada<sup>33</sup>. También la sangre que fluía de la herida tenía cualidades maravillosas, posiblemente relacionadas con el “carácter liminal” de la Gorgona. La sangre que corría por la vena izquierda de la cabeza era un veneno mortífero, mientras que con la de la derecha era posible resucitar a los muertos<sup>34</sup>. Además, las pocas gotas de sangre que cayeron sobre suelo libio durante el regreso del héroe, se convirtieron en distintas clases de serpientes<sup>35</sup>.

Uno de los aspectos más polémicos de la imagen de la Gorgona es el origen tanto del mito en el que se inscribe, como del tipo iconográfico con el que se la representa. Desde los primeros decenios del s. XX, algunos investigadores, entre los que se podría destacar a C. Hopkins, han defendido un origen oriental, concretamente sumerio, del ciclo de Perseo. Uno de los argumentos a favor de esta hipótesis son las similitudes que es posible encontrar entre las representaciones griegas de Perseo asesinando a la Gorgona y distintas imágenes orientales, en las que un héroe aparece decapitando un monstruo, que se han querido interpretar como la escena en la que Gilgamesh se enfrenta a Humbaba (C. Hopkins, 1934).

Sin embargo, si de hecho resulta problemático que estas imágenes puedan considerarse representaciones del ciclo épico de Gilgamesh, no lo es menos la asimilación de la Gorgona con Humbaba, como ha demostrado T. P. Howe (1954), quien señala que, si bien no es completamente descartable la existencia de un préstamo iconográfico del mundo oriental, parece menos probable que sea posible establecer paralelos entre las concepciones fundamentales que hay detrás de ambos mitos.

Tampoco todos los autores que se han dedicado al tema están completamente de acuerdo en cuanto al origen cronológico del ciclo de la Gorgona. Frente a posturas que defienden un origen en época micénica, existe un grupo de investigadores que prefieren retrasar esta fecha a principios de s. VII a. C., ya que las menciones en las fuentes griegas

---

llamado la atención sobre el hecho de que el sonido de la flauta se produce precisamente al expulsar el aliento a través de una caña, una especie de “segunda garganta artificial” que se fija a la verdadera (cf. T. P. Howe, 1954: 210).

<sup>33</sup> Este fue el caso del gigante Atlas (Ovidio, *Met.* IV, 625), del monstruo marino (*Ceto*) que atacó a Andrómeda (Apolodoro, *Bibl.* II, 4, 2 y ss.) y del tirano Polidectes (Píndaro, *Pit.* X; Apolodoro, *Bibl.*, II, 4, 2, ss.)

<sup>34</sup> Eurípides, *Ión*, 999.

<sup>35</sup> Ovidio, *Met.* IV, 617.

más antiguas a la Gorgona son escasas y no reflejan la posterior complejidad del mito de Perseo. Por otro lado, las representaciones iconográficas no parecen fijarse en un “tipo canónico” hasta esta época. A pesar de ello, no deja de ser menos cierto que la genealogía de la Gorgona aparece ya reflejada en Hesíodo y que la inexistencia de un tipo iconográfico completamente establecido no invalida la existencia de creencias en seres demoníacos con determinadas propiedades ya en época prehomérica<sup>36</sup>. M. Bendala ha vuelto a publicar recientemente (2000: 63 y ss.) una sugerente propuesta que plantea un posible “origen occidental” del mito de la Gorgona, en relación con los primeros contactos entre el mundo micénico y la Península Ibérica y el culto a una divinidad de grandes ojos en la zona meridional de nuestro país. En todo caso, lo que se considera la “imagen tradicional” de la Gorgona no se desarrolló hasta principios del s. VII a. C., momento en el que es posible asimilar distintos ejemplos (aunque algunos de ellos sean barbados o con cuernos y colmillos, o tengan cuerpo de caballo y otros no), con este ser mitológico. A lo largo del s. VI y principios del s. V a. C. se mantiene un tipo en el que la característica principal es la mezcla de rasgos animales (colmillos de felino, lengua colgante) y humanos, mientras que en época clásica la cabeza de la Gorgona fue perdiendo poco a poco sus rasgos “más monstruosos”. Con el paso del tiempo se fueron añadiendo los atributos que serán comunes en época romana, como las alas que ahora se sitúan sobre la parte superior de la cabeza y el nudo hercúleo bajo la barbilla. El tipo romano deriva precisamente de estas últimas producciones, que adoptan rasgos completamente definidos hacia comienzos del siglo III a. C. Entre los romanos predominará lo que se ha venido a denominar “tipo bello” con los rasgos demoníacos suavizados, quizá sugeridos ya únicamente a través de la boca entreabierta y los atributos relacionados con animales, como las alas y las serpientes (O. Paoletti, 1988: 360). En las imágenes del *Gorgoneion* que ha sido posible documentar en la Península Ibérica desde época republicana, es posible encontrar los atributos canónicos de la Medusa romana.

Las investigaciones modernas sobre la función originaria de la Gorgona, que pueden retrotraerse a las primeras décadas del siglo XIX, hicieron de este símbolo una transposición del miedo del hombre a los animales o lo interpretaron en clave cosmológica. Entre el primer grupo se encontrarían investigadores como A. Zell o J. Facius que consideraron a las Gorgonas como una elaboración mítica de las representaciones de simios, apoyándose fundamentalmente en un pasaje de Plinio en el que se describe una raza de mujeres, las Gorgonas, cuyo cuerpo estaba cubierto de vello<sup>37</sup>. Otros investigadores, como A. Frothingham, relacionaron este personaje mitológico con Artemis, y, a través de esta última, con la Diosa Madre oriental. P. Wilsäker, por su parte, analizando las representaciones arcaicas de la Gorgona en las que ésta aparece barbada llegó a la conclusión de que la Gorgona era una personificación del “miedo” (*Phobos*) (cf. T. P. Howe, 1954: 209). Pero a lo largo de este siglo, la discusión ha estado centrada en la oposición de los que interpretan la imagen de Medusa como un elemento apotropaico y aquellos que quieren leer en su rostro una alusión a la inmortalidad.

<sup>36</sup> Tampoco hay que descartar que la «inseguridad» a la hora de representar el cuerpo del monstruo en los primeros momentos se deba a que las representaciones más antiguas se limitaban a reflejar la imagen de una cabeza.

<sup>37</sup> Plinio el Viejo, *Hist. Nat.*, VI, 31 (36).

El aspecto protector del *Gorgoneion* parece claro, si atendemos a la representación de las serpientes, de un nudo “mágico” como es el hercúleo y a la propia cabeza de la Medusa. El nudo de hércules se realiza, de hecho, con los extremos de los cuerpos de uno de los animales ctónicos por excelencia: las serpientes, símbolos a la vez de inmortalidad. En los materiales hispanos, puede encontrarse, generalmente, bajo la cabeza de Medusa, si bien en otras ocasiones se encuentra aislado sobre *pulvini*<sup>38</sup>. El *nodus Herculeus* o *Herculaneus* es un nudo sólido, difícil de deshacer, capaz de apresar a una diosa como Rhea si es necesario<sup>39</sup>. Entre los prodigios que realizaba este nudo maravilloso se encontraba el de curar más rápido las heridas si se utilizaba en el vendaje. También estaba relacionado con las vírgenes (lo llevaban Atenea, las Vestales y las mujeres el día de su matrimonio) y con la capacidad de engendrar. El hombre debía desatar, la noche de su boda, el nudo hercúleo con que su mujer se había atado a la cintura un cordón, para propiciar la fertilidad del matrimonio. Y cuentan que un “nudo simbólico”, hecho a base de cruzar las piernas y los dedos había estado a punto de detener el nacimiento de Hércules<sup>40</sup>. Pero quizás uno de los aspectos más interesantes de esta clase de nudo es que determinados autores<sup>41</sup>, denominaban “nudo hercúleo” al que se producía por el enlace de dos serpientes sobre la vara de Hermes – Mercurio, un personaje mítico, también alado que, como la Gorgona, se encontraba en la frontera que separaba a los vivos de los muertos (E. Saglio, 1969; I. Pérez, M<sup>a</sup> D. López, 1987). Los portadores del bastón de Hermes (*kerykeion*) son personajes que, como la Gorgona, median entre dos mundos. Así, los heraldos, encargados de terciar en el plano político y religioso; Tiresias, mediador primero entre el sexo masculino y femenino y luego entre los dioses y los hombres; y, sobre todo Hermes, que ponía en comunicación el mundo subterráneo, el terreno y el celestre, lo divino y lo humano, es decir, los espacios contrarios y contrapuestos (F. Díez de Velasco, 1995: 105).

Pero si el nudo puede poseer cualidades mágicas, la creencia en los poderes sobrenaturales de la cabeza es prácticamente inherente al género humano. De ahí la conservación, constatada en diversas culturas, del cráneo, tanto de los ancestros, como de los enemigos vencidos. Pero no debe considerarse la cabeza cortada únicamente como un talismán protector. En el mundo antiguo existieron ejemplos de cabezas con poderes oraculares, como la de Orfeo o Dionisos (F. Benoit, 1969: 81). La propia cabeza de Medusa, mantiene sus facultades mágicas (la capacidad de convertir en piedra con la mirada), aun después de haber sido separada de su cuerpo. Una vez extraída de la *kibisis*, por una especie de automatismo mágico incapaz de discernir, todo lo que roza su mirada se convierte en piedra. ¿Explica esto su ubicación sobre los frontones o clipeos de los monumentos en forma de altar encontrados en la Península ibérica? ¿Es esta una manera de evitar profanaciones, de proteger el alma del difunto por medio del “mal de ojo”? Uno de los problemas que plantea esta interpretación procede precisamente del mito. Si la mirada mortífera es indiscriminada, el mal se haría tanto a aquel que pretendiese perturbar el lugar sagrado de la tumba, como a los piadosos familiares que acudiesen a realizar una ofrenda (J. Carcopino, 1943: 306).

<sup>38</sup> En el pulvino de la Colección Wellington (Granada) y en distintos *pulvini* catalanes (J. Beltrán, 1990: 208).

<sup>39</sup> Atenágoras, *Leg. pro Christ.*, XX, 20 – 26.

<sup>40</sup> Ovidio, *Met.*, IX, 299. Plinio, *Hist. Nat.*, XXVIII, 6, 17 (63).

<sup>41</sup> Macrobio, *Sat.* 1, 19, 16; Atenágoras, *Leg. pro Crhist.*, XVI, 5.

Que las Gorgonas situadas sobre monumentos funerarios debían interpretarse como un símbolo de vida más allá de la muerte y no como un simple “amuleto”, ya fue expresado claramente por A. L. Frothingham en 1915. Uno de sus argumentos principales fue la asociación de la Gorgona en ambientes funerarios con exuberantes representaciones vegetales<sup>42</sup>. La cabeza rodeada de piel de dragón que nos describen las fuentes se convierte en las representaciones sobre edificaciones funerarias en hojas lanceoladas con nervio central, con las que teóricamente se querría simular las escamas de la égida<sup>43</sup> (J. Beltrán, 1990: 200). Las guirnaldas de hojas de acanto, de encina o rosas, o los cestos rebosantes de frutos que decorarían los monumentos peninsulares, deben leerse como símbolos de fertilidad y renacimiento. Es posible que estas guirnaldas, que en los monumentos hispanos aparecen en ocasiones sostenidas por erotes (J. Beltrán, L. Baena, 1996: 112, fig. 53 a 58), sean una alusión a Dionisos como dios de la fertilidad, al que se le ofrecían los primeros frutos de la tierra. Quizás deban interpretarse en este sentido los cestos con frutas que aparecen en algunos relieves (J. Beltrán, L. Baena, 1996: 116, fig. 58), ya que el cesto sagrado lleno de fruta fue una parte importante del ritual tanto dionisiaco como órfico (A. L. Frothingham, 1915). Pero si a todo lo anterior unimos la asociación del motivo de la Gorgona con personajes del *thyasos* báquico en el frontón conservado en el Museo de Jaén, entonces la relación del Gorgoneion con creencias dionisiacas en el mundo hispanorromano no parece tan lejana<sup>44</sup>. El propio mundo griego estableció un nexo de unión entre ambos personajes mitológicos, unidos por su carácter ctónico, en un conjunto de cílicas áticas, con escenas dionisiacas que enfrentaban la mirada del simposiasta a la de la Gorgona cuando aquel apuraba el contenido de la copa (F. Díez de Velasco, 1998).

Como alusiones a Baco en calidad de divinidad funeraria asociada a los ciclos vegetales de muerte y resurrección, se han entendido las máscaras báquicas, los erotes, las guirnaldas y distintos elementos decorativos que pudieron acompañar a las gorgonas situadas en los frontones de los monumentos del sur peninsular (J. Beltrán, L. Baena, 1996: 157 y ss.). Contamos, incluso, con un ejemplo en el que la cabeza de la Gorgona aparece directamente asociada al *thyasos* báquico (Fig. 3) (J. Beltrán, L. Baena, 1996: 91, fig. 41). Si los rostros de estos personajes (posiblemente un sileno y Pan), estuviesen representados en forma de máscara como sugieren J. Beltrán y L. Baena (1996: 90), este relieve podría incluirse en el contexto de toda una serie de representaciones funerarias en las que se incluyen efigies de máscaras trágicas o báquicas (F. Cumont, 162 y ss.). Tenemos ejemplos de ello también en lugares cercanos al ámbito de los frontones con Gorgonas, como Castulo o Toya. La relación de Dionisos con el teatro permite explicar la presencia de máscaras en su *pompé* y su aparición en la decoración de estelas, aras funerarias, urnas o sarcófagos en el mundo romano. En general, se prefiere la imagen de la máscara de la Tragedia, aunque en ocasiones ésta aparece reemplazada por la de Attis (*Attis tristis*), preparándose para el

---

<sup>42</sup> En los frontones y clipeos hispanos con *Gorgoneion*, dejando a un lado el motivo de lo que se ha interpretado como la égida, contamos con una serie de fragmentos con guirnaldas y roleos vegetales que, según las reconstrucciones propuestas por diversos autores para esta clase de monumentos funerarios, permiten relacionar ambos elementos.

<sup>43</sup> En Segobriga tenemos ejemplos en los que se representan este tipo de hojas lanceoladas en los *pulvini* estando, al parecer, ausente la imagen de la Gorgona (L. Baena, 1993b).

<sup>44</sup> Aunque la pieza sufrió un rebaje al ser reutilizada, aún es posible observar las escamas de la égida y el nudo hercúleo realizado con los extremos de dos serpientes.

tránsito de su muerte temporal (G. Fatás; M. Martín – Bueno, 1977: 249). Estas máscaras empleadas en contextos funerarios han sido asimiladas con los vientos que elevaban el alma del difunto al empíreo según las creencias órfico – pitagóricas<sup>45</sup> (P. Rodríguez Oliva, 1993).

La misma Gorgona es una máscara. Como tal aparece explícitamente representada en algunos sarcófagos, entre dos máscaras trágicas (O. Paoletti, 1988: 200, fig. 73). La idea fue avanzada ya en 1919 por W. Wundt, quien veía en la Gorgona una más de las máscaras que era posible encontrar en distintas “culturas primitivas” en las que aparecían mezclados rasgos humanos y animales (T. P. Howe, 1954: 209). Y no han faltado autores que hayan intentado relacionar el símbolo de la máscara gorgónica con antiguas danzas rituales en las que los participantes iban enmascarados (J. H. Croon, 1955). De nuevo, la conexión entre la máscara y la “cabeza cortada” puede rastrearse en una escultura funeraria hispana, en la que un león mantiene bajo una de sus garras lo que parece ser una máscara teatral, en vez de la usual cabeza humana o de herbívoro (P. Rodríguez Oliva, 1993: 65, láms. XIV – XV). Tema, este último, de complejo simbolismo no ajeno al *Gorgoneion*: al fin y al cabo una cabeza cercenada, como ha observado F. Benoit (1969)<sup>46</sup>.

En la línea de las interpretaciones que veían en la Gorgona un símbolo de vida, de supervivencia en el más allá, y no sólo un elemento protector por su capacidad de infundir terror en los vivos, se encuentran aquellas que asimilaban la Gorgona con la luna llena. Desde el siglo XIX, los investigadores que, encabezados por Gaedechens, defendieron esta lectura iconográfica utilizaron como uno de sus principales argumentos un pasaje de Clemente de Alejandría<sup>47</sup> en el que se alude a un poema atribuido a Orfeo donde se asimilaba el *Gorgoneion* a la luna llena (cf. T. P. Howe, 1954: 210). Es posible que en la evolución del tipo iconográfico de la Gorgona Medusa podamos encontrar una de las claves para su equiparación a la luna en los “textos sagrados” del mundo órfico, como sugiere J. Carcopino (1943: 306) y han recogido más tarde otros autores (F. Cumont, 1966: 155, nota 4, M. Bendala, 1976: 92). Las gorgonas monstruosas que, no está de más recordarlo, dejaron de aparecer en las tumbas griegas a finales del arcaísmo (D. Woysch – Méautis, 1982: 83), dieron paso a la imagen de una bella mujer que, según algunas fuentes, pudo intentar incluso competir en este aspecto con Atenea. Su imagen, serena y armoniosa parece no estar dispuesta a aterrorizar al alma del difunto, sino a tranquilizarla. Como otros seres mitológicos (Amon, Arimaspes, Grifos) la Gorgona monta guardia en la frontera del reino de los muertos. Órficos y pitagóricos situaron a las puertas del paraíso a Gorgonas y Hespérides. El paraíso, que precisamente comenzaba en la luna, donde moraban las almas de aquellos que tras varias encarnaciones en la tierra, gracias a los ritos asociados a la ingestión de vino que les permitían asimilarse a Dionisos (M. Bendala, 1999: 61), liberaban al espíritu de su cárcel corpórea. Para estos fieles, sólo los ritos báquicos y una vida regida por la “moral órfica” eran capaces de redimir al alma (E. Rohde, 1983: 178 y ss).

<sup>45</sup> Ejemplos de máscaras trágicas en contextos funerarios hispanos en P. Rodríguez Oliva, 1993, láms. X a XV.

<sup>46</sup> La palabra *Képhalé* designa en la *Iliada* (V, 741) y la *Odisea* (XI, 634) tanto a la cabeza como a la Gorgona.

<sup>47</sup> Clem. Al. *Stromata* 5, 8, 49.



También la yuxtaposición del Gorgoneion con seres marinos (Fig. 4) (L. Baena, 1983: 115, lám. 1) permite una lectura en clave órfico – dionisiaca. El océano<sup>48</sup>, para los iniciados en estos cultos, era un gran río circular que separaba el hemisferio terrestre del hemisferio supralunar. El Océano era el camino por el que las almas descendían sobre la tierra y por donde ascendían al cielo (J. Carcopino, 1943: 320). Las almas eran ayudadas a cruzar este gran río por distintos seres mitológicos, como tritones, delfines y otros monstruos marinos. Es en concreto una pareja de delfines, con una corona funeraria, lo que encontramos en algunos altares funerarios valencianos, que, posiblemente deban ser interpretados, de la misma manera que aquellos en los que en frontón se efigia a la Gorgona: como una alusión a la inmortalidad y al tránsito de las almas hacia las islas de los bienaventurados. La roseta de seis pétalos que acompaña a los ejemplos de Benifairó y Liria, refuerza el simbolismo astral de ambas construcciones funerarias (J. L. Jiménez Salvador, 1995: 216-218).

Por lo tanto, el carácter fundamental de la Gorgona sería el de un ser liminal que los difuntos encuentran en su camino al más allá, después de franquear el espacio que les separa de la nueva morada del alma. El carácter híbrido de la Gorgona, que la convierte en un ser monstruoso donde se funden categorías opuestas (femenino – masculino, hombre – animal, vida – muerte) se ajusta a la perfección a su situación entre dos mundos. Igual que Hermes es capaz de dormir a los hombres o despertarlos utilizando su vara, la sangre de la Gorgona está preparada para dar la vida o la muerte. Mientras que Hermes, con el que comparte atributos como las serpientes y las alas, conduce a las sombras al mundo inferior y controla el acceso de éstas al mundo superior (C. Sourvinou – Inwood, 1995: 304), la Gorgona impide al vivo entrar en el reino de los muertos<sup>49</sup> (J. P. Vernant, 1996: 63). La Gorgona, en fin, es un personaje más de los que están presentes en los momentos más delicados de los ritos de tránsito, en el que el alma, tras separarse de su condición anterior y superar un período liminal, queda agregada al nuevo grupo al que pertenece: el de los muertos. Este momento crítico, que requiere de toda una serie de ritos encaminados a que el alma supere con éxito su viaje (A. Jiménez, 1999), es el período de máxima contaminación tras la muerte (R. Parker, 1983), en el que la mezcla de categorías exige un conjunto de ritos de purificación. Es entonces cuando las almas de los iniciados en los Misterios siguen el camino indicado por unas láminas doradas, introducidas en sus tumbas, que les animan a beber del lago de la memoria (*Mnemosyne*), para escapar al ciclo de las reencarnaciones y morar para siempre entre los bienaventurados. Las “laminillas órfico – dionisiacas”, “itinerarios en verso” que los difuntos deben seguir en el más allá, han permitido establecer un nexo de unión entre las creencias órficas y los misterios báquicos, de los que hasta

---

<sup>48</sup> En la serie de Neumagen que J. Beltrán propone como paralelo para los altares funerarios de la Alta Andalucía, la máscara de Océano, que se situaba en el frontón, acompañaba a las gorgonas de los *pulvini* y a otros motivos como delfines (J. Beltrán, 1990: 194). También J. Carcopino (1943: 319) estudió la representación de Medusa, una máscara de Océano, tritones y escudos (un posible símbolo solar) en un mismo espacio de la Basílica de Porta Maggiore.

<sup>49</sup> T. P. Howe (1954: 214) ha sugerido que el epíteto «Medusa», «Diosa guardiana», que aparece por primera vez en Hesíodo, pudo tener su origen en la unión temporal de la Gorgona con Poseidón.

hace no mucho los estudiosos dudaban de su existencia<sup>50</sup> (W. Burkex, 1987: 5, F. Díez de Velasco, 1995: 168, n. 15).

Si no quieren verse rastros del imaginario órfico – dionisiaco en las Gorgonas presentes en los frontones de monumentos en forma de altar del mediodía de la Península, al menos puede entenderse su aparición recurriendo a su papel liminal. Sin embargo, aunque las implicaciones mitológicas del *Gorgoneion* sean complejas, no se puede soslayar el hecho de que en esta clase de construcciones funerarias no tenemos que contentarnos únicamente con un símbolo aislado, difícil de descifrar, sino que contamos con un lenguaje iconográfico legible desde creencias cercanas al “orfismo” o a los misterios dionisiacos. Las imágenes de seres marinos, ménades, sátiros, máscaras, erotes y elementos vegetales inciden muy posiblemente en la idea, para los iniciados, de la existencia de una vida más venturosa que la terrena, después de la muerte.

## BIBLIOGRAFÍA

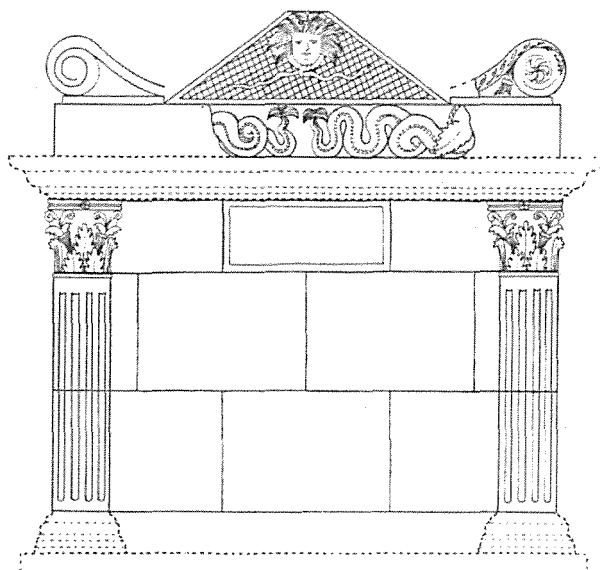
- BALIL, A. (1979) – “Los *gorgoneia* de Barcino”, *Faventia*, 1.1, p. 63 y ss.
- BALIL, A. (1983) – “Esculturas romanas de la Península Ibérica (VI)”, *BSAA*, 49, p. 215 y ss.
- BAENA, L. (1982) – “Esculturas romanas de Mengíbar”, *BSAA*, 48, p. 111 y ss.
- BAENA, L. (1983) – “Relieves romanos de Castulo en el Museo Arqueológico Nacional”, *BSAA*, 49, p. 47 y ss.
- BAENA, L. (1984) – “Relieves romanos de la provincia de Jaén”, *AEspA*, 57, p. 47 y ss.
- BAENA, L. (1984) – “Relieves romanos de Mengíbar (Jaén)”, *Itálica*, 17, p. 127 y ss.
- BAENA, L. (1987) – “Esculturas romanas de Málaga en colecciones particulares”, *B.S.A.A.*, 53.
- BAENA, L. (1993a) – “Escultura funeraria monumental en la Bética”, *I Reunión sobre Escultura Romana en Hispania*, T. Nogales (coord.), Madrid, p. 63
- BAENA, L. (1993b) – “Monumentos funerarios romanos de Segobriga”, *Estudios dedicados a Alberto Balil “in memoriam”*, Málaga, p. 147 y ss.
- BELTRÁN FORTES, J. (1990) – “Mausoleos romanos en forma de altar del sur de la Península Ibérica”, *AEspA*, 63, p. 183 y ss.
- BELTRÁN FORTES, J.; BAENA DEL ALCÁZAR, L. (1996) – *Arquitectura funeraria romana de la Colonia Salaria (Úbeda, Jaén). Ensayo de sistematización de los monumentos funerarios altoimperiales del alto Guadalquivir*, Sevilla.
- BENDALA, M. (1976) – *La necrópolis romana de Carmona (Sevilla)*, Sevilla.
- BENDALA, M. (1999) – “El vino en el ritual y el simbolismo funerarios en la Roma antigua”, *El vino en la Antigüedad Romana*, (Jerez, 2, 3 y 4 de octubre de 1996), *Serie Varia*, 4, S. Celestino (ed.), Madrid.
- BENDALA, M. (2000) – *Tartesios, íberos y celtas*, Madrid.
- BENOIT, F. (1969) – “Gorgone et “tête coupée” du rite au mythe”, *AEspA*, 42, p. 81 y ss.

---

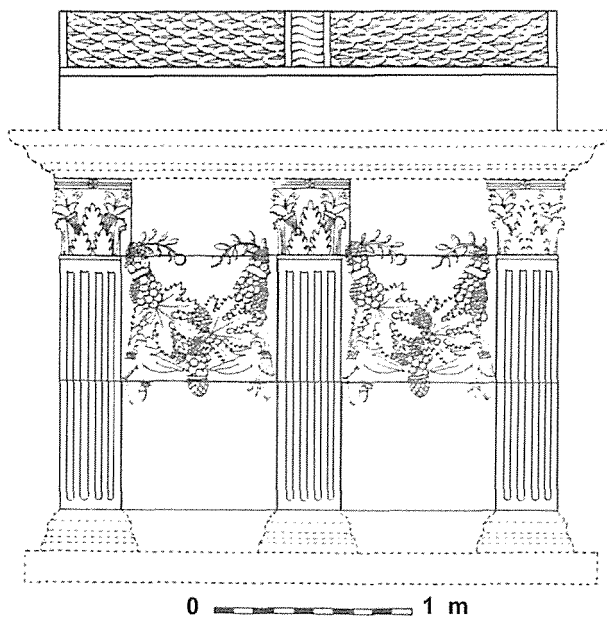
<sup>50</sup> Determinados materiales arqueológicos, entre ellos las láminas de Pelina e Hiponion o las láminas de hueso de Olbia, muestran la importancia de Dionisos en este tipo de creencias (M. L. West, 1983: 15 y ss. 140 y ss., A. Bernabé, 1992: 229).

- BERNABÉ, A. (1989) – “El poema órfico de Hiponion”, *Estudios actuales sobre textos griegos (Segundas Jornadas Internacionales, Madrid, octubre 1989)*, Madrid, 1992, 219-235.
- BURKERT, W. (1987) – *Ancient Mystery Cults*, Cambridge (Mass.) e Londres.
- CANCELA, M. L. (1993) – “Elementos decorativos de la arquitectura funeraria de la Tarraconense Oriental”, *Actas de la I Reunión sobre escultura romana en Hispania*, T. Nogales (coord.), Madrid, p. 239 y ss.
- CARCOPINO, J. (1943) – *La basilique pythagoricienne de la Porte Majeure*, París.
- CHASE, G. H. (1979, 1ª ed. 1902) – *The Shield Devices of the Greeks in Art and Literature*, Chicago, Illinois.
- CROON, J. H. (1955) – “The Mask of the Underworld Daemon – Some Remarks on the Perseus-Gorgon Story,” *JHS* 75 9-16.
- CUMONT, F. (1966) – *Recherches sur le symbolisme funéraire des Romains*, París.
- DÍEZ DE VELASCO, F. (1995) – *Los caminos de la muerte. Religión, rito e imágenes del paso al más allá en la Grecia Antigua*. Madrid.
- DÍEZ DE VELASCO, F. (1998) – “Dioniso y la muerte: Gorgo en contextos dionisiacos en la cerámica ática”, *En los límites de Dioniso*, C. Sánchez y P. Cabrera (eds.), Murcia, p. 41 y ss.
- FATÁS, G.; MARTÍN – BUENO, M. (1977) – “Un mausoleo de época imperial en Sofuentes (zaragoza)”, *MM*, 18, p. 251 y ss.
- FROTHINGHAM, A. L. (1915) – “Medusa II. The Vegetation Gorgoneion”, *AJA*, 19, p. 13 y ss.
- GIULIANO, A. (1960) – s. v. “Gorgone”, *Enciclopedia dell’Arte Antica Clásica e Orientale*, Roma.
- HOPKINS, C.: (1934) – “Assyrian Elements in the Perseus – Gorgon Story”, *A. J. A.*, 38, p. 341 y ss.
- HOWE, T. P. (1954) – “The Origin and Function of The Gorgoneion Head”, *A.J.A.* 58: 209-221.
- JIMÉNEZ DÍEZ, A. (e. p.) – “Procesos de helenización en el mundo funerario romano republicano”, *Actas del III Congreso de Arqueología Peninsular*, vol. 6, Septiembre de 1999, Vila Real, Oporto.
- JIMÉNEZ SALVADOR, J. L. (1995) – “Un monumento funerario romano en forma de altar procedente de Valencia”, *Saguntum*, 29, p. 211 y ss.
- KOPPEL, E. M., (1992) – “El escudo de la Villa de “Els Munts” (Tarragona)”, *Madridrer Mitteilungen*, 33, p. 433 y ss.
- MARTÍNEZ VALLE, A. (1995) – “El monumento funerario de la Calerilla de Hortunas (Requena, Valencia)”, *AEspA*, 68, p. 259 y ss.
- PAOLETTI, O (1988) – s. v. “Gorgones Romanae”, *L. I. M. C.* vol IV 1 – 2, p. 345 y ss.
- PARKER, R. (1983) – *Miasma. Pollution and Purification in Early Greek Religion*. Oxford.
- PÉREZ LÓPEZ, I.; LÓPEZ DE LA ORDEN, Mª D. (1987) – “A propósito de un nudo hercúleo encontrado en Cádiz”, *Actas del II Congreso Andaluz de Estudios Clásicos*, vol. II, Antequera, Málaga, 24-26 de mayo de 1984, p. 289 y ss.
- RODRÍGUEZ OLIVA, P. (1993) – “El símbolo de Melpómene. Teatro y muerte en la España romana”, *Estudios dedicados a Alberto Balil. In Memoriam*, Málaga, p. 65 y ss.
- ROHDE, E. (1983, 1ª ed. 1894) – *Psique. La idea del alma y la inmortalidad entre los griegos*. México.

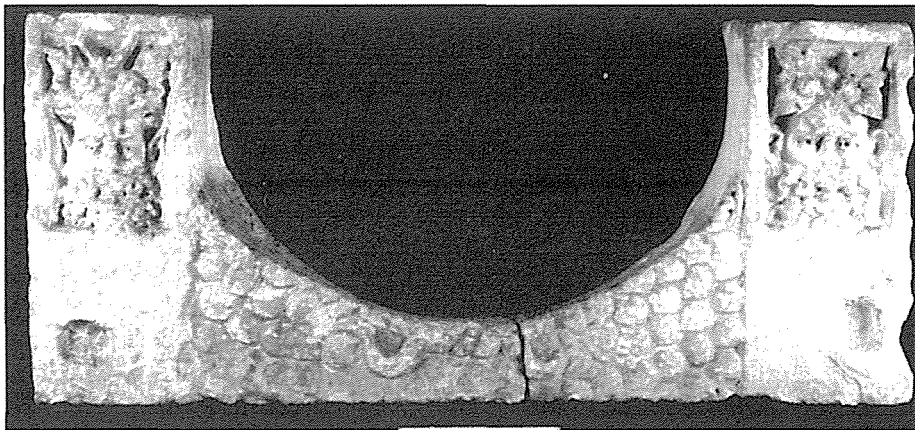
- PAOLETTI, O (1988) – s. v. “Gorgones Romanae”, *L.I. M. C.*, IV, p. 345 y ss.
- SAGLIO, E. (1969) – s. v. “Nodus”, *Dictionaire des Antiquités Grecques et Romaines*, Ch. Daremberg y E. Saglio, (eds.), Graz.
- SOURVINOU – INWOOD, C. (1994) – *Reading Greek Death: To the End of the Classical Period*, New York.
- TOYNBEE, J. M. C. (1971) – *Death and Burial in the Roman World*, Londres y Southampton.
- VERNANT, J. P. (1996) – *La muerte en los ojos. Figuras del Otro en la Antigüa Grecia*, Barcelona.
- WEST, M. L. (1983) – *The Orphic Poems*, Oxford.
- WOYSCH – MÉAUTIS, D. (1982) – *La représentation des animaux et des êtres fabuleux sur les monuments funéraires grecques*, Lausanne.
- ZALTA, G. (1991) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (1992) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (1993) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (1994) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (1995) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (1996) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (1997) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (1998) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (1999) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (2000) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (2001) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (2002) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (2003) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (2004) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (2005) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (2006) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (2007) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (2008) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (2009) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (2010) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (2011) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (2012) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (2013) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (2014) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (2015) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (2016) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (2017) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (2018) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (2019) – *La cultura funeraria romana*, Roma.
- ZALTA, G. (2020) – *La cultura funeraria romana*, Roma.



**Fig. 1** – Hipótesis de reconstrucción de un mausoleo surhispano según J. Beltrán (1990). Frontal. (Dibujo B. Gavilán).



**Fig. 2** – Hipótesis de reconstrucción de un mausoleo surhispano según J. Beltrán (1990). Lateral. (Dibujo B. Gavilán).



**Fig. 3** – Frontón de procedencia desconocida, conservado en el Museo de Jaén, tomado de J. Beltrán y L. Baena (1996) .



**Fig. 4** – Frontón de *Iliturgi* (Jaén) tomada de J. Beltrán y L. Baena (1996) (Fotografía P. Wittle, DAI Madrid).

# TOMÁS ROMERO DE CASTILLA EN LA CRISIS DE LA ARQUEOLOGÍA EN EXTREMADURA\*

por

Pablo Ortiz Romero

## LAS COMISIONES DE MONUMENTOS. CRISIS DEL MODELO DE INSTITUCIONALIZACIÓN

La institucionalización de la arqueología en España se plantea ligada al ideal de Estado-Nación. Las antigüedades se convierten en manos de la burguesía en una herramienta determinante para conformar qué es la Nación y de qué manera ésta ha ido conformándose hasta llegar al Estado liberal. Tanto el liberalismo doctrinario como el progresista entienden que la arqueología está dotada de un extraordinario valor simbólico llegada la hora de perfilar qué es el Estado y dónde se encuentran los factores que lo legitiman. Es por eso que durante el siglo XIX el Estado se aplica a ajustar sus fronteras geográficas a un espacio cultural, que a la vez debe ser un espacio político. Se reúnen las antigüedades en centros nacionales, se crean leyes e instituciones que protejan los restos de la cultura material y, para cerrar el proceso, se diseña el marco ideológico en que estos restos deben ser interpretados, siempre de manera coincidente con la idea de Estado-Nación tan característica del liberalismo<sup>1</sup>.

Es de esta manera como se pone en marcha un modelo de institucionalización de la arqueología que recoge todo un conjunto de intervenciones para crear un marco legal que haga posible el control del Patrimonio arqueológico por parte del Estado. Las Comisiones de Monumentos Históricos y Artísticos serán las plataformas principales en torno a las que se articula esta gestión del Patrimonio y sobre las que se pretende levantar el edificio de la institucionalización<sup>2</sup>. Sin embargo múltiples factores harán que estas corporaciones se

---

\* Comunicación presentada al III Congreso de Arqueología Peninsular, Vila Real, Set. 1999.

<sup>1</sup> Interesantes y atinadas reflexiones sobre el particular pueden encontrarse en RIVIÈRE GÓMEZ, A.: *“Arqueólogos y arqueología en el proceso de construcción del Estado-Nacional español (1834-1868)”*, en MORA, G y DÍAZ-ANDREU, M. (Eds.): *La cristalización del pasado: génesis y desarrollo del marco institucional de la arqueología en España*. Málaga, 1997., pp. 133-139.

<sup>2</sup> Las Comisiones provinciales de Monumentos Históricos y Artísticos se crearon por R.O. de 13 de Junio de 1844. Fueron reorganizadas varias veces con suerte diversa, con la intención de salvar los muchos obstáculos que impedían cumplir con los ambiciosos objetivos que se les había marcado. De estas reestructuraciones que darán lugar a etapas bien diferenciadas destacamos la refundación de 1865 (Reglamento de 24 de Noviembre de 1865) o el R.D. de 11 de Agosto de 1918. Para el caso de Extremadura

conviertan en un acto fallido y el proceso que debían promover sea la crónica de una crisis estructural que, a la larga, acabará por devorarlas hasta hacerlas desaparecer.

Pese a los escasos estudios existentes sobre las Comisiones de Monumentos y la institucionalización de la arqueología en general, parece que la evolución de las corporaciones es similar en todo el país aún cuando puedan establecerse elementos que personalizan a unas con respecto a otras<sup>3</sup>. El hecho de habitar un mismo edificio y ser parte de idéntico paisaje no impide, no obstante, que algunas Comisiones de Monumentos acaben singularizando el proceso, acordes con el contexto en que se han desarrollado. Los espacios comunes entre las Comisiones de Monumentos no establecen la simplicidad de estas corporaciones y sus circunstancias, sino que el conjunto de elementos que germinan en el entorno de cada una acaba definiendo el fenómeno como algo complejo y diverso.

Las Comisiones de Monumentos son diseñadas como entidades en las que confluyen dos poderes determinantes a la hora de fijar qué debe hacerse con el Patrimonio arqueológico: el poder académico, que atiende a la dimensión científica o pseudocientífico representada por la aristocracia y la burguesía ilustrada, y el poder político (Gobernador Civil + Diputaciones provinciales) que, aunque aparentemente está dedicado a la protección y consolidación de la institución, pronto ejercerá sobre las Comisiones una política de control (y coerción) que a la postre será definitiva para entender la crisis en que la institución está condenada a vivir.<sup>4</sup>

Es esta crisis el rasgo que personaliza la génesis y evolución de las instituciones arqueológicas en Extremadura y que acabará imprimiendo un carácter peculiar a la propia disciplina y a la forma en que ésta aparece en la región. La manera como estos dos poderes citados actúen en el seno de las Comisiones de Monumentos y la actitud que ante los mismos adopten los vocales de la corporación establecerá una dialéctica que desencadenará múltiples tensiones y conflictos si la institución apuesta por la autonomía. Lo que realmente está en juego es la supervivencia del ente, que desaparece en la práctica cuando sus miembros carecen del más mínimo espíritu reivindicativo.

Así las cosas el modelo creado desde el Estado aparece enseguida condenado a reivindicarse permanentemente en medio de una crisis estructural que imposibilita su consolidación. Cuando los elementos que intervienen en este modelo se desajustan (y la dependencia económica de las Diputaciones provinciales se encarga rápidamente de ello)

---

hemos establecido, de manera global, las siguientes fases: a) etapa antigua: 1844-1865; b) refundación: 1865-1918; c) crisis: 1918-1931; d) reordenación republicana: 1931-1939; y e) disolución: 1939-1971.

<sup>3</sup> Hay un vacío historiográfico en torno a las Comisiones de Monumentos que sólo en los últimos años parece irse superando. Las reuniones sobre historia de la arqueología e historiografía que se han venido desarrollando en la década que termina han señalado un campo de investigación que, por razones varias, era ajeno a los intereses profesionales de los arqueólogos españoles. No es nuestra intención señalar aquí los nombres y publicaciones que han ido marcando el camino de la investigación hasta el día de hoy, donde parece que existe incluso una especie de *moda historiográfica* que está dando unos frutos excelentes. En la publicación que recoge las actas del II Congreso de Historiografía de la Arqueología en España, coordinada por Gloria Mora y Margarita Díaz-Andreu, puede encontrarse una visión muy ajustada de las últimas tendencias en la investigación: MORA, G., y DÍAZ-ANDREU, M. *Op.cit.* Nota 1.

<sup>4</sup> ORTIZ ROMERO, P.: “*Comisión de Monumentos de Badajoz versus Diputación provincial. Conflictos y tensiones en la institucionalización de la arqueología extremeña*”. *Revista de la Sociedad Arqueológica Extremeña (e.p.)*



las Comisiones de Monumentos a duras penas pueden sobrevivir como instituciones. El factor ideológico, pues, resulta definitivo para explicar el devenir de algunas Comisiones de Monumentos, ya que será este factor el que explique el papel jugado por la institución ante los poderes que la acosan/atenazan. Cuando planteamos la importancia de la ideología en la trayectoria de algunas Comisiones de Monumentos no nos estamos refiriendo a aquélla que le viene establecida desde el Estado, sino la que emana de sus miembros, los vocales correspondientes de las Academias de la Historia y de San Fernando. Es muy posible que la escasa tradición investigadora sobre cuestiones historiográficas haya dado validez a la generalización de que la historia de las Comisiones de Monumentos se ha de escribir en clave de actuaciones individuales, empeños heroicos de ilustrados personajes que, mal que bien, mantienen encendida la llama de la institución y, si les dejan o la fortuna les acompaña, quizá sean capaces de alcanzar algún que otro logro en la conservación y protección del Patrimonio. Hay, evidentemente, un componente personal dentro de la complejidad del proceso de institucionalización, pero esto resulta poco más que un detalle anecdótico si no se le encuadra dentro de un marco ideológico y cultural que, casi siempre, se encuentra detrás de las conductas individuales.

Tomás Romero de Castilla resulta paradigmático para todo lo anterior. Una aproximación ligera a su persona y su obra podría hacernos pensar que nos encontramos ante un paladín de la ilustración provinciana, un personaje de limitada altura intelectual que, por avatares diversos, se introduce en el campo de la arqueología y el Patrimonio y hace de ello el centro de sus obsesiones. No le haríamos justicia. El protagonismo que tiene en la Comisión de Monumentos de Badajoz en su fase más fructífera hace de él uno de los pilares de la institucionalización de la arqueología extremeña, quizá la referencia más nítida de cara a establecer el marco en que se construye o fracasa la institucionalización. Su trabajo en la Comisión de Monumentos no puede abordarse con esquemas simplistas de estériles empeños personales porque sus actuaciones nacen dentro de un marco ideológico, cultural y político que acaba caracterizándolas. Pocas cosas son fruto de la generación espontánea esencialmente descontextualizadora y caprichosa. La gestión de Tomás Romero de Castilla, Secretario de la Comisión de Monumentos Históricos y Artísticos de Badajoz, hay que entenderla dentro la profunda crisis en que se fragua la institucionalización de la arqueología en Extremadura y, a la vez, como un elemento definidor de la misma. En lo que sigue exponemos algunas claves que pueden acercarnos a entender la importancia de su figura en la historia de la arqueología extremeña dentro de la Comisión de Monumentos de Badajoz, lo que, globalmente, también puede servir para entender la crisis que hemos enunciado.

## EL PROFESOR KRAUSISTA

Tomás Romero de Castilla es bien conocido en sus perfiles biográficos gracias a la tesis doctoral que sobre él escribió Manuel Pecellín Lancharro<sup>5</sup>. Hasta entonces era un nombre casi desconocido en la cultura extremeña, prácticamente reducido a un recuerdo vago de hombre de bien, viejo profesor del Instituto de Badajoz inmerso en alguna que otra polémica de contenido filosófico. La obra de Pecellín tiene el extraordinario mérito de reivindicar y

---

<sup>5</sup> PECELLÍN LANCHARRO, M. *El krausismo en Badajoz: Tomás Romero de Castilla*. Cáceres, 1987.

recuperar a un filósofo que tiene un sitio propio dentro del krausismo, un movimiento renovador y progresista que, a mediados del siglo XIX, venía a plantear una idea nueva del Hombre y sus relaciones con el sistema cultural (y sociopolítico) tradicional.

Contamos, pues, con una información precisa sobre la vida y la persona de Tomás Romero de Castilla, si bien planteada bajo el prisma de su faceta como profesor y filósofo krausista. Sin embargo hay una dimensión fundamental en su vida que se encuentra fuera de la luz que sobre el personaje proyectó el mencionado trabajo de Pecellín Lancharro. Durante casi toda su vida fue Romero de Castilla la cabeza visible de la Comisión provincial de Monumentos de Badajoz, a veces única referencia de un proceso de institucionalización que, como hemos visto, se sumergía en una aguda crisis estructural. Sin embargo de este Romero de Castilla gestor de la arqueología apenas es conocido, por menciones bastante marginales, su protagonismo en la creación del Museo Arqueológico provincial, a pesar de que su dedicación al Patrimonio arqueológico badajocense supera con mucho la idea que de ello nos podemos hacer por lo publicado hasta ahora. Una pequeña síntesis biográfica nos ayudará a fijar histórica y cronológicamente al personaje.

Nace Tomás Romero de Castilla y Perozo en Olivenza, un 15 de Abril de 1833 (morirá en Badajoz el 22 de Febrero de 1910). Sus estudios los realiza, después de cursar un año de Filosofía en el Instituto de Badajoz, en el Seminario de San Atón de la capital, donde estudia siete años de Teología y uno de Cánones con excelente calificaciones<sup>6</sup>. Al Seminario de San Atón seguiría ligado como profesor, una vez obtiene el título de Bachiller en Teología, enseñando Lógica y Metafísica, e Historia de la Filosofía. Su vida académica posterior estaría unida ya para siempre al Instituto de Segunda Enseñanza de Badajoz, donde ocuparía la Cátedra de Psicología, Lógica y Ética. Antes había realizado estudios de Derecho y Filosofía en Sevilla lo que, como señala Pecellín, fue definitivo para entender su evolución personal y profesional: allí accede a las nuevas teorías evolucionistas y recibe de Federico de Castro una influencia determinante que lo acercará a los postulados krausistas y lo incluye en su círculo de seguidores.

Fue Tomás Romero de Castilla un alumno aplicado, excelente profesor después, muy querido por sus alumnos y maestros, incluso cuando sus posiciones ideológicas más lo separaban de los postulados del catolicismo y le hacía rozar la heterodoxia. Hombre íntegro, curioso, de una honestidad intelectual encomiable, buen polemista, su potencial intelectual contrasta con la estrecha vida provinciana en que consumió su vivir, lo que limitó su producción científica y su proyección hacia otros horizontes. Sólo su militancia en un krausismo peculiar, que pretendía dentro del catolicismo, le hacía elevarse sobre la conservadora (aunque no siempre mortecina) vida del Badajoz de la segunda mitad del siglo XIX. El krausismo le proporcionó vías por las que explorar nuevos territorios y acercarse a los que fueron sus maestros: Sanz del Río o Federico de Castro, con los que tuvo frecuente relación epistolar. El krausismo, en definitiva, le facilitó un sistema por el que encauzar sus ideas renovadoras, una excelente plataforma donde cimentar sus principios y defender modelos progresistas en el plano filosófico, social y político.

Hasta su muerte en 1910 la vida de Tomás Romero de Castilla transcurrió entregada a la docencia en el Instituto de Badajoz, a la defensa del ideal krausista en ocasionales polémicas en la prensa de la ciudad y a la Comisión de Monumentos de Badajoz. Más allá

---

<sup>6</sup> PECELLÍN, M. *Op. cit.* p. 17 y ss.

del filósofo, del profesor, del tibio militante en el republicanismo progresista de Ruiz Zorrilla, del dinamizador de la vida cultural de Badajoz desde la prensa periódica, hay un Romero de Castilla gestor de la arqueología que ha permanecido totalmente desconocido. Es posible incluso que esta faceta tuviera en la vida y la obra de Romero de Castilla un nivel superior a la dimensión filosófica investigada por Pecellín. La propia vida privada de Romero de Castilla, el nivel de dedicación y, hasta los frutos obtenidos, revelan que la arqueología no fue para Castilla algo marginal, complementario de otras facetas principales. La inexistencia de tradición investigadora en torno a la historia de la arqueología extremeña ha consolidado la idea de que la dedicación de algunos individuos más o menos ilustres a las cuestiones arqueológicas haya que situarla en el terreno de lo anecdótico, casi de lo irrelevante, cuando lo cierto es que cualquier aproximación al tema evidencia la extrema debilidad de estas aseveraciones, tan extendidas. El caso de Tomás Romero de Castilla y su labor en la Comisión de Monumentos de Badajoz es un excelente ejemplo de ello.

## **TOMÁS ROMERO DE CASTILLA EN LA COMISIÓN DE MONUMENTOS DE BADAJOZ**

En los primeros meses de 1867 la Dirección General de Instrucción Pública, del Ministerio de Fomento, se dirigía al Gobernador Civil de Badajoz para que procediera a la inmediata constitución de la Comisión provincial de Monumentos Históricos y Artísticos<sup>7</sup>. Habían transcurrido casi dos años desde que se publicara el Reglamento que regulaba la vida de estas corporaciones<sup>8</sup> y el Gobierno se decide ahora a impulsar el proceso de manera decidida. Previamente se habían realizado las gestiones oportunas ante la Real Academia de Bellas Artes de San Fernando para que fueran nombrados los académicos Correspondientes necesarios para formalizar la constitución. En estos momentos, además de los vocales natos que consagra el Reglamento de 1865 (Arquitecto provincial y Jefe de la Sección de Fomento), sólo existen en la provincia dos Correspondientes de la Real Academia de la Historia, que serán los impulsores de la Comisión: Tomás Romero de Castilla y Fernando Bernáldez. No había en ese momento ningún Correspondiente de la Academia de San Fernando<sup>9</sup>.

El escrito de la Dirección General de Instrucción Pública resulta determinante y poco después, el 16 de Abril, se reúnen en el despacho del Gobernador, bajo su presidencia, los dos Correspondientes de la Real Academia de la Historia, el arquitecto provincial (Francisco Morales Hernández) y el Jefe de la Sección de Fomento en Badajoz (Joaquín Sáenz de Santamaría) para proceder a la constitución de la Comisión de Monumentos de Badajoz. Tiene lugar así el acto formal de instalación o refundación de la

---

<sup>7</sup> *Archivo de la Comisión de Monumentos de Badajoz*: Expediente nº 1. Documento nº 26, de 2 de Marzo de 1867.

<sup>8</sup> Reglamento de las Comisiones provinciales de Monumentos Históricos y Artísticos, de 24 de Noviembre de 1865.

<sup>9</sup> En el escrito citado de 2 de Marzo de 1867 se refiere que en Badajoz había tres Correspondientes de la Academia de la Historia, lo que no es correcto. La Academia de San Fernando nombrará, en sesión extraordinaria de 25 de Junio de 1867, como Correspondientes suyos en Badajoz a Leopoldo Molano, Fernando Montero y a José Benjumea y Carbonell.

Comisión, en el que se aprecia un evidente apresuramiento: legalmente no puede constituirse la corporación sin los vocales de la Academia de San Fernando. Es así cómo tras el nombramiento de los Correspondientes Molano, Montero y Carbonell (en 25 de Junio) la Academia insta a una nueva constitución que, efectivamente, ha de realizarse en sesión del 13 de Julio de 1867<sup>10</sup>.

Tomás Romero de Castilla ejercerá de Secretario de la Comisión de Monumentos desde la fallida primera constitución de 16 de Abril de 1867 hasta mediados de 1905, fecha en que dimite de su cargo y abandona la corporación<sup>11</sup>. Acabará identificándose tanto con la Comisión que ésta no puede entenderse sin su persona: Castilla será el responsable (a veces único) de una corporación que desde sus orígenes se ve inmersa en una grave crisis estructural, convirtiéndose en la piedra angular del peculiar proceso de institucionalización que sigue la arqueología extremeña. La etapa Romero de Castilla en la Comisión de Monumentos de Badajoz (1867-1905) será clave en el devenir de la institución, época contradictoria jalonada de conflictos y tensiones entre una corporación que lucha por su supervivencia y un entorno político e institucional que acaba configurándose como un freno a su desarrollo. La Comisión de Monumentos vivirá a lo largo de estos años la etapa más importante de su existencia, una etapa que viene impregnada hasta en sus detalles más nimios por la personalidad de su Secretario.

El Reglamento de 1865 marcaba una época nueva con la que Romero de Castilla y Fernando Bernáldez se identifican de manera entusiasta. Las renovadas Comisiones de Monumentos apenas encuentran en las corporaciones precedentes una base sobre la que levantar el edificio de la nueva institucionalización. En sus primeros días como Secretario de la corporación Tomás Romero de Castilla intentó una transmisión de poderes entre la antigua Comisión de Monumentos y la ahora refundada. Se dirigió para ello por escrito al

---

<sup>10</sup> En el Acta de la sesión de 13 de Julio de 1867 queda reflejado que en virtud del nombramiento de los señores Molano, Montero y Carbonell como socios Correspondientes de la Academia de San Fernando, y con arreglo a lo dispuesto en los artículos 1º y 2º del capítulo 1º del Reglamento de 24 de Noviembre de 1865, es necesario proceder a la instalación de la Comisión provincial de Monumentos de Badajoz, lo que se hace en esa misma sesión. Todo lo cual había sido comunicado por la Academia de San Fernando en un escrito fechado en 26 de Junio y que había llegado a la Comisión a través del Gobierno Civil de la provincia. La Comisión de Monumentos, pues, realiza dos sesiones de constitución, lo que provoca en algunas ocasiones un pequeño error sobre la fecha en que realmente se refunda la corporación, constatable incluso en los escritos de la propia Comisión. En varias ocasiones se desliza la fecha del 13 de Abril como el día en que se produjo la instalación, mezcla del 16 de Abril y 13 de Julio.

<sup>11</sup> Romero de Castilla llegó al cargo de Secretario de manera, si no ilegal, sí al menos irregular. El Secretario debía ser el académico más moderno entre todos los vocales, requisito que Castilla no cumple cuando se formaliza la constitución de la Comisión con la incorporación de los vocales de la Academia de San Fernando. Efectivamente, él era el académico más moderno el 16 de Abril, pero no lo era cuando ha de procederse a la reinstalación definitiva el 13 de Julio de 1867. Entendemos que situación tan anómala debía ser conocida y asumida por todos, no obstante el silencio que se extendió sobre la misma a lo largo de la vida de la Comisión. Sin duda el activismo desplegado por Romero de Castilla y su natural inclinación a los temas burocráticos y administrativos jugó en su favor. La marcha de Castilla de la Comisión de Monumentos fue un tanto extraña, fruto de su frustración personal y de las maniobras del Gobernador Civil de turno para intervenir en la corporación. Presentó su dimisión en dos ocasiones, la primera vez en 18 de Marzo de 1902, y la segunda en 4 de julio de 1904, para abandonar silenciosamente la corporación a mediados de 1905.

Secretario saliente, Francisco Gómez Delgado, solicitándole los documentos y materiales que, por razones de su cargo, aquél estaba obligado a custodiar. Sin embargo no quedó más testimonio de la respuesta de Gómez Delgado que una amarga nota manuscrita del propio Castilla que reflejaba el estado de inacción en que se encontraba la Comisión de Monumentos de Badajoz<sup>12</sup>.

Prácticamente desde la nada Tomás Romero de Castilla se dedicó con gran esfuerzo personal a crear una institución que tenía entre sus cometidos la defensa, estudio y protección del Patrimonio arqueológico badajocense. Hay que destacar que hasta 1884 estuvo acompañado en el empeño por Fernando Bernáldez, Ingeniero de Minas y Vicepresidente de la corporación, con quien le unía una estrecha amistad; más cuando éste trasladó su domicilio a Madrid la única referencia de la Comisión fue ya el catedrático krausista<sup>13</sup>. Sobre la aflicción que le produjo en 1867 el estado de la institución heredada reflexionaría una década después, cuando parecía amainar ya el espíritu apasionado con que Bernáldez y él se habían juramentado para convertir la Comisión en una corporación modelo y reaparecían las viejas sombras que habían hecho de la creación de las Comisiones en 1844 un acto casi estéril<sup>14</sup>.

En este estado de cosas evaluar la impronta de Romero de Castilla en la vida de la Comisión de Monumentos nos obliga a una simplificación que en absoluto recoge la complejidad en que se vio inmerso el proceso de institucionalización que él encabezó. La Comisión de Monumentos siguió existiendo cuando ya Romero de Castilla había abandonado la Secretaría, pero tras su marcha la corporación inició un desplome que, al cabo de los años, dejaría a la etapa 1867-1905 como la única en que realmente existió el proyecto de consolidar una institución estructurada que fijara entre las obligaciones del Estado la gestión de los monumentos y restos del pasado. Tras Romero de Castilla la crisis devora a la institución que, desamparada, queda a merced de un poder político que resulta más atractivo para las élites ilustradas que el rancio espacio que la Comisión de Monumentos de Badajoz había sido capaz de conservar en torno a ella.

---

<sup>12</sup> En el Expediente nº 1 del Archivo de la Comisión de Monumentos, al pie de la reseña del escrito que se remitió a Gómez Delgado, se lee: "*Nota: sin inventario, sin formalidad alguna, el antiguo secretario mandó a la casa del nuevamente elegido unos cuantos legajos, sin estar catalogados, un estante desvencijado, pequeño y viejo y sin (ilegible), únicos enseres documentos y Museo que tenía la Comisión*".

<sup>13</sup> Fernando Bernáldez Gringa (1827-1889) es otro gran desconocido de la historia de la arqueología en Extremadura. Fue Vicepresidente de la Comisión de Monumentos de Badajoz desde su refundación en 1867 hasta 1885, año en que abandonó el cargo al haberse trasladado a Madrid para trabajar en la Comisión Nacional del Mapa Geológico. Fue el Vicepresidente más activo de la historia de la Comisión de Monumentos, haciendo gala de un carácter ejecutivo del que carecieron sus sucesores, lo que realzó su liderazgo dentro de la corporación. Mantenía una estrecha amistad con Romero de Castilla, sobre quien tuvo cierta ascendencia.

<sup>14</sup> ROMERO DE CASTILLA, T., y BERNÁLDEZ, F.: "Resumen de las Actas y Tareas de la Comisión de Monumentos Históricos y Artísticos de la provincia de Badajoz desde Abril de 1867 hasta fines de Diciembre de 1877." Manuscrito conservado en la Biblioteca del Museo Arqueológico Provincial de Badajoz.

## TOMÁS ROMERO DE CASTILLA: LA ARQUEOLOGÍA

El Romero de Castilla *arqueólogo* no es la consecuencia de un entretenimiento, ni la concreción de la típica pasión romántica por los restos de las culturas antiguas. Su dedicación a la arqueología es constante a lo largo del periodo de máxima madurez intelectual de su vida y a ello se dedica con afán: Romero de Castilla no es menos arqueólogo que filósofo o docente. Su labor en la Comisión de Monumentos de Badajoz es decisiva para observar cómo la arqueología camina hacia la institucionalización y va configurándose como una disciplina científica tutelada por el Estado. Su aportación en el plano de la organización, gestión de los recursos patrimoniales y definición de una teoría global sobre esta parcela resulta determinante.

La aproximación de Romero de Castilla a los estudios arqueológicos fue, como era habitual en quienes se sentían atraídos por el krausismo, fruto de una intensa pasión por indagar en la condición humana. La búsqueda de las fuentes del conocimiento le conducen hasta los restos de la cultura material de las civilizaciones antiguas porque, como él mismo confiesa, *“los rumbos seguidos por la actividad humana me sirven de datos para hacer inducciones acerca de los destinos de la humanidad”*<sup>15</sup>. El Castilla inquieto, curioso y polifacético, ve en la arqueología un camino para transitar por la Historia, que, a su vez, lo es para hacerlo por la Humanidad. Pero se ve inmerso en una tarea ingrata como pocas porque la disciplina está estructurándose, carece de referencias y el mucho trabajo que le dedica no obtiene el reconocimiento que debiera. Socialmente su labor estará menos reconocida que la tarea docente y filosófica y no podrá evitar que se impregne de lo que será uno de los grandes estigmas de la ciencia arqueológica: su consideración como actividad exótica de escasa o nula rentabilidad social.

En este sentido su labor en la Comisión de Monumentos tiene mucho de lucha contra los elementos en un entorno abiertamente hostil. En la segunda mitad del XIX y primera mitad del XX Castilla no será un arqueólogo al uso; sobre todo porque tendrá muchos reparos en convertirse en un *“arqueólogo de campo”*. Su krausismo heterodoxo tiene también una lectura similar en su labor como arqueólogo; cuando lo normal hubiera sido que, dada su posición y formación, se volcase en una labor intensa de recuperación de objetos mediante excavaciones arqueológicas y hubiera para ello recorrido también la sutil frontera que separaba la legalidad del expolio, Castilla milita en una filosofía por entonces prácticamente inédita en España: la necesidad de articular elementos para proteger, estudiar y gestionar el Patrimonio arqueológico. Es lo que hoy denominamos con cierto engolamiento *“arqueología de gestión”*, un conjunto de procedimientos encaminados a hacer viable la protección y difusión del hecho arqueológico, consecuencia inevitable del proceso de institucionalización seguido durante los últimos 150 años, pero que resulta sorprendente que pueda ser sólo insinuado en un tiempo donde el pensamiento arqueológico apenas iba más allá de legitimar la continua búsqueda de objetos para ser coleccionados.

La formación humanística y filosófica de Romero de Castilla condicionaba claramente su aproximación a la arqueología. Castilla era dado a la reflexión pausada y sus formas se corresponden con las propias del individuo entregado a la introspección, alejado

---

<sup>15</sup> Carta fechada en Badajoz, 18 de Marzo de 1898, reproducida en PECELLÍN, M. *Op. cit.* pp. 478-479.

del activismo inherente a la arqueología de campo. Hace por eso, básicamente, una arqueología de gabinete y, en asunción de sus responsabilidades en el organigrama de la Comisión, una arqueología de gestión. Nunca se sintió Castilla atraído por los avatares del “rebuscador” ni por lo que la investigación arqueológica tiene de esfuerzo físico.

Romero de Castilla no puede, empero, librarse de lo que en este tiempo era habitual, máxime cuando desarrolla su labor en un medio inhóspito para este tipo de temas y dentro de un aislamiento considerable. Es por eso que hace del Museo Arqueológico, con la ayuda de su amigo Fernando Bernáldez en un principio, la piedra angular de su labor como arqueólogo y del *Inventario de los objetos del Museo*<sup>16</sup> su gran aportación a los estudios arqueológicos. Entiende y asume el gran valor del objeto en sí mismo, pero intuye que ese valor es sólo una pequeña parte de lo que cada pieza esconde en sí misma: El Hombre. El ser humano es la gran obsesión de quien se considera un “*arqueólogo de ocasión*” pero que tiene una gran intuición sobre las posibilidades de esta ciencia, de cuya esencia y existencia no duda nunca, para calibrar la verdadera dimensión de la persona. Así, el Castilla coleccionista resulta heterodoxo porque su coleccionismo tiene sentido sólo dentro de la institucionalización del hecho arqueológico, herramienta inestimable y garantía de futuro para el conocimiento de las culturas antiguas. Las gestiones para hacer del Museo la obra clave de la normalización de la arqueología y la expresión fiel de la utilidad y necesidad de la disciplina tienen sentido porque se hacen dentro de la Comisión de Monumentos; no se trata de recuperar para coleccionar, sino de reunir lo ya exhumado para evitar su pérdida. No tiene sentido el atesoramiento en sí, sino que prima el deseo de salvaguarda. Por esta razón en la Comisión de Monumentos de Badajoz apenas se hacen trabajos de campo y se mantiene distante de la intervención directa en los yacimientos.

Pero todo lo anterior nace más de la intuición de Romero de Castilla que de la elaboración de una teoría fundamentada que tenga esa actuación como consecuencia. Ni estaba en condiciones ni seguramente nunca lo pretendió. Pero junto a destellos de lo habitual en aquel tiempo, encontramos en la posición de Romero de Castilla ante la arqueología algunas ideas inauditas, que iremos desglosando en lo que sigue.

Siempre hizo Castilla gala de una postura *amateur* ante la arqueología, que le impidió denominarse nunca como arqueólogo. Siendo precisos y puristas es posible que nunca le podamos aplicar esta etiqueta, y eso ya es un detalle de enorme magnitud si lo contextualizamos debidamente. Aunque en repetidas ocasiones insiste en esta idea, muchas veces es fruto sólo de fórmulas de cortesía. Pero la mejor definición que de sí mismo dio la encontramos en la carta citada que dirigió a Giner de los Ríos, donde evidencia su heterodoxia y donde por el tono utilizado en la misiva, no ha lugar a dudas sobre lo que realmente pensaba sobre sí mismo y su labor arqueológica.

Castilla se muestra convencido a lo largo de su existencia que el marco donde debe incluirse la arqueología debe venir dado desde el Estado y, que por eso, las tareas en pro de la institucionalización son la mejor garantía de que la conservación, la protección y la investigación de los restos arqueológicos se hará con criterios rigurosos. En esta estrategia hará profesión de la tolerancia que le caracterizó en sus polémicas filosóficas y en toda su existencia vital. No hará de la norma legal una herramienta de carácter coercitivo que será

---

<sup>16</sup> ROMERO DE CASTILLA, T.: *Inventario de los objetos recogidos en el Museo Arqueológico de la Comisión provincial de Monumentos de Badajoz*. Badajoz, 1896.

impuesta asépticamente desde la institución. Convivirá por eso con formas y usos que no comparte, tanto por convencimiento intelectual como por coherencia con la legalidad, pero hábil y tímidamente irá dando muestras de que hay otros caminos en los trabajos arqueológicos y, por extensión, dará por sentado que no hay arqueología fuera de la arqueología institucionalizada. Sus relaciones con informantes, discípulos y amigos, con alcaldes, con eruditos... serán puentes entre la corporación “científica” que entiende es la Comisión de Monumentos y los agentes que tienen en sus manos la protección Patrimonio. De ahí que el Museo Provincial se convierta en la clave de su actividad y de su pensamiento, porque en la desregulación del sector éste necesita un espacio reconocible donde pueda concretarse la utilidad y la función social de los estudios sobre antigüedades. El Museo será la evidencia de que la institucionalización es necesaria y útil. Ligada a él se encuentra la investigación, la publicación, la recuperación y la difusión del Patrimonio; todo elaborado de manera simple, intuitivo la mayoría de las veces, pero hoy, con cierta perspectiva, no podemos menos que reconocer que ahí se encontraban muchas de las claves de lo que han acabado siendo este tipo de instituciones. El Museo, por lo demás, legitimaba y salvaguardaba la misma existencia de la Comisión de Monumentos.

La dedicación de Romero de Castilla pues, se centra prácticamente en la organización y gestión del Patrimonio arqueológico. Su actitud distante de lo que en su tiempo era considerado *hacer arqueología* (la excavación) es evidencia de una heterodoxia que confirma su convencimiento del carácter científico de unas intervenciones que la mayoría de sus iguales entendía en el plano de la actuación directa. Por eso Castilla tuvo siempre reparos en definirse como “arqueólogo”. Sin embargo la profusión con que utilizó el concepto (arqueología/arqueólogo) es una buena muestra de cómo lo entendía: a partir de la profesionalización.

Su implicación era, por eso, distante con el trabajo de campo y apasionada en la defensa de una estructura que lo incluyera y procesara. Una pasión que le lleva a definirse como Quijote enervado en defensa de su Dulcinea. Castilla/Quijote “no por afición sino por deber”, caballero despechado en defensa de un ideal que pretende ser ultrajado por la fuerza de un entorno hostil. El tono de la carta citada a Giner de los Ríos no deja dudas sobre la sinceridad de Romero de Castilla en su visión personal de su faceta como arqueólogo. Establece para ello el distanciamiento que le es característico, y que tanto parecía apreciar, y asume sin excusas el papel de *arqueólogo de ocasión*, de persona no iniciada en los fundamentos de la ciencia, lo que seguramente era cierto en su concepción rigurosa y purista del científico, pero cuya exposición agranda su labor en este campo porque con estos principios resultaba de una honestidad intelectual extraña en su época.

La Dulcinea /Museo-Comisión de Monumentos, trasunto de la globalidad del marco institucionalizado que desea Castilla para la arqueología tiene una existencia plagada de pequeños desastres que llevará a Castilla a asumir su defensa. La historia de la Comisión estará jalonada de todo un rosario de conflictos y tensiones que son expresión última de la crisis estructural de la corporación. Es aquí donde aparece el Romero de Castilla krausista que no duda en ofrecer resistencia tenaz al poder político con tal de asegurar la independencia de la institución. Pecellín recoge testimonios de ese cierto espíritu contestatario e independiente frente a la Administración, tan típico de los krausistas<sup>17</sup>, que posiblemente

<sup>17</sup> PECELLÍN LANCHARRO, M.: *Op. cit.* p. 28.



tenga en la parcela arqueológica sus más logradas expresiones. Así, las tensiones con la Diputación Provincial o con el Gobernador Civil ayudan a entender el sustento ideológico que anima la gestión de Castilla como Secretario de la Comisión de Monumentos. Ciertamente que la institución no fue nunca en la etapa de Castilla un espacio para la disidencia, ni un foro progresista, pero la presencia, el activismo y el protagonismo de su Secretario suponía una distorsión de gran magnitud en lo que era norma en el conjunto de sus homónimas: instituciones que agonizaban a merced de las élites dirigentes provincianas, ineficaces por mor de su dependencia del poder político. Ni que decir tiene que cómo mejor podíamos concretar las dimensiones en que se mueve la crisis de la institucionalización en Extremadura es centrándonos en los aspectos organizativos, de gestión y gobierno de la Comisión de Monumentos, donde el trabajo de Romero de Castilla fue fundamental, pero la limitación de espacio nos obliga a dejarlo apuntado sólo.

# EL SERVICIO DE INVESTIGACIONES ARQUEOLÓGICAS DE ASTURIAS (S.I.A.): F. JORDÁ CERDÁ (1952-1964)\*

por

**Gema E. Adán Álvarez\*\***

*A D. Paco Jordá & D.ª Carmen Pardó*

Indagar sobre el “Servicio de Investigaciones Arqueológicas” (S.I.A.) de Asturias (1952/1964), permite descubrir no solo una de las etapas de la prehistoria y arqueología asturiana más fructífera, decisiva y de un elevado nivel científico, acontecida con anterioridad a la influencia de las investigaciones universitarias de Salamanca, Valladolid y Oviedo (años 70 y 80). También nos muestra el quehacer y la arrolladora e influyente personalidad de Francisco Jordá Cerdá en su etapa asturiana: un momento expansivo y de consolidación de sus líneas de investigación en el que su familia jugó un destacado papel.

¿Como recaló este alcoyano en Oviedo?. Conviene recordar su previa formación en el “Servicio de Investigaciones Prehistóricas” (S.I.P.) de Valencia creado por la Diputación el 20 de octubre de 1927 (Sanz-Pastor 1986: 502), de la mano de Luis Pericot durante los años 40 que le llevaron a desenvolverse en dos campos de estudio: el del paleolítico y el del arte prehistórico. Después de un breve paso por Cartagena como Director del Museo Arqueológico (1950), saca por oposición varias plazas en Asturias: la de “Jefe del Servicio Provincial de Investigaciones Arqueológicas” (1952), la de profesor adjunto de “Historia del Arte” en la Universidad de Oviedo (1953) y la de profesor adjunto de “Enseñanza Media” en el Instituto Femenino de Oviedo (1960) (VVAA 1984: 11/15). Añade más adelante a su currículum, el de “Delegado de zona del Servicio Nacional de Excavaciones arqueológicas” del distrito de Oviedo (1961). Sin que le afecte este pluriempleo, Jordá consigue doctorarse en Madrid con una tesis sobre el Solutrense (1955), y escribir unos 7 libros o guías, la mayor parte publicados por la Diputación de Oviedo, junto con unos 46 artículos en diversos congresos y revistas nacionales de temas prehistóricos (unos 16 de cuestiones mediterráneas; 12 cantábrica y 10 generales); romanos (3), medievales (1) y sobre el Museo y patrimonio de Oviedo (4). Sin olvidar su dedicación durante la mayor parte de los veranos de estos casi doce años, a las excavaciones arqueológicas dependientes del S.I.A., quedándole también tiempo para llevar a cabo sus investigaciones personales como las que realizó en Lancia (León). A pesar de su marcha en 1962 a Salamanca como

---

\* Comunicación presentada al III Congreso de Arqueología Peninsular, Vila Real, Set. 1999.

\*\* Doctora en Prehistoria. Universidad de Salamanca. E-mail: geadan@telepolis.com

“Catedrático de Arqueología, Epigrafía y Numismática”, continuó vinculado a Asturias con trabajos decisivos en las etapas paleolítica y castreña.

Para poder evaluar todo el ingente trabajo de Francisco Jordá, la mayor parte desarrollado en el S.I.A., conviene dibujar someramente el panorama prehistórico y arqueológico asturiano antes de los años 50. Más adelante nos adentraremos en la formación y las tareas emprendidas por el S.I.A. (Museo, excavaciones y difusión). Y por último recapitularemos sobre la influencia que este “Servicio Arqueológico” asturiano y por ende del profesor Jordá, tuvo en la investigación y el desarrollo arqueológico asturiano posterior.

## 1. La investigación prehistórica y arqueológica en Asturias: “La Comisión de Monumentos Histórico y Artísticos”, el “Instituto de Estudios Asturianos” y otras corporaciones

El nexo de unión entre la “La Comisión de Monumentos Histórico y Artísticos” de la provincia de Oviedo (C.M.H.A.P.O.), el “Instituto de Estudios Asturianos” (I.D.E.A.) y “El Servicio de Investigaciones Arqueológicas” (S.I.A.), fue la Diputación ovetense. Las tres instituciones culturales dependieron siempre del pecunio y la gestión de dicha Diputación, coordinándose de forma azarosa y controvertida pues las tres competían en campos de actuación y presupuesto.

La C.M.H.A.P.O. (1844-1981)<sup>1</sup> ya fue objeto de varios estudios monográficos (Adán 1997a y 1997b; en prensa; y Pérez-Campoamor 1997). De las sucesivas fases de dicha Comisión, interesa traer a colación la que podíamos considerar la penúltima, acaecida a partir de 1932, año en el que se inician las primeras tentativas para que el claustro de San Vicente sea sede de su Museo, hasta 1952, época en la que se produce la cesión de su colección arqueológica a la Diputación como fondo del “Museo Arqueológico Provincial”, junto a las nuevas donaciones del “Marques de La Rodriga”, “Aurelio del Llano”<sup>2</sup> y del “Conde de la Vega del Sella” (Escortell 1994: 23), que según su decisión personal, no cedió su colección hasta que la C.M.H.A.P.O. dispusiera de un local apropiado<sup>3</sup> (Adán 1999 y Escortell 1994: 16).

Se ocupó del diseño museográfico Manuel Jorge Aragoneses (Escortell 1994: 23), enviado desde Madrid y que a la sazón fue el primer director del Museo. La gestión del mismo se proyectó a través de una “Junta de Patronato”<sup>4</sup> si bien más tarde cambió al pasar el Museo primero a la gestión de la Diputación (1956) a través del S.I.A., y después al Estado (1969). Sin embargo la C.M.H.A.P.O. no quería perder definitivamente el control de su colección, por lo que ponía “*su Museo a disposición de la Junta de Patronato en calidad de depósito condicional*”, con la figura de un “conservador-secretario” perteneciente a la Comisión que ejerció a la postre como encargado del Museo<sup>5</sup>. En primer lugar fue nombrado

<sup>1</sup> Ponemos la fecha 1981, pues en ese año se aprueba el “Estatuto de Autonomía de Asturias” y cambian las competencias de Cultura, si bien ya a partir de los años 70 la C.M.H.A.P.O. deja de tener relevancia en el panorama cultural.

<sup>2</sup> Las actas de la C.M.H.A.P.O. se citan por la “S” de sesión y a continuación el día en el que se realizó, y los papeles mediante una “P”, a quien pertenece y la fecha. En este caso S.5/X/46 y S.26/III/47.

<sup>3</sup> P. Carta del conde de la Vega del Sella del 12/X/35.

<sup>4</sup> S.22/V/51.

<sup>5</sup> Vid nota 4.

Victor Hevia (1951) y posteriormente Joaquín Manzanares (1953), que incluso aparece citado como "Director" en la obra sobre museos españoles de Gaya Nuño (1955: 553)<sup>6</sup>.

Las actividades arqueológicas de la C.M.H.A.P.O. que después de la guerra civil se coordinaban desde Madrid por la "Comisaría General de excavaciones arqueológicas"<sup>7</sup>, fueron escasas. De los miembros de la Comisión, conviene destacar las actuaciones de Juan Uría en Coaña (García Bellido y Uría 1940 y Uría 1941) y en la cueva de Lledías (Uría 1944 y Adán 1997a: 219); las prospecciones de José Manuel González (1977) y los estudios de Magín Berenguer sobre los edificios prerrománicos junto a Helmunt Schlunk (1957). Mediante la creación de un "Boletín de la Comisión" se intentó dar cuenta de estas investigaciones, si bien sólo se llegaron a publicar dos números en 1957 y 1960.

También proyectó la C.M.H.A.P.O., la elaboración de un "Inventario Monumental", pues en Asturias desde la obra de Ciriaco Miguel Vigil (1887) no se había puesto al día el cómputo de los bienes arqueológicos de la provincia, a pesar de las reiterativas órdenes estatales emanadas desde 1900 (Ordieres 1995: 60/62)<sup>8</sup>. Este trabajo comenzó bajo la dirección de Juan Uría, Luis Vázquez de Parga y Joaquín Manzanares, en 1952, y fue continuado a título personal, por el último citado (Manzanares 1996: 25).

Al canalizar la Diputación las actividades arqueológicas y del Museo a través del S.I.A., la C.M.H.A.P.O. redujo sus tareas a las meramente de denuncia y conservación de los Monumentos asturianos cuya dirección personalizada ejercía Luis Menéndez Pidal (García Cuetos 1999). Sin embargo, siguieron unidos al centro museístico al proponer Manzanares que las reuniones de la C.M.H.A.P.O. tuvieran lugar en el Museo<sup>9</sup>, aunque desinteresándose y compitiendo con su incremento posterior. Es paradójico comprobar como parte de sus miembros más destacados formaron colecciones privadas paralelas al centro público: J.M. Glez al ir almacenando los vestigios recogidos durante sus prospecciones y J. Manzanares con la creación del "Tabularium Artis Asturiensis".

Durante estos doce años de funcionamiento del S.I.A., la Comisión descubrió la iglesia prerrománica de Bendones (1953); acondicionó para las visitas y limpió diversas cuevas prehistóricas como Candamo (Menéndez Pidal 1954: 100; Adán 1997a: 212) y el Buxu dirigiendo los trabajos de José Fdez Buelta; realizaron informes sobre el estado de los diversos Monumentos asturianos como del castro de Coaña y el ídolo de Peña Tú (Llanes) (S.7/X/58); ingresaron piezas como el umbral prerrománico descubierto en las obras de 1959 de la Plaza Porlier (Uría 1967: 311; Adán *et alii* 1998b); y denunciando casos aislados, como el de la destrucción de la "Torre de la Gascona" (Adán *et alii* 1998a) y diversos temas de restauración.

El "Instituto de Estudios Asturianos" (I.D.E.A.), nació en 1946 como heredero de una serie de centros públicos que con más o menos fortuna proliferaron desde el siglo

---

<sup>6</sup> Los problemas en el nombramiento para la dirección del "Museo Arqueológico" fueron reiterativas. Si bien en un primer momento fue Manuel Jorge Aragonese la persona elegida desde la Diputación, más tarde se disputaron este título el mencionado Manzanares y Jordá, coincidiendo durante un tiempo el trabajo de Jordá y el de Aragonese (1952 y 1953), hasta que la Diputación selecciona a Jordá como Director. Para Escortell (1983:22) los diversos directores del "Museo" desde 1951, fueron: Aragonese venido de Madrid; Jordá por cargo del S.I.A.; Carlos María de Luis al nombrarlo la Diputación; y ella misma al obtenerlo por oposición nacional en los años 70.

<sup>7</sup> Decreto de 13 de octubre de 1940, fue suprimido por el Decreto 2993 de 25 de octubre de 1974.

<sup>8</sup> Más adelante se promulgó la realización de un "Inventario del Tesoro artístico Nacional" mediante el Decreto de 12 de junio de 1953, derogado por el Real Decreto 111 de 10 de enero de 1986.

<sup>9</sup> S.27/III/53.

XVIII en Asturias, con el patrocinio de la Diputación provincial. Como antecedentes se citaban: la “Academia regional” de Jovellanos, la “Sociedad Económica Asturiana de Amigos del País” (1780), la “Academia de San Salvador” (1852), la “Sociedad demológica de Madrid” (1881) y el “Centro de Estudios Asturianos” (1927).

Gendín (1947), rector de la Universidad y primer Director del I.D.E.A., considera al “Instituto” como el catalizador de los estudios folclóricos, dialectales, genealógicos, geológicos, mineros, económicos, políticos y jurídicos con una visión histórica, cuyo común denominador fuera la cultura asturiana. Esta vocación se canalizó mediante los “Boletines” que aún hoy se publican.

En el discurso inaugural que Gendín realiza, proclama dichos fines y se reconoce continuador de los estudios previos realizados en Asturias como los diccionarios de Martínez Marina (s. XVIII), la “Colección histórica diplomática del Ayuntamiento de Oviedo” y “Asturias monumental, epigráfica y diplomática” de Ciriaco Miguel Vigil (s. XIX), y la “Enciclopedia geográfica-histórica” de Bellmont y Canella (inicios del XX), y los que aparecieron en diversas revistas asturianas: “El Carbayón” en su hoja titulada “Estafeta de la Quintana”, “Ecos del Nalón”, la “Revista asturiana” y la “Ilustración gallega y asturiana”.

La C.M.H.A.P.O. se consideró una más de las secciones del Instituto, la de “Patrimonio artístico arqueológico y Museos” a la que *“le compete más en su misión administrativa y conservadora, que investigadora”* (Gendín 1947: 10). Como hemos visto, en la práctica la “Comisión” siguió de manera autónoma pues sus miembros eran investigadores privados y no funcionarios de la Diputación. Pero el I.D.E.A en su organigrama inicial tuvo una visión más amplia de las necesidades del funcionamiento cultural, y adscribió parte de las competencias de la “Comisión” al S.I.A.. Existe en el archivo provincial del Oviedo, unas *“Instrucciones sobre el funcionamiento del Servicio de excavaciones arqueológicas y sus relaciones con el I.D.E.A.”* sin mencionar el redactor<sup>10</sup>, con una fecha ambigua de 1953/57, en las que asume la divulgación de los resultados de las diversas intervenciones que realizaba el S.I.A., mediante la publicación de “Memorias” o artículos. Al final, dicha conexión se concretó en la publicación de parte de los trabajos paleolíticos de Jordá (Berenguer et alii 1992:69-70), mientras las “Memorias” fueron editadas por el mismo S.I.A., que era cada vez más independiente del “Instituto” al ser tanto su titular como sus actividades, sufragados por la Diputación. Pero en los comienzos la unión de ambos centros pareció muy clara y Jordá el titular del “Servicio”, fue socio correspondiente del I.D.E.A en 1953, un año después de obtener la plaza.

Con anterioridad a la creación del S.I.A., la “Comisaría general de Excavaciones” instituida en 1939 en Madrid (Sanz-Pastor 1986: 565) excavó de la mano de A. García Bellido las “Termas del Campo Valdés” de Gijón (1939)<sup>11</sup>, contando con la ayuda de *“prisioneros que trabajarían en las mismas y que probablemente no habían de exceder del n.º de 20.”* y el dinero del Ayuntamiento gijonés. Los resultados de las mismas no se conocen. En estos años, el mismo investigador (García Bellido), intervino en el castro de Coaña junto a J. Uría Rúa.

También la “Junta Provincial de Turismo” que dependía de la Diputación, llevó a cabo durante los años 30 y 40, excavaciones arqueológicas, investigaciones, e incluso se encargaron de inspeccionar las instalaciones de ciertas cavidades paleolíticas visitables,

<sup>10</sup> Este informe podría haber sido la “Memoria” necesaria para acceder al concurso de la plaza del S.I.A. según las bases especificadas en el B.O.P.O. N.º 18 del 22 de enero de 1952.

<sup>11</sup> Archivo del Ayuntamiento de Gijón, expediente 123-55/1965.

como la “Cuevona de Ribadesella” y “El Pindal” (Ribadedeva). Primero se encargó a Constantino Cabal que también fue secretario de la Comisión durante los años 30, y más adelante a Buelta<sup>12</sup> (Carrera 1951: 90).

En su sede, una de las dependencias del “Palacio Provincial”, se instalaron en calidad de depósito durante 1933, una serie de dibujos prehistóricos sobre Pindal, Candamo, Buxu, Dolmen de Santa Cruz y Peña Tú, que pertenecían a la C.M.H.A.P.O.<sup>13</sup>

En este ambiente surge el S.I.A. como una nueva Institución paralela a la Comisión, y que debía gestionarse desde el I.D.E.A.. Según las palabras de Jordá (1976: 21) *“En la etapa de los cincuenta, la Diputación Provincial de Asturias, a instancias de su Presidente D. Paulino Vigón, creó el Servicio de Investigaciones Arqueológicas en 1951. No fue ajeno a esta creación el gran asturiano D. Juan Uría Rúa, a quien tanto debemos los que, directa o indirectamente, nos consideramos como sus discípulos”*. El “Servicio” ya que tomaba entre sus competencias muchas de las antiguas actividades de la C.M.H.A.P.O., no estuvo bien visto por algunos de los miembros. Manzanares aunque el S.I.A. fue obra de su maestro J. Uría, claramente dice que *“yo discrepé abiertamente pero, que, para bien o para mal, fue un paso adelante”* (Manzanares 1996: 24/25).

En definitiva, los organismos culturales de Asturias mantienen cierta beligerancia (C.M.H.A.P.O.) y una progresiva indiferencia (I.D.E.A.), que a la postre incidirán en el final del S.I.A. durante los años 60.

## **2. El “Servicio de Investigaciones Arqueológicas” (1952 - 1964): creación, funcionamiento y actividades**

La necesidad de crear este “Servicio” se especificaba en las bases de la plaza aparecidas en el “B.O.P.O.” del 22 de enero de 1952. Según Paulino Vigón, presidente de la Diputación, después de que esta institución fundara el I.D.E.A. y el “Archivo Histórico” del Principado; promoviera el catálogo de los bienes artísticos, y llevara a cabo la restauración del claustro de San Vicente para ubicar en el mismo el Museo Arqueológico Provincial, se percató de que aún quedaba un aspecto de la cultura asturiana que le quedaba por cubrir. En sus propias palabras *“Es preciso que la labor desarrollada entre otros, por un benemérito asturiano, el Conde de la Vega del Sella, en reconocimiento y publicación de tantos testimonios de la antigüedad remotísima del trabajo inteligente del hombre en Asturias, no quede inerte, sino que se prosiga y fructifique”*. Así que en la mente de sus promotores, existía el deseo de fomentar la investigación, adecentar y proteger la riqueza paleolítica de Asturias<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> Las excavaciones más importantes de este investigador fueron las que realizó después de la guerra civil, junto a la Catedral y en el Palacio Episcopal de Oviedo, (Vid. F. Fdez-Buelta y V. Hevia (1984, red.) *Ruinas del Oviedo primitivo*. I.D.E.A. Oviedo). También entre los años 40 y 50 participó en el sondeo de algunos castros (Maya 1988:38 y 43) y en el de una necrópolis medieval en Gijón (Blas 1991).

<sup>13</sup> P. Museos. Carta de Sr. Cimadevilla (3/II/1933 y 9/II/1933).

<sup>14</sup> Entre las autoridades públicas asturianas siempre se tuvo muy claro que la importancia y singularidad arqueológica de Asturias se concretaba en dos campos: los sitios paleolíticos y los edificios prerrománicos. Para el segundo caso existía la C.M.H.A.P.O. y para el estudio prehistórico el recién creado S.I.A.

El panorama de las investigaciones paleolíticas desde que desapareciera el Conde de la Vega del Sella, era más bien desolador<sup>15</sup>. La C.M.H.A.P.O. se ocupó tangencialmente de llevar a cabo análisis y excavaciones cuyos resultados más tarde se relevaron falsos, como por ejemplo las que iniciaron en las cuevas llaniscas de Pico Socampo y Lledias (Adán 1997a: 219). Sin embargo mostraron cierta preocupación por la divulgación de la riqueza artística paleolítica, y realizaron una serie de dibujos de “Pinturas Rupestres” (paleolíticas, dolménicas y de la edad del Bronce) que hoy se exponen en el “Museo Arqueológico Provincial”. Dichos “cartones” como eran llamados, merecieron un “Diploma de Honor” en la exposición internacional de Lieja durante 1930<sup>16</sup>. También la C.M.H.A.P.O. se ocupó junto al organismo de Turismo, del acondicionamiento de cuevas como la que realizó en la “Cueva de Candamo” para las visitas, mediante focos y lámparas eléctricas (Adán 1997a: 212).

En cuanto al I.D.E.A., comenzó mediante la “Sección de Investigaciones Históricas” una serie de monografías sobre el paleolítico a cargo de F. Carrera Díaz Ibarquien entre 1948 y 1951 (1951: 11)<sup>17</sup>. Eran obras de recopilación y síntesis, un tanto deslavazadas y con errores, pero que por lo menos mantuvieron vivo el interés general por esta época histórica.

En este panorama muy erudito pero poco efectivo desde el punto de vista de la investigación, surge el S.I.A. y las actuaciones de Jordá.

Fueron insertadas las bases para la plaza de “Jefe del Servicio Provincial de Investigaciones Arqueológicas” en el mencionado B.O.P.O. Además de las imposiciones políticas del momento<sup>18</sup>, se especificaba la edad del candidato limitada entre los 23 y 45 años; que fuera licenciado o doctor en Filosofía y Letras; que su condición física conviniese al cargo; y que tuviera una cierta experiencia en trabajos similares. También se pormenorizaban los fines del cargo: *“estudiar, conservar y valorar los más antiguos monumentos del pasado de Asturias, especialmente de aquellos que requiera la excavación arqueológica del campo y la organización técnica y administrativa del cometido que se le asigna”*. Para desempeñar estas funciones, el S.I.A. fue instalado en los locales del “Museo Arqueológico Provincial” (San Vicente, Oviedo).

Hay que recordar como se hacían las excavaciones en esta época de los años 50. Según los primeros papeles del “Servicio”, los proyectos los marcaban el I.D.E.A., y el permiso debía concederlos la “Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas de la Dirección General de Bellas Artes” de Madrid. Con estas premisas podría pensarse que las intervenciones de Jordá estaban muy limitadas pero en la práctica no fueron así pues cada vez tuvo una mayor autonomía de decisión con la única cortapisa del presupuesto que emanaba de la Diputación.

<sup>15</sup> Sobre Vega del Sella, vid. Rasilla Vives, M. (1991). *El conde de la Vega del Sella y la arqueología prehistórica en Asturias (1870-1941)*. Consejería de Educación, Cultura y Deportes. Oviedo. Y sobre la investigación que se hacía posteriormente, vid. la obra de F. Carrera Díaz Ibarquien (1951).

<sup>16</sup> P. Secretaría. “Carta de Aurelio de Llano” (9/XI/1930).

<sup>17</sup> Mientras existió el S.I.A., Carrera investigó otro tipo de temas históricos de la comarca de Llanes, volviendo sobre los prehistóricos exactamente sobre “La religión de los Celtas”, en 1966 (Berenguer et alii 1992:33).

<sup>18</sup> La solicitud debía acompañarse por el certificado negativo de antecedentes penales y por la certificación de adhesión al Movimiento Nacional de F.E.T. y de las J.O.N.S. En el caso de F. Jordá su condición de “prisionero de guerra” y la condena a muerte subsiguiente a pesar de que posteriormente se le libertó por su impecable proceder, le granjeó cierto rechazo en determinados grupos ovetenses (información Leopoldo Prada).

El 11 de octubre de 1952, Jordá presenta una “Memoria de Trabajo”<sup>19</sup> al I.D.E.A., en la que plantea el estudio a través de una serie de cortes estratigráficos, de la “Cueva de La Loja” (Peñamellera) y la “Cueva de Fornos” (Tuñón). Las autorizaciones de Madrid fueron concedidas el 2 de marzo de 1953. También inició ciertas mejoras en el alumbrado y tránsito de las cuevas del “Buxu” (Cangas de Onís), concedido en 1954, “Pindal” (Ribadedeva) y “Candamo” (Candamo)<sup>20</sup>. Dichos acomodos, estaban motivados por la realización del “IV Congreso Internacional de Ciencias Prehistóricas y Protohistóricas” en Oviedo, durante el que se pensaba visitar dichas cuevas<sup>21</sup>.

En el año de 1953, finalizan los trabajos en las “Murias de Beloño” (Cenero, Gijón)<sup>22</sup>. Durante el mes de septiembre de 1952, habían dado comienzo, a petición del I.D.E.A, los sondeos en el yacimiento romano<sup>23</sup>. Una vez culminados, la Diputación escribe el Ayuntamiento sobre la importancia de los vestigios que podían *“atraer a investigadores y constituir un aliciente más para el turismo”*. El informe<sup>24</sup>, presentado el 29 de septiembre al I.D.E.A. y el 16 de enero de 1953 al consistorio gijonés, da cuenta de las diversas obras de desescombro, del retiro de maleza y de otro tipo de vegetación que cubría una serie de edificaciones que ya habían sido exhumadas hacía unos años por Manuel Valdés. Las piezas encontradas habían sido trasladadas al “Museo Arqueológico Provincial” (Escortell 1975: 65), aunque existían otras que se hallaban en poder del propietario del lugar, Manuel Fombona, el cual según un informe municipal el Sr. Bonet, pensaba cederlas al Ayuntamiento<sup>25</sup>. Este técnico gijonés hizo un mapa, tomó fotografías y recomendó un análisis más pormenorizado.

La intervención en Beloño, ejemplifica claramente las controvertidas relaciones entre el poder central concretado en este momento en el S.I.A. como antes lo había sido la C.M.H.A.P.O., y el consistorio de Gijón. Una vez enterados de la excavación, se envía desde el Ayuntamiento varias misivas a Jordá (una carta el 10 de febrero y otra el 18 de 1953), como director del “Museo Arqueológico” si bien era Aragoneses, y al presidente de la Diputación, para indicarles que en su opinión, las piezas localizadas *“deben ser conservadas en Gijón”*<sup>26</sup>. Desde la Diputación se contesta, en sendas epístolas de febrero, el interés que dicha institución provincial tenía en las ruinas gijonesas. Beloño era descrita en estas cartas como *“una villa romana de los primeros siglos de nuestra Era; que han quedado al descubierto restos de estancias, termas, formax y una piscina, y que es importante para la romanización de Asturias, como se habrá percatado la Comisión del ese Excmo Ayuntamiento”*. En esta misma línea, Gendín como director del I.D.E.A., redacta el 25 de marzo de 1953 un escrito que incide en el interés nacional y provincial de los vestigios romanos gijonesas<sup>27</sup>.

---

<sup>19</sup> Archivo del Principado de Asturias. Expediente 15.476. Oviedo.

<sup>20</sup> Archivo del Principado de Asturias. Expediente 15.477. Oviedo.

<sup>21</sup> Archivo del Principado de Asturias. Expediente 15.469. Oviedo.

<sup>22</sup> Archivo del Principado de Asturias. Expediente 15.478. Oviedo.

<sup>23</sup> Archivo Municipal de Gijón. Expediente 64. Gijón.

<sup>24</sup> Archivo del Principado de Asturias. Expediente 15.478. Oviedo.

<sup>25</sup> Vid nota 23.

<sup>26</sup> Vid nota 23.

<sup>27</sup> Sobre las “Murias de Beloño”, vid. Jordá (1957) y Fdez-Ochoa (1982:136;204 y 262). Esta discrepancia entre las competencias de los poderes provinciales y locales sobre los vestigios arqueológicos, se mantuvo durante varios años. Más adelante (1958) fue creada en Gijón una “Subcomisión de la C.M.H.A.P.O.”, que se encargó de potenciar la cultural municipal durante los años 60 (realización de folletos, apertura de varios museos, postales etc.).



Otros trabajos llevados a cabo, según la “Memoria del año 1953”<sup>28</sup>, fueron las excavaciones de “Lledías” (Llanes)<sup>29</sup>; “Bricia” (Llanes); “Cueto de la Mina” (Llanes); y las prospecciones en “La Loja” (Panés), y junto a Llopis Lladó y Julivert en “Candamo” y “Cosagrada” (Panés), cuyas pinturas fueron diagnosticadas como falsas. Además Jordá asistió a una serie de Congresos en Marruecos y Galicia en los que presentó los materiales de “Lledías” y los de “Murias de Beloño”.

En este año existían tres organismos diferentes pertenecientes a la Diputación, que estaban realizando investigaciones arqueológicas en Asturias. Por un lado el “Museo” de la mano de Aragoneses (1954) que excavó la villa de “Vega del Ciego” (Pola de Lena); la C.M.H.A.P.O. que mediante Berenguer examinaba las pinturas prerrománicas; y el tercero era el S.I.A.

Durante los años 1954 y 55 Jordá lleva a cabo el estudio de los vestigios localizados, y da los últimos toques a su “Tesis Doctoral” (Jordá 1955). Esta dedicación no sólo viene motivada por un interés personal, sino por el escaso presupuesto que esos años había otorgado la Diputación, y que hacía imposible la realización de nuevos trabajos arqueológicos<sup>30</sup>.

También participa en 1954 el “IV Congreso Internacional de Ciencias Prehistóricas y Protohistóricas” que se celebró en Oviedo y que dirigió Pericot. Durante el mismo visitan Candamo, Pindal y Buxu<sup>31</sup>, solicitando arreglos en estas dos últimas en 1955<sup>32</sup>, y las cavidades que había sondeado hasta ese momento.

Ya en 1956<sup>33</sup>, excava la “Cueva de La Lloseta o La Moría” (Ribadesella); una “Cueva de Ribadesella”; el “Castro de Arancedo” (La Caridad); y el “Castro de Pico Castiello” (Pola de Siero). Aunque desde el S.I.A. se intenta combinar la investigación de los tiempos paleolíticos y los protohistóricos, Jordá prefiere los primeros porque “*este trabajo supone un menor desembolso de dinero en jornales y se necesita emplear menor número de obreros*”<sup>34</sup>.

Un cambio fundamental se produce a partir de este año: el “Museo Arqueológico” que ya desde la convocatoria de la plaza del S.I.A. dependía del mismo, pasa a la dirección de Jordá (VVAA 1956: 343)<sup>35</sup>.

Otro Congreso centró su atención el año siguiente. En 1957 se celebró el “V. Congreso Internacional para el estudio del Cuaternario”, y Jordá junto a Llopis Lladó fue parte de la organización, proyectando el plan de trabajo y la publicación posterior (Hernández-Pacheco *et alii* 1957).

En la Memoria de 1957<sup>36</sup>, reconoce una mayor asignación presupuestaria, y continua con las investigaciones en “La Lloseta” (Moría, Ribadesella) que, como el mismo dice, “*posiblemente haya que identificar con la cueva del Río explorada por Hernández Pacheco*” (Jordá 1976: 21); descubrió “Les Pedroses” (Ribadesella) y prospectó sus alrededores, recogiendo los primeros materiales de “Cova Rosa” (Ribadesella) “*abandona-*

<sup>28</sup> Archivo del Principado de Asturias. Caja nº 9 “Memorias”. Oviedo. Pp. 164.

<sup>29</sup> Este yacimiento fue una falsificación (Adán 1997a:219), aunque durante un tiempo y por el material óseo localizado, se suponía que existía solutrense; magdaleniense y asturiense (Jordá 1954: 193 y 1976: 21).

<sup>30</sup> Archivo del Principado de Asturias. Caja nº 9 “Memorias”. Oviedo. Pp. 157/160

<sup>31</sup> Archivo del Principado de Asturias. Expediente 3.844. Oviedo.

<sup>32</sup> Archivo del Principado de Asturias. Expediente 1.970/5 Oviedo.

<sup>33</sup> Archivo del Principado de Asturias. Expediente 14.992. Oviedo.

<sup>34</sup> Vid nota 30.

<sup>35</sup> Archivo del Principado de Asturias. Caja nº 9 “Memorias”. Oviedo. Pp. 160.

<sup>36</sup> Archivo del Principado de Asturias. Expediente 15.000. Oviedo.

dos en el suelo tras el saqueo de los buscadores de tesoros" (Jordá 1976: 21). Además sondeó las cuevas de Candamo, Cueto de la Mina y Pindal en el que localizó "un guijarro pintado tipo aziliense". Otro de sus objetivos en estas cavidades paleolíticas, era la de su acondicionamiento para las visitas (Candamo; Pindal; Pedroses; Loja y Buxu).

También analizó el castro de "Arancedo"<sup>37</sup>, aunque tiene problemas con el propietario, e inició el estudio de "S. Martín de Berducedo" (Allande), recinto que estaba intacto y en el que reconoció una línea defensiva. De manera esporádica llevó las excavaciones de "Paraxuga" (Buenavista, Oviedo), una villa romana que iba a destruirse por la construcción de la nueva facultad de Medicina de Oviedo<sup>38</sup>. En esta villa reconoció dos momentos diferentes, y creyó necesario realizar una investigación más extensa hasta "la "muria de Santa, cerca de Buenavista, y a "murias" situada cerca de S. Claudio, las cuales podrían facilitarnos los datos de la romanización y las etapas posteriores de las partes de acceso al actual Oviedo"<sup>39</sup>.

Si bien pudo dedicarse durante todo el año a diversas excavaciones, carecía de fondos para sacar a la luz todas las publicaciones que realizaba, como la que preparó sobre "Les Pedroses". Solo pudo publicar la "Memoria N° 1 del S.I.A" sobre el homenaje del "Conde de la Vega del Sella" (VVAA 1956), la "Memoria N° 2" sobre "Murias de Beloño", villa que considera "una construcción civil que pudo haber sido especialmente en sus comienzos una edificación de tipo militar" (Jordá 1957), y otro libro colectivo del Paleolítico Cantábrico (VVAA 1957)<sup>40</sup>.

Las excavaciones desarrolladas en el año de 1958, se centraron en el paleolítico<sup>41</sup>, y las cuevas seleccionadas fueron "Cova Rosa", con materiales del Solutrense superior y Magdaleniense antiguo; "El Cierro", en el que detectó Auriñaciense, Solutrense superior y Magdaleniense superior; y "La Lloseta" con restos de Asturiense. La publicación de la memoria de esta última obtuvo el premio "Marques de Cerralbo" (Jordá 1958).

La organización del "Museo Arqueológico" sobre todo de las salas relacionadas con el paleolítico, mantuvo a Jordá ocupado una buena parte del año, presentando la primera guía del centro al año siguiente (Jordá 1959).

A partir de este momento, los informes del S.I.A. fueron agrupados por bienes<sup>42</sup>. Según las palabras de Jordá, durante 1959 "se realizaron amplias campañas de excavaciones, una en la cueva del Cierro (El Carmen, Ribadesella) y otra en el Castrillón de Coaña, (Villacondide Coaña)"<sup>43</sup>. Seguimos copiando los informes de Jordá: "Cueva del Cierro.- Se llevó a cabo la excavación de la parte central de la cueva, en la zona que se encuentra debajo de una gran lucera, provocada por un desprendimiento antiguo", dando a continuación la estratigrafía del yacimiento (niveles a. - g.), que abarcaba desde el Auriñaciense final al Magdaleniense superior, con una capa superficial en la que reconoció desde

---

<sup>37</sup> Estas excavaciones se publicaron en Maya (1988:43 a 48), con notas de Jordá.

<sup>38</sup> Únicamente se rescataron unos pocos materiales que se exponen hoy en día, en el Museo Arqueológico de Oviedo (Escortell 1975:63 a 65; y Fdez Ochoa 1982:269/271).

<sup>39</sup> Vid nota 36.

<sup>40</sup> Este mismo año, la Diputación publicó una "Guía de la Excursión n° 2. El cuaternario de la región cantábrica" (Hernández-Pacheco *et alii* 1957), perteneciente al V Congreso INQUA, perteneciente a la "Asociación Internacional para el estudio del Cuaternario", y realizado del 22 al 31 de agosto de ese mismo año. Llamar la atención sobre el hecho de que aparece por primera vez el logotipo de "la yegua del camarín" de Candamo, que Jordá utilizará en otras publicaciones del S.I.A.

<sup>41</sup> Archivo del Principado de Asturias. Caja n° 10 "Memorias". Oviedo. Pp. 94.

<sup>42</sup> Vid nota 36, pp. 196 a 201.

<sup>43</sup> Vid nota 36, pp. 198.

Picos Asturienses, hasta Cerámicas de la Edad del Hierro. Volvemos a la memoria citada para dejar que sea Jordá quien explique la importancia del Cierro: *“El interés de esta estratigrafía reside en los nuevos materiales del Auriñaciense que hemos encontrado, que pertenece a una fase final de esta cultura, y al estrecho contacto en que se encontraron los niveles del Magdaleniense inferior y del Solutrense superior, pues que se hallaron sin solución de continuidad, diferenciándose la capa solutrense de la inmediatamente superior, por su color ligeramente más claro”*. Además se mejoró la instalación de luz en Candamo<sup>44</sup>.

Las excavaciones de Coaña estuvieron condicionadas por un informe de Menéndez-Pidal, leído en la C.M.H.A.P.O. (Adán 1997a: 215). En la sesión del 7 de octubre de 1958, este arquitecto expuso el nefasto estado del recinto, cubierto de pinos y otras vegetaciones, encargándose Berenguer de averiguar si dichos arbustos eran espontáneos o de plantío. Esta denuncia de la “Comisión” encargada de velar por el estado del Patrimonio Cultural en Asturias y la celebración del “IV Congreso de Arqueología Nacional” en Asturias, motivaron la intervención de Jordá en 1959. Como refleja en la “Memoria”<sup>45</sup>, en un primer momento se limpió el recinto de *“plantas silvestres”* pudiendo de esta manera acceder al mismo. Más tarde dió comienzo a las excavaciones *“tendiendo a continuar en donde terminaron las anteriores”* de Flórez (Flórez 1878; Adán 1997a: 227/228) y García Bellido y Uría (García Bellido y Uría 1940; y Uría 1941), sin olvidar las labores de restauración *“con objeto de evitar la destrucción de lo anteriormente conocido”*, mediante la cubrición del remate de las viviendas con un tapiz vegetal<sup>46</sup>. De esta “Memoria de 1959”, llama la atención un párrafo en el que Jordá parece dejar constancia de una fase anterior a los edificios romanos, justo en la zona oriental de la muralla de la acrópolis, donde observó *“la existencia de una serie de restos de hogares, posiblemente anteriores al castro actual”*<sup>47</sup>.

También con motivo del “IV Congreso de Arqueología Nacional” celebrado en Oviedo, aparecieron en 1959, una serie de guías del S.I.A.: una sobre cuevas (S.I.A. 1959) y otra ya mencionada, la del “Museo Arqueológico”, que trataba tanto del edificio como de las colecciones y salas (Jordá 1959).

En 1960 limpió y sondeó nuevamente Cueto de la Mina (Posada, Llanes) y continuó con las excavaciones en Coaña. En la primera se procedió *“a la limpieza de una serie de enormes peñascos que al desgajarse iban arrastrando consigo las tierras y deshaciendo los estratos”*<sup>48</sup>, localizando un nivel de Solutrense superior en el que según la “Memoria” citada, recuperó Puntas de base cóncava y *“un hueso decorado con la cabeza de un pez y parte del cuerpo cubierto de escamas”*<sup>49</sup>.

Actuó en Pindal para mejorar su instalación de luz y colocar *“barandillas defensivas en las zonas con pinturas rupestres”*<sup>50</sup>, y también publicó una guía sobre Candamo (Jordá 1960).

En estos años (1959 y 1960)<sup>51</sup> Jordá realizó otros trabajos. Localizó y exploró la necrópolis tumular de “Campiello” (Tineo)<sup>52</sup>; visitó el “Castro de Caravia” (Caravia), y prospectó otros recintos castreños del occidente asturiano; el de “Pendía” (Boal); el de

<sup>44</sup> Vid nota 336, pp. 201.

<sup>45</sup> Vid nota 36, pp. 199.

<sup>46</sup> Las excavaciones de Jordá, fueron publicadas por Maya (1988: 27).

<sup>47</sup> Vid. nota 36, pp. 200.

<sup>48</sup> Vid nota 36, pp. 199.

<sup>49</sup> Esta pieza está en paradero desconocido.

<sup>50</sup> Vid nota 36, pp. 201.

<sup>51</sup> Vid nota 36, pp. 200.

<sup>52</sup> Sobre estas excavaciones vid Jordá (1963) y Blas (1983: 32 y ss.).

“Larón” (Cangas de Narcea) donde “se recogió un hacha de bronce de talón y anillas, y el fragmento de otra” que había encontrado un capataz de obras de la carretera de Larón, Secundino Ferraz<sup>53</sup>; y el de “Riocastiello” (Tineo) “en donde con anterioridad se habían encontrado unas hachas de bronce, de talón y anillas, cuyo paradero ignoramos, y pudimos recoger una fusayola decorada”<sup>54</sup>.

Las actividades en el “Museo”, se centraron en el estudio, limpieza y restauración de los materiales exhumados en anteriores trabajos como la cerámica de “Les Pedroses”<sup>55</sup> (Jordá 1959); los objetos de “Paraxuga” etc.

La siguiente “Memoria” nos da cuenta de las actividades del S.I.A. en los años 1961; 1962; 1963 y 1964<sup>56</sup>, a pesar de que ya durante los dos últimos años, Jordá se encontraba en Salamanca como catedrático de Universidad. Esta relación puede estar motivada por su función como “Delegado de zona” de las excavaciones arqueológicas (1961). Contabiliza las actuaciones de diversa índole en 163 yacimientos, enumerando algunos de los lugares como las cuevas de “Pindal” (1961 y 1964); “Candamo” (1963); “Buxu” (1963 y 1964); “Les Pedroses” (1964); “Oscura” (Perlorá) (1964); y visitas a “Lledfás” y “La Loja”; los túmulos de Tineo en 1962 (Jordá 1963); los recintos castreños de “Coaña” (1961; 1963 y 1964) en el que durante 1962 se levanta un mapa topográfico por parte de Berrián, y “San Chuis” durante 1962 y 1963 (Maya 1988: 52/61); en la villa romana de “Andallón” (Las Regueras), en donde durante 1961 recogió parte de un mosaico, estucos, sigillata etc (Fdez Ochoa 1982: 259/261); y la capilla de San Martín de Escoto (Llames, Parres) (Cobo et alii 1990: 255). De todas estas actividades arqueológicas (excavaciones, visitas, prospecciones), fue conformando un “Fichero fotográfico” de la provincia, en el que destacaba la sección de “Arte rupestre prehistórico” (Jordá 1959)<sup>57</sup>. También estuvo realizando un “Mapa Arqueológico de Asturias” (Jordá 1959) que publicará posteriormente (Jordá 1977a).

Por último, comentar que aún aparece una nueva “Memoria” en 1965<sup>58</sup> que recoge fundamentalmente las actividades realizadas por Jordá en Asturias enmarcadas como actuaciones del “Servicio”. Así citó los trabajos en “Pedroses”, “Cierro”, “Cueva Oscura” (Perlorá), “Conde” (Sto Adriano) y otras cuevas de Llanes y Ribadesella (Onfría, Sabina, Llongar etc.); en la necrópolis tumular de Tineo; en el castro de “Coaña” y en la Iglesia de Llames.

A partir de este momento en las “Memorias de la Diputación”, se cita solamente la “Sección de Cultura”, conocida como de Bellas Artes y Arqueología, y que en aquella época dirigió Magín Berenguer con la ayuda del arqueólogo Emilio Olávarri. En 1969 se denominará “Patronato de Cuevas y Yacimientos Prehistóricos y Protohistóricos” y se mantendrá hasta 1974<sup>59</sup>.

---

<sup>53</sup> Sobre este castro de Larón y las excavaciones de Blas y Maya, vid. obra de Maya (1988: 40).

<sup>54</sup> Según Maya (1988: 42), las hachas se encuentran en la colección privada de Joaquín Manzanares, mientras la fusayola la sitúa en el Museo Arqueológico Nacional donde le fue imposible encontrarla, cuando lo lógico sería pensar que si la recogió Jordá, debe formar parte de los fondos del Museo arqueológico ovetense.

<sup>55</sup> Sobre la misma Blas (1983: 95/97); Clark (1976: 235) y Arias (1991: 49/50).

<sup>56</sup> Archivo del Principado de Asturias. Caja nº 11 “Memorias”. Oviedo.

<sup>57</sup> Su paradero es desconocido.

<sup>58</sup> Vid nota 56.

<sup>59</sup> Archivo del Principado de Asturias. Caja nº 13 “Memorias”. Oviedo.

### 3. La valoración e influencia del “Servicio de Investigaciones Arqueológicas” en la investigación posterior

He pretendido realizar una secuencia diacrónica de los trabajos de S.I.A., para poder acercarnos con mayor facilidad al discurrir cotidiano del Servicio. Sin embargo, no fue mi intención, entrar en las diversas polémicas prehistóricas en las que Jordá se vio envuelto durante aquellos años, ni comentar pormenorizadamente sus hipótesis, recogidas la mayor parte de ellas en sus obras de 1976 y 1977(a), y contrastarlas con las líneas actuales, pues escapa de mi relato la puesta al día de las diversas investigaciones cantábricas<sup>60</sup>.

En resumen, el S.I.A. se gestó como el complemento arqueológico de un nuevo organigrama cultural diseñado desde la Diputación a finales de los 40, que era comandado por el I.D.E.A., y en el que los estudios paleolíticos y el acondicionamiento de determinados yacimientos (cavidades con arte), tenían una importancia capital. Sin embargo, este proyecto no estuvo bien resuelto, y las diversas instituciones públicas se fueron pisando, acomodando y trabajando de manera autónoma cuando todas ellas deberían haber sido, como hoy se dice, una autentica “red cultural”. No hubo una autentica colaboración y si intentos de imponerse unos sobre otros.

En primer lugar el I.D.E.A. no materializó por no saber o no poder, el objetivo de ser el dinamizador y referente cultural de la provincia. Durante unos primeros años, entre los que se encuentra los del arranque del S.I.A., sus líneas de actuación en materia arqueológica eran ambiciosas y, por lo que se comprueba en su controversia con el ayuntamiento de Gijón, efectivas. Sin embargo poco a poco fueron desentendiéndose del Servicio hasta dejar que a partir de los años 60 desapareciera<sup>61</sup>.

¿Fue consciente Juan Uría de las incapacidades y límites de la C.M.H.A.P.O. y sus miembros, a la hora de propugnar la creación del S.I.A.? Es difícil de contestar. Si bien desde la Comisión se había comenzado a excavar en años anteriores de forma autónoma o con arqueólogos madrileños como García Bellido, sus resultados fueron controvertidos (Adán 1997a). La Comisión que todavía mantenía planteamientos y funcionamientos muy decimonónicos, no consideró una afrenta la mayor parte de las actividades del S.I.A. (excavaciones programadas y sistemáticas; publicaciones científicas y de divulgación; mantenimiento y revalorización de yacimientos...). Su verdadera pugna con el Servicio, tuvo como centro el “Museo Arqueológico Provincial”. Así parte de sus miembros más destacados obviaron la entrega de piezas como Manzanares o José Manuel González, siendo la dirección del Museo el asunto que más polémica trajo.

Analizando el ambiente arqueológico de la época de los años 40, la necesidad de crear un “Servicio de Investigaciones Prehistóricas” parece evidente, y Francisco Jordá era la persona adecuada debido a su formación paleolítica. No solo se necesitaba canalizar las diversas actividades arqueológicas de la provincia (sondeos, publicaciones, inspección de yacimientos etc.), sino que también se debía llevar a cabo investigaciones a través de algún organismo público. En aquel momento la Universidad no contemplaba este tipo de estudios prehistóricos y arqueológicos que se realizaban a título personal (como los de José Manuel

---

<sup>60</sup> Vid sobre el tema Adán (1997c); Arias (1991); Blas (1983); Clark (1976); Fano (1998); Fdez Ochoa (1982); y Maya (1988).

<sup>61</sup> No hemos podido acceder a los fondos del R.I.D.E.A., en clasificación y reorganización, para poder comprender mejor esta relación entre el S.I.A. y el Instituto.

González 1977). La figura del “Conde de la Vega del Sella” estaba muy reciente ya que había fallecido en 1941, y sus importantes descubrimientos y escritos en el campo paleolítico llevaban más de una década sin continuidad. Tanto en una vía como en otra, las actuaciones de Jordá fueron, a nuestro modo de ver, necesarios y trascendentales.

La forma de proyectar y analizar los yacimientos de Jordá continuaba la línea del Conde<sup>62</sup>, siendo básica la lectura estratigráfica y la presencia de “piezas-tipo”. Los estudios geológicos también tuvieron un peso específico, por lo que Jordá colaboró multidisciplinariamente con diversos profesores de la Facultad de Geología (Julivert; Fraga Torrejón, Llopis Lladó etc.). Aunque comenzó por cuevas y abrigos que ya había analizado Vega del Sella, fue ampliando su reconocimiento a la cuenca del Sella (Pedroses, Cova Rosa...) y a la del Nalón, que fueron las áreas sobre las que posteriormente se desarrollaron las investigaciones paleolíticas: equipos de la Universidad de Oviedo y Salamanca en el Nalón y la de Santander y Madrid en Sella-Oriental. Como ocurría durante las excavaciones de principios de siglo, se contrataban obreros y personas de confianza que eran los que realizaban el trabajo manual, entre los que destaca Cardín para los trabajos del Conde y Álvarez en los de Jordá. Ambos investigadores, se ocuparon del análisis del arte paleolítico.

Sin embargo el S.I.A. se adentró en nuevos campos arqueológicos como el de la época castreña. Jordá centró la investigación en estos recintos del occidente asturiano, aumentando el número de intervenciones como por ejemplo en San Chuis, centrando la influencia romana durante esta época (Jordá 1977b) y haciendo incidencia en el papel del mundo atlántico (Jordá 1988). Aunque iba publicando poco a poco estas excavaciones, su gran generosidad hizo posible que todos los que lo solicitaran tuvieran sin dificultad sus cuadernos de notas.

El resto de intervenciones fue más puntual: túmulos en Tineo; villas romanas en Gijón, Oviedo y Regueras; y de época medieval la iglesia de Llames. Sin embargo en estos campos también se puede reconocer sus acertadas intuiciones, como cuando apuntó la importancia de la presencia romana en las inmediaciones de Oviedo como germen del asentamiento altomedieval. Pero, y en definitiva, la preferencia sobre la época prehistórica centró la mayor parte del trabajo y de la publicaciones del S.I.A.

Otro de sus líneas de trabajo fue la divulgación, mediante una serie de guías y monografías. Sin olvidar su labor en el Museo centrado preferentemente en la reorganización de las salas paleolíticas que aún estaban sin contenido.

Todo este ingente trabajo que estaba escasamente renumerado por lo que Jordá tuvo que auxiliar la economía familiar con otros trabajos, al liquidarse el S.I.A. no tuvo continuidad. El final del Servicio privó a la investigación posterior de un centro autónomo y de prestigio, correspondiendo dicho proceder a las decisiones personales y a las tareas posteriores de la Diputación. Durante los años 60 y 70, con la mayor parte de los edificios prerrománicos ya restaurados, la arqueología volvió a centrarse en esta época con puntuales incursiones paleolíticas como la generada por el hallazgo de Tito Bustillo (Ribadesella). La persona encargada posteriormente por la Diputación, para llevar a cabo las excavaciones del Principado, fue Emilio Olávarri, estando la mayor parte de ellas motivadas por obras de infraestructura y restauración (Cueva del Buxu (Cangas de Onís); Castro de Mohias (Navia); Catedral de Oviedo, Santa María del Naranco (Oviedo)...). Jordá siguió vinculado a Asturias aunque sus investigaciones no pudieron ser tan intensas como en la década de

---

<sup>62</sup> Ambos pertenecían a la escuela tradicional arqueológica (Hodder 1986).

los 50. Se produjo un compas de espera en los estudios prehistóricos, hasta que a finales de los 70 la Universidad volvió a retomar las investigaciones.

Recapitulando, el intento que supuso el S.I.A por parte de las instituciones públicas, de unir la investigación con el patrimonio, en sus facetas de protección y divulgación, no fue posible. Esto se puede achacar a la falta de infraestructuras administrativas, a la carencia de persona, al presupuesto etc., conceptos todos ellos muy en boga en la actualidad. Al final se perdió la oportunidad, pero la propuesta sigue siendo válida pues el patrimonio arqueológico necesita un proyecto y gestión global que no se podrá alcanzar con actuaciones y estudios aislados.

## BIBLIOGRAFÍA

- ADÁN ÁLVAREZ, G.E. (1997a) – “Intervenciones Arqueológicas de “La Comisión de Monumentos Históricos y Artísticos” de Oviedo (1844-1978)”. *Lancia* N° 2. Universidad de León. León. Pp. 207-233.
- ADÁN ÁLVAREZ, G.E. (1997b) – “La Comisión de Monumentos de Oviedo (1844-1978): génesis y desarrollo”. *La cristalización del pasado: génesis y desarrollo del marco institucional de la Arqueología en España. II Congreso de Historiografía de la Arqueología en España (s. XVIII - XX)*. Madrid 1995. Madrid. Pp. 259-264.
- ADÁN ÁLVAREZ, G.E. (1997c) – *De la caza al útil: La Industria Ósea del Tardiglaciario en Asturias*. Servicio de Publicaciones del Principado de Asturias. Oviedo.
- ADÁN ÁLVAREZ, G.E. (1999) – “La Comisión de Monumentos Histórico y Artísticos de Asturias y su imbricación en los Museos Asturianos durante el siglo XIX y principios del XX (1844-1919)”. (en prensa).
- ADÁN, G.E.; ALONSO, R.; GARCÍA, P. (1998a) – “La torre señorial de la Gascona”. *La Nueva España* (17/III/98). Oviedo.
- ADÁN, G.E.; ALONSO, R.; GARCÍA, P. (1998b) – “Las caras del castillo de Alfonso III”. *La Nueva España* (3/III/98). Oviedo.
- ADÁN, G.E. y CUETOS, M<sup>a</sup>.P. (1993) – “Patrimonio Asturiano. Historia de la Recuperación del Patrimonio.” *ORÍGENES. Arte y Cultura en Asturias. Siglos VII-XV*. Oviedo. Pp. 581-584.
- ARAGONESES, J. (1954) – “El mosaico romano de Vega de Ciego (Asturias). *B.I.D.E.A.* N° XXI. Oviedo. Pp. 3-24.
- ARIAS CABAL, P. (1991). *De cazadores a Campesinos*. Universidad de Cantabria. Santander.
- BELLÓN RAMÍREZ, J. (1977) – “Nuevas aportaciones a la arqueología romana de Asturias”. *B.I.D.E.A.* N° 90/91. Oviedo. Pp. 378-381.
- BERENGUER, C.; CASTAÑO, M<sup>a</sup>.J. y GIRALDO, M<sup>a</sup>. F. (1992) – *Boletín del Real Instituto de Estudios Asturianos. Índice General (julio 1947 – diciembre 1992)*. R.I.D.E.A. Oviedo.
- BLAS CORTINA, M.A. (1983) – *La prehistoria reciente en Asturias*. Estudios de arqueología asturiana, N° 1. Oviedo.
- BLAS CORTINA, M.A. (1991) – “La necrópolis de “tumbas de lajas” de El Bibio (Gijón)”. *Astura*. N° 8. Oviedo. Pp.71 - 75.
- CARRERA DÍAZ IBARGÜREN, F. (1951) – *La Prehistoria Asturiana*. I.D.E.A. Oviedo.
- CLARK, G.A. (1976) – *El asturiense cantábrico*. Madrid.
- COBO, F.; CORES, M. y ZARRACINA, M. (1990) – *Guía Básica de Monumentos Astu-*

- rianos. Consejería de Educación, Cultura y Deportes. Oviedo.
- COMISIÓN PROVINCIAL DE MONUMENTOS HISTÓRICO Y ARTÍSTICOS DE OVIEDO. (1847-1967) – *Libros de Actas de la Comisión Provincial de Monumentos de Oviedo (de 1844 a 1967)*. Museo Arqueológico de Asturias. Oviedo. (inéditos).
- ESCORTELL PONSODA, M. (1975) – *Catálogo de las salas de cultura romana del Museo Arqueológico de Asturias*. Oviedo.
- ESCORTELL PONSODA, M. (1994, 3º ed.) – *Guía-Catálogo del Museo Arqueológico de Asturias*. Oviedo.
- FANO, M. (1998) – *El hábitat mesolítico en el Cantábrico occidental*. B.A.R. N° 732. Oxford.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C. (1982) – *Asturias en la época romana*. Monografías Arqueológicas N° 1. Universidad Autónoma de Madrid. Madrid.
- FLÓREZ GONZÁLEZ, J.Mª (1878) – *Memoria relativa a las excavaciones en El Castellón, en el Concejo de Coaña (Asturias)*. Oviedo.
- GARCÍA BELLIDO, A. y URÍA RÍU, J. (1940) – “Avance a las excavaciones en el Castellón de Coaña”. *Revista Universidad de Oviedo*. N° II. Oviedo. Pp. 105-151.
- GARCÍA CUETOS, P. (1999) – *El prerrománico asturiano. Historia de la arquitectura y restauración (1844/1976)*. Ed. Sive. Oviedo.
- GAYA NUÑO, J.A. (1955) – *Historia y Guía de los Museos de España*. Espasa-Calpe. Madrid.
- GENDÍN, S. (1947) – “El movimiento cultural en Asturias, como antecedente del Instituto de Estudios Asturianos”. *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*. N° II. Oviedo. Pp. 3-15.
- GONZÁLEZ, J.M. (1977) – *Miscelánea histórica asturiana*. Oviedo.
- HERNÁNDEZ-PACHECO, F.; LLOPIS LLADÓ, N.; JORDÁ CERDÁ, F. y MARTÍNEZ, J.A. (1957) – *Livret-guide de l'excursion N2. Le quaternaire de la region cantabrique. INQUA. Vº Congrès International*. Diputación Provincial de Oviedo. Oviedo.
- HODDER, I. (1986) – *Interpretación en Arqueología*. Editorial crítica. Barcelona.
- JORDÁ CERDÁ, F. (1955) – *El Solutrense en España y sus problemas*. S.I.A. de la Diputación Provincial de Asturias. Oviedo.
- JORDÁ CERDÁ, F. (1957) – *Las murias de Beloño (Cenero, Gijón). Una villa romana en Asturias*. Memorias N° 2. del S.I.A. de la Diputación Provincial de Asturias. Oviedo.
- JORDÁ CERDÁ, F. (1958) – *Avance al estudio de la cueva de La Lloseta (Ardines, Ribadesella, Asturias)*. S.I.A. de la Diputación Provincial de Asturias. Oviedo.
- JORDÁ CERDÁ, F. (1959) – *Guía del Museo Arqueológico*. Oviedo. S.I.A. de la Diputación Provincial de Asturias. Oviedo.
- JORDÁ CERDÁ, F. (1960) – *Guía de la cueva de la Peña Candamo*. S.I.A. de la Diputación Provincial de Asturias. Oviedo.
- JORDÁ CERDÁ, F. (1963) – “Notas sobre la cultura dolménica en Asturias.” *Archivum*. N° 12. Oviedo. Pp. 16-38.
- JORDÁ CERDÁ, F. (1969) – *Guía del Castrillón de Coaña (Asturias)*. Colección “Opera Minora”. Universidad de Salamanca. Salamanca.
- JORDÁ CERDÁ, F. (1976) – *Guía de las cuevas prehistóricas asturianas*. Colección Popular Asturiana. N° 11. Ayalga Ediciones. Gijón.
- JORDÁ CERDÁ, F. (1977a) – *Prehistoria. Historia de Asturias*. Tomo 1. Ayalga Ediciones. Salinas.
- JORDÁ CERDÁ, F. (1977b) – “La cultura de los Castros y la tardía romanización de Asturias”. *Actas del Coloquio Internacional sobre el Bimilenario de Lugo (1976)*.



- Lugo. Pp. 29-40.
- JORDÁ CERDÁ, F. (1983) – *Nueva guía del Castro de Coaña (Asturias)*. Guías de Arqueología Asturiana, Nº 1. Oviedo.
- JORDÁ CERDÁ, F. (1988) – “Sobre la celtización tardía de Asturias”. *Veleia* 2-3. Vitoria/ Gasteiz. Pp. 261-264.
- MANZANARES, J. (1996) – “Evocación subjetivamente apasionada de D. Juan Uría Ríu”. *Crónica Monumental Asturiana. Tabularium I*. Oviedo. Pp. 24-25.
- MAYA, J.L. (1988) – *La cultura material de los castros asturianos*. Estudios de la Antigüedad. 4/5. Universitat Autònoma de Barcelona. Bellaterra.
- MIGUEL VIGIL, C. (1887, Ed. 1987) – *Asturias monumental, epigráfica y diplomática*. Oviedo.
- ORDIERES DÍEZ, I. (1995) – *Historia de la restauración monumental en España (1835-1936)*. Ministerio de Cultura. Madrid.
- PÉREZ-CAMPOAMOR, E. (1997) – “La Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Oviedo. Su papel en la consolidación de la arqueología asturiana”. *La cristalización del pasado: génesis y desarrollo del marco institucional de la Arqueología en España. II Congreso de Historiografía de la Arqueología en España (s. XVIII-XX)*. Madrid 1995. Madrid. Pp. 249-258.
- URÍA RÍU, J. (1941) – “Excavaciones en el Castellón de Coaña. Nuevos datos y consideraciones.” *Revista Universidad de Oviedo*. Nº VIII. Oviedo. Pp. 3-32.
- URÍA RÍU, J. (1944) – “La cueva de “El Cuetu” (Concejo de Llanes).” *Informes y Memorias de la Comisaría de Excavaciones Arqueológicas*. Nº 6. Madrid. Pp. 7/35.
- URÍA RÍU, J. (1967). “Cuestiones Histórico-Arqueológicas relativas a la Ciudad de Oviedo de los siglos VIII al X”. *Symposium sobre Cultura Asturiana en la Alta Edad Media*. Oviedo. Pp. 261-328.
- SANZ PASTOR, C. (1986). *Museos y Colecciones de España*. Ministerio de Cultura. Madrid.
- SCHLUNK, H. y BERENGUER, M. (1957, red. 1991). *La pintura mural asturiana de los siglos IX y X*. Oviedo.
- S.I.A. (1959). *Cuevas prehistóricas de Asturias*. Diputación Provincial. Oviedo.
- VVAA. (1956). *Libro Homenaje al Conde de la Vega del Sella*. Memorias Nº 1. del S.I.A. de la Diputación Provincial de Asturias. Oviedo.
- VVAA. (1957). *Prehistoria de la Región Cantábrica*. S.I.A. de la Diputación Provincial de Asturias. Oviedo.
- VVAA. (1984). *Francisco Jordá. Oblata*. Scripta Praehistorica. Salamanca.

*Abreviaturas:* B.O.P.O. – “Boletín Provincial de la Provincia de Oviedo”; B. I.D.E.A. – “Boletín del Instituto de Estudios Asturianos”; I.D.E.A. – “Instituto de Estudios Asturianos”; R.I.D.E.A. – “Real Instituto de Estudios Asturianos”; S.I.A. – “Servicio de Investigaciones Arqueológicas”.

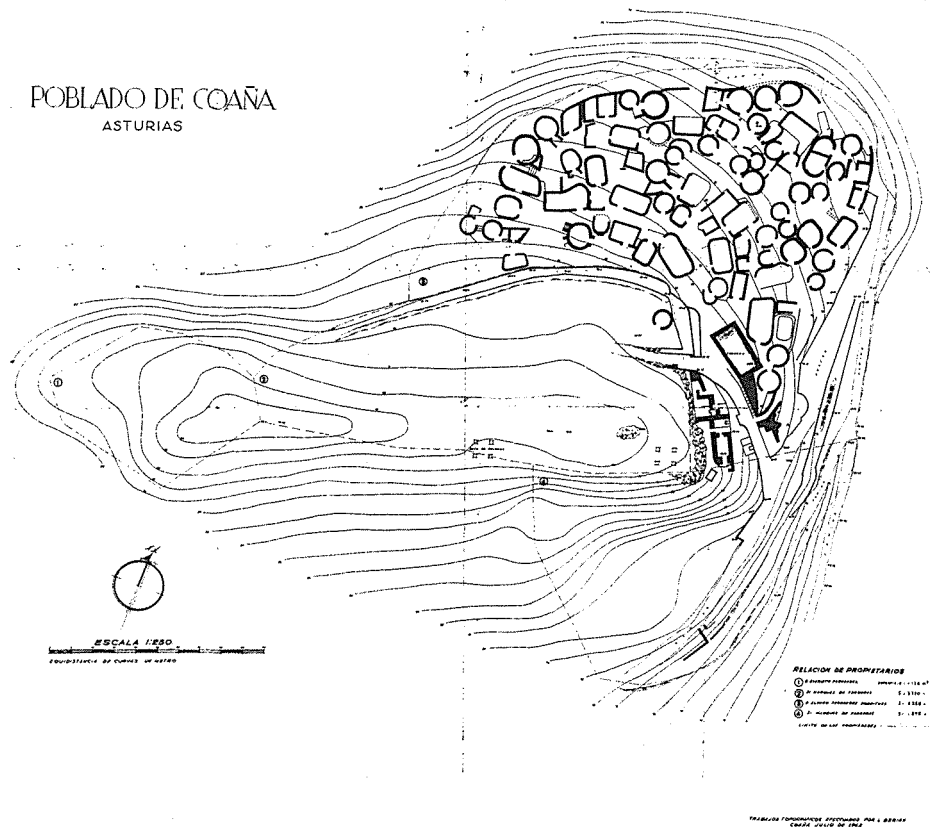


Fig. 1

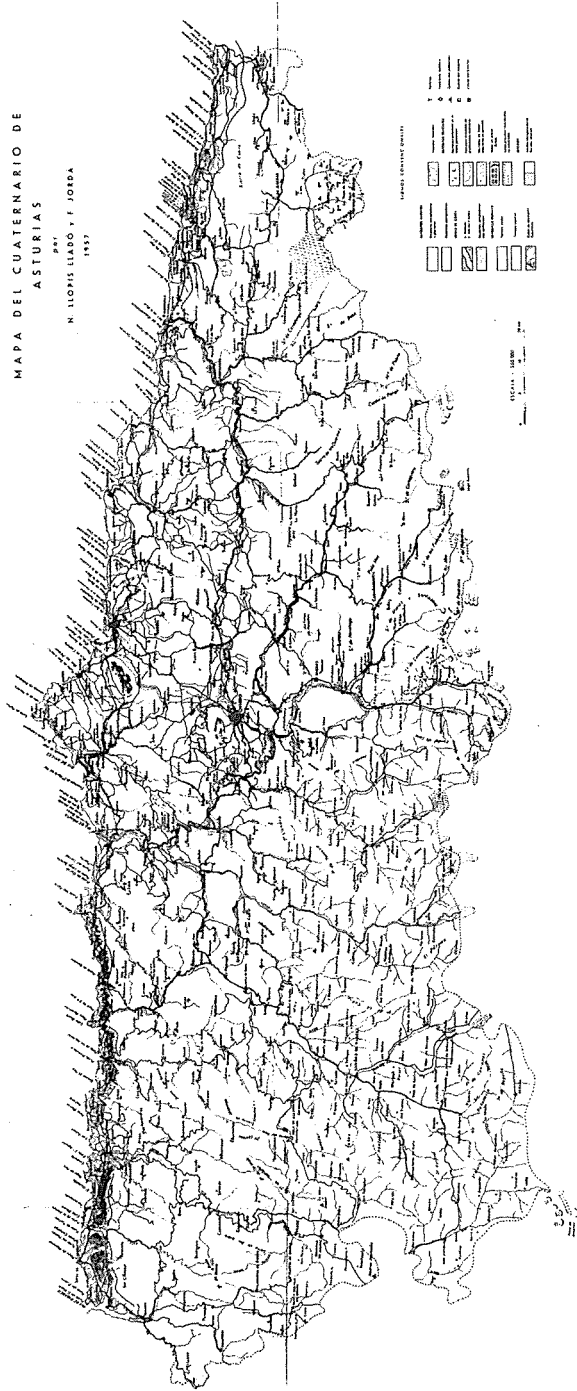


Fig. 2

# REVESTIMENTOS E CORES SEGUNDO O “DE ARCHITECTURA” DE VITRÚVIO

por

M. Justino Maciel\*

**Resumo:** No contexto do trabalho do autor tendo em vista uma progressista tradução da obra do séc. I a. C. “De Architectura”, apresenta-se aqui uma leitura dos conteúdos do Livro VII deste Tratado, tendo em vista uma motivação maior por parte de arqueólogos, arquitectos, historiadores da arte, conservadores e restauradores para a importância dos textos vitruvianos, designadamente em interacção com os estudos de arqueometria.

**Palavras-chave:** Vitruvius; revestimentos; pintura.

O texto que aqui se apresenta introduz um ensaio de tradução portuguesa do Livro VII do *De Architectura* de Marco Vitruvius Polião (no prelo), no qual contactamos com a primeira sistematização das várias técnicas de decoração das superfícies arquitectónicas, questão que encontra eco nos restantes livros do tratado vitruviano.

Como sublinha o autor no Proémio a este Livro VII, muitos dos seus conhecimentos se ficaram devendo aos textos produzidos por uma plêiade de escritores gregos e romanos, teóricos que versaram sobre história da arte, óptica, perspectiva, proporções arquitectónicas, embelezamento e decoração. A ornamentação com mármore associada à *excelência e sábias disposições* dos templos levavam, ainda segundo o Proémio, a *uma maior aceitação perante os deuses* (Pr. 16). Esta utilização dos mármore, primeiro nas esculturas e nos templos e, depois, nos revestimentos segundo as técnicas dos *opera sectilia*, foi, em grande parte, responsável pelo desenvolvimento da pintura e do mosaico na época romana, uma vez que, como se sabe, o primeiro estilo pompeiano nasce intimamente ligado à imitação das *crustae* marmóreas e a decoração em mosaico, por sua vez, anda ligada intimamente à pintura. Aliás, é esta a sequência lógica deste Livro VII, que começa por falar da simples *runderatio*, ou primeiro reboco de revestimento, até à *expolitio*, a superfície final polida ou acabamento. Este polimento final era conseguido com pó de mármore, com *crustae* marmóreas ou *tessellae*

---

\* Departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Texto apresentado no Instituto Tecnológico Nuclear, em 03 de Março de 1999, na Sessão de Homenagem ao Prof. Doutor João Peixoto Cabral, por ocasião da sua Jubilação.

igualmente polidas, ou ainda com a aplicação de pigmentos, de preferência com o *mortarium* ainda fresco.

Em interação com os *opera* estruturais de construção – basicamente o *opus quadratum*, o *opus caementicium*, o *opus latericium / testaceum*, o *opus intestinum* e *opus craticium* – a estratigrafia de um revestimento é, segundo Vitruvius, na horizontal e de baixo para cima, a seguinte: uma primeira camada *constituída por pedra suficientemente grossa para encher a palma da mão* (1,3), o *statumen*. Sobre este estendia-se uma segunda camada, o *rudus*. Este podia ser novo ou reutilizado. No primeiro caso, um quarto da sua constituição deveria ser de cal. Os restantes três quartos, de outros materiais, que aqui se entendem por pequenas pedras, gravilha, areia e restos cerâmicos. No segundo caso, cinco sétimos de cal e dois de materiais provenientes de escombros e restos de construções (1,3). Sobre este *rudus*, que era batido intensamente de modo a ficar compacto e com a espessura de cerca três quartos de um pé, era aplicada a terceira camada, o *nucleus* que, como o termo indica, era o estrato mais duro e mais denso. O *nucleus* era constituído por uma parte de cal e três de *testa*, ou seja, de cerâmica moída ou esmagada, com uma espessura de, pelo menos, seis dedos. Era sobre esta terceira camada que se dispunha o *opus sectile*, o *opus tessellatum* ou o *opus spicatum*, uniformizados com o auxílio de régua (*regulae*) e de níveis de água (*libellae*). Isto em pavimentos cobertos. Se se destinavam a terraços ao ar livre, Vitruvius recomenda um reforço dos materiais, que deveriam ser untados, uma vez por ano e antes do inverno, com borras de azeite (1,6). Os revestimentos verticais e dos tectos obedeciam, por sua vez, às técnicas gerais dos *opera albaria* e *tectoria* (2,1). A primeira questão que se punha era a de uma correcta produção da cal, desde a cozedura em forno até a uma uniforme e prolongada maceração que garantisse a estabilidade futura dos estuques e pigmentos neles aplicados. Depois, uma perfeita modelação dos *lacunaria* ou caixotões dos tectos (3,2), revestidos com areia, greda, pó de mármore e mesmo gesso, sempre com o auxílio da *regula* (régua), da *linea* (cordel), do *perpendicularum* (fio de prumo) e da *norma* (esquadro). Para além de um primeiro alisamento com a colher de trolha, o ideal recomendado por Vitruvius era de seis camadas, três com predominância de areia e outras três com pó de mármore. Todavia, verifica-se arqueologicamente que, nos edifícios comuns, eram apenas usadas três: o reboco, com uma espessura de cerca de cinco centímetros, um revestimento de cal e areia, com cerca de três centímetros e outra de pó de mármore, extremamente fina. Só então tinha lugar a aplicação das cores, de preferência a fresco, técnica que o autor do *De Architectura* tão bem descreve e justifica (3,7-8).

No que respeita aos pigmentos utilizados, o tratado dá pormenores dos locais onde eram produzidos, condições de exploração, transporte e comércio. Distinguem-se as cores naturais das artificiais. No que respeita às primeiras, começa por referir os ocres, como o sil, de cor amarela, que é uma mistura de silício, alumínio, magnésio, cálcio e hidróxido de ferro, e o ocre vermelho ou *terra rubrica*, uma argila rica em óxido de ferro. O auripigmento era um sulfureto de arsénio de cor amarela explorado as minas de ouro, prata e cobre e que, por isso, como o nome indica, se pensava provir do ouro. De cor vermelha alaranjada era a sandaraca natural, bissulfureto também de arsénio, o rosalgar. Utilizava-se também a sandaraca artificial ou vermelhão, a partir do óxido salino de chumbo. O cinábrio natural, de cor vermelha, a que Vitruvius chama *minium*, era um dos mais importantes pigmentos utilizados na Antiguidade, designadamente explorado, segundo ele, na *Hispania*, sabemos hoje que em Almaden, na Serra Morena. O cinábrio era falsificado

frequentemente através da mistura com cal. Vitruvius indica o processo de reconhecer a sua pureza ou viciação. De cor verde era a crisocola, que à letra significa, em grego, suor de ouro. Era um hidrocarbonato de cobre explorado próximo das minas ou *metalla*. O verde era também conseguido a partir de uma greda rica em minerais dessa cor, como a clorite e a celadonite, greda essa conhecida por terra verde. De pigmentos brancos cita um carbonato de cálcio chamado paretónio e um silicato de alumínio ou caulinite conhecido por melino, por ser originariamente explorado na ilha de Melos, nas Cíclades. Como pigmento de cor azul, era utilizada a azurite, então conhecida por *armenium*, por ser explorada, em grande parte, na Arménia.

Enumeram-se em seguida, no *De Architectura*, as cores que Vitruvius considera artificiais, obtidas por transformação de produtos de origem mineral, vegetal e animal. O indigo, de cor azul, assim nomeado por ser obtido de uma planta da Índia, e o *atramentum* ou negro, produzido a partir de carvão vegetal ou de fuligem, eram cores também conseguidas a partir de borras de vinho secas e cozidas em forno. Era utilizado igualmente o azul egípcio ou *caeruleum*, cujo fabrico Vitruvius descreve em pormenor, citando mesmo o nome de um industrial que iniciou em Pozzuolli, com êxito, a sua produção. Por seu turno, a *usta*, obtida pela queima de ocre em forno, proporcionava a cor vermelho púrpura. Usava-se também a *cerusa*, carbonato natural de chumbo, de cor branca ou amarelada. E o *aerugo* ou verdete, hidrocarbonato formado à superfície do bronze ou do cobre. São ainda importantíssimas as referências à púrpura ou *ostrum*, obtida de moluscos marinhos, e a sua imitação a partir da raiz de ruiva-dos-tintureiros e de outras plantas possivelmente hospedeiras da cochonilha. Refere também que vários pigmentos eram obtidos a partir de flores e vegetais em geral, descrevendo os processos seguidos pelos *ectores* nesses casos, quando rareavam os produtos tradicionais.

A tratadística romana mais antiga que chegou aos nossos dias, que é a vitruviana, não esqueceu, como verificamos, esta questão tão importante dos acabamentos das obras arquitectónicas, tendo presentes as tradições mediterrânicas, designadamente a egípcia, a grega e a helenística e os conhecimentos veiculados por obras como o *De Lapidibus* de Teofrasto ou o *De Coloribus* do Pseudo-Aristóteles. Por isso a transmitiu e enriqueceu, motivando também autores posteriores como Plínio-o-Antigo e outros tratadistas clássicos e da Antiguidade Tardia.

Um das partes da *Arquitectura*, segundo Vitruvius, é o *decor*, ou seja, a conveniência (I,2,5). Não é por acaso que, etimologicamente, a palavra decoração significa *aquilo que convém*, neste caso o ornato ou a ornamentação adequada a cada situação arquitectónica. É porque o *decor* aconselha e recomenda que a arte deve ser uma imitação da natureza (VII, 5,1-2) que Vitruvius chega mesmo a fazer juízos de valor sobre as novas tendências que, no seu tempo, anunciavam aquilo que hoje classificamos de terceiro estilo pompeiano (5,3-4). Ou seja, ao tratar de *Arquitectura*, Vitruvius faz História da Arte, sobretudo nos Prefácios, e perante o gosto construído pela sua própria experiência, tenta a Crítica da Arte. No entanto, como propusera como ideal na formação do arquitecto (I, 1,1-18), todas as ciências iluminam o acto arquitectónico e aqui, designadamente, a economia, a geografia, a mineralogia e a química.

**BREVE BIBLIOGRAFIA**

- S. AUGUSTI (1967) – *I colori pompeiani*, Roma.
- J. M. P. CABRAL (1997) – *História breve dos pigmentos*, in *Química*, 66, 17-24.
- F. GRANGER (ed.), *Vitruvius, On Architecture*, London, The Loeb Classical Library, London, 1931 (reimp. 1970).
- B. LIOU, M. ZUINGHEDAU ET M.-TH. CAM, (1995) – *Vitruve, De L'Architecture, Livre VII*, Paris, Les Belles Lettres.
- M. J. MACIEL (1995) – Os “Prooemia” vitruvianos, in *Estudos de Arte e História, Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, pp. 345-371.
- M. J. MACIEL (1996) – O Livro quinto do “De Architectura” de Vitruvius, in *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*, Lisboa, pp. 285-329.
- M. J. MACIEL (no prelo) – *O Livro sétimo do “De Architectura” de Vitruvius*.

## “A EXPEDIÇÃO ESQUECIDA”

Em Março de 1931, após mais de um ano de preparação, segue para Moçambique uma expedição etnográfica, com o objectivo de reconhecer as regiões centrais da então colónia portuguesa, até àquela data *terra incognita* em termos científicos. A missão dos dois exploradores, Günther Spannaus (1901-1984) e Kurt Stülpner (1901-1980), teve auspícios e patrocínios vários, destacando-se a Universidade de Leipzig como promotora da iniciativa. Regressam à base no final do mesmo ano, após permanência numa faixa de território compreendida entre a cidade da Beira, a fronteira com a Rodésia do Sul e o rio Save.

A exposição *Die Vergessene Expedition* (A Expedição Esquecida), esteve patente ao público entre Setembro de 1999 e Maio de 2000 no Museu de Etnografia de Leipzig e pretendeu divulgar os resultados da dita expedição, cujos materiais reunidos não tinham ainda sido sistematicamente tratados e analisados. Ao expor o acervo recolhido, os organizadores recriaram um enredo tecido entre o passado e o presente, tanto na Alemanha, como em Moçambique.

Ao visitante foi dado apreciar numa área de cerca de 400m<sup>2</sup> centenas de artefactos do espólio recolhido há 70 anos, visionar extractos das películas então rodadas, ouvir trechos de gravações feitas, ver vídeos feitos no presente e sobretudo admirar um conjunto muito significativo e agora único das fotografias tiradas pelos exploradores.

Foi intenção dos organizadores (Karin Bautz pela universidade, Giselher Blesse pelo museu) proporcionar ao público uma visão assente em vários ângulos de enfoque: o modo de recolha, entre o reconhecimento geográfico, os apoios logísticos dependentes de missões religiosas e das autoridades coloniais, o levantamento etnográfico para o conhecimento de populações até então não estudadas, neste caso os Ndaus e os Hlengwe, o regresso. No termo de alguma aventura, a desventura dos resultados terem permanecido, por razões várias, praticamente sem o remate final previsto e desejado, a elaboração de monografias.

A exposição mostra numa forma sistematizada a diversidade e o manancial dos materiais recolhidos, evidenciando-os como testemunhos dum passado hoje desaparecido. Entre eles destaca-se a preocupação totalizante e comparativa (as populações bantas) então predominante nos estudos etnográficos. A documentação agora estudada mostra como a escolha da região a abranger pelos dois exploradores alemães resultou, por último, do conselho e da opinião de Henri A. Junod (1863-1934), missionário e autoridade em matéria etnográfica, autor da obra *The Life of a South African Tribe* (1912-13, tradução francesa 1936, tradução portuguesa 1944-46, <sup>2</sup>1974, <sup>3</sup>1996). As posteriores atribuições na vida pessoal dos expedicionários de Leipzig foi lamentável, na medida em que sobre uma população moçambicana só em 1948 encontramos outra monografia publicada, a de Hugh Tracey *Chopi Musicians* (a versão portuguesa *Gentes Afortunadas. Música Chope* é de 1949). G. Spannaus e K. Stülpner deveriam figurar como autores entre estas datas. Tal não



ocorreu. Assinale-se ainda que outras expedições conduzidas por etnólogos de língua alemã, empreendidas nessa mesma altura, nomeadamente a colónias portuguesas, deram origem a monografias científicas e livros de divulgação. Refiro-me ao austríaco Hugo A. Bernatzik (1897-1953), que no início da mesma década, acompanhado da mulher e de B. Struck, percorreu a então Guiné portuguesa.

Trajectos pessoais e destinos científicos são, pelos vistos, constelações individuais em teias sociais e, nessa medida, únicas e imprevisíveis. O esquecimento transforma-se num elemento reflexivo de importância primordial.

A acompanhar a exposição foi editada uma publicação, a servir também de catálogo: K. Bautz & G. Blesse (1999) *Die Vergessene Expedition. Auf den Spuren der Leipziger Moçambique-Expedition von 1931*. Leipzig: Museum für Völkerkunde zu Leipzig, ISBN 3-910031-24-2, 182 páginas, profusamente ilustrado p/b e cor, 1 extra-texto com a reprodução do mapa levantado pelos exploradores; preço DM 25.

A equipa de investigação fornece boa informação sobre as relações entre personalidades ligadas à investigação etnográfica, à política museológica neste domínio, ao papel inicialmente previsto para esta expedição (publicação de monografias sobre os Ndau e os Hlengwe, colecção etnográfica para os museus), bem como sobre a reconstituição do âmbito científico-institucional então existente (K. Geisenheiner), o tratamento e recuperação do espólio artefactual, sonoro (Ch. Seiger) e fotográfico. G. Blesse dedica um estudo à informação etnográfica fragmentada extraída dos diários de campo dos exploradores. K. Bautz escreve sobre os vestígios do passado e a sua tentativa de reencontrá-los hoje na região moçambicana em causa.

“A Expedição Esquecida”, eis o título dum projecto de investigação, duma exposição e duma publicação dedicadas a uma missão etnográfica alemã nos anos 30 à Africa Oriental. Trata-se duma iniciativa válida a vários níveis. Primeiro, porque constitui um contributo para o estudo de colecções etnográficas depositadas e apagadas na memória da comunidade científica em instituições universitárias ou museológicas. Segundo, a inventariação e tratamento respectivos implica sempre a recontextualização das acções de recolha no tempo e no espaço. Terceiro, a leitura actual que se nos proporciona: a busca de sentidos caracterizadora do discurso antropológico. Aqui os organizadores quiseram operar com a noção de esquecimento. Por último, sublinho a importância da investigação realizada e agora apresentada ao público interessado, que fornece elementos relevantes e que importam a investigações similares.

A qualidade gráfica é digna de menção. As legendas das fotografias das peças não referem o respectivo número de inventário para sua completa identificação, apesar de em anexo se reproduzir a inventariação feita pelos colectores; ou poder-se-ia ainda ter optado pelo número da peça na exposição. Ficaram omissos os parâmetros descritivos que podem e devem figurar num catálogo, mesmo se apresentado como publicação com autonomia. O mesmo não ocorre com o espólio fotográfico, em que essa determinação foi feita com rigor. A concepção expositiva é clara e de fácil leitura para o visitante. Fez-se uma ordenação temática dos artefactos, que pode significar uma tentativa de reconstituição do plano certamente existente na mente dos cientistas para as monografias. No catálogo, a noção de esquecimento emerge como *leitmotiv*; não teria sido possível introduzi-la no próprio discurso expositivo, de forma a interrogar o papel da monografia etnográfica?

No conjunto é um trabalho bem feito, desenvolvido com empenho e cientificamente relevante. Um projecto de investigação conduzido em boa hora e que permite indagar as

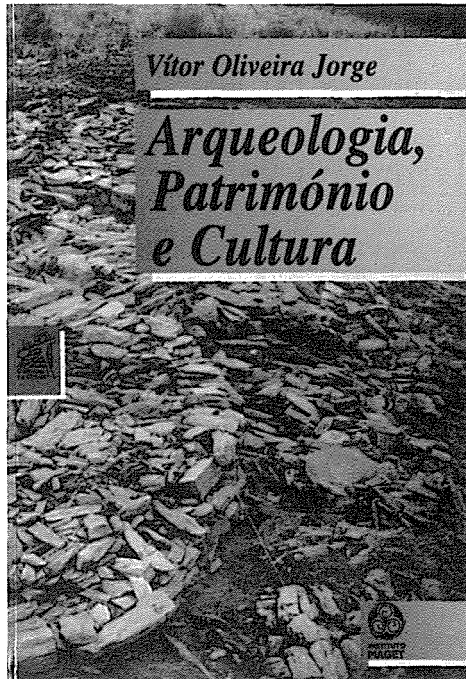
vertentes e componentes do discurso etnográfico na modernidade, sobretudo quando se começa a dispor de bases comparativas. Recordo um outro projecto expositivo recente, dedicado ao espólio de um viajante em missão pessoal, bem solitária, entre os Hopi e os Navajo do Sudoeste Americano (cf. Guidi, B. C. & N. Mann, orgs., 1998, *Photographs at the Frontier. Aby Warburg in America, 1895-96*. Londres: The Warburg Institute, com versões em francês e em alemão). Como actuam imagem fotográfica, escrita e artefactos? Aby Warburg tinha em mente Botticelli, a Florença renascentista, entre outras questões relativas à história da arte no ocidente. Ao retratar os seus indígenas moçambicanos, G. Spannaus e K. Stülpner estavam de igual forma a tentar romper uma fronteira do seu conhecimento. Não será que o seu legado fotográfico nos diz mais do que as tais monografias deixadas em suspenso?

**Jorge Freitas Branco**  
*ISCTE, Dep.º Antropologia, Lisboa*

**novidade**

**ARQUEOLOGIA,  
PATRIMÓNIO  
E CULTURA**

*Vítor Oliveira Jorge*



Col. O Homem e a Cidade  
2.625\$00  
(PREÇO COM IVA INCLUIDO)



**INSTITUTO  
PIAGET**

**DIVISÃO EDITORIAL**

INSTITUTO PIAGET/DIVISÃO EDITORIAL  
Rua D. Afonso Henriques, 32 - 1.º Dto. - 2695-011 Bobadela LRS  
Tel. 21 995 95 20 • Fax 21 955 34 75  
E-mail: piageteditorial@mail.telepac.pt - www.ipiaget.pt

## **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**

Vols. 39-41 1999-2001

### *Conselho Redactorial*

Augusto Santos Silva (FEUP)  
Brian J. O'Neill (ISCTE)  
Cláudio Torres (C. A. Mértola)  
Henrique Gomes de Araújo (direcção SPAE)  
João Arriscado Nunes (CES-UC)  
João Pina Cabral (ICS)  
Jorge de Alarcão (FLUC)  
Jorge Freitas Branco (ISCTE)  
Manuel Rodrigues de Areia (Dep. Antropologia, FCUC)  
Maria Eduarda Gonçalves (ISCTE)  
Mário Jorge Barroca (FLUP)  
Moisés Lemos Martins (ICS-UM)  
Paulo Castro Seixas (Univ. F. Pessoa)  
Raúl Iturra (ISCTE)  
Susana Oliveira Jorge (FLUP)  
Tito Cardoso e Cunha (FCSH-UNL)  
Viriato Soromenho-Marques (FLUL)

Os artigos propostos para publicação nos TAE serão,  
em regra, lidos por dois dos elementos do Conselho Redactorial.  
As opiniões expendidas por cada autor (ou autores) dos textos publicados  
são da sua exclusiva responsabilidade.

## NESTE VOLUME

Violência e risco na sociedade contemporânea

Os desafios da destruição e conservação do património cultural no Brasil

“Socially alien women” in Bulgarian peasant community at the end of the 19<sup>th</sup> – middle of the 20<sup>th</sup> century

La mujer indígena en la conquista espiritual de Antonio Ruiz de Montoya

Perspectivas antropológicas no *Museu Archeológico do Carmo*

*1.º Curso Elementar de Archeologia*

Arqueologia industrial do concelho de Matosinhos

A relevância do património natural

### VÁRIA

J. M. Bairrão Oleiro

A emergência das sociedades agro-pastoris: análise teórica do conceito de Neolítico

Bibracte en Borgoña.

La mirada pétreo: imágenes de la gorgona en los monumentos funerarios hispanorromanos en forma de altares

Tomás Romero de Castilla en la crisis de la arqueología en Extremadura

El Servicio de Investigaciones Arqueológicas de Asturias (S.I.A.): F. Jordá Cordá

Revestimentos e cores segundo o “De Architectura” de Vitruvius

“A expedição esquecida”

APOIO:

MC

MINISTERIO DA CULTURA



INSTITUTO PORTUGUÊS DO LIVRO E DAS BIBLIOTECAS

